

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOLOGIA E RECURSOS NATURAIS

**PESCADORES E TURISTAS EM UMA ÁREA MARINHA PROTEGIDA:
UMA CONTRIBUIÇÃO AO PLANEJAMENTO DA RESERVA EXTRATIVISTA
MARINHA DA PONTA DO CORUMBAU, BAHIA – BRASIL.**



FERNANDA TERRA STORI

SÃO CARLOS - SP
2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DE SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOLOGIA E RECURSOS NATURAIS

**PESCADORES E TURISTAS EM UMA ÁREA MARINHA PROTEGIDA:
UMA CONTRIBUIÇÃO AO PLANEJAMENTO DA RESERVA EXTRATIVISTA
MARINHA DA PONTA DO CORUMBAU, BAHIA – BRASIL.**

FERNANDA TERRA STORI

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, da Universidade Federal de São Carlos, como requisito à obtenção do título de Mestre em Ecologia e Recursos Naturais, área de concentração em Ecologia e Recursos Naturais.

ORIENTAÇÃO: PROF. DR. NIVALDO NORDI
CO-ORIENTAÇÃO: PROF. DR. MARCUS POLETTE

SÃO CARLOS - SP
2005

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

S884pt

Stori, Fernanda Terra.

Pescadores e turistas em uma área marinha protegida:
uma contribuição ao planejamento da Reserva Extrativista
Marinha da Ponta do Corumbau, Bahia - Brasil / Fernanda
Terra Stori. -- São Carlos : UFSCar, 2005.
177 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2005.

1. Ecologia humana. 2. Unidades de conservação. 3.
Turismo. 4. Pesca artesanal. 5. Gerenciamento costeiro. I.
Título.

CDD: 304.2 (20^a)

*Se cada dia cai
dentro de cada noite,
há um poço
onde a claridade está presa.*

*Há que sentar-se na beira
do poço da sombra
e pescar luz caída
com paciência.*

Pablo Neruda

AGRADECIMENTOS

Este trabalho só foi possível devido à colaboração de diversas pessoas, a começar pelos turistas e extrativistas, que gentilmente tiveram paciência e disposição em responder às inúmeras questões que serviram de base às discussões desta pesquisa. Agradeço a todos aqueles se mostraram dispostos a colaborar almejando a manutenção da extrema beleza natural da região da Resex do Corumbau.

Agradeço à equipe do Laboratório de Ecologia Humana e Etnoecologia – UFSCAR, que ofereceu o apoio fundamental para realização desta pesquisa, primeiramente através do contato pré-estabelecido com os parceiros do Projeto “Fortalecimento da Gestão Participativa do Uso dos Recursos Pesqueiros na Reserva Extrativista Marinha do Corumbau”.

Agradeço especialmente ao professor Nivaldo Nordi por toda atenção oferecida e paciência na orientação deste trabalho. Ainda, agradeço a colaboração dos demais colegas de trabalho em discussões fundamentais para a construção do enfoque em Ecologia Humana e também pelo apoio durante as coletas de campo: Regina, Sheila, Geli, Thaís, Ana, Mayra, Dedê, Camila, Tati, Sarinha, Franzé e Felipe.

Agradecimentos também ao professor Marcus Polette pela freqüente troca de idéias a respeito do tema e disponibilização de material bibliográfico.

À banca do exame de qualificação, composta pelos professores José Salatiel Rodrigues Pires, Regina Célia Di Ciommo e Ana Paula G. Thé, pelo estímulo e considerações de grande valia para as conclusões deste trabalho.

Agradeço ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pela bolsa de mestrado concedida e ao Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, especialmente à coordenação da Pós-graduação em Ecologia e Recursos Naturais e toda sua equipe de trabalho pelo suporte oferecido.

Ao Fundo Nacional de Meio Ambiente pelo apoio financeiro ao Projeto “Fortalecimento da Gestão Participativa do Uso dos Recursos Pesqueiros na Reserva Extrativista Marinha do Corumbau”.

Agradecimentos também à equipe de apoio logístico do Projeto, imprescindível para o bom andamento do trabalho de campo. Agradeço especialmente aos coordenadores de campo: Fernando Brutto, Ronaldo Oliveira, Rodrigo Leão de Moura e às demais instituições participantes e seus representantes: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Associação Pradense de Proteção

Ambiental, Conservação Internacional, Projeto Baleia Jubarte, Flora Brasil e a todas as associações de pescadores envolvidas na gestão da Resex.

Agradeço aos meus grandes amigos, pelo conforto emocional que sempre me proporcionaram, imprescindível para a conclusão deste trabalho. Amigos espalhados por este brasilão afora, mar afora, até mesmo os mais distantes, sempre presentes na troca de e-mails do dia a dia.

Às antigas amizades que sempre me deram força para acreditar que tudo é possível: Jah, Tati, Dum, Luquinhas, Sharonn, Dodi, Paola, Aninha, Cobra, Áthila, Helio, Angelina, Paty, Ludi, Fabíola, Diana, Anderson, Cérebro, Zé, Gilmar, Silvio, Bino, Carolzinha, Suzana e muitos outros... Muita luz ao amigo Udson que sempre esteve na luta pelas áreas costeiras e pelas montanhas...

Aos novos amigos de Sanca, cidade da cultura tradicional acadêmica, do blues, do maracatu e do samba! Baladas do SESC, DCE... cerveja gelada e cachacinha ao som da música caipira raiz... Maurinha (minha primeira amizade na terrinha), Roseli, Renato, Flavinha, Rodrigo, Paula, Rodolfo, Dayani, Renata, Leila, Musa, Renata D., Sheila, Geli, Thaís, Ana Thé, Dú, Zé, Paulinho, Carmem, Teó, Fernando e Leny, Camila, Dedê, Franze, Mayra, Felipe “pluck”, Eliot, Sadao, Gabi, Tati... (fica quase impossível citar todos que conheci e que de alguma forma contribuíram nestes dois anos e meio de vida são-carlense...). Gostaria de agradecer imensamente a todos que me ajudaram a cuidar da Bruminha, nos momentos em que tive que me ausentar (ou desculpas?)...

Grande ajuda do Yoga da Maria Avelar, para a fuga do computador (ou seria “com-puta-dor”... nas costas, no braço, na cabeça...). Sem uma prática dedicada talvez não me fosse possível finalizar esta tarefa de maneira sã e sadia.

Agradeço especialmente ao Brenner, palhacinho querido, que tanto me confortou com seu carinho e me desconfortou com seus desafios de desconstruir o que já era certo. Que por tantas vezes me ajudou na elaboração dos mapas, das imagens, buscando notícias e nas discussões. Que me fez enxergar para além do mar, a serra, as matas, as cachoeiras e a valorizar as raízes caipiras, catiras, batucadas brasileiras.

À toda minha família: ao meu pai Hermínio, à mãe Zoza, Mari, Vovó Anita, Vovô Arnaldo (que este ano cumpriu sua missão e foi ao encontro da Vó Delmar e do Vô Terra), à tia Carminha e ao tio Teto... E como não poderia deixar de constar, um grande aperto na Bruminha (minha caçolinha neném!), fiel companheira de todos os momentos.

SUMÁRIO

1. Introdução	1
2. Objetivos	16
3. Área de Estudo	17
4. Materiais e Métodos	24
5. Resultados e Discussão	32
5.1. Tipificação dos Turistas que Visitam a Resex do Corumbau	32
5.2. Características do Turismo na Resex de Corumbau	36
5.3. Dinâmica e Conseqüências do Turismo na Resex de Corumbau na Visão dos Turistas	45
5.4. A Percepção dos Turistas sobre a Resex de Corumbau	52
5.5. Tipificação dos Residentes Extrativistas das Vilas	58
5.6. Questões Organizativas e de Infra-Estrutura das Vilas Visitadas, na Visão dos Locais	62
5.7. A Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau na Opinião dos Locais	71
5.8. Atividade Turística: Harmonias, Dificuldades e Conflitos com o Extrativismo	77
5.9. O Turista e o Turismo pelos Extrativistas	85
5.10. Responsabilidade em Cuidar dos Problemas Locais na Visão de Turistas e Extrativistas	93
6. Evolução do Turismo nas Vilas Estudadas	96
7. Potencialidades, Conflitos e Perspectivas para a Adequação do Turismo na Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau e Área de Entorno	114
8. Considerações Finais	130
9. Recomendações para Trabalhos Futuros	132
10. Referências Bibliográficas	133
Apêndice 1: Caracterização demográfica da Área de Estudo	139
Apêndice 2: Resultado da Análise Comparativa da Percepção Ambiental entre Turistas e Comunidades	141
Apêndice 3: Profissão dos turistas entrevistados	149
Apêndice 4: Profissão dos residentes entrevistados	150
Apêndice 5: Roteiro para observação da infra-estrutura local	151
Anexo I: Sistema Nacional de Unidades de Conservação (trechos selecionados)	153
Anexo II: Decreto de criação da Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau	157
Anexo III: Plano de Manejo – Fase 1	158
Anexo IV: Composição do Conselho Deliberativo da Resex do Corumbau	170
Anexo V: Questionário para Turistas	171
Anexo VI: Questionário para Comunidade	173
Anexo VII: Reportagens sobre a Área de Estudo	175

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Características dos Municípios de Porto Seguro e Prado e Existência de Unidades de Conservação Ambiental no ano de 1999.	139
Tabela 2: População residente total e por situação do domicílio, para os Municípios de Porto Seguro e Prado e indicadores econômicos.	139
Tabela 3: População residente por sexo, população residente de 10 anos ou mais de idade, total, alfabetizada e taxa de alfabetização, para o Estado da Bahia e para os Municípios de Porto Seguro e Prado (Censo demográfico do ano 2000).	140
Tabela 4: Domicílios atendidos e saneamento de acordo com a Pesquisa Nacional de Saneamento, 2000.	140
Tabela 5: Produto Interno Bruto dos Municípios de Porto Seguro e Prado, para o ano de 2002	140
Tabela 6: Classificação das fotografias preferenciais entre turistas e nativos, para cada vila estudada.....	141

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Lista de verificação dos estágios de evolução das destinações turísticas de acordo com o modelo de Butler (1980).....	104
Quadro 2: Lista de verificação dos estágios de evolução das destinações turísticas de acordo com o modelo de Smith (1991).....	109

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização geográfica e delimitação da Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau (à esquerda) e mapeamento da área recifal (à direita), realizado por MMA/SBF (2003).....	18
Figura 2: Modelo metodológico da pesquisa.	31
Figura 3: Procedência dos turistas entrevistados, divididos por Estados.	34
Figura 4: Classes de idade dos turistas abordados.....	34
Figura 5: Escolaridade dos turistas abordados.....	35
Figura 6: Faixas de renda dos turistas abordados, em salários mínimos.....	35
Figura 7: Meio de transporte de viagem utilizado pelos turistas abordados.....	42
Figura 8: Número de dias de estada na localidade.....	42
Figura 9: Meios de hospedagem utilizados pelos Turistas.....	43
Figura 10: Disponibilidade a gastar dos turistas abordados.....	43
Figura 11: Meios de informação sobre o local escolhido para a viagem.....	44
Figura 12: Percentuais de interesses turísticos procurados com a viagem.....	44
Figura 13: Freqüência de visitação dos turistas abordados.....	46
Figura 14: �poca de primeira visita dos turistas entrevistados.....	46
Figura 15: Percentual de conhecimento sobre a Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau.....	55
Figura 16: Percentual de vantagens e desvantagens na existência da Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau.....	55
Figura 17: Disposi�o a realizar passeio em barco de pesca.....	56
Figura 18: Disposi�o a participar de pescaria em barco de pesca artesanal.....	56
Figura 19: Percentual de turistas que receberam instru�es com rela�o ao meio-ambiente.....	57
Figura 20: Percentual de turistas que receberam instru�es a respeito das comunidades locais.....	57
Figura 21: Idade dos indivíduos questionados.....	60
Figura 22: Estado civil dos indivíduos questionados.....	60
Figura 23: Escolaridade dos indivíduos questionados.....	61
Figura 24: Faixa de renda dos indivíduos questionados.....	61
Figura 25: Principais carências observadas nas localidades estudadas, segundo os extrativistas abordados.....	70
Figura 26: Percentual de indivíduos que recebem convites para reuniões sobre o planejamento da comunidade.....	70
Figura 27: Percentual de indivíduos que participam na Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau.....	75
Figura 28: Percentual de indivíduos que conhecem os ideais de cria�o da Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau.....	75
Figura 29: Percentual de indivíduos que conhecem as normas da RESEX (Plano de Manejo - Fase 1).....	76
Figura 30: Percentual de indivíduos que receberam instru�o sobre as normas da RESEX (Plano de Manejo - Fase 1).....	76
Figura 31: Percentual de pessoas que acham que dá para conciliar turismo com a atividade extrativista.....	82
Figura 32: Percentual de extrativistas que trabalham com turismo.....	82
Figura 33: �poca de ingresso dos extrativistas na atividade turística.....	83

Figura 34: Percentual de interesse dos indivíduos que trabalham com turismo em realizar outras atividades turísticas.....	83
Figura 35: Percentual de interesse dos indivíduos que não trabalham com turismo em ingressar na atividade turística.	84
Figura 36: Percentual de entrevistados que acham que mudou o tipo do turista ao longo dos anos.	92
Figura 37: Percentuais de extrativistas que consideram que os turistas trazem coisas ruins.	92
Figura 38: Responsáveis pela manutenção da qualidade ambiental do local, na visão dos turistas.	95
Figura 39: Responsáveis pela manutenção da qualidade ambiental, na visão dos extrativistas.	95
Figura 40: Imagens da Vila de Cumuruxatiba: A) Vista aérea (em cartão postal); B) Residência de veraneio com as paredes revestidas de fragmentos de corais; C) Residência de pescador na orla; D) Residência de veranista na orla; E) Loteamentos recentes; F) Turismo familiar; G) Conflito de uso entre a pesca e bares de atendimento ao turista; H) Ponte construída sobre APP; I) Condições precárias das comunidades extrativistas; J) Sistema de coleta de água por cacimbas.	111
Figura 41: Imagens da Vila de Corumbau: A) Vista aérea (em cartão postal); B) Turistas em contato com a natureza; C) Privatização da paisagem pela pousada construída; D) Via de acesso; E) Loteamentos recentes; F) Acampamento na área das amendoeiras; G) Turistas das cidades da região; H) Cacimba que fornece água aos campistas; I) Problemas de drenagem do solo; J) Doenças de pele (“bicho-geográfico”) ocasionadas pela contaminação da areia da praia.....	112
Figura 42: Imagens da Vila de Caraíva: A) Vista aérea (foto de morador); B) Turistas jovens a atravessar o Rio Caraíva; C) Coleta de lixo na vila; D) Transporte do lixo até a outra margem do rio; E) Tubulação da fiação elétrica dos geradores compartilhados aflorando; F) Residências de veraneio inadequadas ao tipo de solo; G) Moradias de nativos feitas de sapê; H) Distribuição pública de água e placas solares; I) Pousadas que oferecem conforto; J) Infra-estrutura de pousada com câmara fria para conservação de pescado.....	113
Figura 43: Curva de crescimento indicando as épocas de primeira visita dos turistas entrevistados, agrupados para as três vilas estudadas (N=95).	119
Figura 44: Ciclo de evolução de uma destinação turística, destacando-se em vermelho, a fase de transição do estágio de Envolvimento para o de Desenvolvimento. Fonte: SOUZA & POLETTE (1998) adaptado de BUTLER (1980).	119

RESUMO

As áreas costeiras ao Sul do Estado da Bahia, Brasil, têm passado por diversas transformações sociais e ambientais relacionadas à sobreexploração dos estoques pesqueiros e à extrapolação da capacidade de suporte de balneários turísticos. A maior parte das comunidades tradicionais está migrando forçada pela economia opressiva do turismo, deixando a pesca e enfrentando conflitos sócio-culturais. No ano 2000 a Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau (Resex do Corumbau) foi criada com o objetivo de garantir a sustentabilidade da pesca artesanal frente à atividade industrial predatória e proteger a rica biodiversidade local. A presente pesquisa tem como objetivo principal, contribuir para o planejamento do turismo nesta Unidade de Conservação, através da identificação de potencialidades e conflitos, sociais e ecológicos, da atividade turística em três vilas estudadas: Cumuruxatiba, Corumbau e Caraíva. Ao todo, foram aplicados 157 questionários semi-estruturados entre turistas e extrativistas, o que possibilitou investigar a percepção sobre a região e seu contexto em dois pontos de vista. A beleza cênica, a oportunidade de descanso e liberdade, bem como a receptividade do povo local, foram as principais potencialidades apontadas pelos turistas entrevistados. A especulação imobiliária foi identificada como causadora de conflitos nas relações sociais e na cultura extrativista. Problemas em grande parte relacionados à infra-estrutura das vilas, também foram identificados. Dos extrativistas entrevistados, grande parte (45% em Cumuruxatiba, 55% em Corumbau e 85% em Caraíva) envolve-se atualmente com turismo. Foi possível notar que a fase inicial de visitação se deu ao final da década de 70 e a atividade turística nas três vilas foi identificada atualmente em transição da fase de *Envolvimento* para a de *Desenvolvimento*, segundo Butler (1980). Da mesma forma, segundo Smith (1991), Corumbau foi identificada como *Balneário Estabelecido* e Cumuruxatiba e Caraíva como *Área Comercial Estabelecida*. Tais resultados apontam para a necessidade de medidas de controle do crescimento do turismo e o planejamento adequado desta atividade, procurando aliar a conservação dos recursos naturais com benefícios socioeconômicos às comunidades extrativistas e a valorização do sistema pesqueiro artesanal, principal motivo da criação da Resex do Corumbau.

ABSTRACT

Marine-coastal areas in the South of Bahia State in Brazil has experimented environmental and social changes, related to the over-exploitation of the fishery stocks and to the overflow of carrying capacity of the bathing resorts. Most of traditional communities are migrating out forced by the oppressive tourism economy, leaving fishery and facing cultural and social conflicts. A Marine Protected Area called “Ponta do Corumbau Marine Extractive Reserve” (or Corumbau Resex) was created in the year 2000, with the aim of sustainability of artisanal fisheries against predatory industrial activity, and to protect a rich biodiversity. The present research has as main objective to contribute to the planning of tourism in this Marine Protected Area through identification of potentialities and conflicts, social and ecological, of tourism activity in the three studied villages: Cumuruxatiba, Corumbau e Caraíva. There were applied 157 semi-structured questionnaires between tourists and extractivists (fishermen) allowing to investigate the perception of the region and its context in two points of view. The scenic beauty, an opportunity of resting and freedom as well as local receptivity were appointed as the main potentialities by the interviewed tourists. Speculation for land property was identified as motive of conflicts on social relations and extractive culture. Other problems, mostly related to the infrastructure from the villages were also identified. Most of the interviewed extractivists (45% in Cumuruxatiba, 55% in Corumbau and 85% in Caraíva) are nowadays involved with tourism activities. It was possible to note that an initial period of visitation was occurred in the end of seventies and the tourist activity on the three villages was identified in transition between the *Involvement* stage to *Development*, according to Butler (1980). In the same way, according to Smith (1991), Corumbau was identified as *Resort Established* and Cumuruxatiba and Caraíva as *Business Area Established*. Such results shows the necessity to control the tourism growing and to an adequate planning of this activity, aiming to link conservation of natural resources, social and economic benefits to extractive communities and the valorization of the artisanal fishery system, the main reason of the Corumbau Resex creation.

1. INTRODUÇÃO

As áreas costeiras ao Sul do Estado da Bahia, Brasil, têm passado por diversas transformações sociais e ambientais. Algumas delas estão relacionadas a sobreexploração dos estoques pesqueiros devido à intensa pesca industrial, que afeta os processos ecológicos marinhos e a biodiversidade, além de causar prejuízos à economia de famílias que dependem da pesca artesanal. Outras, relacionam-se com a crescente e desordenada ocupação urbana, que pode levar à extrapolação da capacidade de suporte de balneários turísticos, transformando a paisagem, alterando a drenagem do solo e poluindo as águas costeiras. Ainda mais, as áreas de povos indígenas e de pescadores tradicionais encontram-se ameaçadas pela poderosa especulação imobiliária, com previsões de significativas perdas culturais e conseqüentes crises sócio-econômicas.

Com o objetivo de proteger uma região rica em biodiversidade e assim garantir a sustentabilidade do sistema pesqueiro baseado na coleta e extração sustentável dos recursos, pescadores de nove comunidades artesanais¹ dos municípios de Prado e Porto Seguro, se uniram no ano de 1998, no propósito de criar uma Área de Proteção Marinha que excluísse a predatória pesca industrial das áreas de pesca artesanal.

A categoria “Reserva Extrativista”, foi identificada como a Unidade de Conservação que melhor se enquadrava nos objetivos da população local: “área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. É área de domínio público com uso concedido às populações extrativistas tradicionais” (Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC: Lei N° 9.985/00 - Art. 18 - Anexo I).

¹ “Pescadores artesanais são aqueles cuja pesca se caracteriza pela simplicidade da tecnologia e pelo baixo custo da produção – se bem que, atualmente, esses pescadores tenham se modernizado bastante –, produzindo com grupos de trabalho formados por referenciais de parentesco, sem vínculo empregatício entre as tripulações e os mestres dos botes. Esse tipo de pescador tem na pesca a sua principal fonte de renda, e a produção volta-se para o mercado, sem perder contudo o seu caráter alternativo, podendo destinar-se tanto ao consumo doméstico como à comercialização” (Maldonado, 1986).

Após o encaminhamento da proposta² ao Conselho Nacional de Populações Tradicionais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (CNPT-IBAMA), a “Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau”, conhecida informalmente como “Resex do Corumbau”, foi criada em 21 de setembro de 2000. De acordo com seu Decreto de Criação (Anexo - II), Art. 2º: “A Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau tem por objetivo garantir a exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista da área”.

Já no ano de 2002, como procedimento à implementação desta Unidade, o Plano de Utilização da Resex do Corumbau (atualmente chamado de Plano de Manejo - Fase 1), foi elaborado e aprovado pelo Conselho Deliberativo e encaminhado ao CNPT-IBAMA, que determinou um prazo de três anos para ser revisado. Uma proposta detalhada de Plano de Manejo para a Resex, idealizada em 2003, está sendo consolidada com apoio do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Esta pesquisa, inserida em uma das metas da proposta aludida, buscou realizar uma análise das potencialidades e conflitos da atividade turística em três vilas do entorno da Resex de Corumbau, sob dois diferentes pontos de vista: a percepção³ dos turistas sobre a vila visitada e a percepção da comunidade extrativista, sobre a influência do turismo em seu modo de vida. Nesse sentido, teve como proposições centrais, identificar o estágio de evolução da atividade turística em três vilas da Resex, de acordo com as transformações sócio-ecológicas relatadas, e prever possíveis impactos futuros com base nos modelos⁴ propostos. Ainda, estratégias para um planejamento turístico adequado foram identificadas, com foco na valorização do sistema pesqueiro extrativista: o cerne da criação desta Reserva.

² Procedimentos orientados pelo “Roteiro para Criação e Legalização das Reservas Extrativistas”, o qual tem o objetivo de orientar as comunidades e organizações governamentais ou não, que se propuserem participar na criação e legalização de reservas extrativistas (IBAMA, 2004).

³ Percepção é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados. Muito do que percebemos tem valor para nós, para a sobrevivência biológica, e para propiciar algumas satisfações que estão enraizadas na cultura (Tuan, 1980).

⁴ Modelos de Desenvolvimento de Balneários (MDB): O modelo de Butler (1980) pressupõe que a evolução de uma destinação turística, estabelece uma curva exponencial de acordo com o aumento do número de turistas através do tempo; e o modelo de Smith (1991) pressupõe oito fases de evolução de balneários costeiros, em função do desenho urbanístico do local e da infraestrutura turística presente.

A Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau - BA é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, que abrange biogeograficamente a Zona Costeira, considerada como Patrimônio Nacional no Parágrafo 4º do Art. 225 da Constituição Federal brasileira (1988). A Zona Costeira caracteriza-se pela interface entre o ambiente terrestre e marinho, onde a morfogeologia costeira dominada por ciclos astronômicos e meteorológicos, forma um vasto mosaico de ecossistemas que possibilita riqueza biológica em ampla diversidade ambiental.

Uma vez que, a Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau tem como limite continental, a linha da máxima preamar, somente a parte aquática, sob influência das marés, constitui-se em Área Marinha Protegida. A área terrestre onde vivem as populações extrativistas da Resex, constitui-se no “entorno”, ou “zona de amortecimento”, desta Unidade. Diferentemente, nas Reservas Extrativistas Florestais, a população extrativista reside na área e possui seu Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, conforme o SNUC: “A Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no Art. 23 desta Lei⁵ e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei”.

De acordo com o IBAMA (2002), o relacionamento das Unidades de Conservação com suas vizinhanças, deve ser trabalhado buscando-se o entendimento e o apoio das populações locais, a promoção do desenvolvimento sócio-econômico das comunidades e o estabelecimento de processos participativos. O processo participativo surge como uma maneira de resolver os conflitos existentes entre a sociedade local e a Unidade e assim obter maior aproximação e cooperação entre os administradores das unidades, comunidade acadêmica, ONG's, autoridades regionais, grupos da sociedade civil organizada e comunidades vizinhas.

O SNUC assegura a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação em modelos de gestão compartilhada, ou “co-gestão”, com o órgão executor, que no caso da Resex do Corumbau, é o CNPT-IBAMA. Sistemas em rede de co-gestão são indicados para que o poder não fique centralizado e distante demais da realidade diária, nem tão descentralizado, uma vez que não atinja a dimensão geográfica necessária para a resolução dos problemas (Folke *et. al.*, 1998).

⁵ Que dispõe sobre “Contrato de Concessão de Direito Real de Uso” das Reservas Extrativistas.

Atualmente o CNPT-IBAMA compartilha a gestão de 33 Reservas Extrativistas, sendo 19 de recursos florestais e 14 de recursos pesqueiros, onde vivem aproximadamente 9.000 famílias, perfazendo 6.000.000 hectares de área (Rodrigues *et. al.*, 2004). Ainda, de acordo com o mesmo autor, cerca de 65 outras áreas estão estudadas para criação de desta categoria de Unidade de Conservação.

De acordo com o SNUC, as Reservas Extrativistas devem implementar o Plano de Manejo, como instrumento norteador e normatizador das atividades extrativistas, de maneira a garantir, no planejamento do uso do espaço costeiro-marinho e as necessidades produtivas e culturais das populações tradicionais: “O Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.” (Art. 27, Parágrafo 1º). O Roteiro Metodológico elaborado para auxiliar a elaboração do Plano de Manejo de Reservas Extrativistas, além de atender às determinações do SNUC, apresenta a introdução do conceito de “Plano de Manejo de Uso Múltiplo”, que a rigor, difere dos modelos tradicionais de Planos de Manejo, que eram direcionados apenas para um recurso ou uma determinada atividade produtiva (Rodrigues *et. al.*, 2004).

O Plano de Manejo – Fase 1 elaborado para a Resex do Corumbau (IBAMA/CNPT & CI, 2002 - Anexo III), tem como objetivo de “servir de guia para que os extrativistas realizem suas atividades dentro de critérios de sustentabilidade⁶ ecológica, econômica e social”. Todos os extrativistas, na qualidade de co-autores e co-gestores na Administração da Reserva, de forma coletiva ou individual, são responsáveis pela execução do referido Plano. A Gestão da Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau é atribuída ao Conselho Deliberativo o qual possui 28 vagas, ocupadas por um total de 56 conselheiros (28 efetivos e seus respectivos suplentes – Anexo IV), sendo que uma vaga é destinada a representantes do setor turístico. Ainda, já existe uma câmara técnica para discussão da questão do turismo na Resex, constituída por 8 conselheiros.

⁶ O conceito de “sustentabilidade” é definido neste Plano, como a implantação e a consolidação de atividades exploratórias e produtivas que permitam: a manutenção biológica dos ecossistemas da área da RESEX; a reprodução permanente das espécies aquáticas animais ou vegetais que tenham no mar seu normal ou mais freqüente meio de vida, bem como sua regeneração completa; e que possibilitem à população local viver em condições de crescente qualidade e dignidade.

São metas a serem alcançadas com o Plano de Manejo - Fase 1, da Resex do Corumbau: “fundamentar a sobrevivência dos extrativistas pertencentes à Reserva Extrativista Marinha do Corumbau em fontes produtivas que não destruam o equilíbrio ambiental, permitindo sua preservação para as presentes e futuras gerações. Entre as distintas atividades produtivas dos extrativistas encontram-se: o aproveitamento dos recursos pesqueiros nas modalidades de pesca artesanal; pesca subaquática amadora; pesca esportiva; o ecoturismo; a aqüicultura; o beneficiamento do pescado e sua comercialização”.

Devido aos acordos de pesca elaborados entre as comunidades envolvidas, a Reserva Extrativista Marinha do Corumbau foi dividida na latitude 16° 59' 25,40"S, entre setores Norte e Sul. Atualmente estão cadastrados na Resex do Corumbau 484 extrativistas entre as comunidades da Área Norte: Veleiro, Corumbau, Aldeia Indígena da Barra Velha, Caraíva e Curuípe; e da Área Sul: Japara, Cumuruxatiba, Imbassuaba e Barra do Cahy. Considerando ainda as famílias destes pescadores, cerca de 1.750 pessoas dependem diretamente das atividades extrativistas. Indiretamente, este universo chega a aproximadamente 10.500 pessoas, quando são considerados os benefícios indiretos da Resex, tanto em relação à pesca quanto ao turismo, nos distritos de Cumuruxatiba, Corumbau e Caraíva (IBAMA, 2003); fato que justifica a escolha destas três vilas como objeto de análise neste estudo.

O crescimento do turismo é notável não só pelas belezas naturais, mas também, pela relevância histórica desta região. O local abriga o ponto de chegada da frota portuguesa no ano de 1.500 e é onde se encontra a Reserva Indígena Aldeia Barra Velha, do povo Pataxó que teve o primeiro contato com os descobridores. Devido à sua importância histórica e cultural, este trecho do litoral baiano é denominado pela Secretaria de Turismo do Estado da Bahia “Costa do Descobrimento” (composto pelos municípios de Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália e Belmonte). De acordo com a Rede de Gestão Compartilhada para o Desenvolvimento do Arranjo Produtivo do Turismo na Costa do Descobrimento (2004), esta região se constitui no segundo pólo turístico da Bahia, sendo que no ano de 1999 recebeu cerca de um milhão de turistas.

O município de Prado foi classificado na “Costa da Baleia”, cuja denominação deve-se à presença da Baleia Jubarte (*Megaptera Novaeangliae*), que se reproduz na primavera nesta área e que, também tem atraído muitos turistas devido à presença de importantes bancos de recifes coralíneos do complexo dos Abrolhos. A beleza natural dos recifes de coral, constitui importante atrativo turístico, que combinado com o

aumento da popularidade das práticas de mergulho, chama cada vez mais a atenção do público (Prates *et. al.*, 2002).

Neste sentido, apesar do objetivo da criação da Resex do Corumbau ter sido centrado na sustentabilidade da atividade pesqueira extrativista, o turismo praticado hoje, tanto na parte terrestre, como na parte aquática, torna-se um importante fator econômico a ser considerado na gestão desta Unidade de Conservação. De acordo com o SNUC (Art. 18, Parágrafo 3º), a visitação pública em Reservas Extrativistas é permitida, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área. Ressalva-se que, são proibidas a exploração de recursos minerais e a caça amadorística ou profissional (Art. 18, Parágrafo 6º), que no caso da Resex do Corumbau, podem ser entendidas como a exploração dos recifes de corais e a caça sub-aquática.

Dentre os impactos mais relevantes do turismo sobre ambientes recifais estão: danos físicos à biota, causado pelo pisoteamento e o tráfego desordenado e ancoragem de embarcações, aumentado durante a temporada de verão; pesca predatória por mergulhadores amadores, a qual é altamente seletiva, e pode reduzir drasticamente os estoques das espécies visadas ou espécies consideradas adequadas para a aquariofilia e para venda como souvenirs; e ainda, resíduos sólidos despejados ao mar (Maida *et al.*, 1997; Castro, 1999 apud Prates, 2002).

O Plano de Manejo – Fase 1 regulamenta a atividade turística na Reserva Extrativista Marinha do Corumbau: “É permitida a realização de atividades de ecoturismo na RESEX, desde que estas atividades sejam realizadas em consonância com a conservação dos recursos ambientais e não comprometam a qualidade de vida, as tradições ou as atividades das comunidades extrativistas. As atividades de turismo, lazer e recreação que não envolvem exploração direta dos recursos marinhos (pesca e outras formas de extrativismo), serão regidas por portaria específica, que deverá estar em consonância com as diretrizes deste Plano de Manejo”.

Nota-se, que este Plano adota o conceito de ecoturismo definido pela EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo): “turismo desenvolvido em localidades de potencial ecológico, de forma conservacionista, procurando conciliar a exploração turística com o meio ambiente, harmonizando as ações com a natureza e oferecendo aos turistas um contato íntimo com os recursos naturais e culturais da região, buscando uma consciência ecológica nacional”.

De acordo com Pires (2002), o ecoturismo inclui-se como uma categoria particular dentre as mais variadas formas de turismo alternativo⁷. Este autor identificou 60 denominações relacionadas a categorias de “turismo alternativo”, muitas vezes considerando a similaridade e até a redundância entre algumas delas: turismo ambiental, turismo ecológico, turismo rural, turismo sustentável, turismo participativo, turismo responsável, turismo suave ou brando, turismo cultural, etc. Segundo este autor o ecoturismo, particularmente, compreende em:

1. viagens recreativas, responsáveis por áreas de significativo valor natural, com a finalidade de apreciar, desfrutar e fundamentalmente entender tanto os problemas ambientais no sentido físico, quanto os valores culturais que encerram;
2. apoio à conservação ambiental com o uso sustentável dos recursos;
3. participação das populações locais para obtenção máxima de benefícios econômicos do turismo, usando os recursos de maneira racional;
4. máxima diminuição de possíveis impactos físicos e culturais que essa atividade possa gerar; e
5. educação ambiental visando à formação e ao aprofundamento da consciência ecológica e respeito aos valores, tanto para a comunidade anfitriã, quanto para os turistas.

Identificado tais méritos, o ecoturismo passa a ser reconhecido como instrumento viável de “utilização sustentável” do meio natural e de valorização das culturas autóctones, sendo aceito e proposto como alternativa para o desenvolvimento de regiões periféricas e remotas do mundo subdesenvolvido, inicialmente por parte dos organismos conservacionistas com atuação mundial (IUCN, WWF, CI E CN) e, num segundo momento, pelos próprios governantes dos países dessas regiões (Pires, 2002). Dentre as organizações internacionais mencionadas acima, a CI (Conservation

⁷ [...] segmentos crescentes de turistas insatisfeitos com a qualidade da experiência de viagem oferecida pelo modelo de turismo massificado, caracterizado pela padronização das viagens e dos serviços e pela esteriotipação dos programas e pacotes, começam a expressar seu desejo por novas alternativas turísticas, em que possam engajar-se em atividades sociais e culturais, dessa forma dando mais sentido à sua auto-realização (Pearce, 1994 apud Pires, 2002).

International) mantém estreita relação na co-gestão da Resex do Corumbau, desde a fase prévia à concepção desta Reserva.

O Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR, 2005), por sua vez, possui uma visão desenvolvimentista a respeito do turismo considerando que este: “se constitui em um importante setor para alavancar o crescimento econômico, como atividade considerada capaz de traduzir a imensa riqueza natural, étnica e cultural do Brasil, bem como pela capacidade empreendedora de um efetivo instrumento de geração de emprego e renda, o qual contribui para melhoria da qualidade de vida e inclusão social”.

Todavia, Pires (2002), de modo a contribuir à promoção do ecoturismo, lembra que no ano de 1980 a IUCN expôs no documento “Estratégia Mundial para a Conservação” que: “Enquanto o desenvolvimento⁸ econômico procura alcançar as finalidades do homem, antes de tudo, através da utilização da biosfera, a conservação⁹ procura atingi-las por meio da manutenção da referida utilização”. Neste sentido, no âmbito da Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau, o turismo deve ser planejado, dentro da Área Marinha Protegida e na sua Zona de Amortecimento, adequando-o à atividade extrativista, e conciliando-o à conservação dos recursos naturais marinho-costeiros, frente às previsões de desenvolvimento deste setor.

Segundo a EMBRATUR (2005), no Brasil o número de estabelecimentos relacionados ao turismo cresceu de 83.436 para 150.227 e os empregos gerados evoluíram de 3.322.550 para 5.811.220, entre os anos 1994 e 2000. Ainda, o recém criado Ministério do Turismo tem como metas prioritárias de sua gestão atingir, até 2006, o total de 9 milhões de turistas estrangeiros por ano e gerar divisas na ordem de US\$ 8 bilhões; aumentar de 41 milhões para 60 milhões os desembarques anuais nos vôos domésticos e criar condições para gerar 1,2 milhão de novos empregos no turismo ao final do período. O ano de 2003 marcou o início desse processo, estando a atuação do Ministério caracterizada, dentre outras coisas, em: “formular a Política Nacional do Turismo em parceria com a sociedade brasileira, especialmente com todos aqueles

⁸ Desenvolvimento: [...] “é a modificação da biosfera e a aplicação dos recursos humanos e financeiros visando à satisfação das necessidades humanas e à melhoria da qualidade de vida do homem. Para que o desenvolvimento possa ser sustentado, deve-se levar em consideração, além dos fatores econômicos, os de caráter social e ecológico e a disponibilidade de recursos bióticos e abióticos” (IUCN, 1984 apud Pires, 2002).

⁹ Conservação: [...] “é a gestão da utilização da biosfera pelo ser humano de tal maneira que produza o maior benefício sustentado para as gerações atuais, mas que mantenha sua potencialidade para satisfazer às necessidades e às aspirações das gerações futuras. A conservação é positiva e compreende a preservação a manutenção, a utilização sustentada, a restauração e a melhoria do ambiente natural” (IUCN, 1984 apud Pires, 2002).

organismos públicos, privados e não governamentais que possuem interfaces com o setor”; e ainda, “potencializar os atrativos turísticos dos diversos segmentos transformando-os em produtos para a comercialização, de sorte que fortaleça e amplie o turismo interno” (EMBRATUR, 2005).

Neste sentido, atenta-se para um provável crescimento do turismo também na região da Resex do Corumbau, devido à relevância histórica, cultural e natural da Costa do Descobrimento e da Costa da Baleia, alertando-se para que o processo de “massificação” do turismo seja prevenido. Pires (2002) elenca um conjunto de fatos e acontecimentos amplamente constatados gerados pela massificação do turismo:

- expropriação e ocupação violenta do território por parte das forças e agentes turísticos;
- especulação imobiliária e da terra;
- expulsão e marginalização das populações locais;
- ruptura dos valores culturais e desequilíbrio da economia local;
- degradação de culturas tradicionais;
- manipulação da memória e da herança coletiva;
- violação de lugares sagrados;
- segregação étnica;
- formação de “guetos” turísticos;
- desvios de comportamento e prostituição de mulheres e adolescentes;
- comportamento grosseiro e insensível de turistas nos destinos estrangeiros;
- poluição e destruição do meio natural;
- imperialismo econômico de corporações transnacionais, neocolonialismo; e
- evasão das divisas para o exterior.

No ano de 2001, face à previsão de que o Turismo Internacional quase triplicará o seu volume nos próximos vinte anos, o Código Mundial de Ética do Turismo foi reconhecido pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), com o intuito de ajudar a minimizar os efeitos negativos do turismo no meio ambiente e no patrimônio cultural, aumentando simultaneamente, os benefícios para os residentes nos destinos turísticos (OMT, 2005). Este código é composto por 10 artigos que determinam princípios éticos para o planejamento do turismo mundial. Dentre os princípios

propostos, destacam-se alguns que podem auxiliar no planejamento da Resex do Corumbau:

- O turismo, atividade geralmente associada ao repouso, à diversão, ao desporto, ao acesso à cultura e à natureza, deve ser concebido e praticado como meio privilegiado de desenvolvimento individual e coletivo. Praticado com a necessária abertura de espírito, constitui-se em um fator insubstituível de auto- educação, de tolerância mútua e de aprendizagem das diferenças legítimas entre povos e culturas, e de sua diversidade.
- É dever de todos os agentes envolvidos no desenvolvimento turístico salvaguardar o ambiente e os recursos naturais, na perspectiva de um crescimento econômico sadio, contínuo e sustentável, capaz de satisfazer equitativamente as necessidades e as aspirações das gerações presentes e futuras.
- O turismo de natureza e o ecoturismo são reconhecidos como formas de turismo especialmente enriquecedoras e valorizadoras, sempre que respeitem o patrimônio natural, as populações locais e se ajustem à capacidade de carga dos locais turísticos.
- A atividade turística deve ser concebida de forma a permitir a sobrevivência e o desenvolvimento de produções culturais e artesanais tradicionais, bem como do folclore, e que não provoque a sua padronização e empobrecimento.
- Uma particular atenção deve ser dada aos problemas específicos das zonas costeiras e aos territórios insulares, bem como às zonas rurais e serranas, frágeis, onde o turismo representa, muitas vezes, uma das raras oportunidades de desenvolvimento face ao declínio das tradicionais atividades econômicas.

O turismo também foi citado pela Unesco (2000), através do programa 'Meio Ambiente e Desenvolvimento em Regiões Costeiras e em Pequenas Ilhas' (CSI¹⁰), dentre as seis necessidades prioritárias a serem tratadas no âmbito de regiões costeiras e pequenas ilhas, sendo indicado o gerenciamento do crescimento turístico para proteger a integridade cultural e ambiental dos ecossistemas. Outras necessidades prioritárias de gestão indicadas pela Unesco, foram: Mudanças climáticas; Desastres ambientais e naturais e variabilidade climática; Água potável; Energias alternativas; e Recursos marinhos e costeiros (proteção dos ecossistemas costeiros e dos recifes de corais da poluição e sobre-pesca).

No relatório "O Brasil e o Mar no Século XXI" (CNIO, 1998), é apontado que a intensificação do turismo particularmente nas áreas costeiras pode acarretar efeitos sociais negativos, tais como: a escassez de moradias e a especulação imobiliária, a elevação dos preços de bens de consumo, restrições de acesso a praias e locais de lazer, além de prejuízos econômicos a comunidades de pescadores ou extrativistas que dependam da exploração dos recursos naturais para o seu sustento. De acordo com este relatório, os impactos mais evidentes sobre o meio ambiente, provocados pela ocupação excessivamente rápida e desordenada da faixa costeira, são:

- Destruição de ecossistemas, desmatamentos e ameaças à biodiversidade terrestre e marinha;
- Elevação dos níveis da poluição provocada pelo lançamento de rejeitos sólidos e líquidos no solo, nos cursos e corpos d'água e no mar;
- Degradação do litoral pela intensa retirada de areia, mangues e vegetação, pela erosão terrestre e marinha e pela destruição de paisagens; e
- Redução na disponibilidade de água doce em função do aumento da demanda, utilização excessiva das reservas d'água no subsolo e subterrânea, e rebaixamento do lençol freático.

¹⁰ Coastal and Small Islands – Reforçando o fato que a variedade de problemas encontrados requerem pesquisa transdisciplinar e formulação de políticas coerentes para ações integradas em melhorar o gerenciamento dos recursos nos ambientes costeiros, a UNESCO lançou em 1996 o programa 'Meio Ambiente e Desenvolvimento em Regiões Costeiras e em Pequenas Ilhas' (CSI), que fornece uma plataforma transversal de cooperação entre os diferentes programas da Organização nos Estados Membros, instituições envolvidas e outros parceiros no mundo (UNESCO, 1997).

De acordo com Clark (1996), os impactos negativos do turismo nas Zonas Costeiras podem ser minimizados se for dada prioridade à avaliação dos impactos potenciais sobre os recursos naturais e como consequência, for estabelecido um plano de controle do sistema. Neste sentido, o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (Lei N° 7.661/88) sustenta um plano de gestão participativa, com responsabilidades sociais compartilhadas entre os vários níveis de governo e setores da sociedade.

O Planejamento Costeiro deve envolver uma avaliação abrangente da realidade e, objetiva o planejamento de usos e o gerenciamento dos sistemas e recursos, levando em consideração aspectos de natureza histórica, cultural e das tradições, bem como os conflitos de interesses e a utilização do espaço a ser analisado (CICIN SAIN, 1993 apud Polette & Pagetti-Silva, 2003). Neste sentido, o Gerenciamento Costeiro Integrado propõe um modelo de espiral ascendente para reavaliação contínua de todas as atividades setoriais que afetam a zona costeira e seus recursos, lidando também com os principais temas sociais, econômicos e àqueles relacionados à questão ambiental e/ou ecológica (Polette & Pagetti-Silva, 2003): “Este é um processo, pois se caracteriza por ser participativo, contínuo, interativo e adaptativo, que inclui uma série de deveres associados”.

No Estado da Bahia o GERCO foi aplicado apenas no setor Centro-Norte do Estado, na chamada “Costa dos Coqueiros”. A relevância histórica, cultural e natural da Costa do Descobrimento, é um chamariz para que esta região também seja contemplada com o Gerenciamento Costeiro Integrado em nível estadual, abrangendo: o mosaico de Unidades de Conservação, as Reservas Indígenas, as terras agrícolas e pecuárias, os núcleos de expansão urbana, destacando-se a conservação da vegetação nativa e manutenção da qualidade dos mananciais e das nascentes d’água, frente ao avanços das indústrias de papel e celulose sobre a Mata Atlântica.

Desta forma, é desejável na esfera pública, uma maior integração dos instrumentos de políticas existentes, como apoio à gestão integrada da zona costeira. Entre estes, destacam-se:

- A Política Nacional de Meio Ambiente (Lei N° 6938/81), especialmente sobre o que trata o Art. 9;
- o Zoneamento da Unidade de Conservação e seu entorno determinado pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei N°9.985/00);

- o Plano Diretor Municipal, instituído através do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01);
- a Bacia Hidrográfica como unidade de planejamento, instituída através Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433/97);
- as Áreas de Preservação Permanente, instituídas pelo Código Florestal Brasileiro (Lei N° 4.771/65);
- o GERCO, instituído através II Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro — (Lei N° 7.661/88);
- as Áreas Especiais de Interesse Turístico e os Locais de Interesse Turístico, instituídas pela Lei N° 6.513/77 e regulamentada pelo Decreto N° 86.176/81.

As Áreas Especiais de Interesse Turístico e os Locais de Interesse Turístico, (Lei N° 6.513/77), são áreas constituídas por “bens de valor cultural e natural, e especialmente: bens de valor histórico, artístico, arqueológico ou pré-histórico; reservas e estações ecológicas; áreas destinadas à proteção dos recursos naturais renováveis; manifestações culturais ou etnológicas e os locais onde ocorram; paisagens notáveis; as localidades e os acidentes naturais adequados ao repouso e à prática de atividades recreativas, desportivas ou de lazer; fontes hidrominerais aproveitáveis; localidades que apresentem condições climáticas especiais”.

De acordo com o Decreto N° 86.176/81, a mais recente regulamentação da Lei de 1977, compete à Embratur¹¹, coordenar as atividades relativas à execução deste Decreto, desenvolvidas em estreita colaboração, dentro da respectiva esfera de competência, com os seguintes órgãos e entidades: IPLAN¹², SPHAN¹³, IBDF¹⁴, SEMA¹⁵, CNDU¹⁶, SUDEPE¹⁷. Observando-se as denominações dos órgãos responsabilizados, entende-se, o porquê, da falta de coordenação entre as políticas de turismo, meio ambiente e planejamento, uma vez que a maioria dos órgãos referidos acima, há muito, não existem mais. Os órgãos que sucederam os órgãos extintos, como o IBAMA e a atual Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) deveriam, de

¹¹ Empresa Brasileira de Turismo -na época vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio e hoje, pertencente ao Ministério do Turismo e alterada para: Instituto Brasileiro de Turismo.

¹² Instituto de Planejamento – Secretaria de Planejamento da Presidência da República;

¹³ Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - do Ministério da Educação e Cultura;

¹⁴ Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – na ocasião, do Ministério da Agricultura;

¹⁵ Secretaria Especial do Meio Ambiente - na ocasião, do Ministério do Interior;

¹⁶ Conselho Nacional do Desenvolvimento Urbano – Criado pelo Decreto N° 83.355/79;

acordo com legislação específica, concentrar as responsabilidades das antigas instituições.

O Comitê Econômico e Social – Comunidades Europeias (1990) considera que deve ficar bem claro que o turismo e a política regional não podem ser abordados de forma isolada, pois a atividade turística envolve autoridades e setores de atividade a nível local e regional, tanto os diretamente ligados ao turismo, por exemplo hotéis, restaurantes, bares, bem como os relacionados de forma indireta com o turismo, como é o caso do comércio, da indústria artesanal, da agricultura, entre outros.

Um movimento recém iniciado para a região da Costa do Descobrimento é a “Rede de Gestão Compartilhada para o Desenvolvimento do Arranjo Produtivo do Turismo na Costa do Descobrimento” (2004): este é um “movimento de cidadania que tem como objetivo a promoção de um Desenvolvimento Incluyente (que ofereça oportunidades de melhoria da qualidade de vida para todos os residentes da região), Integrador (que leve em conta todos os setores que intervêm no APL¹⁸) e Promotor de Sustentabilidade (que beneficie a geração atual e leve em conta as futuras gerações); através da articulação de esforços dos agentes do governo do meio empresarial e da sociedade civil em um exercício permanente de co-responsabilidade e compartilhamento”. Algumas metas foram construídas nas reuniões desta Rede:

- Implantar, dar sustentação e aprimorar uma rede de gestão compartilhada visando o desenvolvimento sustentável do APL do turismo da Costa do Descobrimento;
- Preservar e recuperar o meio ambiente da Costa do Descobrimento;
- Ampliar e fortalecer a infra-estrutura adequada às atividades produtivas e à qualidade de vida da população da costa do Descobrimento;
- Promover a identidade cultural e a educação para a cidadania na região visando a excelência da qualidade de vida; e
- Dinamizar e diversificar a economia tendo como vetor principal o APL do turismo;
- Instalar um processo permanente de direcionamento estratégico regional.

¹⁷ Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – na ocasião, do Ministério da Agricultura.

¹⁸ Entende-se por Arranjo Produtivo Local (APL) uma rede de empresas localizadas em um mesmo território que operam atividades econômicas inter-relacionadas: produtoras de bens e serviços finais, fornecedoras, comercializadoras, prestadoras de serviços e consultorias; e todas as demais instituições envolvidas nestas atividades, as de representação, as de ensino e pesquisa, de engenharia e desenvolvimento, de política, promoção, financiamento etc.

Desta forma, verifica-se a importância em se integrar o planejamento do turismo às políticas federais, estaduais, municipais e locais. Esta constatação é indicada ao planejamento do turismo no âmbito da Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau, sobretudo com relação às atividades da pesca extrativista. De acordo com Figueira (2002), os novos estudos na RESEX Marinha do Corumbau devem servir de embasamento à proposição de revisões ao modelo de política pública proposto: “É preciso que os dados coletados sofram um maior aprofundamento e uma confrontação com aqueles surgidos dos demais estudos realizados, a fim de promover uma integração das perspectivas e proposição de estratégias de gestão”.

Este trabalho se caracteriza em um diagnóstico do estágio de evolução da atividade turística praticada na Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau e em sua área de entorno. Os resultados obtidos fornecem bons subsídios às discussões do novo Plano de Manejo, uma vez que potencialidades turísticas foram identificadas, conflitos existentes foram entendidos e cenários futuros do desenvolvimento das localidades podem ser previstos de acordo com a literatura estudada.

Este trabalho concentrou-se em encontrar respostas à seguinte pergunta de pesquisa: Pode a atividade turística ser praticada em harmonia com a cultura extrativista e com o meio natural marinho-costeiro da Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau?

2. OBJETIVOS

Objetivo Geral

Fornecer subsídios para o novo Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau – BA, quanto à adequação da atividade turística à atividade extrativista, através da identificação de potencialidades e conflitos sócio-ecológicos em três vilas da área de entorno: Cumuruxatiba, Corumbau e Caraíva - as duas primeiras localizadas no município de Prado e a última localizada no município de Porto Seguro.

Objetivos Específicos

- Identificar o perfil e a percepção da comunidade turística que visita a região da Resex, quanto ao seu meio natural e social;
- Verificar a percepção dos representantes extrativistas, quanto ao meio natural e social na Resex, bem como, identificar as dificuldades e expectativas destes, quanto à gestão dos recursos turísticos;
- Identificar o estágio de evolução da atividade turística nas vilas com base nos modelos de desenvolvimento de destinações turísticas (Butler, 1980 e Smith, 1990);
- Identificar potencialidades, conflitos e perspectivas para a adequação do turismo na Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau e sua área de entorno.

3. ÁREA DE ESTUDO

Neste mesmo dia, a horas de véspera, houvementos vista de terra! A saber, primeiramente de um grande monte, muito alto e redondo; e de outras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos; ao qual monte alto o capitão pôs o nome de O Monte Pascoal e à terra A Terra de Vera Cruz!

*Carta de Pero Vaz de Caminha,
Primeiro de maio de 1500.*

A Resex do Corumbau localiza-se ao Sul do estado da Bahia (Figura 1), entre os municípios de Porto Seguro (ao norte) e Prado (ao sul), compreendendo o bioma da Zona Costeira Marinha. Situa-se em uma área de 98.174 hectares em águas territoriais brasileiras, entre os pontos geográficos: 16° 43' 20,53"S e 39° 07' 11,95"W (Ponta do Jacumã); 16° 43' 20,53"S e 38° 58' 51,60"W (Oceano Atlântico); 17° 13' 28,96"S e 39° 04' 28,50"W (Oceano Atlântico); 17° 13' 29,00"S e 39° 12' 51,63"W (Rio das Ostras).

A região costeira adjacente é um mosaico de ambientes margeados por remanescentes de Mata Atlântica, falésias¹⁹ do tipo "Barreiras", restingas, cordões de dunas frontais, praias arenosas, manguezais, fundos de algas dentre bancos recifais²⁰. Esta região é classificada como "Litoral Leste" da costa brasileira (Ab'Saber, 2001), compreendendo em "um complexo costeiro com arquipélagos (costas desvinculadas), passando a feixe de restingas que encarceram lagunas de contorno irregular (drenagens na retroterra em um modelo de águas semitrançadas), onde sucessivas barras de pequenos cursos d'água e belas praias arenosas compõem a linha de costa e

¹⁹ Falésia: termo usado indistintamente para designar formas de relevo litorâneo abruptas ou escarpadas... Nas áreas de tabuleiros da costa oriental do nordeste-leste, as falésias foram talhadas em tempos subatuais, existindo hoje, ordinariamente, transformadas em sinuosas falésias fósseis que recebem o nome popular de barreiras regionais. O trabalho do mar nas falésias se faz pelo solapamento da base (Ab'Saber, 2001).

²⁰ Recifes em barreiras paralelas, sob a forma de paleopraias de arenitos, ocasionalmente entremeados por setores biogênicos coralígenos. As rochas que mantêm o recife arenítico têm sido designadas por *beach rock*, o que caracteriza como herança de paleopraias subatuais litificadas. Muitos autores têm identificado na paisagem dos recifes uma muralha rara de arenitos ou de setores coralígenos alinhados que na maré baixa afloram parcialmente, enquanto nas marés altas se transformam em faixas de arrebentação, as quais atenuam a dinâmica das praias atuais, formando alongadas piscinas naturais, encarceradas entre a linha de costa e o bordo interno ligeiramente escarpado dos recifes.

estão presentes tabuleiros²¹ ondulados com florestas contínuas até a borda leste do Planalto Sul-Baiano. Na Costa do Descobrimento, ocorrem barras graciosas de rios provenientes do Planalto Sul-Baiano. São imensas as potencialidades turísticas desse macrossetor da costa tropical atlântica do país”.

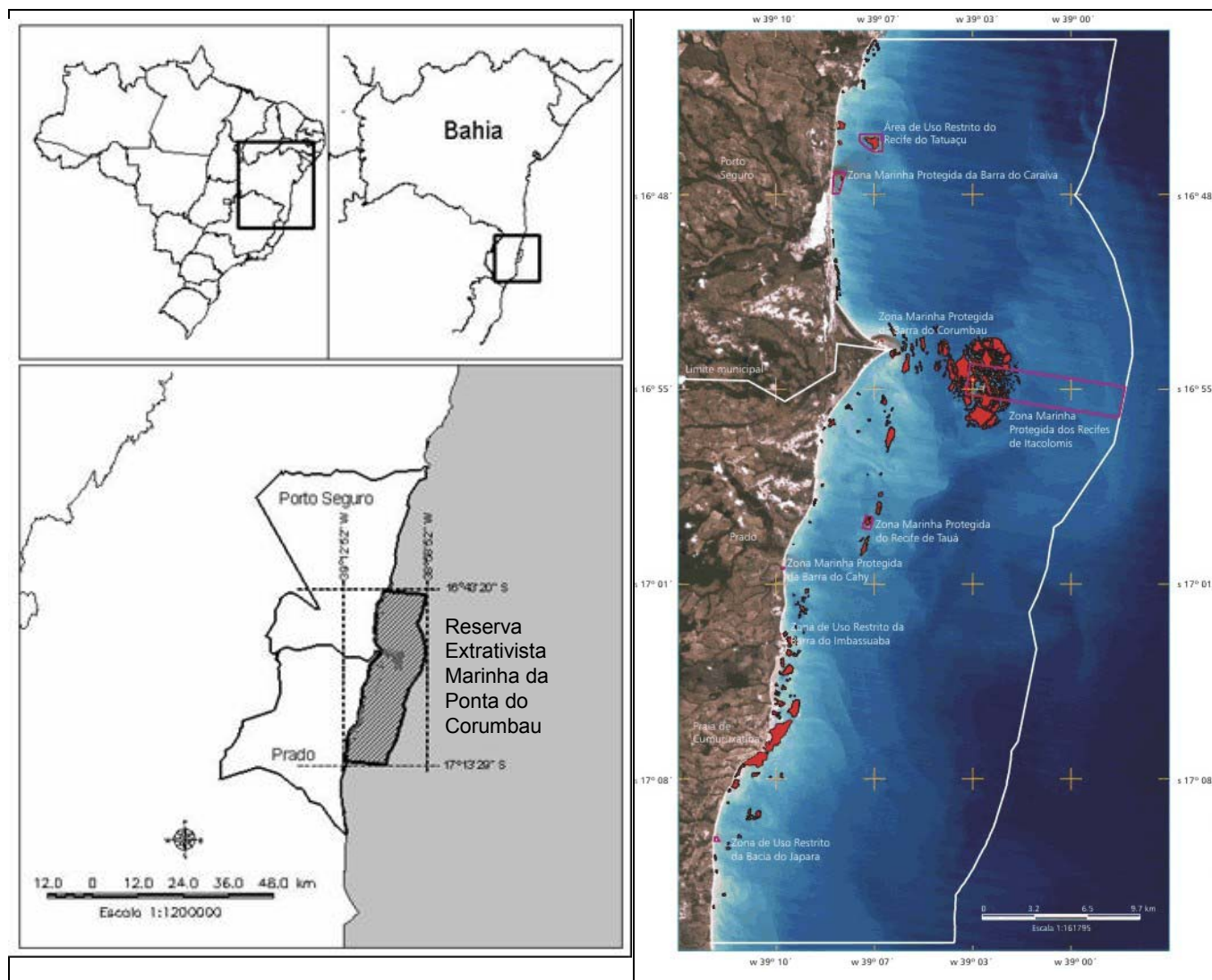


Figura 1: Localização geográfica e delimitação da Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau (à esquerda) e mapeamento da área recifal (à direita), realizado por MMA/SBF (2003).

²¹ Tabuleiro: forma topográfica de terreno que se assemelha a planaltos, terminando geralmente de forma abrupta. Paisagem da topografia plana, sedimentar e de baixa altitude que também aparece na costa da Bahia e Espírito Santo (Ab'Saber, 2001).

Estudos apontam que praias imediatamente a norte de Porto Seguro e praias aproximadamente 10 km a sul da Ponta do Corumbau possuem inclinação moderada a forte, são compostas por areia grossa e apresentam uma pequena largura da face da praia (Reimão-Silva *et. al.*, 2001). Já, as praias localizadas na porção norte da Ponta do Corumbau são protegidas da ação das ondas grandes vindas de SE e SSE, devido à presença dos recifes de coral (Recife Itacolomis), desta forma, são compostas por areias grossas a muito grossas, apresentam inclinação forte à moderada e uma pequena largura da face da praia, compatíveis com o regime de baixa energia das ondas. Os autores ainda constataram a ocorrência de eventos de erosão costeira, nessas praias, em diferentes épocas do ano.

O Recife Itacolomis, posicionado à frente da Ponta do Corumbau, é um importante banco de recifes coralíneos, que abriga variedade de estoques pesqueiros em recuperação (Francini-Filho & Moura, 2004). A área recifal total mapeada na Resex do Corumbau compreende cerca de 1.846,11 hectares (MMA/SBF, 2003).

Esta formação coralínea encontrada na área da Resex é uma extensão do complexo recifal de Abrolhos, chamado “Banco dos Abrolhos”, o qual é uma área rasa com cerca de 32.000 km² ao largo da costa sul da Bahia, onde ocorrem diversas espécies endêmicas de corais, crustáceos e moluscos. Neste local foi criado o primeiro Parque Nacional Marinho do Brasil, englobando as ilhas que compõem o Arquipélago dos Abrolhos, locais de nidificação das mais importantes colônias de aves marinhas do país e o principal local de reprodução das Baleias Jubarte (*Megaptera novaeangliae*) ao Sul do Oceano Atlântico (IBAMA/CNPT & CI, 2002). Esta região de Abrolhos é considerada a mais piscosa da Bahia, com capturas mensais por pescador chegando a 639,77 kg/mês. Os recursos atualmente explorados são peixes (principalmente da família Lutjanidae) e crustáceos marinhos, principalmente o camarão sete-barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*) (IBAMA/CNPT & CI, 2002).

Como indicado pelo Plano de Ação Federal para a Zona Costeira do Brasil, a análise do “*Macrodiagnóstico da Zona Costeira do Brasil na Escala da União*”, (PNMA, 1996 *in* MMA, 1998), reconhece a Costa do Descobrimento e Costa das Baleias (BA), como áreas prioritárias para conservação da biodiversidade marinha no Oceano Atlântico. Esta foi declarada pelo Ministério do Meio Ambiente, em 2002, área de *Extrema Importância Biológica*, com base no “Workshop para Definição de Áreas

Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade Costeira e Marinha do Brasil” (MMA/SIP/DEMAI, 1998).

Até pouco antes da criação da Resex do Corumbau, no ano de 1999, o município de Porto Seguro possuía duas Unidades de Conservação Federais, duas Estaduais, duas Municipais e oito reservas Indígenas, totalmente ou parcialmente inseridas no município. Já o município de Prado apresentava apenas uma Unidade de Conservação Federal totalmente inserida no município e uma Reserva Indígena parcialmente instalada no município (Apêndice 1 - Tabela 1).

Das Unidades de Conservação que intersectam área de entorno com a área de entorno da Resex do Corumbau, estão: a Área de Proteção Ambiental Caraíva – Trancoso, o Parque Nacional do Monte Pascoal e o Parque Nacional do Descobrimento. Estes dois últimos ainda integram o Sítio do Patrimônio Mundial Natural, área reconhecida pela UNESCO como “Costa do Descobrimento - Reservas de Mata Atlântica”, uma área 111.930 hectares localizada entre os estados da Bahia e do Espírito Santo, que abrangendo mais outras seis áreas protegidas que possuem importantíssimos remanescentes de Mata Atlântica (MMA, 2005).

A região é de contrastes, concentrando as áreas mais preservadas do país e, no sentido oposto, também as mais degradadas, uma vez que o município de Porto Seguro, possui apenas 25% de floresta remanescente (Glória, 2005). Para fortalecer as ações preservacionistas, a regional do IBAMA em Eunápolis defende a criação de dez parques nacionais, a consolidação das atuais unidades de conservação, fomento ao crescimento dos remanescentes, implantação de corredores ecológicos e zoneamento econômico-ecológico da região (Glória, op. cit.).

De acordo com o Art. 26 do SNUC: “Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional”.

Neste contexto, ainda devem ser levados em consideração a existência de diversos conflitos fundiários, com relação à crescente população de “sem-terras” e a secular questão indígena. Sampaio (2000) relata que, “quando o governo federal implantou em 1961 o Parque Nacional de Monte Pascoal, certamente não imaginou que

aquelas centenas de "caboclos" que pretendeu indenizar, e que viviam na isolada povoação de Barra Velha no interior do novo Parque, iriam se tornar em menos de duas gerações, o povo indígena mais numeroso da Bahia, um dos mais numerosos do Nordeste capaz de retomar, quase quatro décadas depois, o seu território esbulhado com a implantação do Parque, questionando a própria constitucionalidade dessa Unidade de Conservação ilegitimamente implantada sobre o território de tradicional ocupação do povo Pataxó".

A questão fundiária do povo Pataxó ficou evidente na mídia na ocasião do "Quinto Centenário do Descobrimento do Brasil", que desencadeou o movimento de "Retomada" das terras indígenas. Muito antes disto, o Ministério da Cultura no ano de 1994, havia lançado um projeto denominado "Museu Aberto do Descobrimento" (Made): "um conjunto de intervenções paisagísticas, arquitetônicas e fundiárias espalhadas por toda a Costa do Descobrimento, de sentidos e interesses duvidosos..." (Sampaio, 2000), que desapropriaria a terra indígena, a favor de empreendimentos turísticos. Em 1997, evidenciando a impossibilidade de executar tal projeto às vistas dos preparativos para as comemorações para o ano 2000, o Ministério da Cultura constatou que, melhor seria construir o memorial sobre a terra indígena, negociando-o com a comunidade detentora do usufruto exclusivo sobre ela. O povo Pataxó negocia até hoje a demarcação de suas terras esperam ansiosos pelo Museu Aberto do Descobrimento.

Fato ainda relevante à questão fundiária indígena é o crescimento demográfico de 13,6% da população indígena do Estado da Bahia, verificado no período de 1994 a 2000 pelo Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia, totalizando um número de 25 mil índios distribuídos em cerca de 12 tribos (Romero, 2005).

Ambos os municípios estudados, Porto Seguro e Prado, são classificados na Mesorregião do Sul Baiano e à Microrregião de Porto Seguro, sendo que o município de Porto Seguro teve sua data de instalação no ano de 1.534 e possui área da unidade territorial de 2.409 km²; e o município de Prado foi instalado no ano de 1.755 e possui área territorial de 1.665 km² (Ministério das Cidades, 2005). Ambos municípios possuem formulada a Agenda 21, porém nenhum destes possuem Plano Diretor, os quais se encontram em um processo lento de criação. De acordo com Glória (2005), o zoneamento urbano e rural de Porto Seguro é fundamental para inibir a ocupação em áreas de preservação: "O conjunto de favelas Baianão é um exemplo da ausência de planejamento urbano que surgiu da invasão, em área de mata, por pessoas atraídas

para trabalhar no setor do turismo e hoje, é uma pequena cidade onde vive quase a metade da população de Porto Seguro”.

De acordo com o Censo Demográfico realizado no ano 2000 (IBGE, 2005), o município de Porto Seguro apresentou cerca de 96.000 residentes e uma densidade demográfica de 39,6 habitantes/km². Já o município de Prado apresentou 26.500 residentes e densidade demográfica de 15,8 habitantes/km². Estimativas realizadas para o ano de 2004 apontaram uma taxa média geométrica de crescimento de 7,5 e 1,9 e uma população de 127.000 e 28.500 residentes, respectivamente para os municípios de Porto Seguro e Prado (Apêndice 1 - Tabela 2). Ainda pode-se verificar um histórico de crescente urbanização nestes municípios, no qual observa-se uma inversão de uma situação domiciliar predominantemente rural, do Censo realizado em 1970, para uma situação predominantemente urbana, do Censo em 2000. Neste ano, foi constatada uma taxa de urbanização de 83,18% e 53,47% respectivamente para os municípios de Porto Seguro e Prado.

O IDH-M²² apresentado para no ano 2000 (PNUD, 2005), indicou condição de desenvolvimento humano intermediário, 0,699 e 0,665 respectivamente, para os municípios de Porto Seguro e Prado. Observa-se um crescimento histórico deste indicador (Apêndice 1 - Tabela 2), o qual, na década de 70, determinou uma condição muito baixa de desenvolvimento humano. O município de Porto Seguro apresentou para o ano 2000 (IBGE, 2005), uma taxa de alfabetização de 82,6% e Prado apresentou uma taxa de 74,2% (Apêndice 1 -Tabela 3).

O número total de domicílios contabilizados pelo Censo chegou a 23.905 e 6.122, para Porto Seguro e Prado respectivamente, sendo que, apenas 5.687 e 182 são atendidos pela rede geral de coleta de esgoto, 12.752 e 3.384 abastecidos com água

²² O Índice de Desenvolvimento Humano, além de computar o PIB per capita e corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, também leva em consideração componentes de longevidade e educação. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. A renda é mensurada pelo PIB per capita, em dólar PPC (paridade do poder de compra), que elimina as diferenças de custo de vida entre os países (PNUD, 2005). Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) a um (desenvolvimento humano total): IDH até 0,499 = condição de desenvolvimento humano baixo; entre 0,500 e 0,799 = médio; e índices maiores que 0,800 são considerados de desenvolvimento humano alto. O IDH-Municipal (IDH-M), embora meça os mesmos fenômenos - educação, longevidade e renda, os indicadores levados em conta não são mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores (SESPA, 2005).

através da rede pública geral e 19.066 e 3.387 domicílios, recebem coleta urbana de lixo (Apêndice 1 - Tabela 4).

O PIB per capita em 2002 foi de 2.500 e 6.109 para os municípios de Porto Seguro e Prado, respectivamente. Em Porto Seguro, o Produto Interno Bruto de 2002 (IBGE, 2005) recebeu o maior valor adicionado aos Serviços, gerando cerca de R\$ 182 milhões, enquanto que em Prado o maior valor adicionado foi da agropecuária com R\$ 115 milhões (Apêndice 1 - Tabela 5).

A importância da economia oriunda dos serviços no município de Porto Seguro, pode ser verificada através do número de vôos internacionais que, no primeiro semestre de 2004, apresentou um crescimento total de 367,6% em relação ao mesmo período de 2003 (Jornal da Mídia, 2004), apontando a preferência, cada vez mais crescente, dos turistas estrangeiros pelo segundo principal destino turístico da Bahia, localizado na Costa do Descobrimento. De acordo com a administradora do Aeroporto Internacional de Porto Seguro, o desembarque de turistas estrangeiros, no período de 2003 a 2004, elevou-se de 2.474 para 17.262, o que corresponde a 597,7% de aumento, enquanto os desembarques nacionais subiram de 100.756 passageiros para 130.623, correspondendo a 29,6% de aumento (Jornal da Mídia, op. cit).

De acordo com a Rede de Gestão Compartilhada para o Desenvolvimento do Arranjo Produtivo do Turismo na Costa do Descobrimento (2004), a Costa do Descobrimento, na década de 90, foi alvo de elevados investimentos em Infra-estrutura num total de 120 milhões de dólares concedidos pelo PRODETUR-BA e financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

4. MATERIAIS E MÉTODOS

Para a execução deste trabalho foram realizadas duas visitas à área de estudo, com duração de 20 dias cada, tendo como foco a análise da atividade turística em três vilas da Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau: Cumuruxatiba, Corumbau e Caraíva. As duas primeiras vilas são distritos do município de Prado e a última é distrito de Porto Seguro.

A primeira etapa realizada em Fevereiro de 2004, consistiu na aplicação de 95 questionários semi-estruturados (Anexo V) para caracterização do perfil dos turistas e suas expectativas sobre as vilas visitadas. Foram questionados, aleatoriamente, 31 turistas na vila de Cumuruxatiba (época Pré-Carnaval), 33 turistas em Corumbau (época Carnaval) e 31 turistas em Caraíva (época Pós-Carnaval). Nesta etapa, como fase preparatória para a formulação dos questionários semi-estruturados a serem aplicados na segunda etapa, foram gravadas 10 entrevistas estruturadas com indivíduos experientes destas comunidades, totalizando 16 horas de gravação aproximadamente. Essas pessoas (geralmente indicadas pela equipe gestora e multiplicadores ambientais do Projeto de Fortalecimento), foram escolhidas principalmente pela longa experiência de vida, que pudesse contribuir com informações à construção de um panorama histórico das vilas. Também foram entrevistados, os presidentes das associações de pescadores das vilas estudadas e jovens interessados nas questões comunitárias.

Ainda nesta etapa, foram observadas as características gerais do núcleo urbano das vilas estudadas com respeito à infra-estrutura urbana e turística seguindo um roteiro de observação (Apêndice 5), com tópicos pré-estabelecidos com base nas necessidades de dados para esta análise. Como método de coleta de dados, foram realizadas caminhadas por diversas partes das vilas, registros fotográficos e obteve-se o auxílio dos moradores locais para melhor entendimento das questões locais.

Foi elaborada uma documentação fotográfica a fim de identificar o modo de vida das comunidades, a infra-estrutura urbana disponível e as atividades turísticas existentes. Ao longo das duas etapas desta pesquisa, foram feitos 72 registros fotográficos em filme Preto e Branco, 115 registros em filme colorido e cerca de 600 registros digitais nas comunidades visitadas. Foi realizado um esforço para coletar fotografias antigas, que retratassem o passado das Vilas. Também foram registrados pontos geográficos com a utilização de um GPS.

A segunda etapa ocorreu no mês de Julho de 2004 e resultou na aplicação de 62 questionários semi-estruturados (Anexo VI) a casais extrativistas cadastrados na Resex (pescadores e suas esposas), com a finalidade de avaliar o envolvimento destes no mercado turístico existente e suas percepções sobre a influência do turismo na atividade extrativista e no meio natural. Estas pessoas foram encontradas nos núcleos de pescadores destas vilas, com o auxílio do cadastro de extrativistas que o Ibama possui. O número desta amostra foi determinado levando-se em conta o limite mínimo de 10% dos extrativistas cadastrados na Resex, o qual encontra-se em torno de 500 indivíduos (IBAMA, 2003). Foram questionados 22 indivíduos em Cumuruxatiba, 20 indivíduos em Corumbau e 20 indivíduos em Caraíva e algumas destas conversas foram gravadas com a finalidade de se garantir a legitimidade das falas dos informantes. Em ambas as etapas os questionários foram baseados nas concepções e modelos propostos por Viertler (2002), Schiavetti (2002) e Ruschman (2000).

Inserido nestes questionários havia um teste para avaliar e comparar as percepções ambientais de turistas e extrativistas. Neste, 13 fotografias representando situações turísticas condizentes com a realidade local, puderam ser classificadas de acordo com a preferência dos turistas e comparadas à percepção que as três comunidades extrativistas têm sobre o turismo. A seleção destas fotografias foi realizada em reunião com a equipe do Laboratório de Ecologia Humana e Etnoecologia – LEHE/Ufscar - e posteriormente, estas foram escanerizadas, impressas em papel fotográfico e plastificadas sobre cartolina, com a finalidade de fornecer praticidade e resistir às condições de tempo durante a coleta realizada em Fevereiro de 2004. Nesta coleta, 95 turistas foram abordados com a seguinte questão: Coloque estas situações turísticas (fotografias) em ordem de sua preferência, da primeira à décima terceira posição e, se quiser, expresse uma opinião sobre a imagem. Observado a boa receptividade do método frente aos turistas, decidiu-se repetir a técnica com indivíduos da comunidade na coleta de Julho de 2004. Aos nativos foi perguntado: O que você acha, que mais atrai os turistas nestas situações (fotografias) - em ordem decrescente.

Para cada fotografia foi realizado um somatório dos pesos obtidos através da classificação realizada pelos turistas e pela comunidade, para cada vila estudada. Os entrevistados poderiam ter mesma preferência entre duas ou mais fotografias, as quais receberam o mesmo peso. Convencionou-se que as fotografias pior classificadas (peso 13) seriam aquelas às quais os entrevistados explicitassem alguma contrariedade pela situação que elas representavam, e aquelas para as quais nenhuma percepção foi

associada. Uma vez que, a classificação pelos entrevistados foi realizada em ordem decrescente de preferência, as fotografias com menor somatório final representam a melhor preferência. Observou-se boa aceitação entre turistas e moradores locais quanto a este tipo de levantamento. Provavelmente este interesse foi despertado devido ao impacto visual do método, que proporciona um fácil entendimento à avaliação proposta. A técnica constituiu-se numa ferramenta objetiva para avaliação comparada de percepções ambientais entre diferentes grupos sociais, neste caso, turista e comunidade extrativista, ainda que, não pode ser negada a subjetividade de cada entrevista. O resultado desta técnica encontra-se apresentado no Apêndice 2.

Elaborou-se ao longo da execução desta pesquisa, uma busca por bibliografias relacionadas ao turismo, comunidades tradicionais, unidades de conservação de uso sustentável e gestão costeira, bem como foi realizado um levantamento de legislações, documentos e reportagens (Anexo VII), relacionados à questão estudada.

Os resultados dos questionários semi-estruturados são apresentados de modo comparativo entre as vilas de Cumuruxatiba, Corumbau e Caraíva e convencionou-se identificar com os números 1, 2 e 3, as falas dos informantes dessas vilas, respectivamente. Os resultados do questionário aplicado aos turistas são apresentados do item 5.1 ao item 5.4; os resultados do questionário aplicado à comunidade, do item 5.5 ao item 5.9. O item 5.10, apresenta a percepção de turistas e extrativistas quanto à responsabilidade de cuidar dos problemas locais, através de uma questão aberta sobre “quem deve ser responsável por cuidar dos problemas locais?”

As questões fechadas forneceram bons resultados gráficos, possibilitando uma análise rápida e objetiva. Já os relatos das questões abertas, foram analisados em seu contexto geral, citando os exemplos mais representativos da opinião dos turistas e da comunidade a respeito dos conflitos e potencialidades ao turismo na Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau e seu entorno. No entanto, deve-se atentar que também está embutida a percepção da autora no critério de seleção desses relatos, como base à discussão sobre a evolução do turismo, no âmbito desta dissertação.

O modelo metodológico que orienta esta pesquisa encontra-se apresentado na Figura 2. Segue abaixo a descrição de como os objetivos puderam ser alcançados:

Objetivo 1: Identificar o perfil e a percepção da comunidade turística que visita a região da Resex, quanto ao seu meio natural e social

O item 5.1 identifica o perfil dos turistas entrevistados em cada vila estudada, com base nas seguintes questões objetivas: sexo dos indivíduos; procedência (por Estados); faixa etária (dividida em classe com intervalos de 10 anos de idade); escolaridade; profissão (Apêndice 3) e faixa de renda tendo como base o salário mínimo no valor de R\$ 240,00 (valor fixado pelo Governo Federal na época da primeira coleta).

No item 5.2 foram observadas as seguintes características do turismo na Resex de Corumbau: formas de agenciamento da viagem; meio de transporte utilizado (foram considerados meios de transporte em sua forma singular ou combinada. Dessa forma, pode ter ocorrido de um mesmo indivíduo ter utilizado mais de um meio de transporte até chegar ao local, no entanto, estes foram contabilizados separadamente e dada sua porcentagem por número de ocorrências); número de dias de permanência nas localidades; meios de hospedagem utilizados; gastos com a viagem (em Reais); meios de informação; motivos da escolha do local de viagem; e interesses buscados com a realização da viagem.

No item 5.3 são apresentadas a dinâmica e conseqüências do turismo na Resex de Corumbau na visão dos turistas, através das seguintes questões realizadas: número de visitas ao local; época de primeira visitação ao local, onde as respostas foram agrupadas em intervalos de cinco anos para uma melhor interpretação em escala temporal e comparação ao modelo de Butler (1980). Deve-se ressaltar que, neste caso, foi utilizado um número amostral de turistas fixo para a construção deste resultado, supondo-se que a data de visitação dos indivíduos possa fornecer uma curva que indique a evolução de crescimento do turismo. Foi questionado (de modo aberto) a respeito de mudanças observadas nas vilas com o passar dos anos; pontos positivos e negativos do local; o que acham sobre o turismo nas vilas visitadas e como acham que estas vilas estarão no futuro (daqui aproximadamente 10 anos).

No item 5.4 é apresentado o nível de conhecimento dos turistas sobre existência da Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau; vantagens e desvantagens da existência da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau (deixou-se livre para comentários a respeito do tema); a disposição dos turistas estarem realizando passeio ou observando uma pescaria em um barco de pesca artesanal (questão inserida no decorrer do trabalho de campo, aplicadas nas vilas de Caraíva e Corumbau, por verificar a importância de avaliar tal possibilidade); informações obtidas a respeito ao

meio-ambiente e às comunidades locais. Nota-se entretanto, que não foi possível abordar os turistas hospedados nos *Resorts* da Ponta do Corumbau (a maioria holandeses), pois se encontravam envolvidos, durante todo o dia, em atividades promovidas pelos *Resorts*.

O item 5.10, apresenta a percepção de turistas quanto à responsabilidade de cuidar dos problemas locais. Ainda, a metodologia das fotografias apresentada no Apêndice 2, subsidia o alcance deste objetivo.

Objetivo 2: Entender a percepção dos representantes extrativistas, quanto ao meio natural e social na Resex, bem como, identificar as dificuldades e expectativas destes, quanto à gestão dos recursos turísticos

O item 5.5 apresenta o perfil dos residentes extrativistas entrevistados. Buscou-se preservar a igualdade entre sexos nesta amostragem, desta forma optou-se por realizar as entrevistas preferencialmente com casais extrativistas. Poucas vezes não foi possível conversar com o respectivo parceiro ou parceira dos indivíduos, nestes casos, outra pessoa da comunidade foi procurada para que o número entre homens e mulheres ficasse exatamente correspondente. Desta forma, em Cumuruxatiba, foram aplicados 11 questionários com homens e 11 com mulheres. Em Corumbau e em Caraíva, foram aplicados, 10 questionários com homens e 10 questionários com mulheres. Ainda, são apresentados: faixa etária (dividida em classe com intervalos de 10 anos de idade); estado civil; escolaridade; profissão (Apêndice 4) e faixa de renda tendo como base o salário mínimo no valor de R\$ 260,00 (valor fixado pelo Governo Federal na época da segunda coleta).

No item 5.6 são observadas as seguintes questões organizativas e de infraestrutura das vilas visitadas: mudanças que ocorreram nas vilas visitadas com o passar dos anos (questão aberta); coisas boas e coisas ruins na vila em que moram (questões abertas); principais carências na vila em que o entrevistado mora (nesta questão aberta foi possível a quantificação das respostas); convites para participação em reuniões de planejamento da vila; e como acham que as vilas estarão no futuro. Tais relatos subsidiaram a elaboração da “Lista de Verificação” da evolução das áreas turísticas apresentada nos Quadros 1 e 2.

O item 5.7 apresenta a opinião dos locais sobre a Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau, identificando os seguintes pontos: participação na Resex; conhecimento do motivo de criação da Resex; a importância da Resex para os

entrevistados (questão aberta); conhecimento sobre as “normas” da Resex (em referência ao Plano de Utilização); instruções recebidas sobre o conteúdo do Plano de Utilização e de que maneira estas instruções foram divulgadas.

No item 5.8, são identificadas harmonias, dificuldades e conflitos da atividade turística com a atividade extrativista, através dos seguintes pontos: possibilidade em conciliar a atividade turística com a atividade extrativista; atividades que a comunidade extrativista pode exercer junto à atividade turística (questão aberta); extrativistas que trabalham com turismo, atividades realizadas, renda obtida em salários mínimos (R\$ 260,00), preço dos serviços ofertados, destinação da renda obtida com o turismo, época em que o entrevistado ingressou na atividade turística e se gostaria de realizar outras atividades; interesse em trabalhar com turismo daqueles que não trabalham e os motivos que os impedem de trabalhar; e dificuldades para fornecer serviço aos turistas (questão aberta).

No item 5.9 é identificada a visão que os Extrativistas têm sobre o Turista e o Turismo, abrangendo as seguintes questões abertas: atrativos turísticos dos locais; épocas de maior fluxo turístico; o que “é o turista” na concepção deles; se mudanças foram notadas no tipo dos turistas ao longo dos anos e quais foram estas; e ainda que “coisas boas” e “coisas ruins” são trazidas pelos turistas.

O item 5.10, apresenta a percepção de extrativistas quanto à responsabilidade de cuidar dos problemas locais. Ainda, a metodologia das fotografias apresentada no Apêndice 2, subsidia o alcance deste objetivo.

Objetivo 3: Identificar o estágio de evolução da atividade turística nas vilas com base nos Modelos de Desenvolvimento de Balneários - MDB - (Butler, 1980 e Smith, 1990)

A partir da análise dos resultados obtidos sobre épocas de primeira visita dos turistas nas vilas estudadas, épocas de ingresso dos extrativistas na atividade turística, análise crítica dos relatos dos extrativistas e de turistas, e ainda, amparado pelos roteiros de observação da infra-estrutura local (Apêndice 5) e pelos registros fotográficos, foi possível realizar uma descrição das vilas e elaborar duas Listas de Verificação (Quadros 1 e 2), para o enquadramento destas nos estágios de evolução de destinações turísticas propostos pelos Modelos de Desenvolvimento de Balneários (MDB) de Butler (1980) e Smith (1991).

O modelo proposto por Butler (1980), referente ao “Ciclo de Vida de Destinações Turísticas”, estabelece que a evolução de um destino turístico se faz com o crescente aumento do número de turistas através do tempo, compreendendo as fases de exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação e estagnação com conseqüente declínio, estagnação ou rejuvenescimento. Este modelo possibilita identificar o estágio de desenvolvimento que o balneário turístico se encontra, com a finalidade de prever impactos e propor formas de manejo. De acordo com Ruschman (2000), o modelo de Butler, baseado no conceito de *marketing* de produtos, demonstrou validade na análise de destinações turísticas por diversos pesquisadores e apresenta alto grau de aceitação entre planejadores e administradores de equipamentos e localidades turísticas. É portanto, um modelo com enfoque para o desenvolvimento econômico de destinações turísticas.

Já o “Modelo de Desenvolvimento de Balneários”, proposto por Smith (1991), propõe oito estágios de desenvolvimento de um balneário praiano de acordo com a distribuição espacial da estrutura turística presente, e com as modificações sociais, econômicas e naturais observadas. A análise realizada para enquadramento das vilas estudadas de acordo com as fases deste modelo, consistiu na descrição das características de infra-estrutura urbana e turística identificada por meio do roteiro elaborado e dos registros fotográficos realizados.

Os modelos são apresentados na íntegra, mesmo que estas vilas não se enquadrem nas fases subseqüentes, para que o leitor possa visualizar as características dos estágios futuros de evolução comum à balneários turísticos e previsões de futuro para estas vilas, possam ser identificadas.

Objetivo 4: Identificar potencialidades, conflitos e perspectivas para a adequação do turismo na Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau e sua área de entorno.

Este objetivo foi construído a partir de uma discussão geral dos resultados obtidos no decorrer deste trabalho. Ainda, foi elaborada uma curva exponencial representando as épocas de primeira visitação de todos os turistas abordados na coleta de campo (foram agrupadas as respostas dos 95 turistas entrevistados nas três vilas estudadas), para uma análise geral do contexto de evolução da atividade turística na Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau e em sua área de entorno.

Tais resultados foram discutidos de maneira crítica, com base na literatura adquirida durante o decorrer desta pesquisa e amparado principalmente, pela legislação específica e documentos já existentes que regulamentam as ações na Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau. Finalmente, algumas ações de base são sugeridas de modo a auxiliar no planejamento desta Unidade de Conservação.

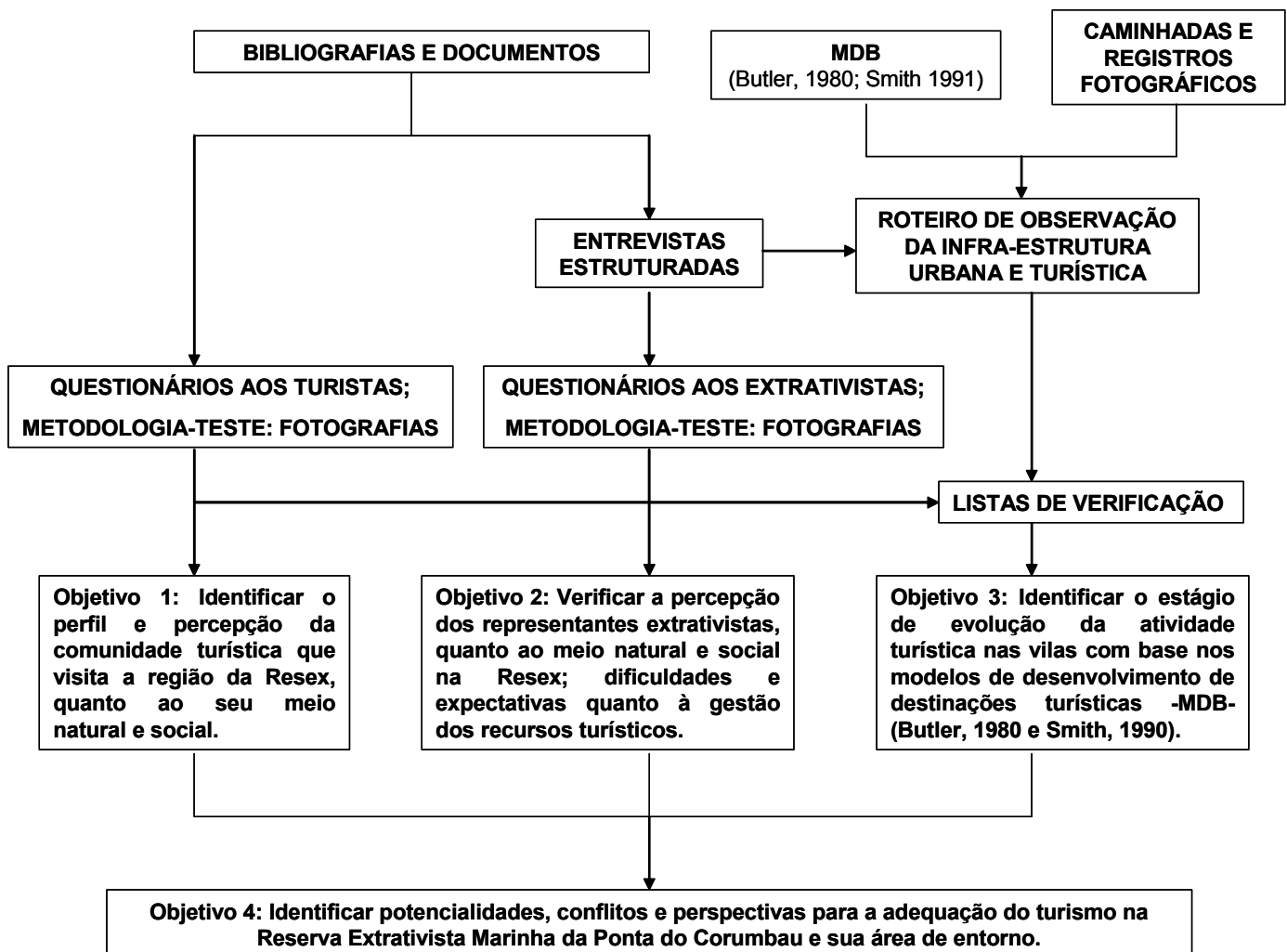


Figura 2: Modelo metodológico da pesquisa.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

*...A novidade veio dar à praia,
na qualidade rara de sereia.
Metade um busto de uma deusa Maia,
metade um grande rabo de baleia...*

Gilberto Gil

5.1. Tipificação dos Turistas que Visitam a Resex do Corumbau

Em Cumuruxatiba, 58% dos turistas amostrados eram do sexo feminino, sendo que em Corumbau e Caraíva este percentual foi de 55% e 45%, respectivamente.

A procedência dos turistas amostrados pode ser visualizada na Figura 3. Em Cumuruxatiba, 34% dos turistas abordados eram oriundos do Estado de São Paulo estando o Estado de Minas Gerais em segundo lugar, com 23%; 13% dos questionados eram turistas do próprio estado da Bahia, e turistas de outras localidades, inclusive do exterior, representaram, cada um, 10% da amostra. Em Corumbau predominaram turistas do Estado da Bahia, com 46%; o Estado de São Paulo foi representado por 21% dos turistas, Minas Gerais por 15% e outras localidades representaram 9% dos turistas abordados. Em Caraíva, 39% dos turistas abordados eram provenientes do Estado de São Paulo; Minas Gerais e o Estado do Rio de Janeiro foram representados com 23% e 19%, respectivamente, dos turistas amostrados; outras localidades, incluindo o exterior, somaram 13%, e apenas 6% eram turistas do próprio estado da Bahia.

Na Figura 4, estão apresentadas as faixas etárias dos turistas pesquisados. Turistas entre 16 e 25 anos, representaram 27% dos participantes da pesquisa de Cumuruxatiba, enquanto que 26% possuíam entre 36 e 45 anos; turistas entre 26 e 35 e entre 46 e 55 anos representaram, cada uma das classes, 19% dos abordados pelo estudo, enquanto outras classes de idade figuraram na pesquisa com porcentagens menores que 3%. Em Corumbau a classe de idade de 26 a 35 anos foi a mais representativa, com 40% dos pesquisados; em seguida ocorreram classes de idade entre 16 a 25 (24%) e entre 36 a 45 anos (21%); apenas 9% dos turistas pesquisados tinham entre 46 e 55 anos de idade, enquanto outras classes de idade representaram apenas 3% dos abordados pelo estudo. A grande maioria dos turistas abordados em

Caraíva (62%) situava-se na classe de idade entre 26 e 35 anos; turistas entre 16 e 25 anos representaram 29% e turistas entre 36 e 45 anos e 46 e 55 anos, figuraram, respectivamente, em apenas 6% e 3% da amostragem. É observado em Cumuruxatiba maior heterogeneidade entre as classes de idades dos turistas abordados, enquanto Caraíva apresenta um público predominantemente na faixa entre 26 e 35 anos.

Na Figura 5 pode-se visualizar que, em Cumuruxatiba, 32% dos turistas abordados tinham curso superior completo e 23%, ainda não o haviam completado; 19% dos turistas apresentaram nível médio; 13% possuíam pós-graduação completa, enquanto 3% a tinham incompleta e 6% estavam cursando nível fundamental. Em Corumbau, 40% dos turistas entrevistados possuíam nível médio de escolaridade; 24% haviam completado nível superior, 18% possuíam pós-graduação completa e 3% a pós-graduação incompleta; ainda, 9% dos turistas abordados cursavam nível fundamental e 6% o nível superior. Caraíva apresentou o maior índice de turistas (45%) com nível superior completo; 32% com nível superior incompleto; outros 13% já possuíam pós-graduação, enquanto 10% ainda não a haviam completado.

As profissões dos turistas abordados nas três vilas estudadas encontram-se apresentadas no Apêndice 3. Em Cumuruxatiba, cerca de 23% dos turistas informaram possuir renda entre 8 e 10 salários mínimos, seguido de 19% que relataram possuir entre 2 e 4 salários mínimos, enquanto que, outras categorias (entre 11 e 15, 16 e 20 e sem renda própria), representaram 10% cada. Em Corumbau, 19% dos turistas abordados não possuíam renda própria e 18% ganhavam entre 8 a 10 salários mínimos; rendas entre 2 e 4 e 11 e 15 salários mínimos foram declaradas por 15% dos turistas entrevistados. Em Caraíva, 26% dos turistas entrevistados apresentaram renda entre 8 e 10 salários mínimos, seguido de 23% que informaram renda entre 5 e 7 salários mínimos; 16% declararam possuir renda entre 16 e 20 salários mínimos e 13% não possuem renda própria. Observa-se que os resultados relativos às faixas de renda (Figura 6) estão intimamente relacionados às classes de idade (Figura 4) e escolaridade (Figura 5) dos turistas amostrados.

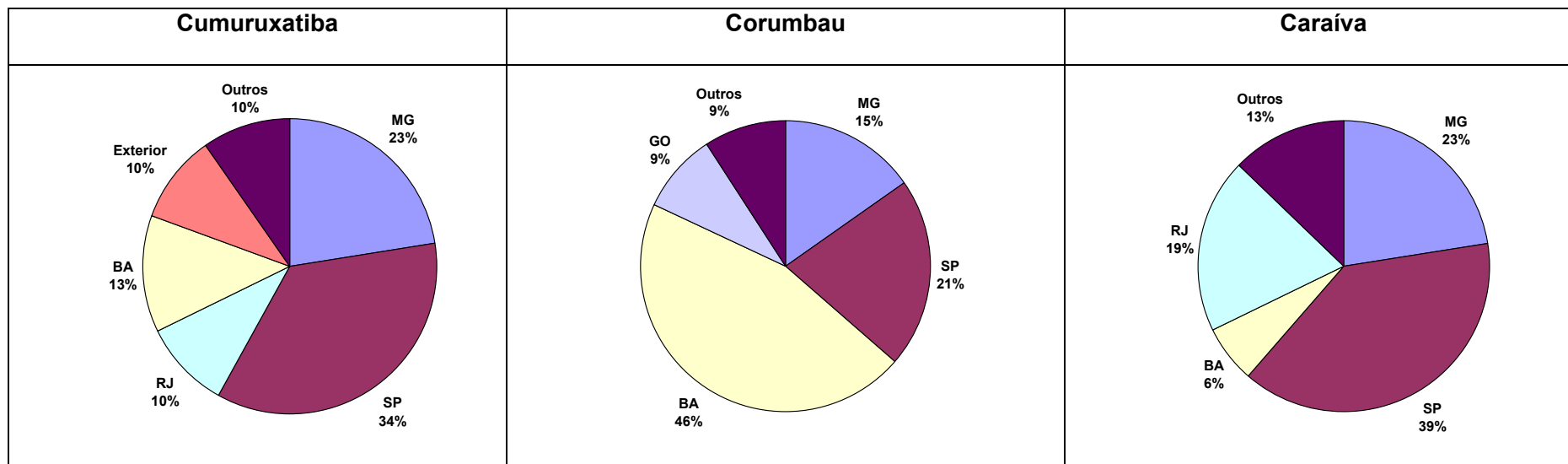


Figura 3: Procedência dos turistas entrevistados, divididos por Estados.

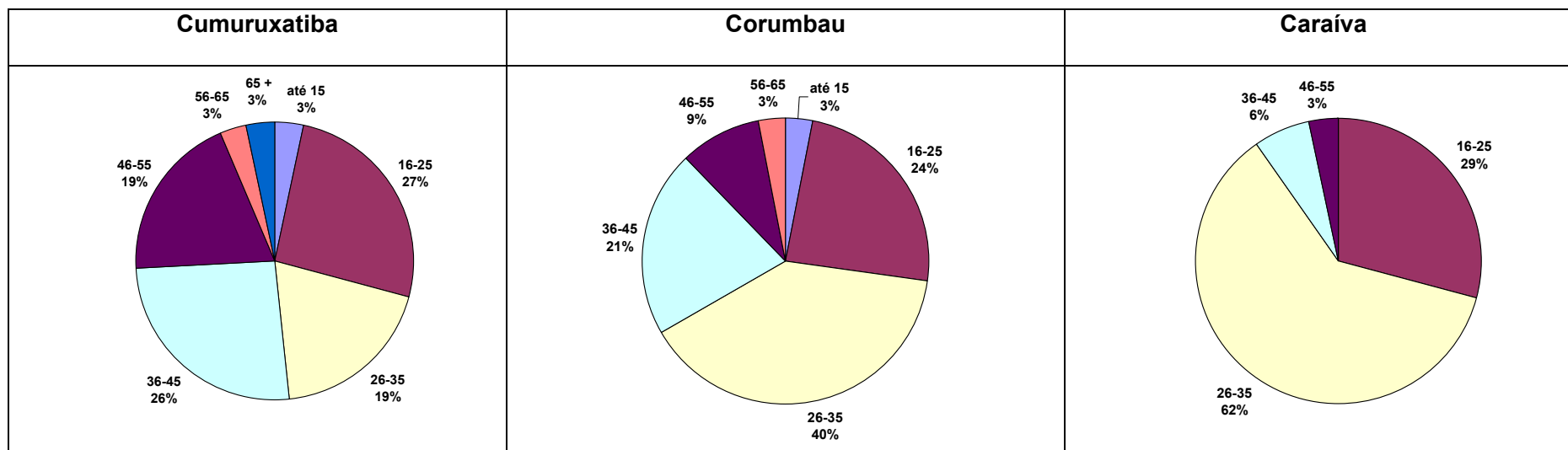


Figura 4: Classes de idade dos turistas abordados.

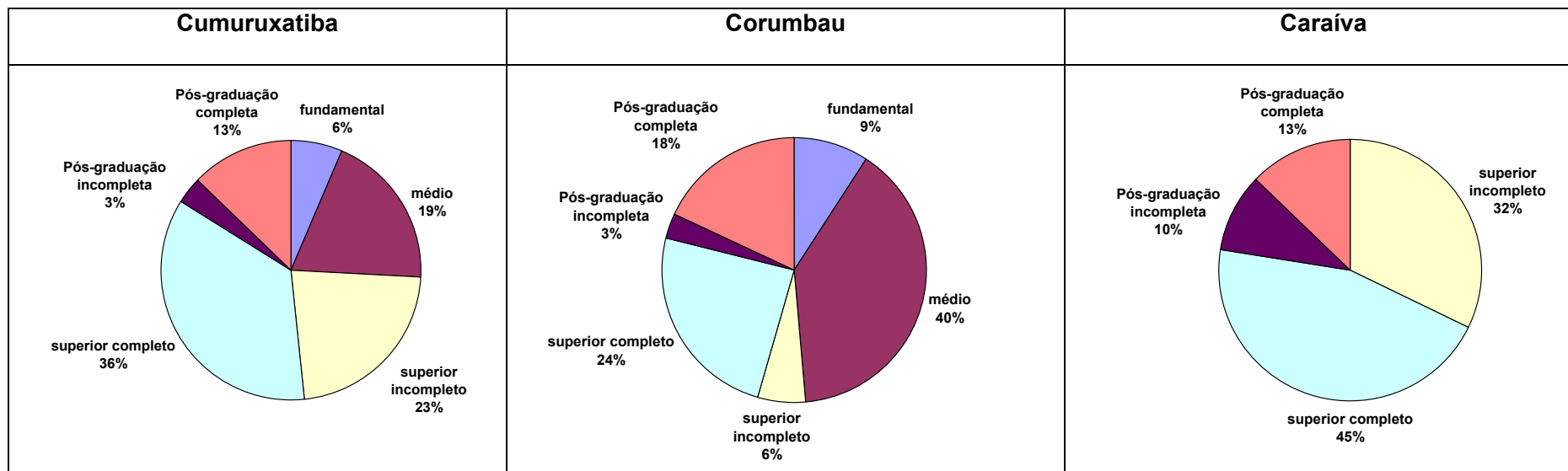


Figura 5: Escolaridade dos turistas abordados.

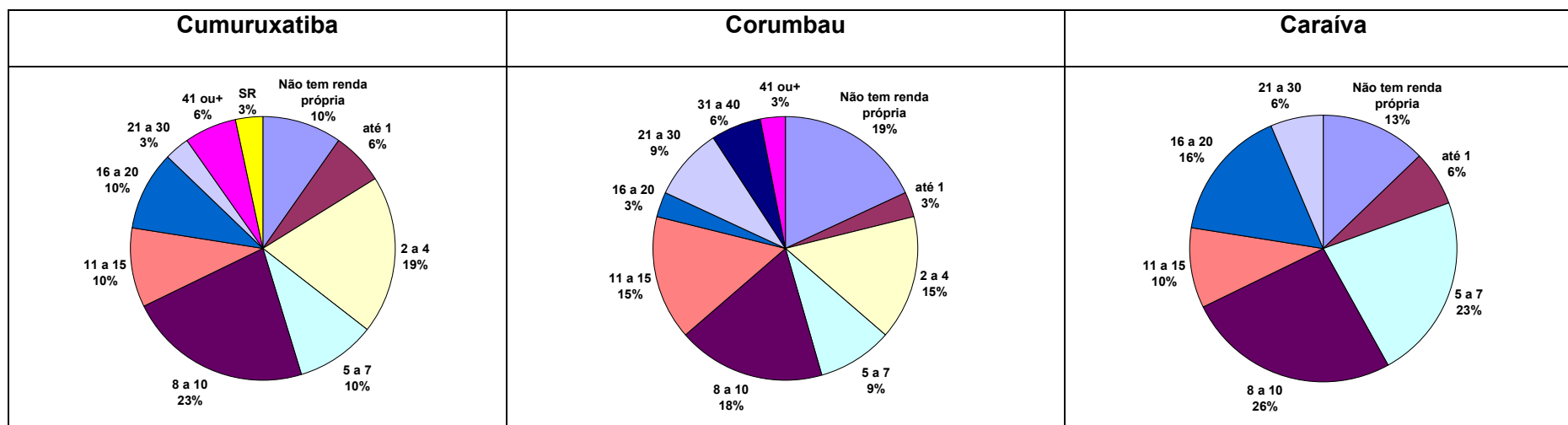


Figura 6: Faixas de renda dos turistas abordados, em salários mínimos.

5.2. Características do Turismo na Resex de Corumbau

Todos os turistas questionados em Cumuruxatiba e em Caraíva, viajavam independentes de agências turísticas. Em Corumbau, este tipo de viagem também predominou (88%), no entanto, os demais 12% visitavam Corumbau através de passeio de barco agenciado, o qual parte de Cumuruxatiba e retorna no mesmo dia. A existência de agências turísticas atuando na região estudada, gera facilidades iniciais ao desenvolvimento turístico.

Em Cumuruxatiba, Corumbau e Caraíva, o carro foi o meio de transporte mais utilizado para a viagem: 63%, 67% e 40%, respectivamente (Figura 7). O ônibus também foi utilizado, representando 23% das citações em Cumuruxatiba, 29% em Caraíva e apenas 5% em Corumbau. A utilização de avião durante a viagem representou 31% em Caraíva, 11% em Cumuruxatiba e 8% em Corumbau. O barco foi representado com 3% entre os outros meios de transporte utilizados em Cumuruxatiba e 10% em Corumbau. Uma vez que o carro e ônibus são os principais meio de transporte utilizados, identifica-se a importância do estado de conservação das estradas que dão acesso dos turistas às vilas estudadas para o planejamento do turismo. Melhorias nas estradas, como o possível asfaltamento destas, levará a um provável aumento do fluxo de turistas à estas vilas e ainda reduzirá o tempo de viagem até o Aeroporto Internacional de Porto Seguro. Desta forma, o avião também se mostra um elemento importante ao aumento do fluxo de turistas à estas vilas, uma vez que se tem conhecimento do crescente aumento do número de vôos que chegam neste aeroporto.

Na Figura 8 pode-se visualizar que, em Cumuruxatiba, 26% dos entrevistados permaneceriam na localidade por longos períodos (mais de 31 dias), geralmente, estes possuíam casa própria (veranistas), empregos temporários ou negócios na vila; outros 23% ficariam de 8 a 14 dias no local; turistas que se hospedariam de 2 a 4 dias e de 15 a 20 dias perfizeram 16% da amostra. Em Corumbau, a maior parte dos turistas passariam apenas um dia no local (40%); em seguida, 27% dos turistas abordados permaneceriam entre 2 a 4 dias; 24% ficariam entre 5 e 7 dias; e apenas 9% ficariam de 8 a 14 dias. Em Caraíva 33% dos turistas passariam entre 5 e 7 dias na localidade; 26% permaneceriam de 2 a 4 dias; 19% ficariam entre 8 a 14 dias; 10% teriam 15 a 20 dias de estada; apenas 3% ficariam somente um dia no local; e os 9% restantes permaneceriam por mais de 21 dias.

A Figura 9 apresenta os meios de hospedagem utilizados pelos turistas abordados. Em Cumuruxatiba, 42% dos turistas entrevistados hospedavam-se em casa própria ou da família; 26% estavam hospedados em pousadas e 16% visitavam amigos; outros meios de hospedagem representaram 16% das citações. Em Corumbau, 37% dos turistas entrevistados estavam hospedados em pousadas (parte proveniente de outros balneários); 24% acampavam na área livre das amendoeiras; 15% alugavam casa de pescador e 12% hospedavam-se em casa própria ou da família. Em Caraíva, 59% dos turistas se hospedavam em pousadas; outros 19% ficavam hospedados em casa de amigos; 10% em casa alugada e 6% estavam acampados ou em casa própria.

Quanto à pretensão em gastos com a viagem (Figura 10), em Cumuruxatiba observaram-se classes variadas distribuídas entre as seguintes porcentagens: 16% (até R\$ 200,00; de R\$ 201,00 a R\$ 500,00 e R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00); 13% (de R\$ 2.501,00 a R\$ 3.000,00 e mais de R\$ 3.001,00); 10% (de R\$ 1.501,00 a R\$ 2.000,00); 6% (R\$ 2.001,00 a R\$ 2.500,00); e 3% (de R\$ 1.001,00 a R\$ 1.500,00). Em Corumbau, grande parte dos turistas (43%) declarou disponibilidade em gastar até R\$ 200,00, seguido de 21% que pretendiam gastar entre R\$ 1001,00 e R\$ 1500,00; outros 15% gastariam entre R\$ 201,00 e R\$ 500,00; e porcentagens menores que 10% representaram outras pretensões de gastos. Caraíva apresentou 35% dos turistas com pretensão em gastar entre R\$ 501,00 e R\$ 1000,00; os que se propunham a gastar entre R\$ 1001,00 e R\$ 1500,00 reais foram representados por 23% dos entrevistados; 19% pretendiam gastar entre R\$ 201,00 e R\$ 500,00; e outras estimativas de gastos receberam menos de 10% das opiniões.

Pode-se constatar a relação destes resultados com o perfil sócio-econômico dos turistas que visitam essas vilas. Ainda, este tipo de resultado, aliado a outras informações de caráter social e ecológico, pode subsidiar discussões em estudos de valoração ambiental e em análises de processos produtivos locais.

Grande parte dos turistas abordados declarou ter obtido informações a respeito dos locais de viagem, através de amigos (Figura 11). Em Cumuruxatiba, isto ocorreu com 52% dos entrevistados, em Corumbau foram 65% e em Caraíva, 69%. Informações através de guias de viagens e revistas especializadas em turismo foram relatadas por 21% dos turistas em Cumuruxatiba, 8% em Corumbau e 15% em Caraíva. Alguns turistas, 6% em Cumuruxatiba e 3% em Caraíva, obtiveram informações sobre a localidade por meio de jornais. Internet foi apontada por 3% em Cumuruxatiba, 8% em Corumbau e 5% em Caraíva. Ainda, 3% dos turistas de Caraíva apontaram a televisão

como veículo que os levaram a conhecer as localidades. Também foram citados como meio de divulgação dos locais a indicação dos estabelecimentos turísticos de balneários vizinhos e através de viagens ao longo do litoral.

Estes resultados demonstram a popularidade crescente destes balneários, por meio do processo de transmissão da informação “boca a boca”, e também através da mídia, em meios impressos, Internet e televisão. O procedimento de divulgação destes locais, é fator importante para o aumento do número de turistas como uma característica do ciclo de evolução de destinações turísticas (Quadros 1 e 2). Nota-se que o fator “Internet” nos dias de hoje, pode contribuir para uma evolução mais acelerada do turismo, do que na época em que os modelos (Butler, 1980; Smith, 1991) foram propostos.

A escolha do local pelos entrevistados se fez principalmente através dos meios de informação citados anteriormente, através dos quais, o turista seleciona os atrativos turísticos desejados para a sua viagem. Outros, optam por estes balneários, devido às facilidades em meios de hospedagem, como as casas de veraneio da família e de amigos e também através de negócios e convites a trabalho, relacionados com a atividade turística (em bares, rede hoteleira, agentes turísticos, etc.).

Os atrativos turísticos mais desejados com a realização da viagem (respectivamente em Cumuruxatiba, Corumbau e Caraíva), foram: Descanso (16%, 14% e 13%); Tranqüilidade e sossego (11%, 12% e 11%); Paz (12%, 9% e 5%); Praia (10%, 11% e 11%) e Natureza (10%, 10% e 11%). Interessante observar que as buscas com a viagem foram muito semelhantes para as três comunidades investigadas com pequenas variações percentuais quanto às motivações da viagem e entre outros interesses (Figura 12). Na escolha por Cumuruxatiba (1), transparecem relatos de indivíduos que buscam, além da tranqüilidade, o conforto oferecido pelo turismo local e o contato com o mar (pesca e mergulho). Em Corumbau (2), além dos interesses já relatados, constatou-se a escolha do local pelo interesse imobiliário e pela pesca no local. Em Caraíva (3) foi observado que a escolha desta localidade ainda esteve relacionada ao fato desta apresentar condições menos urbanas que os balneários vizinhos.

(1) “Porque é verde, tranqüila... cidade pequena vida simples, não é ritmo de cidade... escolhi pelos pontos positivos... boa infra-estrutura, beleza cênica, precocidade do turismo”.

“Por causa dos pescadores que são muito experientes. Veio p/ conhecer a pesca”.

(2) “Indicação de um amigo que falou que era bonito, que podia pescar, mas chegamos aqui e não pôde”.

“Fui convidado por amigo e procuro lotes porque quero morar na beira-mar”.

(3) “Por indicação de local mais virgem, que não tem carro, mais limpo e preservado”.

“Li que era bacana e mais alternativo que a região de Porto Seguro e Arraial”.

A frustração observada no relato do turista de Corumbau em não poder pescar no local, é entendida quando se observa que há pouca informação sobre a existência da Resex do Corumbau e de suas normas. Este fato poderá ser agravado, uma vez que estão sendo publicadas em revistas, informações promovendo a pesca esportiva na região, sem que haja a devida orientação sobre o regulamento da Resex do Corumbau (reportagem em Anexo).

De maneira geral, observou-se que foram apontados como pontos positivos das vilas estudadas, muitas dos interesses desejados na viagem realizada (buscas), observados anteriormente. De maneira geral, os pontos positivos observados pelos turistas referiam-se à tranquilidade e descanso que as vilas oferecem, à beleza natural, à receptividade dos residentes, ao relacionamento entre as pessoas, ao clima do Nordeste, à fuga das grandes cidades e a mudança de ritmo de vida. Em Cumuruxatiba (1), ainda foram destacados, a boa infra-estrutura turística do local e o bom relacionamento entre turistas e nativos. Em Corumbau (2) são apontados como pontos positivos o isolamento do local (a imagem do paraíso), bem como a preservação cultural. Em Caraíva (3), além das opiniões gerais compartilhadas com Corumbau e Cumuruxatiba, foram destacados como pontos positivos, a ausência de carro, a falta de energia elétrica no local, a ingenuidade do nativo, as festas noturnas como o tradicional “fórró” e a possibilidade de conhecer pessoas novas, confirmando o perfil predominantemente jovem dos turistas entrevistados.

(1) “Tranquilidade, quase não tem violência... não há medo de violência. Não tem poluição sonora. O mar é calmo, não tem risco de afogamento. Há possibilidade de trocar de mercadorias... peixe por feijão. O relacionamento é

mais autêntico... status não tem valor... não tem diferença de classe na aparência... não tem hipocrisia”.

“Hospitalidade. Atendimento bom nos bares em todos os lugares. O lugar em si para quem procura descanso e praias calmas”.

“Tranqüilidade e segurança. As pessoas, a comunidade de pescador é muito simples e receptiva. Saí para andar de barco com o pescador”.

(2) “Paradisiáco! A natureza em si”.

“A natureza. A comunidade é muito legal... a consciência ecológica dos moradores... há muita cultura que se perdeu na cidade, como as crianças brincando”.

“Consegue ter um turismo ecológico... ecoturismo. Praias limpas, bonitas. Não é explorado comercialmente. Descanso”.

(3) “Beleza natural. Diversidade de atividades inexploradas, como pesca, *windsurf*, mergulho, descida do rio... Tem pessoas maravilhosas, mais abertas e ingênuas. O estilo de vida é diferente. Céu estrelado, o passeio das andorinhas e muitos outros...”

“Ser rústico, sem energia elétrica. O clima é bom... é difícil ficar ruim. Beleza natural. Baladas boas. A dificuldade de acesso”.

“Esquecer de São Paulo... do barulho. O mar é maravilhoso, o riacho. Cultura é diferente. Beleza natural...”

Entretanto, pontos negativos também foram observados, com destaques para: a dificuldade de acesso devido às condições da estrada, precariedade dos meios de transportes, falta de infra-estrutura básica em saneamento e saúde, situação econômica dos moradores locais e falta de informações turísticas. Em Cumuruxatiba (1), foram citados a irregularidade dos preços no comércio local e das pousadas, as quedas do sistema de energia elétrica e até carência de estruturas mais elaboradas, como shopping e cinema; um entrevistado ainda declarou não ser afetado por tais pontos negativos. Em Corumbau (2), as faltas de, banheiro público, rede de energia, conforto e limpeza nos locais de atendimento ao turista, foram os itens mais citados. Em Caraíva (3), foram feitas reclamações a respeito do elevado preço dos serviços oferecidos (associado à exploração do turista), dos conflitos entre nativos e recentes moradores, do lixo na praia, do trabalho de crianças indígenas, das ruas escuras (associado à violência) e poluição.

(1) “A pobreza... as pessoas ralam agora, no verão, porque depois chega o inverno e passam necessidade”.

“Estrada horrível, mal sinalizada. O preço da pousada estava mais caro que o indicado no Guia 4 rodas”.

“Não tem água potável, não tem saneamento... os pontos negativos não interferem na minha vida”.

(2) “Não tem água encanada. Não tem energia. A estrada é de chão e quando chove não pode ir embora. Falta povoamento... tem pouca gente. No camping, defecamos no saco plástico e enterramos no próprio camping”.

“Falta de coleta de lixo. O turista deveria receber mais informação sobre o local... para não jogar lixo na praia, para conhecer a história do lugar e não interferir muito na vida da comunidade... não ser invasivo”.

“As estradas poderiam estar melhores... não sou a favor do asfalto, mas a favor da conservação da estrada. A aproximação da população da orla... as casas deveriam ter mais distância da orla para não alterar a vegetação”.

(3) “Egoísmo, falta de união, ganância... o capitalismo descontrolado prejudica o turismo. Os nativos que não conhecemos cobram exagerado. Há influência das pessoas externas que dominam e não deixam a comunidade crescer, ter luz, posto de saúde...”

“Segurança... não vi segurança circulando. Poderia ter um acordo entre as pousadas para colocarem umas lâmpadas baixas na rua, de pontos em pontos, a meia-luz... Dá medo circular sem luz sem ver a cara da pessoa que vai cruzar no caminho. A farmácia estava abandonada, o posto de saúde fecha à noite... as pousadas deveriam ter kit de primeiros socorros”.

“O povo é mercenário, quer vender a qualquer preço... supervaloriza o trabalho e aumenta o preço. Não tem banco 24 horas e não aceitam cartão nem cheque!”

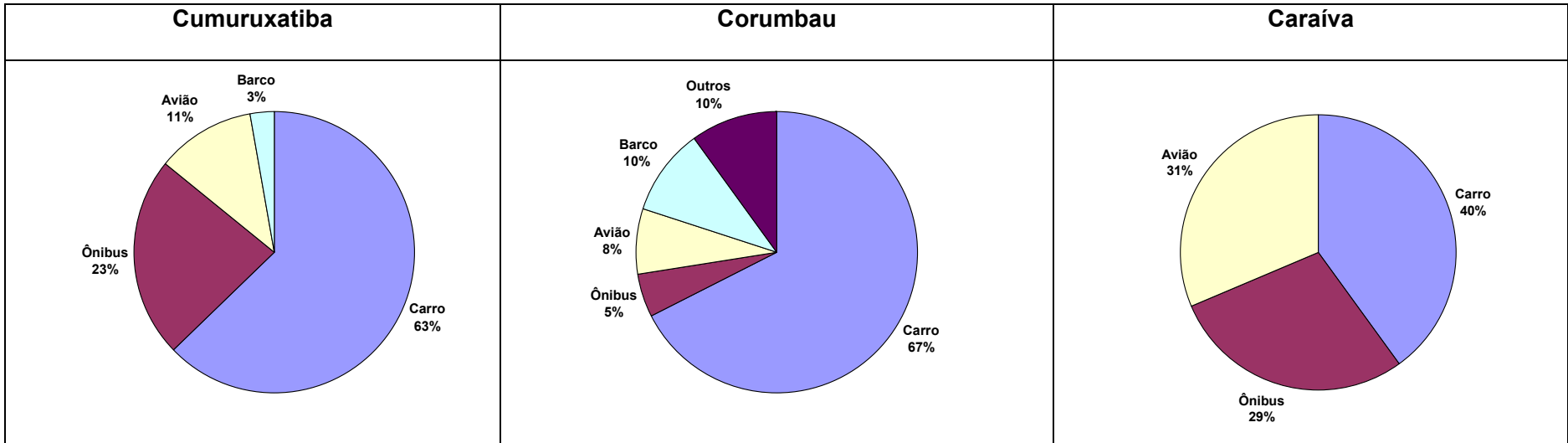


Figura 7: Meio de transporte de viagem utilizado pelos turistas abordados.

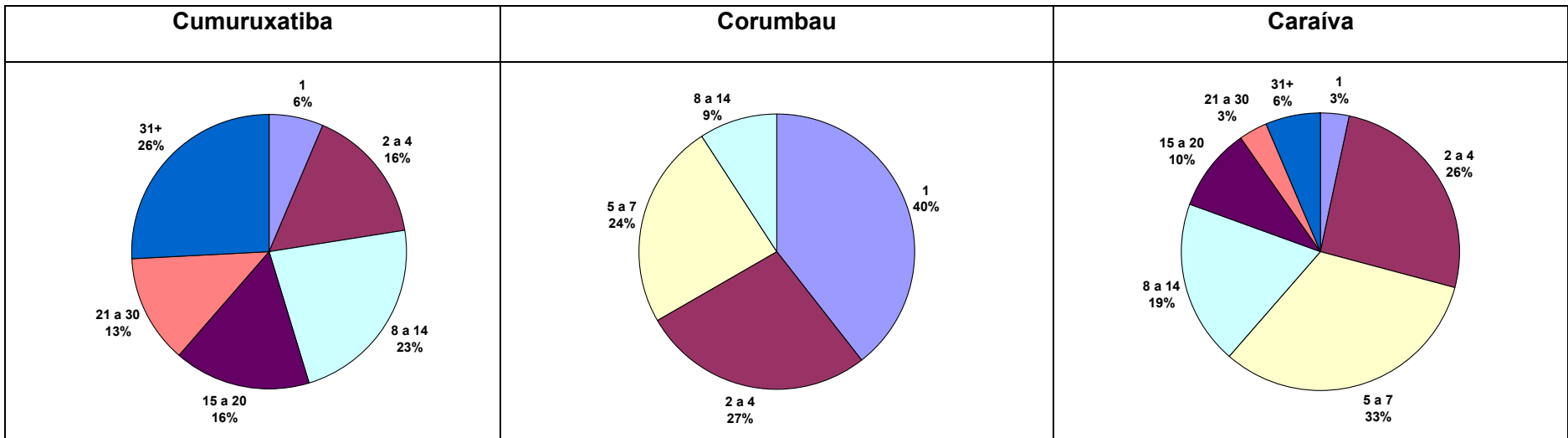


Figura 8: Número de dias de estada na localidade.

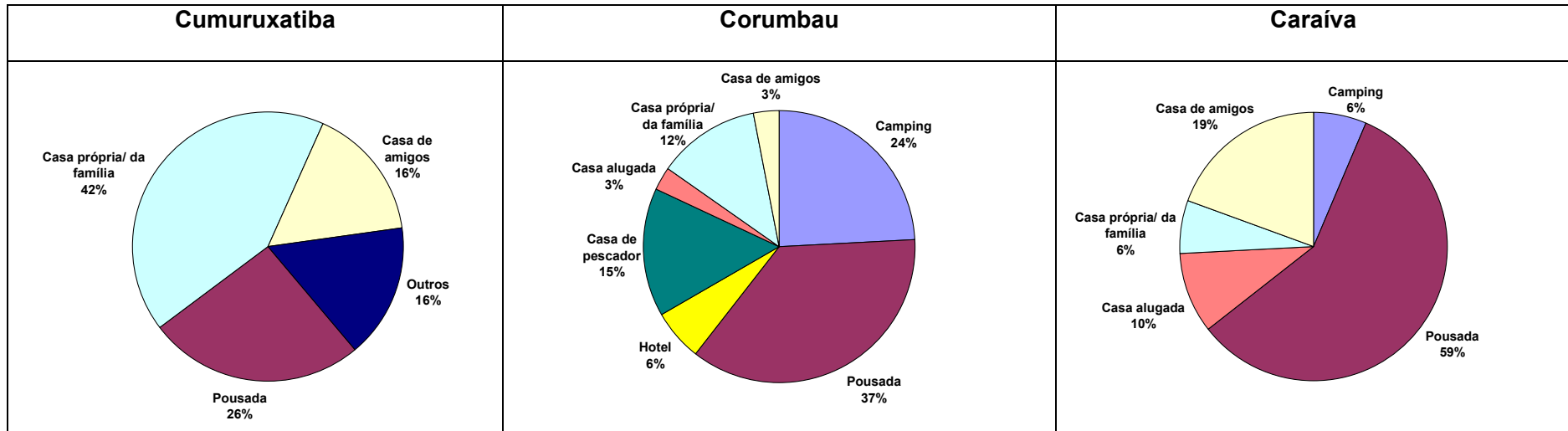


Figura 9: Meios de hospedagem utilizados pelos Turistas.

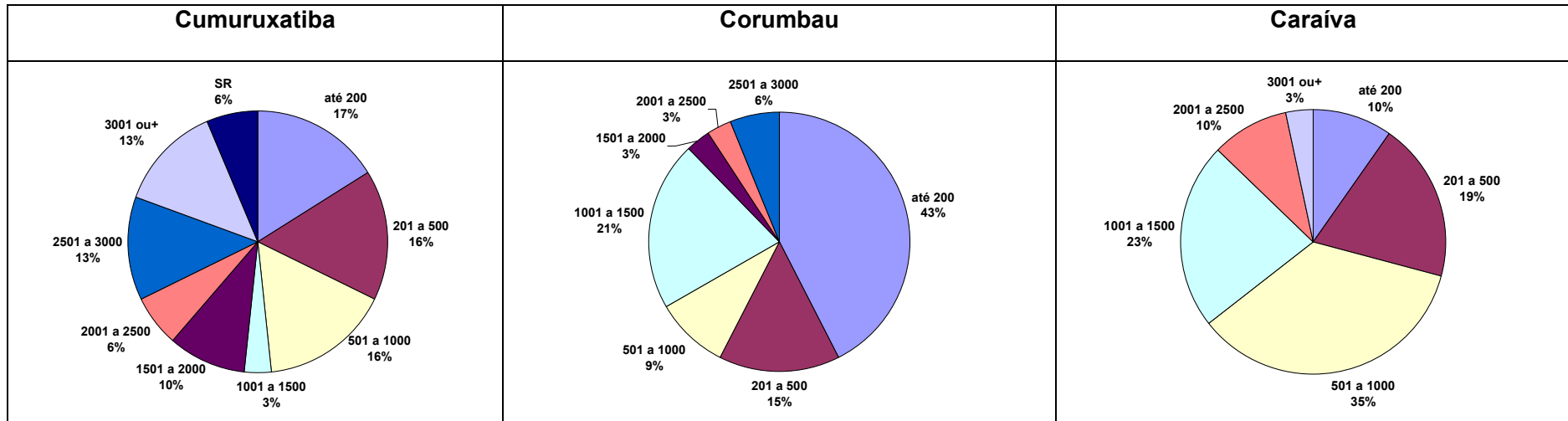


Figura 10: Disponibilidade a gastar dos turistas abordados.

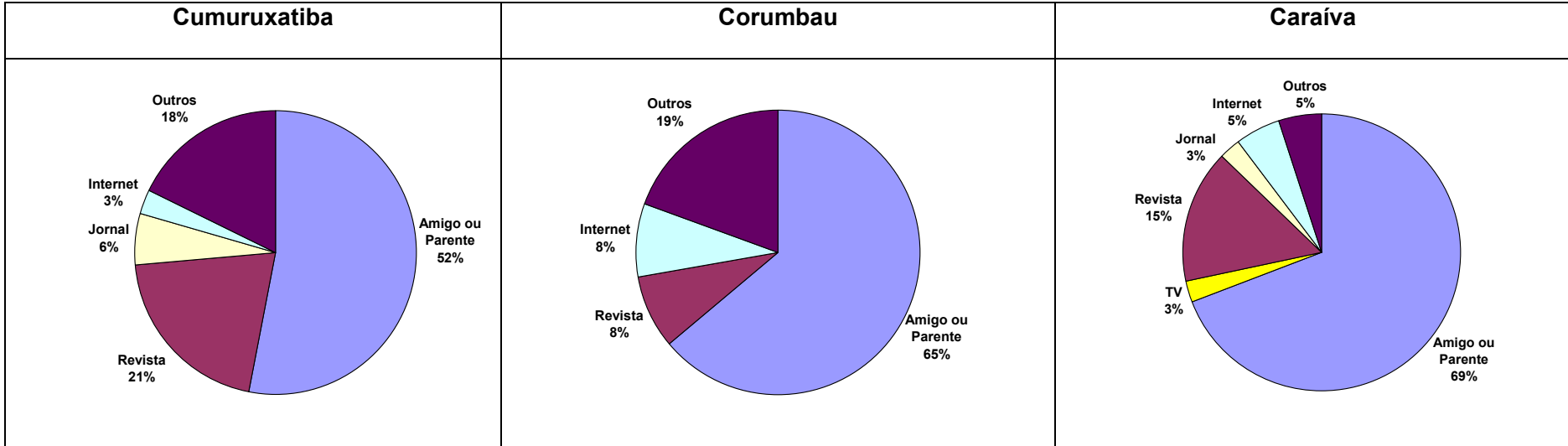


Figura 11: Meios de informação sobre o local escolhido para a viagem.

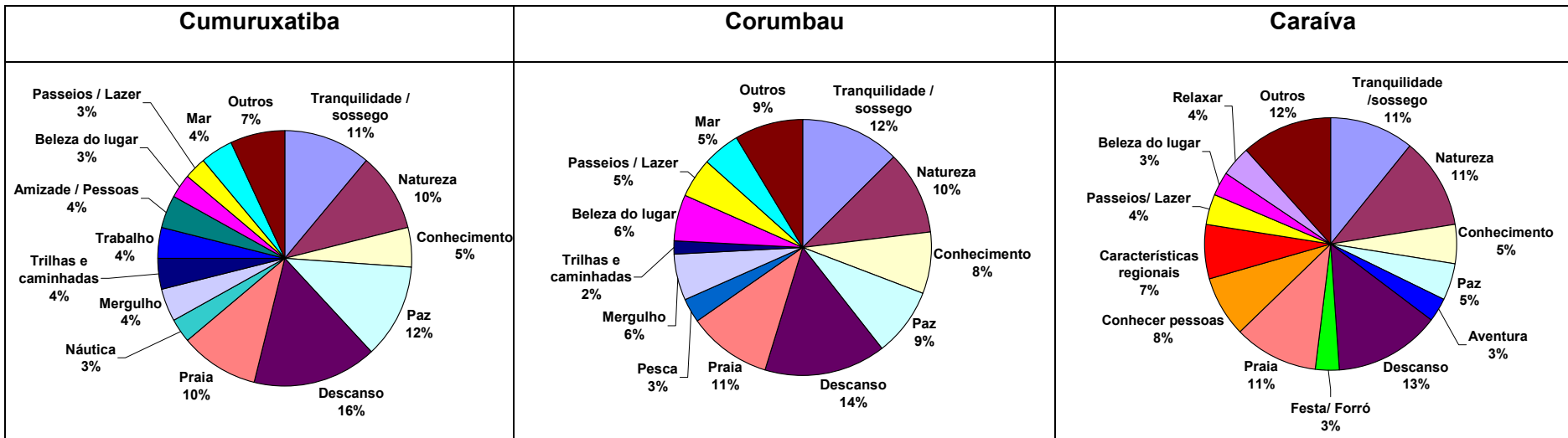


Figura 12: Percentuais de interesses turísticos procurados com a viagem.

5.3. Dinâmica e Conseqüências do Turismo na Resex de Corumbau na Visão dos Turistas

Na Figura 13, pode se visualizar que, em Cumuruxatiba, 42% dos turistas abordados já visitaram o local por mais de quatro vezes, o que pode confirmar a tradição turística do local; outros 29% declararam estar visitando o local pela primeira vez; 23% pela segunda vez; e 6% estavam pela terceira vez no local. Já em Corumbau, a grande maioria (55%) dos turistas estava visitando o local pela primeira vez; os que se encontravam visitando o local pela segunda ou terceira vez somou 9%; e turistas que já visitaram Corumbau por mais de quatro vezes alcançaram 27% dos entrevistados (compostos principalmente por pessoas da região). Em Caraíva, assim como em Corumbau, a maioria estava visitando o local pela primeira vez (56%); 6%, estavam retornando pela segunda ou terceira vez; e aqueles que visitavam pela quarta vez ou mais representaram 32% dos entrevistados.

Nas três vilas estudadas observou-se o aumento exponencial da freqüência de visitação ( poca de primeira visita) ao longo do tempo (Figura 14). Em Cumuruxatiba observa-se que a visita o iniciou-se a partir do final da década de 70 e evoluiu até que, 50% dos turistas visitaram pela primeira vez este local entre 2000 e 2004. Corumbau começou a ser visitada no início da década de 80, sendo que a grande maioria dos turistas entrevistados (73%) visitou a vila pela primeira vez entre os anos de 2000 e 2004. Assim como Corumbau, Caraíva também começou a ser visitada pelos turistas a partir da década de 80, sendo que 68% dos entrevistados declararam ter visitado o local pela primeira vez entre os anos 2000 e 2004. Nota-se nas três localidades estudadas um grande aumento do número de visitantes concentrado nos últimos quatro anos.

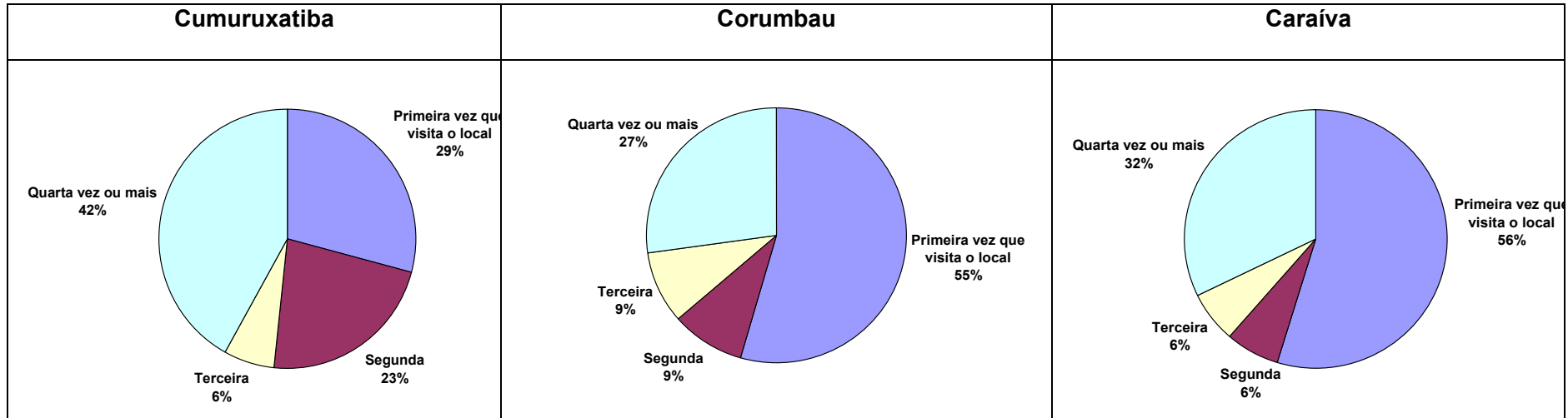


Figura 13: Frequência de visitação dos turistas abordados.

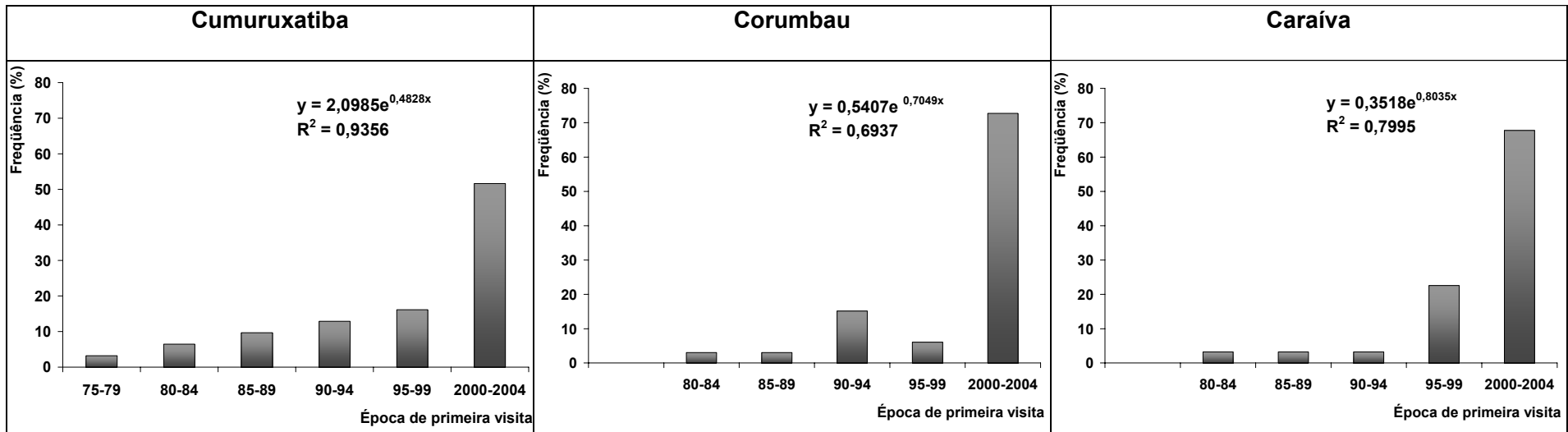


Figura 14: Época de primeira visita dos turistas entrevistados.

A maioria das mudanças observadas nos locais visitados, de acordo com a percepção dos turistas, relacionava-se a alterações na infra-estrutura urbana e turística das vilas, mudanças no perfil dos visitantes e ainda, mudanças na orla decorrente de processos erosivos. As mudanças foram mais bem percebidas pelos turistas que conheciam os locais há mais tempo. Em Cumuruxatiba (1), destacaram-se a pavimentação da rua principal da vila, o grande aumento no número de pousadas, bares e restaurantes, a popularização do local pelo aumento no número de pessoas vindas de locais mais distantes, a instalação da operadora de turismo local, o aumento do número de barcos, etc. Em Corumbau (2), foram notados o crescimento populacional do lugar, mudança no tipo de material de construção das casas dos pescadores, aumento de loteamentos, aumento no número de turistas, melhora no acesso, a colocação de postes para a instalação de energia elétrica realizado no ano de 2003. Em Caraíva (3), os turistas perceberam o crescimento do comércio local, com subsequente elevação dos preços, o crescimento habitacional, aumento no número de furtos, mudança no perfil do turista, crescimento do bairro 'Nova Caraíva', poluição e mudanças erosivas na barra do rio; alguns turistas declararam que consideram o local preservado, enquanto outros têm uma maior percepção dos problemas ambientais; são destacados os problemas sociais ocasionados pela chegada de pessoas de fora e o caráter explorador do turismo atual.

(1) “Houve muitas... Era mais deserto... mais ecológica. Surgiu o Calçamento na Vila. Cresceu no sentido de buscar vida tranqüila... qualidade de vida. Têm serviços bons, bares cuidados. Não há superlotação. Poderiam investir em despoluição, saneamento e água encanada ao invés do calçamento. Torço para não porem asfalto!”

“Mudou muito, para melhor. A ponte, antigo ponto turístico dos jovens, piorou... está destruída. Quase não tinham pousadas e hoje é o que mais tem. Está vindo muita gente de fora, antes era mais o povo da região”.

(2) “Mudou bastante. A população cresceu. O mar está comendo a ponta do Corumbau... está diminuindo cada vez mais”.

“Está urbanizado, não vinha carro até aqui... tem restaurante, não tinha nada... tinha que trazer tudo, o lanche... Só tinha o Jocotoka. Não tinha nem gerador. Só existia a vila dos pescadores... de casas de madeira, não tinha casa

de alvenaria. Hoje tem até igreja evangélica. Na estrada, só passava um carro por vez e era forrada com folha de coqueiro”.

(3) “Crescimento habitacional e geral, no número de turistas, de casas, de pousadas e crescimento de moradores vindos de fora... sendo que os nativos até saíram. Não tinha nenhum restaurante e nenhuma pousada, só bares de nativos... do Pará, Caboclo e Neco. Vejo como positiva a organização da comunidade com a preservação e cuidados com o lixo... a escola melhorou...”

“Mudou o perfil do turista, a faixa etária diminuiu e o poder aquisitivo também... vêm muitos estudantes. Aumentou furtos e falta segurança. Mudou a estrutura ecológica, o rio mudou... água invadiu o lado direito do barro derrubando um bangalô de pousada... tiraram areia do rio acima, para poder aterrar. O rio está mais sujo... há problema de poluição com quem tem comércio, não respeitam, estão jogando esgoto direto”.

De maneira geral, os turistas estão satisfeitos com a qualidade do turismo atual, acreditam em seu crescimento e vinculam a possibilidade do desenvolvimento ao atendimento de certas medidas de planejamento, como: melhoria da infra-estrutura básica; criação de um serviço de informação ao turista; atenção com relação ao meio-ambiente e à questão sócio-econômica das comunidades tradicionais. Nestes relatos observam-se expressões que classificam o turismo como: “familiar”, “rústico”, “de balada”, “alternativo”, “ecoturismo”, “turismo sustentável”, “turismo exploratório”, etc. Em Cumuruxatiba (1), os relatos realçaram que o crescimento do turismo na vila está condicionado à questão do asfaltamento da estrada e limitado por questões de infra-estrutura básica, questões ambientais e sociais. Em Corumbau (2), o turismo foi percebido como uma forma auxiliar na economia local e ainda foi sugerido que a tranquilidade atual seja mantida. Em Caraíva (3) ocorreram relatos a favor de uma maior exploração do turismo e relatos que consideram importante a necessidade de planejar o desenvolvimento turístico, como um elemento importante à conservação ambiental e à integridade social da população local.

(1) “AH! Boas expectativas... Alto potencial para todas as estações. Vai evoluir a um pólo de turismo sustentável”.

“Traz a sobrevivência das pessoas... o pescador vende o peixe, o pessoal do comércio vende caro para todos... alternativos, nativos e turistas. O turismo aqui é dos alternativos”.

(2) “O turismo atende o que a cidade proporciona. Não tem guia turístico... ninguém oferece o serviço, sinalização dos lugares, distribuição do material sobre opções de turismo na região”.

“Tinha que vir junto com o desenvolvimento do padrão de qualidade de vida local. A tendência é ser um turismo de alto padrão, mas não vê a comunidade lucrando com isso. Deveria ter curso profissionalizante para inserir a comunidade no turismo. Não precisa ser necessariamente lucrando, mas sim para melhorar a qualidade de vida”.

(3) “É um bom lugar... o triste é que o pessoal daqui não lucra nada com isso, são muito pobres. O turismo não reverteu em benefício para o pessoal daqui... as pousadas e restaurantes são do pessoal de fora”.

“Acho importantíssimo, desde que seja sustentável. Não quero que ocorra como Arraial e Trancoso. Tem que manter a cultura... eles que decidam se querem asfalto. Tem que limitar um número de turistas, por ser Reserva”.

Os turistas, de modo geral, consideram que o crescimento das vilas no “Futuro”, é inevitável, mesmo que este não seja o desejo da maioria dos entrevistados. Fazem comparações com o desenvolvimento observado em balneários próximos, como Itacaré, Porto Seguro, Arraial d’Ajuda e Trancoso, onde o crescimento turístico descaracterizou o meio ambiente e a cultura tradicional. Muitos entrevistados esperam que as vilas não mudem e sugerem que o desenvolvimento deve ser controlado para que a região não perca seus atrativos naturais. Visões pró-ativas são sugeridas pelos entrevistados, como ações conservacionistas quanto ao meio ambiente e ao aspecto rústico da cultura local. Poucos sugerem ações desenvolvimentistas, indicando que o turismo deve ser mais explorado para o desenvolvimento econômico local.

Em Cumuruxatiba (1), as idéias de futuro foram fortemente vinculadas ao desenvolvimento do turismo, condicionado à questão do asfaltamento da estrada de Prado e limitado à falta de espaço físico no local. Em Corumbau (2), os turistas percebem um notável crescimento urbano, devido aos loteamentos que estão surgindo e sugerem a melhoria em infra-estrutura, divergindo quanto à vinda da rede de energia e do asfalto (em respeito à influencia destas ações ao desenvolvimento da vila). Alguns relatos sugerem que irá ocorrer um desenvolvimento moderado, enquanto outros antecipam previsões catastróficas. Muitos entrevistados condicionam o futuro de Caraíva (3), à chegada da energia e do asfalto e sugerem que a característica rústica

do local deve ser conservada. Outros sugerem que a preservação ambiental só é possível com a elitização do turismo: valorização dos serviços e produtos que a comunidade pode oferecer. Um entrevistado chega a sugerir que indígenas tenham aulas de educação ambiental e aulas de artesanato, demonstrando grande insensibilidade com relação à realidade local.

(1) "Vai estar uma beleza! Super esquema de mergulho... forte estrutura em observação de baleia. Terá turismo familiar. Acho que deve adequar o turismo para estabilizar..."

"Se não construir o asfalto vai crescer moderadamente. Se asfaltar vai dar um "boom" e a cidade não tem infra-estrutura para suportar".

"Acho que não tem como mudar muito por falta de espaço... só vai trocando de donos. O asfalto irá prejudicar, porque traz excursão, farofeiro e sujeira. Quem tem dinheiro vem agora... com o asfalto não aumenta o ganho de dinheiro para o comércio e turismo, porque vem quem não tem dinheiro".

"Espero que esteja do mesmo jeito, mas acaba crescendo um pouco. Os nativos resistem... já vi manifestação, não querem que asfalte..."

"O processo de invasão dos pólos turísticos está muito acelerado... é um problema. O turismo aqui é voltado para o mar... mergulho... é bastante seletivo, não é de massa".

(2) "Vai estar totalmente modificado! A cidade vai estar mais para dentro ou até para o outro lado da barra. Acho que a população vai estar maior, mas a Ponta do Corumbau não vai existir mais, vai ser bem menor..."

"Bem povoado... bem melhor, com energia chegando vai atrair mais pessoas, mais opções. Talvez chegue a pavimentação. A tranquilidade acaba com a energia, mas para ter crescimento tem que abrir mão de algumas coisas. Acho bom que venha a energia... é concorrência para as pousadas grandes que hoje funcionam de qualquer jeito".

"Vai ter mais barracas, mais casas construídas, muita gente procurando lotes. Vai aumentar o número de turistas de temporada... vai crescer. Não gostaria que viesse luz elétrica... deve se manter rústico".

"Acho que vai estar mais urbanizada, principalmente se melhorar o acesso. Podiam explorar o potencial turístico mantendo a natureza. Tinha que formar guias locais para informar a origem da comunidade... sobre a natureza... coleta de lixo..."

“Se continuarem neste ritmo, a população vai degradar o meio ambiente e os nativos que aprenderam a conviver com a natureza... existe um choque do ambiente com a população”.

(3) “A cultura vai ser mudada por conta da energia, que vai chegar com certeza... acesso à novela, som alto... vai mudar o ritmo da cidade. Ficará igual a Trancoso. Acho que vai chegar asfalto até o outro lado, mas o rio limita”.

“Vai chegar asfalto, energia, vai mudar a essência do lugar, a cultura, é inevitável. Está faltando conscientização do pessoal daqui, não sabem que o plástico demora a degradar. Mas não tem como crescer por falta de espaço físico”.

“Se não tiver um projeto sério vai estar bem devastado, porque estão destruindo. Deveria ter um projeto de Educação Ambiental para os índios, incentivo ao artesanato... porque os índios não estão sendo criativos, tem que ter diversificação”.

“Há duas possibilidades: irá virar turismo tipo farofa no estilo Trancoso e Arraial d'Ajuda, ou vai ficar em lugar peculiar... elite ecológica... interessados em ecologia... pessoas com mais grana”.

“Depende de quanta gente vier e de como for feito o aproveitamento do turismo. Acho que a tendência é ficar tudo caro, talvez conservado, mas inacessível”.

“Acredito que a consciência ambiental irá aumentar. É fundamental que esses paraísos não pensem em crescer... têm vocação para ser pequeno. É ideal que se agregue valor aos produtos... não significa ter população miserável... desenvolvimento sustentado social e ambientalmente com geração de renda para a população”.

5.4. A Percepção dos Turistas sobre a Resex de Corumbau

Quando questionados se tinham conhecimento da existência da Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau (Figura 15), 52% dos turistas abordados, tanto em Cumuruxatiba, como em Corumbau sabiam da existência da Resex. Em Caraíva, a percentagem dos turistas que já ouviram falar da Resex foi reduzida para 39% dos entrevistados. No entanto, a grande maioria dos que responderam positivamente à questão não sabiam ao certo o que esta Unidade de Conservação representa.

A Figura 16 apresenta o reconhecimento de vantagens ou desvantagens da existência da Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau, entretanto, a grande maioria dos entrevistados não soube responder a esta questão (48% em Cumuruxatiba, 54% em Corumbau e 55% em Caraíva). Vantagens representaram 39% das opiniões em Cumuruxatiba, 44% em Corumbau e 36% em Caraíva, as quais foram relacionadas à proteção dos recursos naturais, ao monitoramento da pesca, à proteção contra os barcos de fora, à preservação cultural, a união de grupos de ambientalistas e uma maneira de cobrar a fiscalização ambiental dos governantes. Desvantagens representaram 13% das opiniões em Cumuruxatiba, 2% em Corumbau e 9% em Caraíva. Foram associadas como desvantagens em relação à Resex: a falta de fiscalização; dificuldades de implementação do manejo; falta de integração com os outros moradores locais e conflitos entre turistas e nativos; desinformação com relação aos objetivos da Resex; e ainda, os poucos benefícios diretos observados para comunidade. Em Caraíva, diretamente relacionada à questão do turismo, a desvalorização do imóvel foi apontada como uma desvantagem da existência da Resex.

“Forma inteligente de exploração, respeitando o ciclo do ambiente”.

“Turista mata peixe para comer e nativo mata para vender!”

“É sempre vantagem, embora os órgãos oficiais não fiscalizem porque não têm estrutura”.

“Não sei se os objetivos que vi na placa estão sendo alcançados”.

As Figuras 17 e 18 apresentam, respectivamente, o percentual de turistas dispostos a realizar passeio e pescaria em barco artesanal, caso esta atividade fosse legalizada perante a Capitania dos Portos. Em Corumbau, 79% dos turistas

entrevistados afirmaram que estariam dispostos a realizar tal passeio e em Caraíva, a disposição para realizar passeio atingiu 93% dos turistas abordados. Em Corumbau 62% dos turistas abordados estariam dispostos a observar uma pescaria tradicional, enquanto em Caraíva o interesse em observar uma pescaria atingiu 79% dos entrevistados. Os comentários realçam a necessidade destes passeios serem planejados levando se em conta a segurança do barco, e alertam para possíveis mudanças culturais que podem ocorrer se os pescadores deixarem de pescar para servir ao turismo.

“Em Ilha Grande-RJ, os barcos pesqueiros passaram a fazer turismo e acabou que não tem mais peixe para comer, pois acabam ganhando mais com o turismo”.

“O passeio teria que ser num barco à parte, o de pesca tem um certo desconforto. Se interessasse a pescaria, observaria, mas o pescador não pescaria normalmente... perderia a liberdade do pescador”.

“Sou totalmente a favor. São eles que conhece melhor... além do contato com a natureza tem o contato cultural”.

“Acho o passeio legal, desde que instruído e equipado... é fonte de renda local. Tem muita gente que gosta de pescaria, vale a pena... puxa emprego. O barco tem que estar arrumado para poder conhecer a atividade, o dia a dia do pescador”.

Verificou-se uma elevada disposição dos entrevistados em estar realizando tanto o passeio, quanto observando a pescaria, ressalvadas as medidas de segurança necessárias. No entanto, o interesse em observar pescaria é reduzido em relação ao do passeio, devido aos horários de pesca e à prolongada exposição ao Sol, às condições de segurança do barco, ao forte odor do pescado, às condições do tempo, o medo de alto mar e indisposição ao embarcar.

De acordo com o Plano de Gestão Participativa (IBAMA, 2003), a idéia de realização de passeios em barcos artesanais já vem sendo trabalhada. É indicado, por este Plano, a capacitação dos extrativistas e a adequação das embarcações de pesca artesanal para a atividade turística, para que seja proporcionado um contato direto dos visitantes com as comunidades e com o ambiente marinho, favorecendo a sua sensibilização ambiental. A fim de concretizar esta proposta, é necessária a permissão do uso duplo da embarcação (pesca e turismo), pela Capitania dos Portos de Porto

Seguro: “Após a instalação dos equipamentos de segurança necessários, será encaminhada uma proposta à Marinha do Brasil para a regulamentação específica, para atuação dentro RESEX, conforme existe em outras áreas do litoral” [...] “O projeto piloto de ecoturismo, diagnosticando as potencialidades, promovendo a capacitação e subsidiando a equipagem de embarcações para o desenvolvimento destas atividades pelos extrativistas, propiciará a inserção das comunidades locais nesta atividade que hoje é realizada apenas por “pessoas de fora” da região. Este programa piloto poderá atender até 30 famílias, 15 do setor sul e 15 do setor norte da RESEX, nas etapas de oferta e venda do produto” (IBAMA, 2003).

No entanto, ações mais simples como instruções básicas sobre o meio ambiente local, não tem atingido a maioria dos entrevistados (Figura 19). Em Cumuruxatiba, 84% dos turistas declararam não ter recebido nenhum tipo de instrução ou informação sobre o meio ambiente nesta localidade, enquanto em Corumbau esse percentual atingiu 88% e em Caraíva, 90% dos entrevistados. Dos poucos que declararam ter recebido informações, estas foram adquiridas informalmente, muitas vezes por interesse do próprio turista. A empresa *Aquamar* foi citada como fonte de informações tanto em Cumuruxatiba, quanto em Corumbau.

(1) No passeio da Aquamar e na pousada... fomos perguntar sobre os cuidados... mas nada formal.

(2) No barco da Aquamar, para não jogar lixo no mar e que não pode trazer nada dos recifes.

(3) De amigos pescadores que me informaram que não pode mais fazer caça-submarina.

A falta de orientação também é verificada com relação às comunidades locais e sua cultura (Figura 20). Tanto em Cumuruxatiba como em Caraíva, 81% dos turistas declararam não ter recebido nenhum tipo de instrução ou informação a respeito da comunidade local e em Corumbau esta desinformação representou 73% das declarações. Novamente, turistas que declaram ter recebido informações sobre as comunidades, muitas vezes se mostraram interessados em conhecê-las.

(1) Conhecemos um senhor indígena.

(2) Conheci logo pois estou hospedado em casa de pescador.

(3) Já tinha lido sobre a comunidade indígena.

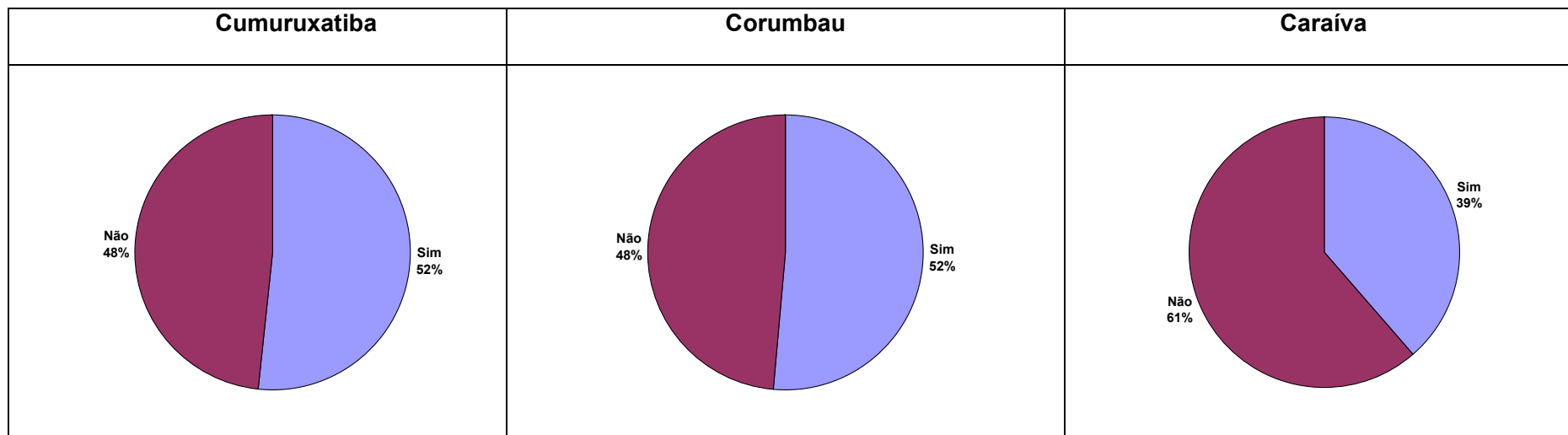


Figura 15: Percentual de conhecimento sobre a Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau.

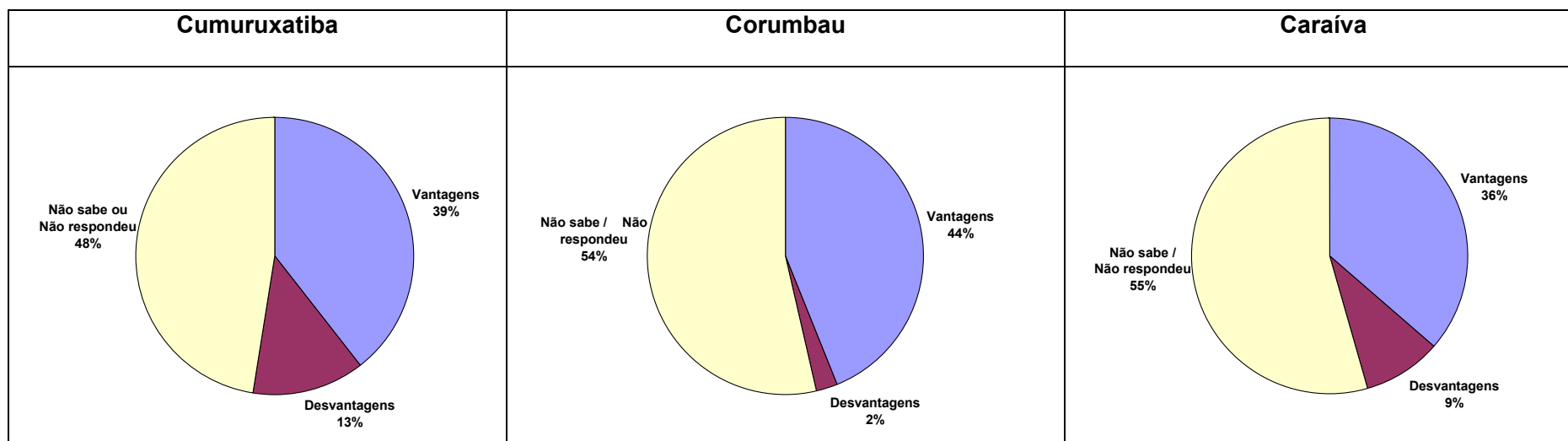


Figura 16: Percentual de vantagens e desvantagens na existência da Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau.

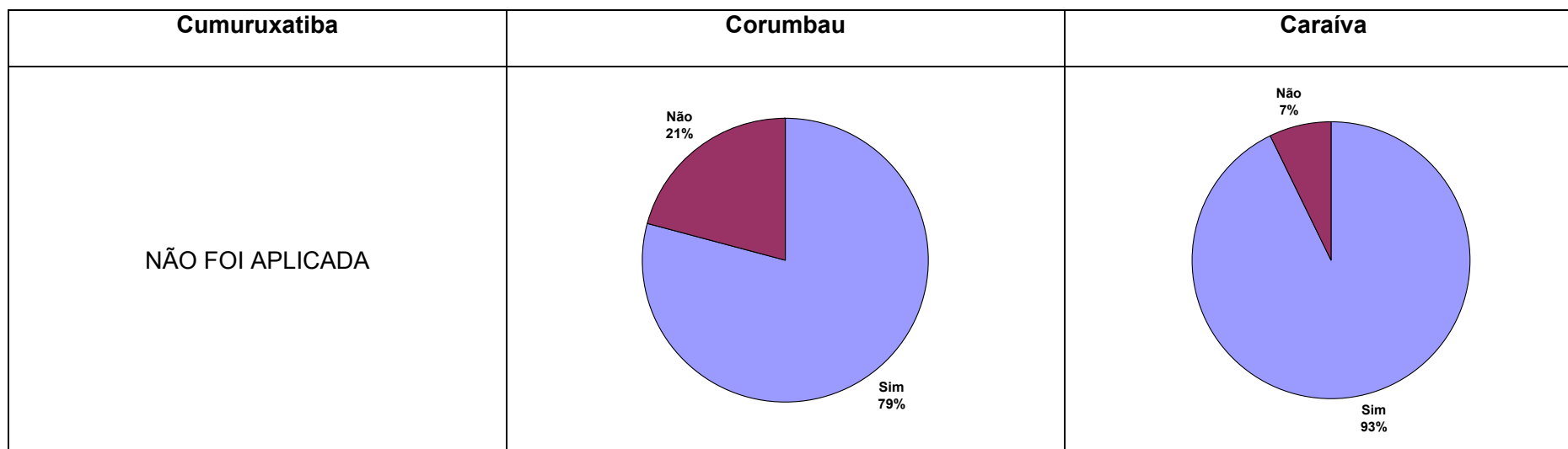


Figura 17: Disposição a realizar passeio em barco de pesca.

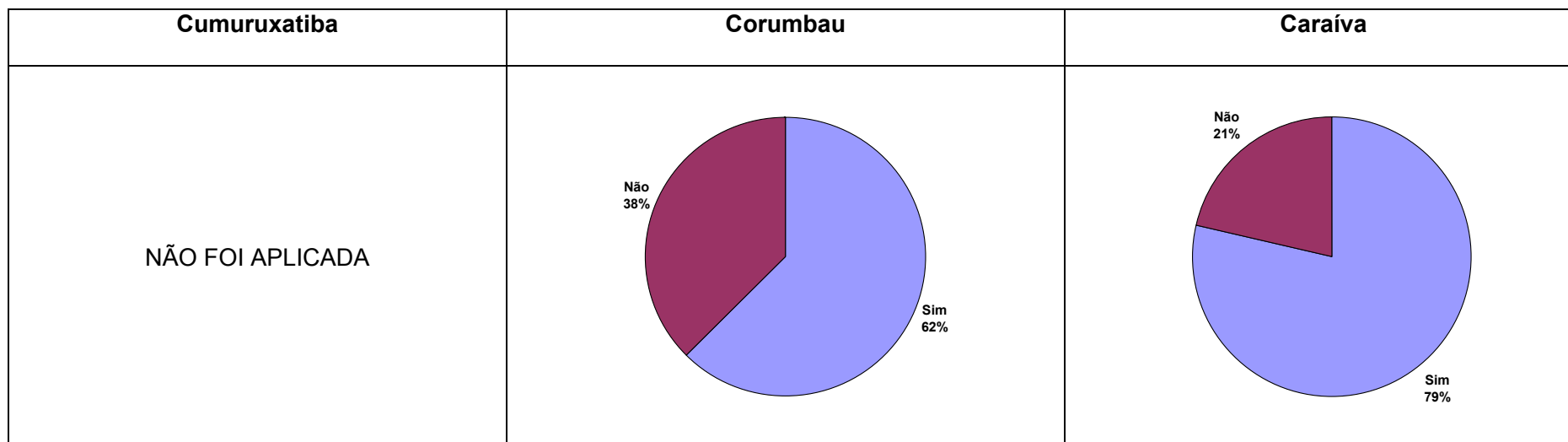


Figura 18: Disposição a participar de pescaria em barco de pesca artesanal.

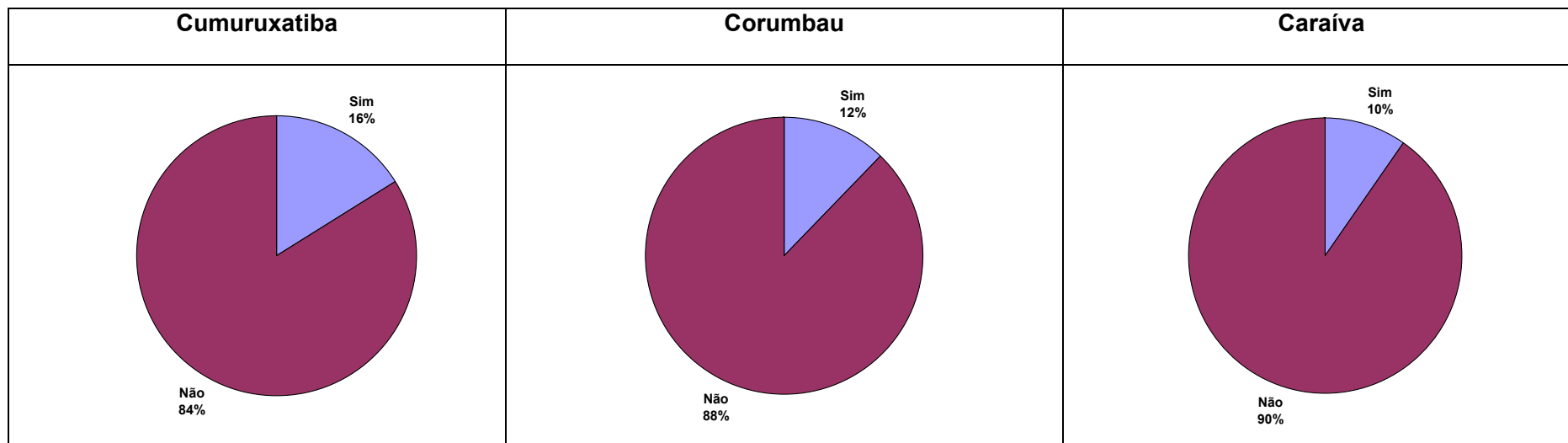


Figura 19: Percentual de turistas que receberam instruções com relação ao meio- ambiente.

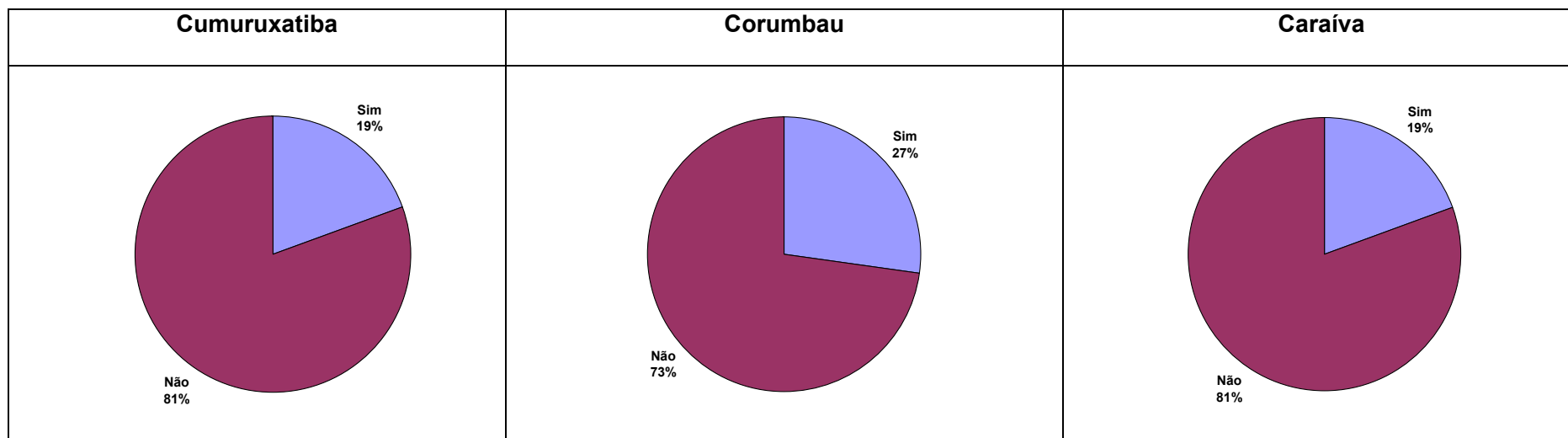


Figura 20: Percentual de turistas que receberam instruções a respeito das comunidades locais.

*...A novidade era o máximo!
Um paradoxo estendido n'areia.
Alguns a desejar seus beijos de Deusa,
outros a desejar seu rabo pra ceia...*

Gilberto Gil

5.5. Tipificação dos Residentes Extrativistas das Vilas

Na Figura 21 podem ser observados os percentuais das classes de idade dos extrativistas entrevistados. Em Cumuruxatiba, 41% dos entrevistados possuíam idade entre 36 e 45 anos; indivíduos com idades entre 46 e 55 anos e entre 26 a 35 anos, representaram, 18% cada classe; classes de 56 a 65 e de 16 a 25 representaram 9%; e 5% dos entrevistados tinham mais de 65 anos. Em Corumbau 50% dos nativos abordados tinham idades entre 46 e 55 anos; seguidos de 35% na classe de 36 a 45 anos; classes de 26 a 35 e de 56 a 65 anos representaram, respectivamente 10% e 5% dos participantes. Em Caraíva, 40% dos entrevistados se enquadravam na classe de 26 a 35 anos e 35% na classe de 46 a 55 anos; 15% dos nativos abordados possuíam idades entre 36 a 45 anos; e 5% idades entre 56 a 65 ou mais.

Em Cumuruxatiba, 73% dos entrevistados eram casados e 27% eram unidos por consenso. Em Corumbau 45% eram casados, 45% apresentaram união consensual e os 10% restantes estavam separados. Em Caraíva, 50% dos entrevistados viviam em união consensual, 40% eram casados e 10% encontravam-se separados (Figura 22).

Nas três comunidades visitadas, a maioria dos nativos possuía apenas alfabetização (Figura 23), sendo que, em Cumuruxatiba esta categoria representou 59% dos entrevistados, em Corumbau 60% e em Caraíva 75%. Indivíduos não alfabetizados representaram 9% dos nativos abordados em Cumuruxatiba, 30% em Corumbau e 10% em Caraíva. Em Cumuruxatiba, 27% dos nativos abordados possuíam ensino fundamental incompleto e 9% possuíam ensino fundamental completo. Em Corumbau 5% dos entrevistados possuíam ensino fundamental incompleto outros 5% possuíam curso técnico. Em Caraíva, 10% possuíam ensino fundamental incompleto e 5% possuíam nível médio de ensino.

Os homens entrevistados foram pescadores extrativistas, que têm a pesca como atividade principal ou a exercem como complemento a outras atividades, tais como o

turismo (passeios, comércio, caseiros) e o trabalho na construção civil. Suas esposas geralmente exercem a atividade de dona de casa, mas algumas possuíam empregos fixos ou temporários relacionados a serviços turísticos como, cozinheiras dos restaurantes e trabalhadoras na rede hoteleira (cozinheiras e camareiras). Outras profissões dos nativos estudados podem ser observadas no Apêndice 4.

A maioria dos entrevistados possuía renda de até 1 salário mínimo, sendo que, esta categoria figurou com 54% em Cumuruxatiba, 50% em Corumbau e 35% em Caraíva (Figura 24). Entrevistados que não possuíam renda perfizeram 32% em Cumuruxatiba, 40% em Corumbau e apenas 10% da amostra em Caraíva. Outros 14% declararam receber entre 2 e 4 salários mínimos mensais em Cumuruxatiba, 5% em Corumbau, elevado para 35% em Caraíva. Aqueles que não souberam ou não quiseram declarar uma renda fixa, representaram 5% em Corumbau e 20% em Caraíva.

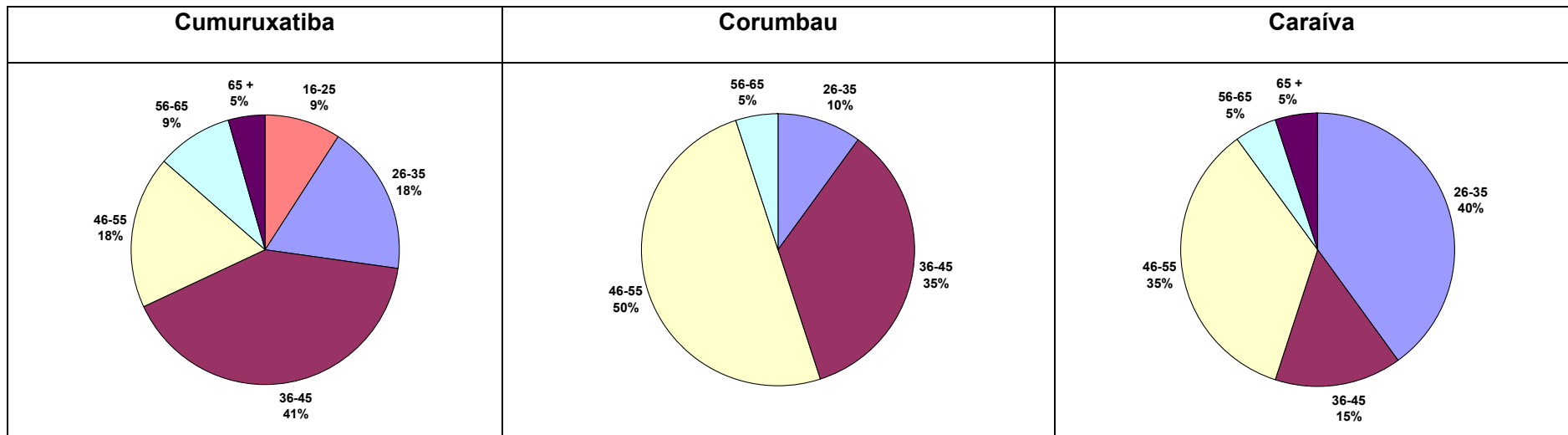


Figura 21: Idade dos indivíduos questionados.

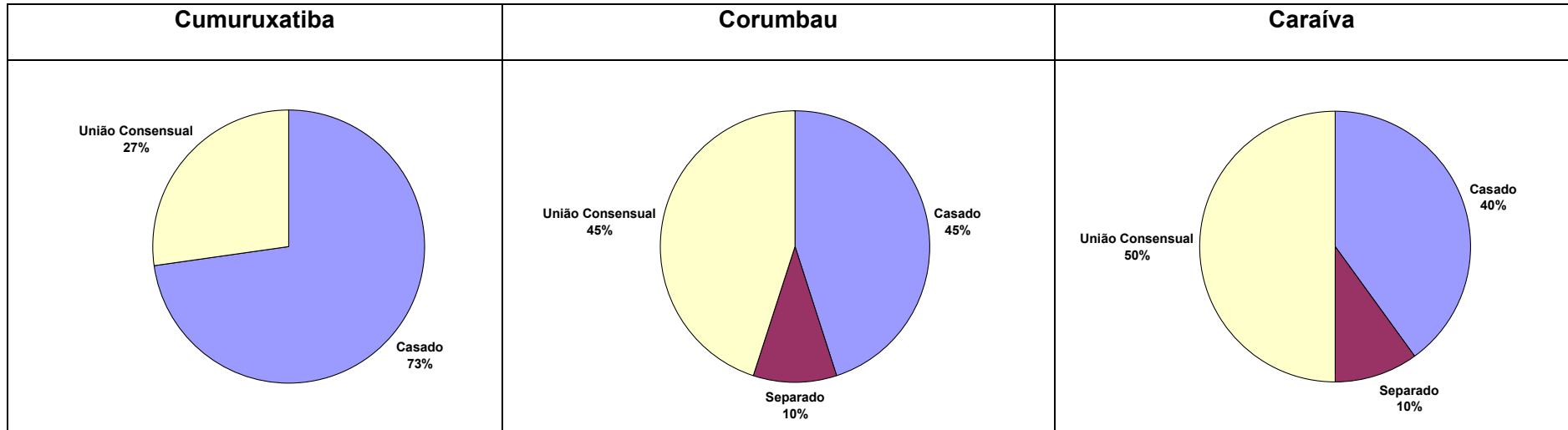


Figura 22: Estado civil dos indivíduos questionados.

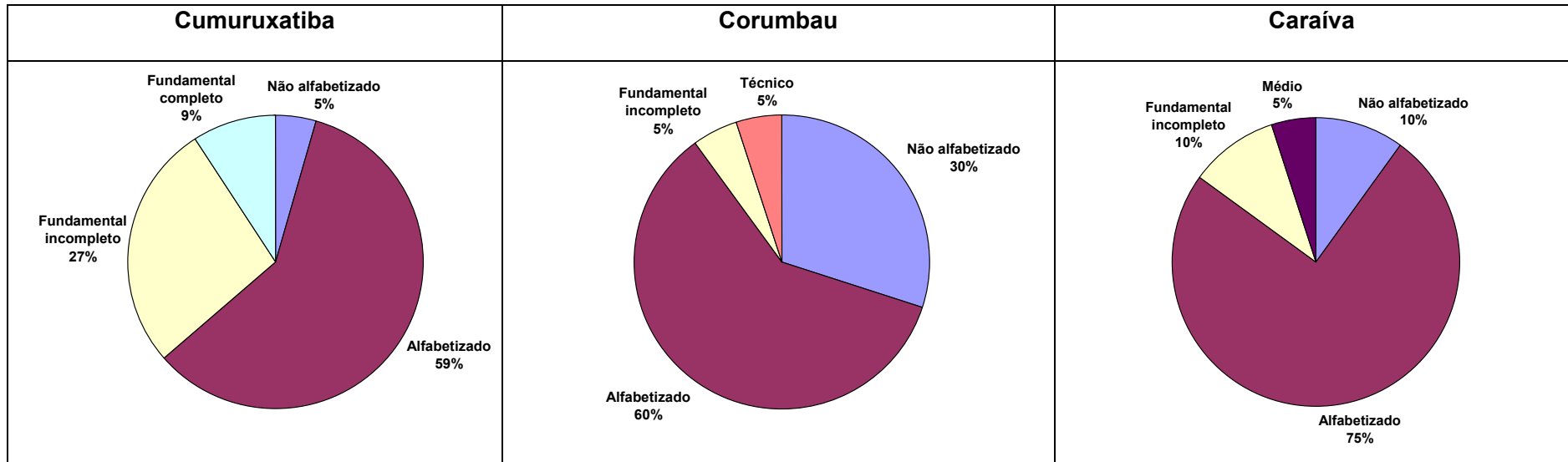


Figura 23: Escolaridade dos indivíduos questionados.

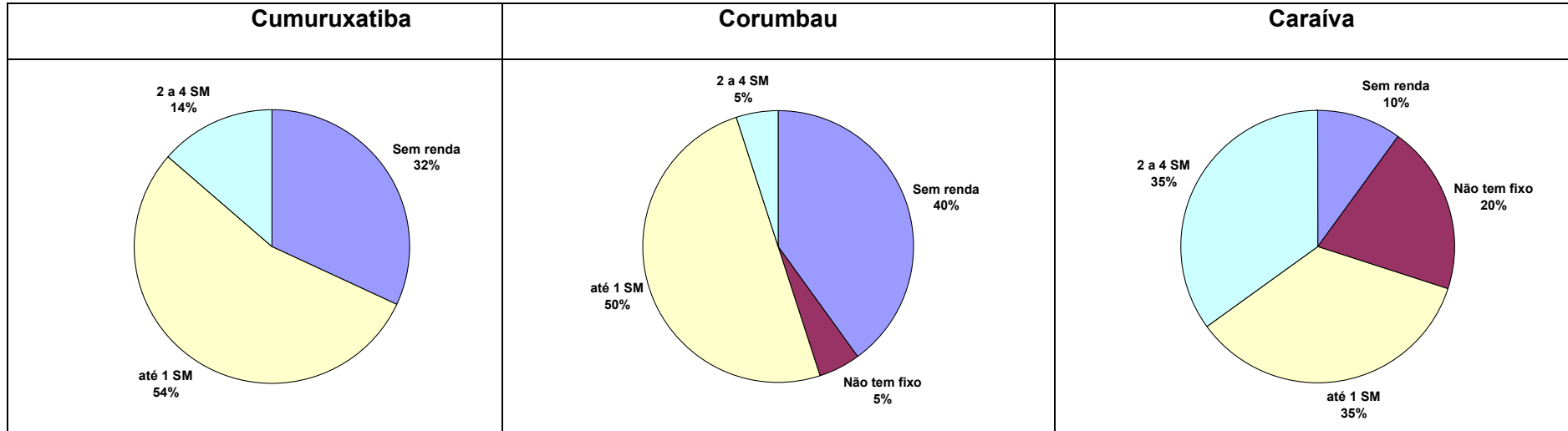


Figura 24: Faixa de renda dos indivíduos questionados.

5.6. Questões Organizativas e de Infra-Estrutura das Vilas Visitadas, na Visão dos Locais

Muitas transformações foram percebidas nas três comunidades, na visão dos nativos, geralmente retratando a crescente expansão urbana e a modificação do estilo de vida da população local. Em Cumuruxatiba (1), foi observada, a melhoria da infraestrutura, como: escola, comércio, posto de saúde, sistema de transportes, o calçamento da rua principal; aumento no número de turistas, de casas de veraneio e principalmente no número de pousadas. Em Corumbau (2), foram notados impactos causados pela intensa especulação imobiliária, em decorrência do aumento do turismo, com conseqüente perda cultural e privatização do espaço terrestre de uso dos pescadores; também foram notadas modificações no tipo de material de construção das casas da vila (de palha para madeira, e depois, para alvenaria) e no tipo de embarcação pesqueira (de canoa para barcos a motor); foi relatada a chegada da água encanada e melhorias na estrada de acesso (“cascalhada”); ainda foi notado o processo de erosão costeira, e já faz com que um pescador pense em abandonar sua casa. Em Caraíva (3), foram notadas mudanças na estruturação das casas, das embarcações e nas artes de pesca; foi recorrente a citação do aumento do número de turistas e da infra-estrutura turística com conseqüentes mudanças culturais, como o abandono das tradições festivas e até a migração de nativos para outras áreas; também foi relatado o processo de erosão da margem do rio e o aterro realizado, como obra de recuperação da orla.

(1) “Tem bastante pousada, correio, cartório, Caixa Federal. Antigamente chegava pessoa de fora e não tinha nem onde se hospedar... os pousadeiros tomaram tudo: “nós queremos aquele terreno na frente da praia!”... o mar puxa tudo!”

“Muita coisa melhorou... o transporte era mais difícil e hoje tem linha de ônibus, hoje tem médico. O turismo melhorou, pois os turistas deixam dinheiro para o pessoal... há muitos anos atrás não tinha turista... melhorou bastante”.

“Mudou a população, aumentou... aumentou de gente de fora, os pousadeiros... tem muita construção de pessoas que vem de fora. Cumuruxatiba cresceu... mudou o nosso jeito de vida, isso é bom porque tem mais crescimento”.

(2) “A água está comendo bastante... se a maré tivesse grandona, estaria lavando tudo aí... com esse vento! Quando o mar chegar aqui, já vou estar com a minha casa pronta pra lá da barra do rio e vou alugar essa casa antiga...”

“Era tudo casinha de palha, todo ano renovava a casinha... de 2 em 2 anos tinha que trocar as palhas. Chegou o pessoal de fora e foi dando emprego para esse pessoal aí, nas pousadas. Uns foram vendendo terreno e fazendo casa melhor e outros fizeram com o próprio trabalho. O meu terreno é posse... teve o pessoal que vendeu terreno por 200 e hoje se vende por 250.000 reais”.

“Antigamente não tinha muitos moradores, só os nativos. Agora estão chegando muitas pessoas de outros lugares, de outros países... isso mudou muito a vida do nativo. Essas pessoas estão tomando o espaço dos nativos... o povo está perdendo sua liberdade... esse povo de fora está bloqueando o acesso ao mangue, ao rio, as passagens... esse pessoal está botando na cabeça da comunidade para comprar o terreno deles... os nativos estão saindo e perdendo sua cultura”.

“Não tinha ninguém. Começou a vila com Manduca Simões há mais de 200 anos. Quando chegou aqui, Manduca já era bem velho... só tinha ele para o outro lado do rio, onde fui criado... no Bugigão. Depois da criação do Parque do Monte Pascoal, os moradores foram indenizados para vir para Corumbau... salgavam o peixe e vendiam pros tropeiros que vinham de burro. Ninguém tinha dinheiro... eu vendia café por colherada, comprava panos e utensílios, e o pessoal pagava em peixe... até comprimido vendia... Naquele tempo as casas eram todas de palha (parede e teto) e o chão era aterro com lama do mangue. Dava muito peixe... peixe ficava na praia... ninguém ligava pra camarão... muita fartura... mas dinheiro era muito difícil naquele tempo. Gente de fora foi chegando... foi mudando... melhorando... tem uns quinze anos pra cá começou a chegar turista... trouxeram muita mudança... começou a vim, começou a melhorar em assunto de dinheiro... quando eles vêm para cá, quem pesca vende para a barraca e a barraca passa para o turista... compram artesanato. O turista também é o pessoal da região, que faz movimento, deixa muito dinheiro. Quando passa a fase de turistas a beira da praia arreja...fica fraco o movimento”.

(3) “Foi chegando gente, o povo de fora. Antigamente tudo era diferente... O rio foi comendo a lateral, tinha até campo de futebol, tinha cacimba na beira do rio, as casas eram precárias, de taipa e madeira, hoje é de concreto.

Antes pegavam mais peixe, pescava de canoa a remo e à vela, hoje tem barco a motor... Era mais de pescador antes”.

“Antes a vila era só de pescador mesmo... hoje está mais avançado, tem mais gente de fora. Antigamente era mais difícil o estudo... o transporte só era de barco. A vila cresceu mais através do turismo e a gente teve mais conhecimento das coisas que antes nós não tínhamos. Quando uma pessoa caía doente aqui, tinha que sair de barco para Porto Seguro... minha avó que contava... meu pai levava de barco para Porto Seguro, quem tinha dores para ganhar neném... às vezes até ganhava no meio do mar!”

“Foi tudo! A cultura! Antigamente o povo aqui não tinha aquela ganância. O povo de fora que veio para cá são os mais gananciosos. Tem muita droga em Caraíva. Mudou a comunicação entre os nativos... não se conversam mais... Acho que o turismo foi evoluindo e quebrou a conversa... o ponto de encontro... o turismo foi evoluindo e foi envolvendo a comunidade... Muitas pessoas venderam terreno, foram embora, outros largaram para os de fora. Mudou a cultura... as festas de Reis, Carnaval, São João, Natal, São Sebastião, 6 de Janeiro...”

“Não tinha turismo, era tranquilo... tinha muito deportado. Só morava povo daqui, só casa de palha. O turismo começou bem devagarzinho... foi desenvolvendo, fazendo restaurante... há mais de 30 anos chegaram os hippies e de 25 anos pra cá começou a construção”.

De maneira geral, a população extrativista tem afetividade com respeito às vilas em que moram e apontam como coisas boas: a tranquilidade, o relacionamento com o meio-ambiente, o mar, a praia, a natureza, a paz e o povo do lugar. Essa afetividade do morador local com o meio em que vive foi denominada, por Tuan (1980), de Topofilia. Em Cumuruxatiba (1) os nativos declararam que são “coisas boas” da vila: a praia, tomar banho na represa, o sossego, a afetividade entre as pessoas, a saúde, o posto médico, as Igrejas, etc.; o turismo também foi citado com otimismo pelos entrevistados. Em Corumbau (2), em especial foram citadas: o modo de vida saudável da população local, a fartura e a qualidade dos bens de sobrevivência providos pela natureza (praia, rio, terra), como alimento (pesca) e o artesanato; a ausência de violência, o bom relacionamento entre as famílias e a liberdade para criar os filhos. Em Caraíva (3), a tranquilidade do meio é associada a condições de preservação (como ausência de veículos), condição de boa pescaria, a saúde do povo, presença da religião e a proximidade entre as pessoas que se reconhecem como moradores de um ambiente

propício ao turismo. Destaca-se a fala de um entrevistado que cita a Resex como uma coisa boa que aconteceu no local, apesar dele próprio não mais exercer a atividade pesqueira.

(1) “Tem muitas coisas... praia bonita e ar puro... o bom relacionamento com o povo da cidade todo, todo mundo é amigo”.

“Tranquilidade, por enquanto nunca teve roubo. O turismo no verão é bom porque aluga casa, vende peixinho...”

(2) “Liberdade para criar os filhos... as crianças ficam à vontade. O tempo de turismo... o pessoal ganha dinheiro e arruma trabalho. A praia... o rio”.

“Lugar pequeno, não tem bandalheira, é tudo parente, é tranquilo. O alimento é barato (peixe), é mais fácil... tendo a farinha e o sal, ninguém passa fome!”

(3) “Os passeios nossos, a Resex, o sossego... não entra carro. Gosto do trabalho que faço... mexer com passeios... com turistas”.

“Caraíva mesmo... cidade boa, tranqüila... a casa, a família, os amigos, as praias, os pesqueiros, as pessoas de redondeza...”

Os entrevistados também relataram que existem também algumas “coisas ruins” nas vilas, principalmente relacionadas às carências em infra-estrutura ou nas relações sociais com o turismo e pessoas externas que se apropriam do espaço do pescador. Em Cumuruxatiba (1) foram citados: falta de água encanada, estrada de terra mal conservada, necessidade de reparos no sistema de energia elétrica, deficiências do posto médico, sendo que, apenas um informante citou a falta de rede de esgoto, a falta de trabalho e conflitos sociais como brigas, consumo de álcool e outras drogas. Apenas um entrevistados declarou a falta de saneamento básico. Em Corumbau (2), foi citado: o abandono do lugar pelos órgãos públicos, a falta de estrutura em energia elétrica, a ausência de posto de saúde e de educação acima da 4^a. série do ensino fundamental, falta de dinheiro no inverno, a má conservação da estrada de terra, condições climáticas (de chuva e frio) desfavoráveis à pesca e que danificam a rodovia de acesso à vila, prejudicando o deslocamento de nativos e turistas; não houve qualquer menção por parte dos entrevistados sobre a falta de saneamento básico. Em Caraíva, foi relatado: a falta de infra-estrutura em energia e o alto custo do gerador a óleo diesel, deficiências

no sistema de saúde, os freqüentes roubos na temporada de turismo juntamente com a falta de policiamento. Também foram notáveis as citações referentes à conflitos sociais e dificuldades estruturais durante a temporada de turismo, acrescidas de conflitos internos na comunidade por interferência externa: brigas entre nativos e moradores de temporada ou pousadeiros, sobre a questão da vinda de energia e da estrada; barulho dos geradores de energia e das festas noturnas; e uso de drogas. O descaso das autoridades públicas também é sentido nesta comunidade, e também aqui, a falta de saneamento não foi lembrada. Interessante é que o turismo freqüentemente aparece com uma imagem negativa nesta comunidade, fato que nas outras vilas não ocorreu (3).

(1) “A dificuldade de viver aqui, principalmente no inverno que falta trabalho”.

“Falta estrada, posto médico bom... o médico só vem 4 vezes por semana. Falta esgoto... falta energia quando chove”.

(2) “Quando esse tempo cai (chuva), não vem o médico, não pode sair para rua, tem que esperar esse tempo passar”.

“Não tem recurso nenhum. O prefeito nunca olha para cá, faz nós de bobo”.

(3) “Tem muita... O ruim é porque chega gente de fora e fica tirando as coisas do nativo... a energia, a estrada que eles não querem..”

“No verão é muita zoada de forró, de bar e de motor a diesel. No verão dá muito roubo... de quatro anos pra cá o turismo caiu muito devido aos roubos”.

Quando questionados sobre o que acham que falta, nas vilas visitadas (Figura 25), a comunidade de Cumuruxatiba (1) colocou a falta de emprego em primeiro lugar (18%), seguida da falta de estrada (17%), necessidade de melhorias no sistema de saúde (15%), falta de água (10%); com 6% das citações cada, saneamento básico, melhoria no sistema de energia existente, estabelecimentos comerciais e um frigorífico para conservação do pescado; e ainda, com 4%, os itens relativos à segurança e educação. Em Corumbau (2), foram relatadas a falta de energia e a inexistência de um posto de saúde, ambos por 19% do entrevistados; a falta de água foi lembrada em 15% das citações; falta de educação e estrada, foram citadas por 11% dos locais; falta de um frigorífico de pescado representou 5% das citações; seguido de transporte e

saneamento básico, com 4% cada; e a falta de um banheiro público, com apenas 2%. Em Caraíva (3), as faltas de energia e água representaram, respectivamente, 18% e 17% das citações do entrevistados; estrada, educação e saúde, somam 13% cada; falta de segurança, saneamento básico, transporte, cais de embarque e desembarque de pescado, e falta de união entre as pessoas, receberam 3% cada uma; falta de emprego foi representada por apenas 2% das citações.

(1) “É muito abandonada. Falta estrada, mais horários de ônibus, mais policiais, falta o restante do calçamento, a água é pingada... é de poço. Falta ponte de embarque e desembarque para turismo”.

“Falta estrada, diversão... um clube. Falta supermercado mais barato... não tem fiscalização de preço no supermercado. Falta hospital”.

(2) “Não tem energia, água, educação, médico, frigorífico, telefone. A Resex tinha que fazer todos os documentos dos pescadores para receber o defeso... poderia trazer alguém aqui para fazer isso”.

“Falta muita coisa... água, luz, rede de esgoto, saneamento básico, banheiro pra todo mundo. Falta organização do lugar, união entre as pessoas... tem que ter união para quando um quiser discutir algo todos ouvirem. Tendo as coisas que faltam, tem até como o turista chegar, ficar mais”.

(3) “Falta tudo! Saúde, a educação é precária... falta escola boa... a escola não desenvolveu e ainda ficou pior! Não tem água encanada, a limpeza de lixo é desorganizada... gera doenças. Falta união entre as pessoas para as coisas melhorarem. Fica muito tempo sem ter ônibus... de 1 a 2 meses! Falta informação...”

“Falta tudo! Energia, estrada bacana, educação, água potável, saneamento básico, médico, dentista, cartório, proteção das ruas contra o rio que está comendo a rua, união entre as pessoas, área de lazer, quadra, campo de futebol, centro cultural”.

O “Futuro” nestas vilas foi freqüentemente associado à evolução do turismo, considerando suas conseqüências na infra-estrutura das vilas e na especulação imobiliária sobre terras extrativistas, como pode ser observado nos relatos de moradores de Cumuruxatiba (1), Corumbau (2) e Caraíva (3). Além das transformações decorrentes da migração da população tradicional, os nativos de Corumbau ainda

acreditam na possibilidade de aumento nos postos de emprego e em mudanças ambientais naturais, como o processo de erosão costeira. Em Caraíva, particularmente observaram-se dúvidas quanto ao futuro do local, condicionado às melhorias na infraestrutura (fornecimento de energia e reconstrução de pontes e estradas), em contraste com a esperança na Reserva Extrativista Marinha do Corumbau.

(1) “Se a estrada sair, deve melhorar... linha de ônibus para Porto seguro e Prado... melhora para a pescaria... ir ao Prado vender o peixe, pegar gelo...”

“Acho que vai ter mais gente de fora do que os próprios daqui mesmo. Os de fora vêm para comprar aqui, constrói pousada, restaurante, sobe na vida e os daqui... é difícil um filho do lugar ficar bem na vida”.

(2) “O futuro é o que a gente vê aí ó... cada vez mais a maré comendo...”

“Vai ser mais dos turistas que dos nativos. Os nativos estão saindo e os turistas tão comprando as propriedades deles. Nativo tem bem pouco já, a maioria está saindo”.

“Aqui tem muita fartura, povo daqui não sabe nem aproveitar... Vai melhorar mais... está vindo energia para cá”.

“O futuro de Corumbau aqui é os grandes comprando e os nativos saindo. Muitos venderam tudo e estão saindo sem precisão, lá pro Monte Pascoal. Foram indenizados para sair do Monte Pascoal e agora voltaram pra lá...de 15 a 20 famílias...”

(3) “Acho que poucos pescadores vão estar na vila, porque tem gente de fora chega oferecendo um dinheiro bom e muitos se mudam para Nova Caraíva. Vai ficar um lugar de gente de fora morando”.

“Se tiver uma estrada legal, o futuro é crescer e melhorar. Vai ter quem compre o peixe, pois vai ter acesso no lugar... o dinheiro começa a circular na cidade e faz crescer...”

“Se a Resex for o que falam nas reuniões, se agir mesmo, que o governo faz a lei e cumpre... se cumprir fica legal, se não cumprir... Eu creio que a Resex chegou para ajudar a cidade, os pescadores... a minha esperança é a Resex! Se agir... no verão aqui é muita bagunça e não tem fiscal nenhum”.

Os extrativistas declararam que recebem os mais variados tipos de convites para reuniões sobre o planejamento da comunidade, sendo que esta afirmação representou 59% dos entrevistados em Cumuruxatiba, 80% em Corumbau e 95% em Caraíva (Figura 26). Em Cumuruxatiba (1), as reuniões citadas, foram: reuniões da Resex (muito citada como sendo “reuniões do IBAMA”); do movimento indígena; das associações (de pescadores, moradores e turismo); da escola e das Igrejas; observou-se que não ocorre a integração da comunidade, com as reuniões do grupo dos donos de pousadas, os chamados “pousadeiros”. Em Corumbau (2), os entrevistados recebem convites para as seguintes reuniões: reunião da Resex (aqui também citada como reunião do “IBAMA”); das associações (amigos de Corumbau, moradores, pescadores: Associação Carroula de Moradores e Amigos de Corumbau - AREMACO); e reuniões escolares (reunião de mães). Em Caraíva (3), foram citadas: reuniões da Resex (ou “IBAMA”); das associações (Associação de Nativos de Caraíva - ANAC; Associação de Nova Caraíva; Associação Pró-ecoturismo - PROECO); de cursos do Sebrae; da Administração local; da APA Caraíva-Trancoso; da Prefeitura; da escola; e de Igrejas.

(1) “As reuniões de pousada e restaurante não convidam a comunidade... A comunidade fica revoltada com os pousadeiros que boicotam as decisões da comunidade... da estrada, que os pousadeiros não querem que venha”.

(2) “Sim, mas não vou muito... da Reserva, vou sempre lá, mas não vejo sair nada... quase nem vou mais...”

(3) “Da Resex, do Colégio, Administração, mas não vai a todas... se ele vai, eu tenho que ficar...”

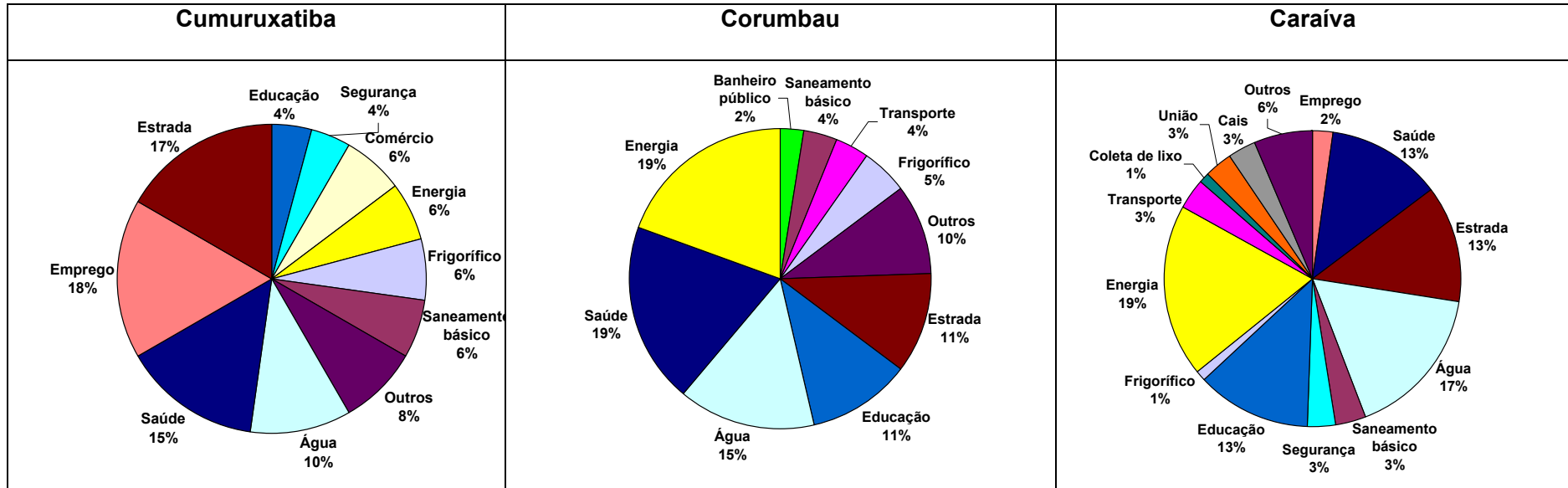


Figura 25: Principais carências observadas nas localidades estudadas, segundo os extrativistas abordados.

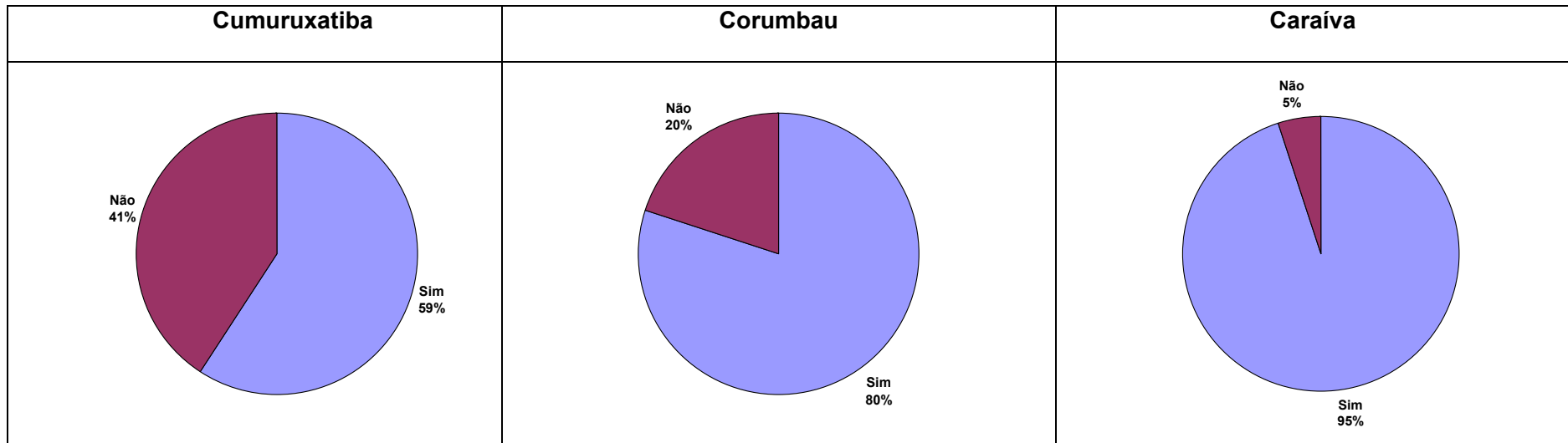


Figura 26: Percentual de indivíduos que recebem convites para reuniões sobre o planejamento da comunidade.

5.7. A Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau na Opinião dos Locais

Quando questionados sobre formas de participação na Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau (Figura 27), 45% dos nativos em Cumuruxatiba, 90% em Corumbau e 65% em Caraíva, responderam que participam da Resex como cadastrados principais ou secundários, freqüentando as reuniões e como representantes no Conselho Deliberativo. Observou-se em Corumbau uma elevada participação das mulheres em reuniões da Resex e em Caraíva verificou-se a participação de não cadastrados nas reuniões. Os demais, declararam não participar da Resex por falta de convite, falta de informação (como no caso das mulheres em Cumuruxatiba), incompatibilidade com os horários das reuniões, dificuldade de participar em reuniões nas outras vilas ou descrédito na gestão da Resex. Destaca-se em Cumuruxatiba (1) um relato de uma entrevistada que declara já ter sido interrogada por diversas pesquisas.

(1) “Vou na reunião, como cadastrado secundário, mas nem fico até o final porque demora muito... mais de 1 hora...”

“Nunca convidaram, nunca falaram nada, eu achava que era mais para os pescadores (homens). Às vezes respondo essas perguntas que fazem...”

(2) “Sou fundador, cadastrado principal, dou sugestões na reunião e procuro incentivar o povo para cobrar os direitos que nós temos.

“Quando chamam, eu vou... não chamam mais...”

(3) Não estou indo mais nas reuniões da Resex, porque tem desunião e gera discussões.

“Não me interessa e neste horário estou em casa cuidando das coisas... se fosse um horário melhor iria... 17:00 horas.”

Desta forma, a participação dos moradores das comunidades estudadas nas discussões sobre a Resex mostra-se relacionada ao tipo de informação e integração que o indivíduo teve com o processo de criação desta Unidade de Conservação e na confiança e paciência quanto à colocação em prática do que está planejado. Apresentam-se como entraves ao processo participativo: a longa distância entre os locais de reunião, incompatibilidade dos horários das reuniões com atividades cotidianas (principalmente com as mulheres), falta de informações

sobre o processo de criação e gestão de uma Reserva Extrativista, baixo impacto dos resultados da Resex e o desestímulo à participação nas reuniões.

Quando questionados se os entrevistados conheciam o motivo pelo qual foi criada a Resex (Figura 28), 50% dos nativos em Cumuruxatiba (1), responderam afirmativamente a esta questão, elevando-se para 80% em Corumbau (2) e 60% em Caraíva (3). Foram alegados os motivos da preservação do recurso pesqueiro diante da crescente exploração pelos “barcos de fora” (barcos da pesca industrial), associando-os à melhoria da qualidade de vida da comunidade extrativista e à restrição das áreas de pesca aos cuidados dos nativos.

(1) “Para preservar a natureza. O pessoal pegava muito peixe, camarão, lagosta, tirava coral, mergulhava muito...”

“Foi idéia do povo de Corumbau... que os barcos de fora estavam acabando com a nossa riqueza... aí veio o IBAMA e criou!”

(2) “Criaram porque uns anos atrás vinham muitos barcos de fora... juntavam 100 barcos acabando com tudo. O pessoal daqui se reuniu e conseguiram acabar com os barcos de fora.

“Para termos o direito de pescar dentro dessa área com mais segurança, mais liberdade e saber valorizar aquilo que nós temos de mais importante, que são nossas área de pesca... garantir a sustentabilidade para nossa família em geral, filhos, netos... para futuramente essa nova geração ainda poder sobreviver aqui dentro dos nossos lugares”.

(3) “Pra preservar nosso pesqueiro”.

“Foi feita pra dar condições aos nativos do local. Nós é que somos donos da Resex, nós que temos que tomar conta dela”.

De maneira geral, a criação da Resex representou melhorias na vida dos extrativistas pela restrição aos “barcos de fora” e por constatarem uma nítida recuperação dos recursos marinhos, entretanto, os extrativistas clamam por mais ação fiscalizadora. Em Cumuruxatiba (1), a importância da Resex para os entrevistados esteve associada à esperança da preservação dos recursos marinhos através de restrições nas áreas de pesca, em favor do futuro da comunidade. No entanto, a ineficácia na ação fiscalizadora e as poucas visitas dos representantes do órgão gestor IBAMA são sentidas pelos extrativistas. Em Corumbau (2), foram relatadas frases otimistas em relação à Resex, frente à constatação da recuperação da

fauna marinha (principalmente do camarão) e uma maior tranquilidade dos moradores da vila após a retirada do porto de desembarque pesqueiro. Também transpareceram dúvidas com relação aos resultados esperados e com relação à prática do plano de manejo que está sendo concebido. Em Caraíva (3), a Resex também significou a aquisição de mais informação e conquista da cidadania. Relatos retratando o descrédito com relação a Resex também ocorreram nesta comunidade.

(1) “Melhorou um pouco a fiscalização, mas ainda tem muita gente pescando por fora”.

“Muita coisa... Veio um povo sincero... a gente aqui não tinha conhecimento de nada e eles... a CI, o IBAMA... jogaram no ar... fez o povo acreditar dos direito que assistia a gente, que a colônia não dava essa explicação...”

“Acho que o presidente da Resex tinha que morar aqui na Resex. Ele não sabe o que a gente está precisando... o que os pescadores querem. Foi boa porque os barcos de fora não tão vindo mais pescar na nossa área... esses não deixavam benefício nenhum para a cidade”.

(2) “Melhorou porque os barcos de fora não entram mais para pescar na Reserva, mas por enquanto não vi benefício... esses homens do IBAMA não trazem benefício nenhum... Fazem projeto e dizem que foram eles que fizeram... dizem que para ter benefício pro pescador tem que fazer outro projeto”.

“Agora tem mais tranquilidade... antigamente tinha mais zoadada de barco e bebedeira dos pescadores que vinham descarregar aqui em Corumbau... foi bom a Resex”.

(3) “Acho que é bom. A maioria dos nativos já não vem pescando mais... robalo... eu nunca mais pesquei”.

“Tem um objetivo bom, só que tem altos e baixos... sabe que a gente põe fé e depois fica frio de novo, devido à fiscalização... tem pessoal de fora pegando robalo, desrespeitando... falta fiscalização. Antes da Resex, só as pessoas de fora tinham acesso às autoridades competentes e agora com a Resex, os nativos estão tendo também”.

“Meio de conhecimento... de dar valor para informar a comunidade, de conhecer os direitos... Acreditei muito nela...”

Com relação ao percentual de conhecimento sobre o Plano de Utilização em vigor (Plano de Manejo - Fase 1) 81% dos entrevistado em Cumuruxatiba, 70% em Corumbau e 55% em Caraíva responderam que não conhecem as normas que regulamentam o funcionamento da Resex (Figura 29). Apenas 14% dos extrativistas em Cumuruxatiba e 20%, tanto em Corumbau como em Caraíva, declararam ter conhecimento sobre as regras de uso. Outros, responderam que conhecem mais ou menos essas normas: 5% em Cumuruxatiba, 10% em Corumbau e 25% em Caraíva. Constata-se, portanto, que a população extrativista entrevistada em Cumuruxatiba apresentou menor índice de informação com relação ao Plano de Manejo - Fase 1, enquanto a população de Corumbau e Caraíva mostra-se um pouco mais informada.

Na Figura 30 pode-se visualizar o percentual de entrevistados que declararam ter recebido instruções sobre o funcionamento da Resex. Esse percentual atingiu apenas 14% dos entrevistados em Cumuruxatiba (1), 25% em Corumbau (2) e 45% em Caraíva (3). Estas informações surgiram durante o processo de criação da Resex, em conversas com pessoas na comunidade e nas reuniões com os representantes do IBAMA e da ONG "Conservação Internacional" (CI). O restante dos entrevistados declararam não ter recebido instruções sobre as normas da Resex, muitas vezes, por não terem sido avisados das datas das reuniões ou por incompatibilidade das atividades cotidianas com os horários das mesmas.

(1) "Veio o pessoal do IBAMA dar palestra na reunião".

"Teve a reunião e eu não fui porque estava pescando... outras vezes não fui porque não sabia... moro aqui no Morro da Fumaça... quando botam no rádio o aviso da reunião, fico sabendo".

(2) "Particpei da criação das normas e tenho cópia do Plano de Manejo".

"Quem sempre explica isso aí é Ronaldo e Guilherme, nas reuniões que tem aí... de cabeça até esqueci um pouco".

(3) "Os cabeças de reunião davam uma ata pra gente ler em casa".

"Nas reuniões eu fico ouvindo, mas ainda não entrou na cabeça..."

De acordo com o Plano de Manejo - Fase 1, da Resex do Corumbau (IBAMA/CNPT & CI, 2002 - Anexo III), no total, foram realizadas 38 reuniões para discussão e planejamento do referido documento. Muitos extrativistas entrevistados se mostraram participativos e informados quanto ao objetivo central da Resex (Figuras 27 e 28), entretanto, a grande parte se mostrou desinformado quanto à sua regulamentação (Figuras 29 e 30).

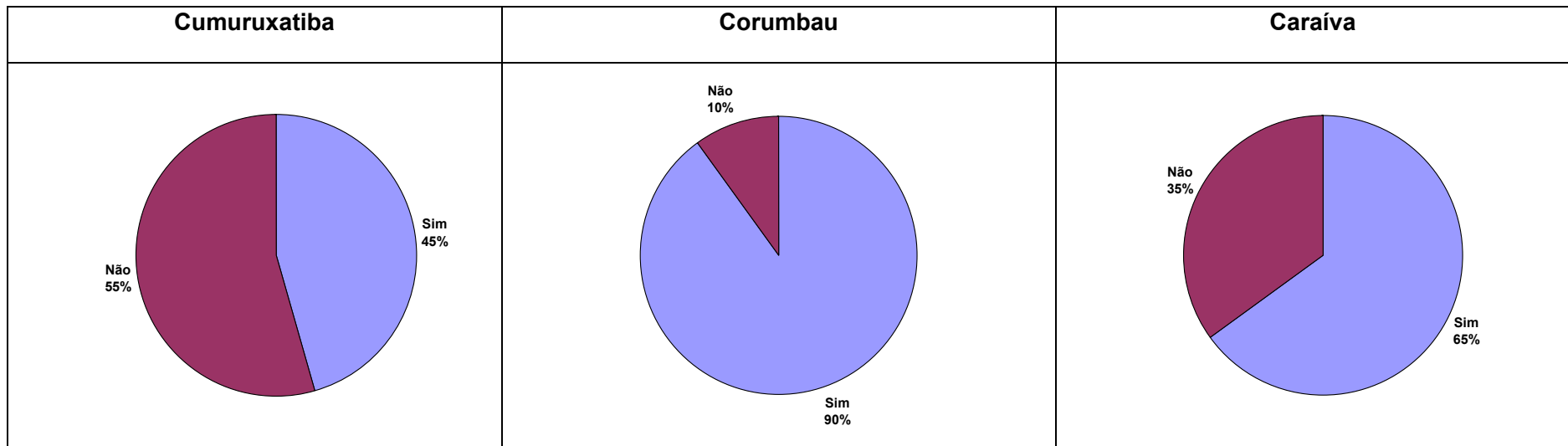


Figura 27: Percentual de indivíduos que participam na Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau.

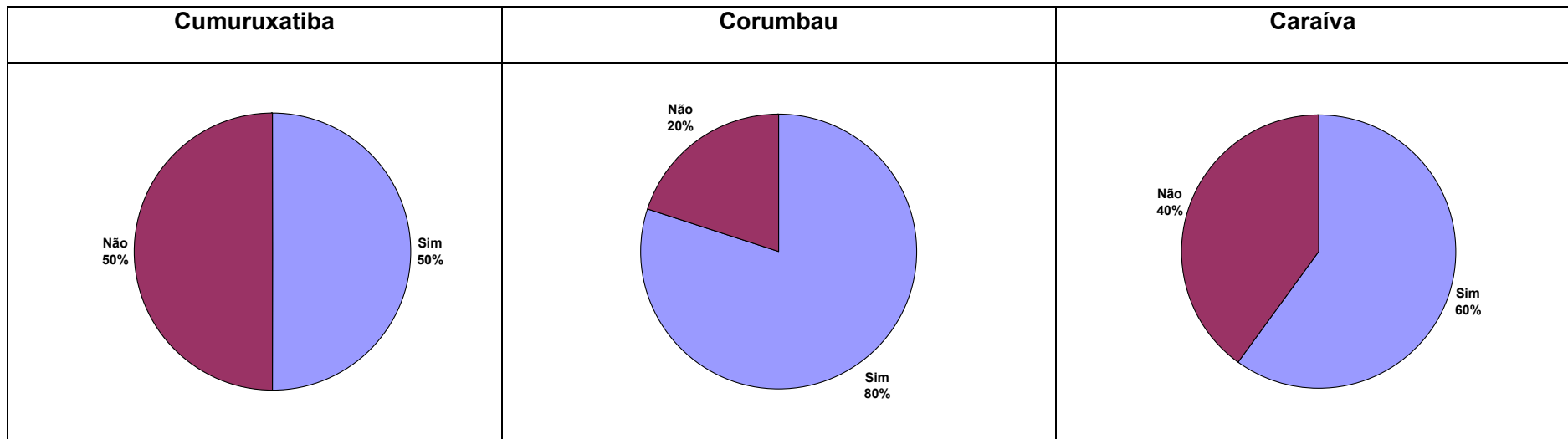


Figura 28: Percentual de indivíduos que conhecem os ideais de criação da Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau.

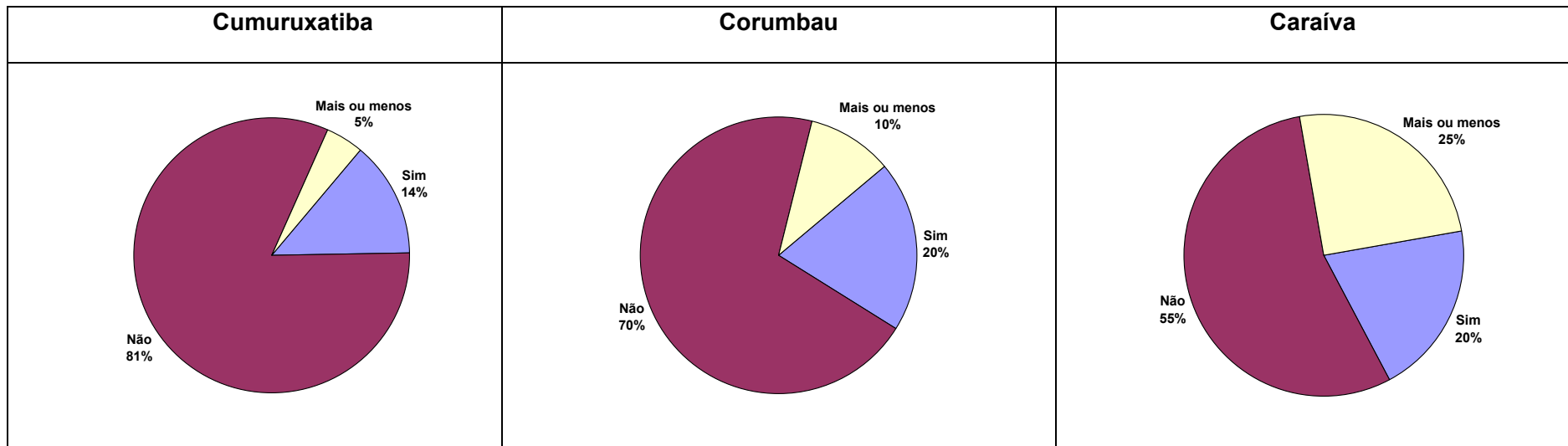


Figura 29: Percentual de indivíduos que conhecem as normas da RESEX (Plano de Manejo - Fase 1).

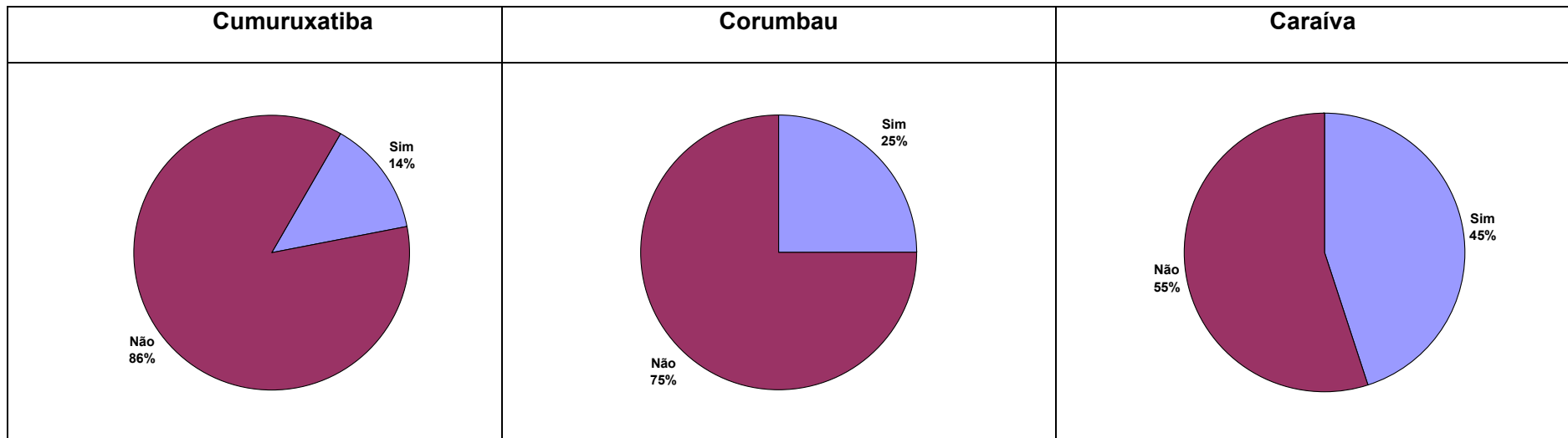


Figura 30: Percentual de indivíduos que receberam instrução sobre as normas da RESEX (Plano de Manejo - Fase 1).

5.8. Atividade Turística: Harmonias, Dificuldades e Conflitos com o Extrativismo

De maneira geral, foi considerada positiva a possibilidade de conciliar a atividade extrativista e a atividade turística na Resex do Corumbau (Figura 31). Foram mais citados como oportunidades de renda complementar à pesca: o trabalho na temporada em pousadas e restaurantes; caseiros e faxineiras de casas de veraneio; aluguel da própria casa; venda do artesanato local e do pescado à restaurantes e turistas; e realização de passeios de barcos, neste caso, somente com a licença emitida pela Capitania dos Portos, localizada no município de Porto Seguro, como já citado anteriormente. Neste sentido, foi sugerida a realização de reuniões para a discussão da possibilidade de voltar a realizar passeios, com equidade econômica entre barcos grandes e pequenos. Essa opinião foi comum a 86% dos entrevistados de Cumuruxatiba (1), 90% de Corumbau (2) e na totalidade das opiniões de Caraíva (100%), provavelmente devido a uma forte influência do turismo existente neste local (3). Em Cumuruxatiba, 14% dos entrevistados não souberam responder a esta questão e em Corumbau, os 10% restantes declararam inexistir tal possibilidade, devido à imposição da Capitania dos Portos (2).

(1) “No modo de receber as pessoas... receber bem os turistas. Tratá-los bem no lugar de trabalho... assim o turista volta”.

“Só se nós pudéssemos comprar um barco maior para poder participar... se hoje a Marinha pega um barco de pesca, é multado... então, é por isso que a gente não faz. Antes do Cigano chegar aqui, todos esses barquinhos faziam turismo... depois que ele chegou, todos os barquinhos pararam... só ele faz turismo.... depois que o barco dele chegou, pronto, ninguém mais faz!”

(2) “Dá, mas aqui o turismo foi cortado... antes a gente fazia um passeio, mas agora só quem pode carregar são as escunas... a gente ficou com medo de sair”.

“O pessoal que tem barco de turismo tem que fazer parceria com os pescadores para eles diminuïrem para a quantidade certa de pessoas, para que os barcos pequenos possam trabalhar também com turismo... Botar barraca de praia para vender coisas para turistas... peixe frito, caranguejo, ostra, camarão, polvo, lagosta, artesanato... para que a comunidade também ganhe com o turismo”.

“Com os pescadores participando do turismo... vai consumir mais pescado, o pescado vai ter preço melhor, aluguel da casa, os nativos vão dar faxina, com passeio de barco e de canoa no rio”.

(3) “Com aluguel da casa e quatinhos... trabalhando de cozinheira, arrumadeira, serviço de limpeza em pousadas, garçom, carroceiros, passeio a cavalos, passeio de rio com canoa e passeios em barcos de turismo”.

“Vendendo o peixe... os donos de restaurante compram o peixe do pescador e revende para o turista. Em pousadas... Saio de casa e alugo... fico em barraca de palha e jogo uma lona por cima...fico os 3 meses ali debaixo. Fazendo passeio de barco, atravessando os turistas em canoas...”

“Alugando a casa, saio da minha casa... outros vendem pastel, água de coco, tem camping. Se pudesse ter passeio em barco de pesca...”

“Se não fosse o turismo, a gente não ia ter nem como sobreviver!”

Em Cumuruxatiba, 45% dos entrevistados declararam trabalhar, direta ou indiretamente, com turismo (Figura 32). Destes, a maioria oferece serviço de faxina e de cozinha, em casas, pousadas e restaurantes. Alguns indivíduos realizam passeios de barco. A renda anual angariada com o serviço turístico variou de 1 a 12 salários mínimos (R\$ 240,00 a R\$ 3.000,00). Foi constatado que o serviço em pousadas e em cozinhas de restaurantes, oferece de 1 a 2 salários mínimos por mês; e o serviço de faxina é realizado por R\$ 50,00 por dia. A água de coco, por exemplo, custa R\$ 1,50. Grande parte dos indivíduos utiliza esta renda para a manutenção da casa e da família, com comida, remédio, vestimentas, material escolar para os filhos; e também, destina-se à manutenção dos barcos e redes de pesca.

Em Cumuruxatiba o envolvimento dos extrativistas com a atividade turística, teve início nos anos 80, representando 10% dos entrevistados (Figura 33). O auge do ingresso na atividade turística foi entre os anos 1990 e 1994, quando 40% dos entrevistados começaram a trabalhar com turismo em Cumuruxatiba. Ainda, de 1995 a 1999, 30% dos entrevistados envolveram-se com a atividade turística, o que torna a década de 90 a mais significativa com relação ao ingresso dos extrativistas na atividade turística. Entrevistados que começaram a trabalhar na atividade entre os anos 1985 e 1989; e 2000 e 2004, representaram 10% cada.

Daqueles entrevistados que já trabalham com turismo em Cumuruxatiba, apenas 20% gostaria de estar desenvolvendo trabalho com outras coisas relacionadas ao turismo, como: barraca de praia, pousada e como guia turístico (Figura 34). Dos 55% restantes que declararam não trabalhar com turismo, 67% tem interesse em estar realizando atividades, como: passeio de barco, em serviço de cozinha e camareira (Figura 35). Com relação às dificuldades encontradas para o trabalho com o turismo, em Cumuruxatiba (1) foram declaradas: dificuldades em conhecer exigências dos turistas; a disponibilidade de tempo para com os cuidados em casa e com os filhos; dificuldades em competir com pessoas

vindas de outros lugares e de maior nível educacional; e dificuldades em adquirir barco de passeio para poder competir com os grandes barcos turísticos:

(1) “Às vezes as pessoas acham que a gente não serve para trabalhar e traz mais gente de fora”.

“Desses barcos grande que chegaram e que não sobra mais turista pra mim... quem vai deixar de ir num barco grande? Pois é! Depois que apareceu o barco do Cigano e do Antônio Carlos, quebrou mais o passeio... se aparecesse algum mergulho no Pataxo a gente levava. Quando não tinha o Cigano aí, todo dia nós estávamos em Corumbau”.

Em Corumbau, 55% dos entrevistados declararam trabalhar na atividade turística local (Figura 32): oferecendo serviço de cozinha, realizando passeios de canoa e de barco, através da venda do artesanato, alugando casa e possuindo estabelecimento comercial. Parte dos entrevistados ganha abaixo ou igual a um salário-mínimo por mês com o trabalho durante a temporada (3 meses); os que possuem estabelecimento comercial, ganham acima de R\$ 5.000,00 por temporada. Um indivíduo abordado, dono de pousada, ganha em torno de R\$ 30.000,00 por ano. O serviço de passeio de barco pode variar entre R\$ 20,00 e R\$ 70,00 por pessoa e as vendas no comércio podem render de R\$ 30,00 a R\$ 200,00 por dia. Os nativos relatam utilizar este dinheiro para pagar as contas que ficam a dever durante o ano e que tentam guardar o resto do dinheiro para viver no período de inverno; investem nas despesas de casa e família e compram material de construção para reformas.

Assim como em Cumuruxatiba, a década de 80 marca o ingresso dos extrativistas de Corumbau na atividade turística, representado por 18% dos entrevistados; e logo na segunda metade da mesma década (entre os anos 1985 a 1989), ocorreu o auge do contato dos extrativistas com tal atividade, representado por 36% dos entrevistados (Figura 33). Apenas 9% iniciaram contato com o turismo no período de 1990 a 1994; e 18% dos entrevistados começaram a trabalhar com turismo entre 1995 e 1999; e também entre 2000 e 2004.

Daqueles que já trabalham com turismo, 36% ainda gostaria de estar trabalhando em serviços de cozinha, vendendo artesanato, dispondo de mais casas para alugar e realizando passeios em barco propriamente equipado para o turismo (Figura 34). Dos 45% dos entrevistados que declararam não trabalhar com turismo, 78% tem o interesse em estar realizando atividades culinárias ou passeios de barco (Figura 35). Em Corumbau (2), as seguintes dificuldades ao ingresso na atividade turística, foram relatadas: meios de recepcionar o turista; falta de dinheiro para adquirir barco apropriado para realizar passeio

com turistas; falta de dinheiro para empreender em barraca de serviço de praia; dificuldades para estocar o pescado para a temporada de turismo (pela falta de energia no local):

(2) “Faz uns três a quatro anos que não carrego mais gente, só faço com os amigos. Agora a gente não pode levar mais gente... A Marinha e o IBAMA proibiram, só se o barco for para turista mesmo”.

“Gostaria de voltar a fazer passeio... na época de turismo a pescaria é fraca, então o pescador faria o passeio...”

“Não tem como guardar o peixe, o camarão, porque não tem energia”.

Em Caraíva, chegou a 85% o percentual de entrevistados que trabalham com turismo (Figura 32). Estes ofertam serviços de hospedagem, alugam casa e quartos, alugam áreas de acampamento ou trabalham em pousadas. Apenas três indivíduos oferecem passeios turísticos em embarcações apropriadas. Parte dos entrevistados, apresentou renda inferior a R\$ 2.000,00, enquanto outros chegam a ganhar até R\$ 30.000,00, na temporada. O serviço de aluguel de casa apresentou variações entre R\$ 40,00 a R\$ 150,00 por dia; o camping entre R\$ 8,00 a R\$ 10,00 a diária por pessoa; e os preços dos passeios variaram de R\$ 15,00 a R\$ 30,00 por pessoa. Os entrevistados relataram investir parte desta renda nas despesas diárias da casa e no custeio do óleo do gerador de energia, sendo que, reservam o restante para as despesas que surgem ao longo do ano, aguardando a próxima temporada de turismo.

O ingresso dos extrativistas na atividade turística na vila de Caraíva, se deu na segunda metade da década de 70 (entre 1975 e 1979), representado por 17% dos entrevistados (Figura 33). Não foi observada a ocorrência do ingresso de extrativistas nesta atividade no início da década de 80, sendo que, de 1985 a 1989 foi observada a ocorrência de apenas 6% dos entrevistados. A década de 90 foi a que mais atraiu os nativos de Caraíva para a atividade turística, sendo que, 39% dos entrevistados foram inseridos nesta atividade entre os anos 1990 e 1994; e 28% tiveram sua inserção entre os anos 1995 a 1999. Apenas 11% dos nativos entrevistados começaram a trabalhar com turismo entre 2000 e 2004.

Daqueles que já trabalham com turismo, 71% ainda gostaria de estar se envolvendo mais na atividade com: passeios em barcos adequados para o turismo; como guia turístico; dispondo de mais casas para alugar; e ampliando os empreendimentos que possuem (Figura 34). Dos 15% restantes, que não trabalham com turismo, 67% gostaria de realizar a atividade de guia de pesca esportiva e possuir pousada para receber turistas (Figura 35). Foram observadas as seguintes dificuldades para o maior envolvimento no turismo local: equipar os barcos de acordo com as normas da Capitania dos Portos; sair da própria casa durante os

três meses do verão para alugá-la; deficiências na formação escolar e na comunicação com turistas estrangeiros; períodos chuvosos que prejudicam a manutenção da estrada; e problemas com relação aos furtos que vêm ocorrendo (3):

(3) “A de ter que sair de casa para morar espremido. A falta de estudo atrapalha para tratar com o turista, ainda que vêm muitas pessoas que não são brasileiros”.

“O dinheiro é só mesmo pra manguti (comida) e doença, guardo o resto para passar o ano... no verão se faz uma grana que dá quase pra chegar no outro verão, o resto tiro com a mercearia e com a pesca. Gasto normalmente R\$ 10,00 por dia para manter 4 horas de gerador.... no verão, chego a gastar 20 litros de diesel, ou seja, R\$ 40,00 por dia para manter 12 horas de gerador ligado, porque ficam mais coisas ligadas... chego a gastar até R\$ 1.200,00 por mês! Hoje é reveillon e no outro dia, trabalho... é a ganância dos turistas! Vamos ganhar dinheiro!”

“Tinha vontade de fazer passeio no barco de pesca que tenho... no verão fica ruim de tudo... de peixe e camarão”.

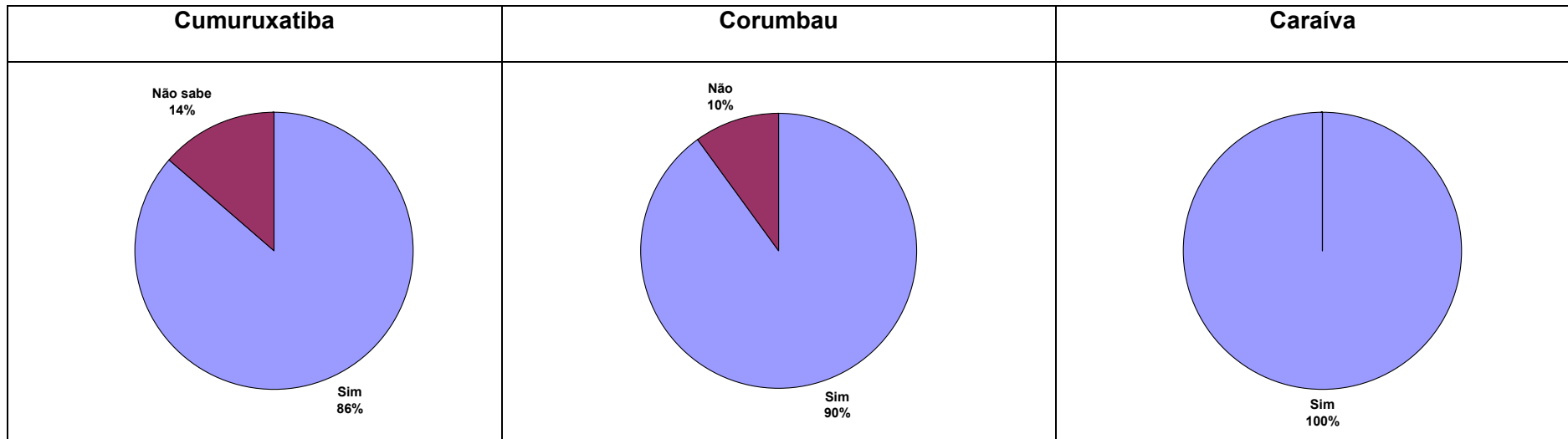


Figura 31: Percentual de pessoas que acham que dá para conciliar turismo com a atividade extrativista.

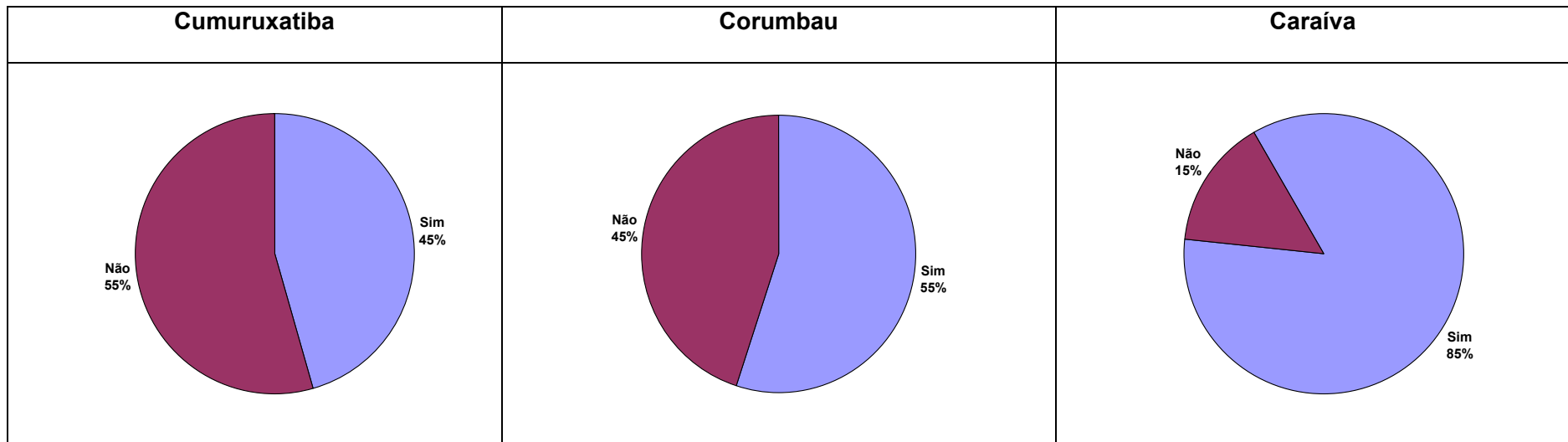


Figura 32: Percentual de extrativistas que trabalham com turismo.

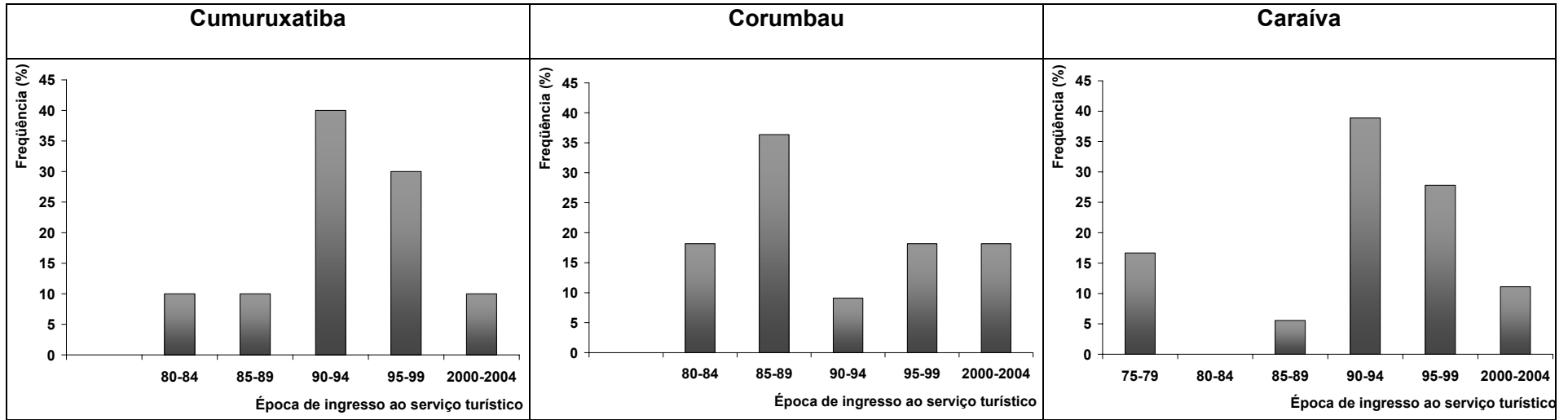


Figura 33: Época de ingresso dos extrativistas na atividade turística.

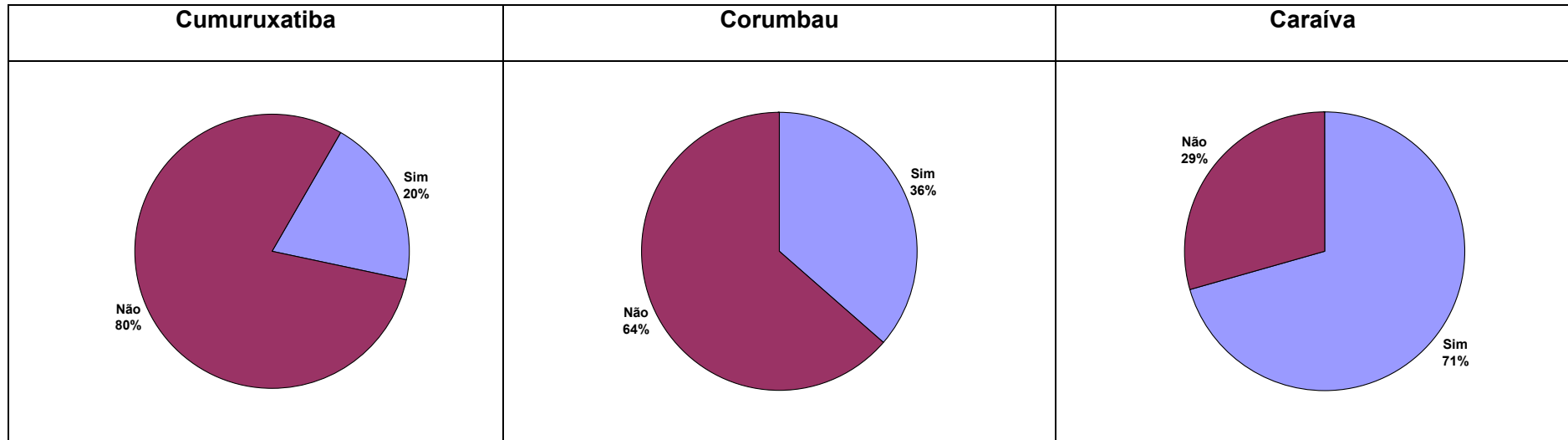


Figura 34: Percentual de interesse dos indivíduos que trabalham com turismo em realizar outras atividades turísticas.

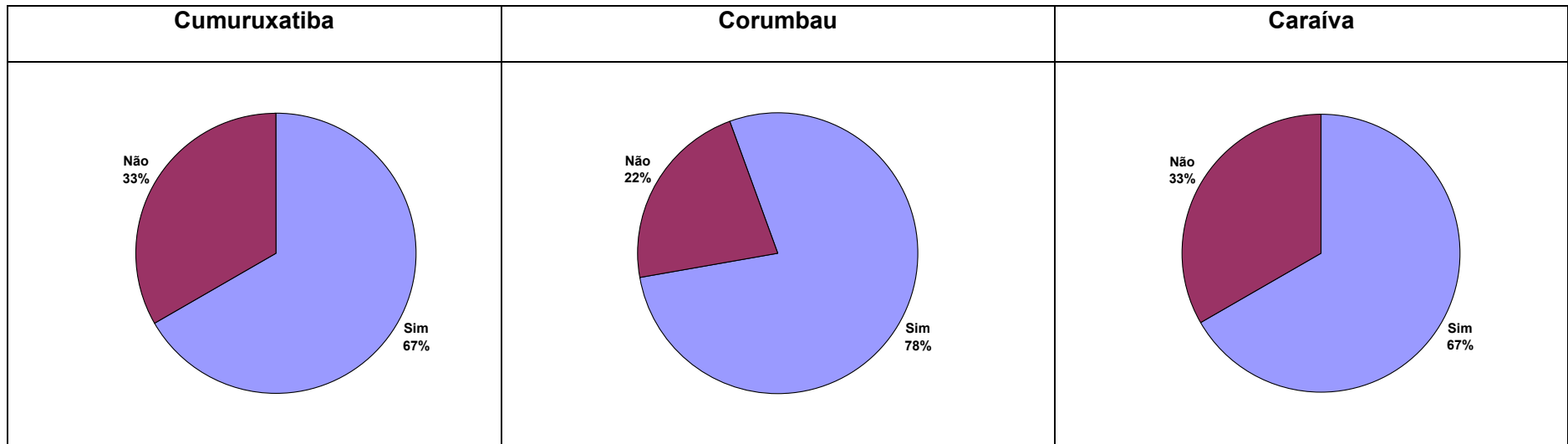


Figura 35: Percentual de interesse dos indivíduos que não trabalham com turismo em ingressar na atividade turística.

5.9. O Turista e o Turismo pelos Extrativistas

Nas três comunidades os extrativistas entrevistados demonstraram conhecer bem os motivos que atraem os turistas ao local. Em Cumuruxatiba foram citadas: a beleza natural, a história do lugar, o sossego, a qualidade da praia, a possibilidade de se realizar passeios de barco para os recifes, mergulhar e observar baleias. Ainda foram citadas, as amizades entre nativos e turistas e as comemorações festivas como a tradicional Festa de São Sebastião no dia 20 de janeiro (1). Em Corumbau, foram citados como atrativos, a culinária local, a possibilidade de realizar passeios aos recifes e ao rio, conhecer a Aldeia Pataxó e o artesanato indígena, a beleza cênica da Ponta do Corumbau e sua praia limpa, o sossego e inexistência de violência no local. Até a falta de energia foi considerada como atrativo de Corumbau. Um relato obtido evidencia o interesse dos turistas em caminhar por cima dos corais, ato de deveria ser proibido segundo as normas da Resex (2). Em Caraíva, atrativos para o turismo na opinião dos moradores, foram, a beleza natural e a preservação do local (praia, rio, mar), a possibilidade de realizar trilhas, mergulho ecológico, passeios para a Aldeia Barra Velha, passeios no Rio Caraíva e no mar, para as praias do Espelho e de Corumbau. Ainda foram citados a tranquilidade e sossego do lugar, juntamente com a boa receptividade do povo local, a boa culinária, os preços baixos das hospedagens, a falta de energia e as festas noturnas, como o Forró (3).

(1) “Eles gostam muito da praia... a praia é muito boa, o povo também... o lugar é sem perigo”.

“Eles vêm para passear nas férias, dar uma relaxada... a praia... querem conhecer o lugar que é histórico. Estamos (os indígenas) pensando em levar turista para passear no Parque Nacional do Descobrimento”.

(2) “A comida que eles gostam... camarão, ostra, lagosta... Os arrecifes, o rio e os manguezais... muita coisa natural. Os mangues são bem preservados e a praia para tomar banho, a água é limpa, tem pouca sujeira na praia... A tranquilidade pois ficam à vontade sem ter assalto. Gostam de conhecer os índios Pataxó”.

“Gostam da praia, de passear nos arrecifes, mergulhar nos corais para ver os peixes e andar por cima dos arrecifes a pé, ver os búzios que tem em cima das pedras...”

(3) “A preservação do lugar, a natureza, lugar que é sossegado”.

“Do forró, dos passeios, de ficar à vontade... não tem energia, gostam da noite, do céu e estrela, de ficar com o pé no chão... bebem muito e a droga é liberada...”

Foi constatado nas três vilas, que o turismo já assume uma regularidade de temporadas de visitação. Foi relatado pelos residentes de Cumuruxatiba (1), que os turistas estão freqüentando a vila durante o ano todo, principalmente nos meses de dezembro (a partir do Natal e Ano Novo); janeiro (com destaque à festa de São Sebastião dia 20, que reúne as pessoas da região); fevereiro (feriado de Carnaval); março (feriado de Páscoa); e julho (no feriado de São João). Em Corumbau (2), foi relatada uma maior freqüência durante o verão (dezembro, janeiro e fevereiro, no feriado de Carnaval), e fluxo bastante reduzido no restante do ano (março e julho). Em Caraíva (3), foi citado que a concentração maior de turistas é nos meses de dezembro (durante o feriado de Ano Novo), janeiro e fevereiro (feriado de Carnaval); feriado de Semana Santa e férias de julho, foram citados como os meses de menor fluxo de turistas; ainda foi declarado que em março e abril a vila é visitada mais por estrangeiros.

(1) “De dezembro até fevereiro (Carnaval). Em Julho, uns 15 dias... Dá uns gato pingado durante o ano todo”.

(2) “Tem dias que vem... quando o tempo cai, não vem muito. Esse verão foi muito fraco de turista”.

(3) “É Reveillon, janeiro, Carnaval... Agora em julho é muito pouco”.

Os turistas, de maneira geral, são vistos pelas comunidades extrativistas, como as pessoas que “vêm para gastar”, trazendo renda às vilas e que, por vezes, fazem amizade com o povo nativo. Geralmente os turistas dos municípios vizinhos, são tidos como importunos aos nativos de Cumuruxatiba e Corumbau pelo comportamento grosseiro. Os entrevistados de Cumuruxatiba (1) ainda consideram que os turistas tratam bem os moradores locais e ajudam na economia da comunidade. Em Corumbau (2), os turistas são percebidos com entusiasmo pela comunidade extrativista. São aqueles que passam o dia na praia de Corumbau, gastam dinheiro na vila e a divulga em seus locais de origem. Verificou-se que os campistas não são considerados efetivos turistas pela comunidade. Ainda, foi observado o conflito entre os extrativistas e as pessoas que possuem casa de veraneio, pois enquanto a comunidade solicita instalação de energia elétrica e melhorias nas estradas, os veranistas são contra. Já em Caraíva (3), transparece uma maior falta de entendimento entre os turistas atuais e comunidade extrativista.

(1) “Quando os turistas chegam, a gente vai pegar polvo, a lagosta... vende e já aumenta o preço. Eles chegam, procuram mesmo... melhora pra gente”.

“O turista tem várias espécies... tem o turista que traz a riqueza pro lugar, tem o turista que procura destruir... tem o bom turista e o mal turista”.

“O turista aqui é bom, ajuda bastante, dá trabalho pra mulher. São muito educados... o pessoal de fora é tudo educado, faz muita pergunta... os de fora são legais e esses de perto passam pela gente e não dá nem bom dia, boa tarde... o modo de andar de carro, já sabe que é de Teixeira ou Itamarajú”.

(2) “São bons. Eles vêm no correr do dia, faz a farrazinha deles, comem, bebem e vão-se embora para Caraíva, para Cumuruxatiba... não perturba não... e tem o pessoal que fica de barraca nas amendoeiras”.

“Acho os turistas legais, porque vêm passear conhecer, gastar um dinheiro, pessoal amigo, vem pra curtir, não prejudica ninguém, não deixa sujeira na praia, respeita os direitos dos nativos e divulga o nome de Corumbau em outros lugares. Quanto mais eles divulgam, mais gente aparece para valorizar nosso lugar, dar mais ganho pro povo... Desde que sejam turistas conscientes...”

“Esses turistas que deixam o dinheiro, eles vêm viajando e passa aqui para conhecer. Esses turistas que têm essas casas aí, não querem melhoria para Corumbau... já tem o barco deles, melhoria pro lugar eles não querem... energia não sai mesmo!”

(3) “É uma das bases de sustentação porque se o turista não vier para cá, todo o recurso não vai para frente... o pescador não vai ter pra quem vender o peixe. A gente está correndo atrás por um turismo sustentável e que é o papel da Resex, não é?”

“Dos turistas, 30% são bons e 70% ruins. São os turistas que usa e abusa, não respeita a natureza, a cultura e as pessoas. Esses 30% aí é gente que vale a pena, gente de casa mesmo”.

“Bem poucos são amigos... os outros não dão ligância a ninguém. Uns ficam espantados pensando que a gente é uma coisa, mas é outra! O turista gasta muita água. Não bota fé na opinião, no conselho dos nativos”.

Mudanças no tipo dos turistas que visitam as vilas foram observadas por 64% dos entrevistados em Cumuruxatiba, 50% em Corumbau e 75% em Caraíva (Figura 36).

Em Cumuruxatiba (1) a maioria dos entrevistados relatou que anteriormente vinham mais turistas das cidades próximas (Itamarajú e Teixeira de Freitas), que não deixavam benefícios econômicos e só traziam sujeira e barulho para a cidade. Hoje em dia, a vila está sendo mais visitada por turistas vindos da região Sudeste (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro) e estrangeiros (apontados como os que dispõem de dinheiro para gastar). Ainda foi constatado um aumento no número de turistas e a presença de mais jovens que

anteriormente. O estado de conservação da estrada foi citado como fator condicionante na modificação do turismo local. As possibilidades do avistamento de baleias e da aquisição de lotes, foram citadas como atrativos que geraram mudança no perfil dos turistas que visitam Cumuruxatiba. Uma mudança no comportamento dos turistas, relacionada à criação da Resex, também foi citada.

Em Corumbau foi constatado que, há 15 ou 20 anos atrás, os primeiros turistas eram “mochileiros”; e que, de 5 anos até o presente, estão vindo mais visitantes de outros balneários (Cumuruxatiba, Trancoso e Caraíva), para passar o dia em Corumbau. Foi relatado o aumento do número de turistas devido à crescente divulgação “boca a boca” a respeito do local (“um passa para o outro”) e ao aumento no número de paulistas e mineiros. Novamente foram notados conflitos devido ao comportamento das pessoas de cidades próximas, sendo que, muitas vezes estes nem são considerados como turistas aos entrevistados.

Em Caraíva (3), foram constatadas três fases de tipos de turistas na localidade: os primeiros eram turistas que admiravam a natureza e não faziam exigências, depois a vila começou a ser visitada por famílias com dinheiro e hoje em dia, a vila está se popularizando entre os jovens que buscam as festas e desvalorizam o preço dos serviços. Houve um informante que citou que, em um feriado de Ano Novo, a travessia da balsa registrou venda de bilhetes para cerca de 6.000 visitantes. Alguns entrevistados consideram fácil o relacionamento com os turistas, porém outros não possuem a mesma afinidade. Foram constatados conflitos entre as “pessoas de fora” (pousadeiros) e os nativos.

(1) “Antes só vinha de Itamarajú e não gastava aqui pois trazia coisas de lá. Hoje em dia o pessoal vem para gastar. Se a estrada melhorasse traria mais turista”.

“Antes era mais o turista de perto...turista não! Gente de Itamarajú, Teixeira e hoje vem mais gente de fora, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Brasília, Salvador. O pessoal de perto a gente já conhece pelas caras... são muito grosseiros, não pedem por favor, nem obrigado. Os de fora respeitam são educados, trazem dinheiro, gostam de artesanato...”

“Antes tinha uns que vinham pescar com arma e hoje não pode mais”.

(2) “Há uns cinco anos atrás, passava aquele pessoal com aquele carcalhão nas costas, aquelas bolsonas... um peso rapaz! Chegava à tarde, dormia e no dia seguinte, umas 10 horas, seguia viagem para Trancoso... Agora não, só vejo no início do verão o pessoal que vem de barco de Cumuruxatiba, Trancoso, Caraíva... passam durante o dia e à tarde mesmo eles voltam... de 3 anos pra cá ficou mais facilitado

para eles. Turista que vem, só fica no Jocotoka... esses não servem para a gente aqui não, ficam por lá mesmo, come por lá...”

“Mudou um pouquinho. Antigamente não tinham pousadas e eles ficavam embaixo do pé de amêndoa... agora eles vão direto para as pousadas. Ali no pé de amêndoa não é turista não, é mais o pessoal de Itamarajú mesmo... eles é que enchem o pé de amêndoa”.

“Antes vinha pouco agora está vindo mais, paulista, mineiro... O pessoal de Itamarajú só vem sujar a praia... traz lixo, joga na praia, jogam até dentro da minha canoa... faz minha canoa de lixo. Até jogaram fogo na minha canoa, quase que eu perdi... se não tivesse ninguém olhando...”

(3) “Há 15 anos atrás vinham os hippies cabeludos e depois os de conhecimento. Os primeiros turistas eram casais, com filho, grana e agora é mais moçada. Antigamente se ganhava dinheiro... tinha mais gente e menos comércio”.

“Os de antes eram bom no caiambá (dinheiro), respeitavam mais a natureza, respeitava mais as pessoas. Esses outros... os caras usam drogas na rua e não dá valor às coisas, às hospedagens... querem tudo de graça”.

“Turista que vinha há 10 anos atrás era simples e sem exigência... naquela época eram casas, não tinham pousadas. E hoje são turistas exigentes, querem água quente, vão querer ar condicionado no dia em que chegar a energia... vão exigindo mais a cada dia. Estão exigindo mais e o preço continua o mesmo... muito pouco pelo que exigem”.

“As pessoas que vinham antes faziam muita amizade com as pessoas daqui, eles vinham, conheciam todo mundo, ajudavam até as pessoas e hoje essas pessoas que tem pousada e casa não gosta do pessoal daqui, não está nem aí para ninguém, acho que não gostam.

De maneira geral, quando se questionou sobre as coisas boas que o turismo traz, os extrativistas, nas três comunidades, declararam que principalmente é: o dinheiro, a possibilidade de se vender o peixe, o artesanato, a demanda de emprego em pousadas e restaurantes, que movimenta a economia local e o dia a dia da cidade. Ainda, foram identificados a amizade e o conhecimento, como coisas boas que os turistas trazem. Em Cumuruxatiba (1), particularmente, foi relatado que os turistas trazem a alegria para a vila, a possibilidade de se conhecer pessoas novas e aprender com os turistas; apenas uma pessoa acha que turismo não traz nada de bom e ressalta que o benefício é somente ao setor empresarial. Em Corumbau (2), foi citado como benefício principal do turismo, a renda oriunda da venda direta do pescado e do artesanato. Em Caraíva (3), o conhecimento e a amizade trazidos pelos turistas, foi destacado nos relatos dos extrativistas.

(1) “Traz emprego... as pousadas contratam, os donos de pousadas e restaurantes encomendam o peixe...”

“Nada. Pra mim não traz nada de bom. Traz dinheiro para o pessoal de pousada e restaurante”.

(2) “Traz dinheiro... eles gastam aí na pousada e as pousadas compram o peixe, o camarão, na mão da gente... é o que eles trazem sempre”.

“Traz dinheiro para as barraquinhas e para quem vende colar... artesanato. Traz a amigagem... assim, de amizade”.

(3) “Traz uma sobrevivência para o povo ganhar dinheiro. Traz educação... muita gente aprendeu com o próprio turismo. Traz carinho, conhecem os nativos, ficam aí, todo mundo se ajunta, faz festa junto!”

“Traz dinheiro e mais conhecimento... a gente aprende um pouco com eles, as palavras, o conhecimento... conhecem as autoridades competentes, ajudam muito... Tem gente até que vai para Belo Horizonte em caso de doença e fica na casa de turista”.

Quando questionados se os turistas traziam coisas ruins às vilas, obteve-se resposta positiva por 45% dos extrativistas entrevistados em Cumuruxatiba, apenas 10% em Corumbau e elevou-se para 65% das opiniões em Caraíva (Figura 37). Em Cumuruxatiba (1), os relatos referiam-se à sujeira e bagunça ao local; ao comportamento arrogante; e ainda, a preocupação com drogas e doenças sexualmente transmissíveis. Em Corumbau (2), apesar da grande aceitação da comunidade com relação aos turistas, alguns relatam que turistas de cidades próximas não deixam renda para a comunidade, pois trazem as compras da cidade e ainda, costumam sujar a praia. Em Caraíva (3), foi particularmente relatado que turistas atraem os ladrões para vila; trazem vícios aos nativos, aumento na quantidade de lixo, impactos ambientais, barulho durante a noite, barulho devido aos geradores ligados, ganância dos moradores; e ainda, problemas com relação à capacidade de carga do lençol freático, devido ao aumento no número de pousadas e ao mau dimensionamento das fossas sanitárias destas.

(1) “Às vezes traz sim... muitas vezes vêm pessoas com doenças sexualmente transmissíveis, que passam para a comunidade que não se previne”.

“O que a gente tem muito medo é de doença e droga. Acho que a droga veio para cá através dos turistas. Os jovens daqui têm cabeça fraca e caem no papo de gente de fora”.

(2) “Não tem... Eles chegam muito comportados...eles falam: Ah rapaz! Se eu pudesse não ia embora mais daqui...mas tenho que voltar para trabalhar, né?”

“Turismo que depreda e suja o lugar”.

(3) “Problemas com lixo. Vem muita gente... tem barulho, encrenca, incomoda as pousadas, zoa muito, bota som alto, festa Rave, as pousadas perdem hóspedes. Na temporada vira uma merda... tem muita gente e faltam fossas...”

“Droga, vício, impacto ambiental, doenças, barulho, ganância, violência... as pessoas das cidades vizinhas vêm pra cá roubar”.

“Drogas, ambição... O turista chega com blusa de marca, tênis... e o nativo fica querendo ter igual, alguns chegam a roubar para conseguir...Traz a ilusão de que podem conquistar as mulheres bonitas, aí passa a temporada e não ganham dinheiro... O turista ilude os nativos, paga a bebida, as drogas, vai embora e deixa o nativo iludido e viciado”.

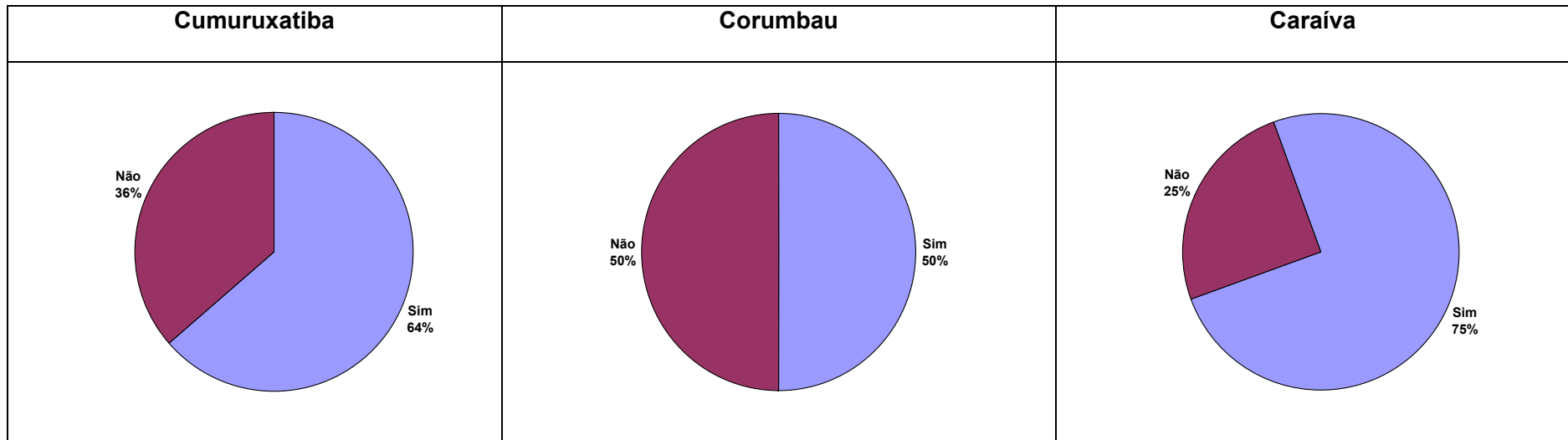


Figura 36: Percentual de entrevistados que acham que mudou o tipo do turista ao longo dos anos.

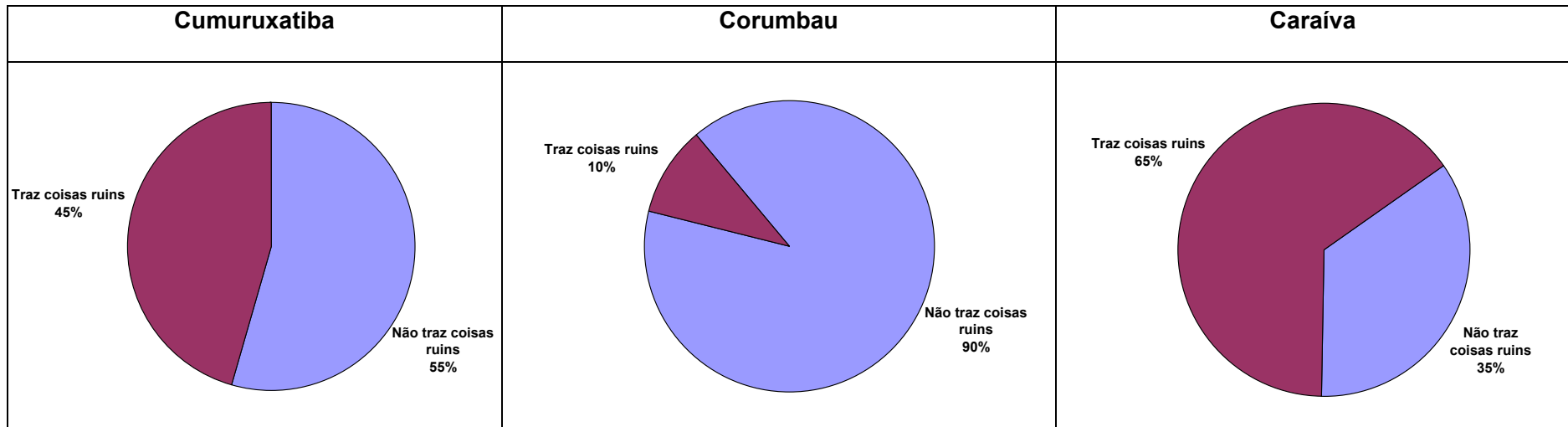


Figura 37: Percentuais de extrativistas que consideram que os turistas trazem coisas ruins.

5.10. Responsabilidade em Cuidar dos Problemas Locais na Visão de Turistas e Extrativistas

Na visão dos turistas (Figura 38), os principais responsáveis por cuidar dos problemas locais (respectivamente em Cumuruxatiba, Corumbau e Caraíva), foram: a Prefeitura Municipal (29%; 16%; e 10%); a Comunidade extrativista (24%; 24%; e 36%); Órgão e autoridades públicas (8%; 13%; e 17%); o Setor turístico (12%; 2%; e 7%); o IBAMA e outros órgãos públicos relacionados (8%; 10%; e 3%); Ambientalistas (2%; 6%; e 19%). Nota-se que, para 14% dos turistas de Corumbau, é um dever “de Todos” zelar pela qualidade ambiental, opinião que recebeu apenas 2% das opiniões em Cumuruxatiba e 4% em Caraíva. Ainda constata-se que, o “O próprio turista” se colocou como responsável em 15% das opiniões em Cumuruxatiba, 13% em Corumbau e apenas 3% em Caraíva.

Na visão da comunidade extrativista (Figura 39), em Cumuruxatiba, a Prefeitura Municipal de Prado foi indicada como a maior responsável em cuidar dos problemas locais por 52% dos entrevistados; Vereadores receberam 24% das opiniões; o Administrador local e a própria Comunidade receberam apenas 6% das citações, cada; o Governo Federal e a Resex foram citados como responsáveis em 3%, cada. Em Corumbau, a própria Comunidade extrativista julgou-se responsável em solucionar os problemas locais, recebendo 30% das opiniões; o Prefeito recebeu 29% das declarações; o Administrador local, 15%; o chefe da Resex e, um nativo responsável, foram apontados por 7%, cada um; o IBAMA e a AREMACO, receberam 4% cada. Em Caraíva, a Prefeitura Municipal de Porto Seguro foi responsabilizada por 28% das opiniões; a própria Comunidade recebeu 25%; o Administrador local e as Associações locais, receberam 19% cada; Vereadores, Governos Federal e Estadual, receberam 3%, cada.

De modo geral, os turistas abordados em Corumbau apresentaram uma maior sensibilidade com relação à sua responsabilidade na manutenção ambiental e à da comunidade sugerindo ser essa tarefa “de Todos”. Os turistas de Cumuruxatiba também se apresentaram como co-responsáveis em cuidar dos problemas, juntamente com a Comunidade e a Prefeitura. Apenas em Caraíva constatou-se uma grande cobrança dos turistas sobre a comunidade, e poucos se perceberam como co-responsáveis na tarefa de cuidar dos problemas locais.

A comunidade de Cumuruxatiba é que menos se sente responsável por abraçar os problemas locais, transferindo esta tarefa à Prefeitura e aos representantes públicos. Em nenhum momento, os entrevistados de Cumuruxatiba, citaram Associações locais como agentes de manutenção da qualidade ambiental. Os extrativistas de Corumbau e Caraíva, dividem a responsabilidade em cuidar dos problemas locais com as prefeituras, e também, indicam representantes públicos e associações locais para auxiliar nesta tarefa. Entretanto, em nenhuma das entrevistas com os extrativistas, o turista e o Setor turístico foi percebido como co-responsável na manutenção da integridade social e ecológica das comunidades estudadas.

Identifica-se que a dificuldade em se alcançar resultados na resolução dos conflitos locais relaciona-se à indiferença dos organismos públicos frente a estas comunidades mais isoladas e à falta de participação equitativa de todos os setores da sociedade envolvidos com o propósito de uma responsabilidade social compartilhada.

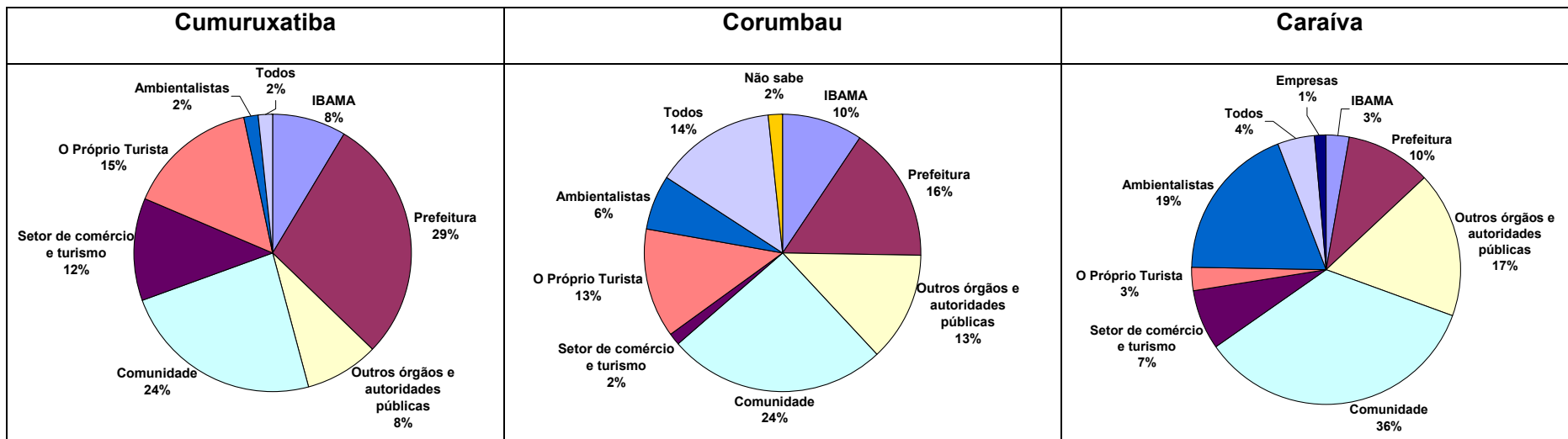


Figura 38: Responsáveis pela manutenção da qualidade ambiental do local, na visão dos turistas.

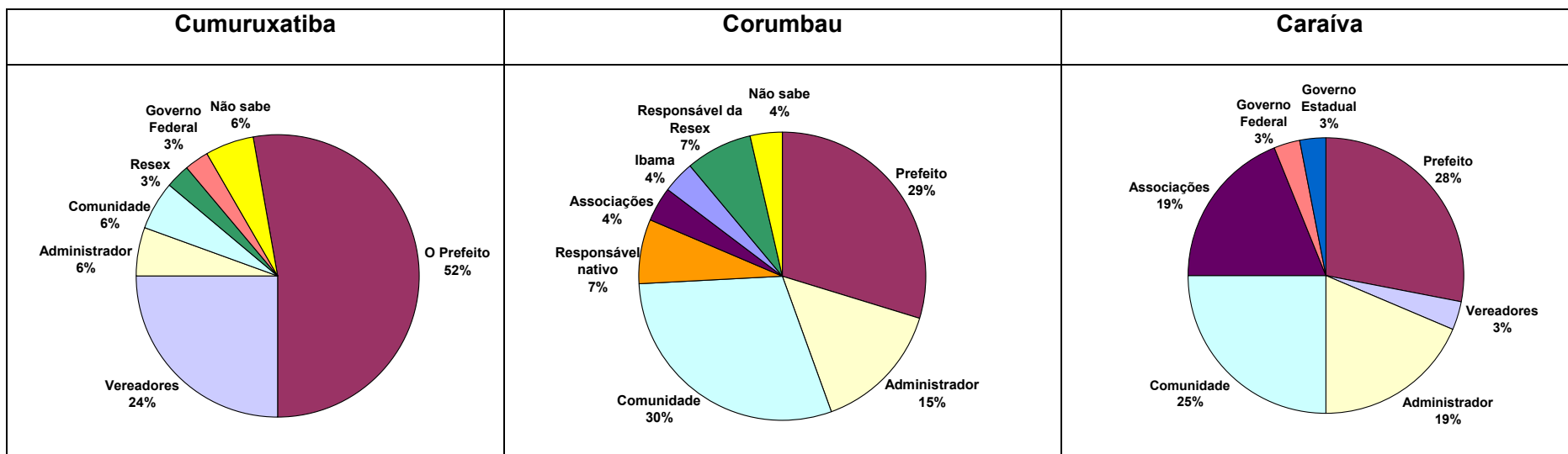


Figura 39: Responsáveis pela manutenção da qualidade ambiental, na visão dos extrativistas.

6. Evolução do Turismo nas Vilas Estudadas

*...Ó mundo tão desigual,
tudo é tão desigual.
De um lado esse Carnaval,
de outro a fome total...*

Gilberto Gil

Apesar da carência em infra-estrutura básica presente nas vilas estudadas, o turismo já se mostra uma crescente atividade econômica a fluir e influir sobre o ecossistema marinho e humano. Foi verificado, nas três vilas estudadas, o crescimento do número de turistas ao longo do tempo e também uma porcentagem elevada de extrativistas que trabalham de alguma forma com o turismo. Mudanças no estilo de vida e na infra-estrutura urbana, foram relatadas como decorrência do desenvolvimento turístico nas três vilas estudadas.

Segue abaixo a descrição da atividade turística nas vilas estudadas, com base no roteiro de observação (Apêndice-5) e nos resultados dos questionários aplicados:

❖ Vila de Cumuruxatiba

Cumuruxatiba se mostrou a mais estruturada dentre as três vilas estudadas, sendo que já possui cerca de 4.000 residentes. O acesso principal se faz pela BA 459 e depois se segue por uma estrada de terra municipal, que dista 32 Km do centro do município de Prado, levando cerca de 50 minutos até Cumuruxatiba. A vila possui três faixas de ruas bem definidas paralelas à praia e loteamentos no topo das falésias; apenas a rua principal é pavimentada. A estrada que corre paralela à orla, seguindo os novos loteamentos à beira-mar, possui diversas pontes de concreto sobre pequenas barras arenosas de águas claras (Figura 40). A faixa de dunas, Área de Preservação Permanente (APP) pelo Código Florestal Brasileiro (Lei N°4771/65), está sendo intensamente ocupada por casas de veraneio, pousadas e bares, e por conseguinte, os acessos à praia e à paisagem estão se tornando privatizados. Grande parte da população extrativista vive atualmente em condições precárias, distantes da orla, ocupando as encostas e topos das falésias.

Possui rede de energia elétrica, linha de telefone e serviço de Internet. A água é proveniente de poços, cisternas e olhos d'água no topo das falésias. A coleta do lixo é diária e regular, e este é encaminhado a um "lixão" que fica a 1 km da vila. Não apresenta sistema de tratamento de esgoto o qual é recolhido em fossas sépticas ou comuns ou, muitas vezes, lançado diretamente no solo ou em corpos d'água. O comércio local é bem estruturado, com correios, mercado, farmácia, padaria, loja de roupas, materiais de construção, lojas e ateliês de artesanato, *Mini-Shopping* e até caixa eletrônico de banco.

Apresenta boa infra-estrutura turística: um hotel, cerca de 65 pousadas, uma área de camping particular, variedade em restaurantes (de culinária típica e internacional) e cerca de 9 bares de serviço de praia. O turista que visita Cumuruxatiba pode optar pelas seguintes atrações: mergulho em corais; pescaria esportiva; praia; rios (do Peixe e Cahy); trilhas; passeio a cavalo; aluguel de bicicletas; passeio de barcos e escunas; avistamento de baleias; visita a Aldeia Indígena Barra Velha; e opções noturnas como o Forró. Existe ainda, uma empresa de turismo estruturada que centraliza os roteiros turísticos da região, fato que levou (juntamente com o regulamento da Capitania dos Portos), muitos pescadores a deixar de realizar passeios com os turistas mais aventureiros. O setor turístico já investe em propaganda, como *folders*, cartões postais e até *Cd-rom* com informações sobre as pousadas e restaurantes. Ainda, lembra-se que os turistas declaram ter tido conhecimento da localidade através dos seguintes recursos de mídia: revistas (21%); jornais (6%) e Internet (3%).

A vila de Cumuruxatiba demonstrou possuir tradição em turismo, uma vez que 26% dos turistas passariam mais de 31 dias no local; 42% se hospedariam em casa de família; e 42% já retornaram ao local por mais de 4 vezes. Apenas 29% dos turistas estavam visitando o local pela primeira vez. Foi verificado que o turismo na vila de Cumuruxatiba surgiu na segunda metade da década de 70 e apresentou um crescimento contínuo, até que, 50% da visitação concentrou-se entre os anos 2000 e 2004. Os extrativistas começaram a se envolver com a atividade turística na primeira metade da década de 80, sendo que a maioria dos entrevistados (40%) ingressou nesta atividade entre 1990 e 1994. Mudanças no estilo do turista foram verificadas por 64% dos extrativistas entrevistados, sendo que 45%, afirmou que o turista também traz coisas ruins à comunidade.

Apesar de muitas transformações na infra-estrutura local terem ocorrido em função do desenvolvimento turístico, a pesca ainda é a principal fonte de renda das

famílias que ali vivem. O turismo apresenta-se como fator de incremento na renda familiar de 45% dos entrevistados, pelo trabalho durante a temporada de verão, feriado de carnaval e férias de julho. Os nativos são empregados em restaurantes e hotéis, trabalham na venda do pescado e do artesanato indígena. Entretanto, os donos da rede hoteleira e dos restaurantes são apontados pela comunidade local como os maiores beneficiários da renda do turismo. Enquanto apenas 16% dos turistas demonstraram possuir renda inferior à 1 salário mínimo, esta situação econômica perfaz a renda de 86% dos extrativistas entrevistados, constatando-se uma grande diferença sócio-econômica entre os turistas que visitam “Cumuru” e sua comunidade extrativista.

❖ Vila de Corumbau

Das três vilas estudadas, Corumbau é a menor e a que se encontra menos estruturada, possuindo uma população de cerca de 500 residentes. Esta vila se distancia a 72 Km do centro econômico mais próximo, município vizinho de Itamarajú. A viagem leva cerca de 90 minutos em uma estrada de terra precária, a qual se torna a único acesso à vila de pescadores na Ponta do Corumbau, que se localiza na barra do Rio Corumbau (Figura 41). Nota-se que tanto turistas quanto nativos, observaram a ocorrência de um processo erosivo na barra arenosa da Ponta do Corumbau. A vila possui um padrão irregular de ocupação urbana, com poucas barreiras físicas, como muros e cercas.

Não há linhas telefônicas e nem rede de energia elétrica. A forma de energia disponível é a base de gerador alimentado por óleo diesel pago pelos próprios usuários que compartilham do sistema. A água é proveniente de um poço artesiano na sede de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (e também *Resort*) situada a 3 Km de distância, mas não chega com pressão hidráulica suficiente para encher as caixas d'água da vila. Este fato obriga as mulheres da vila a passarem a maior parte do dia coletando água para cozinhar, lavar a louça, lavar a roupa e tomar banho. Não existe sistema de coleta e tratamento de esgoto, o qual flui para fossas sanitárias comuns ou sépticas, ou escoar “in natura” sobre o solo diretamente para o rio. O lixo é recolhido diariamente e encaminhado a um “lixão”, distante 12 km da vila, porém este sistema nem sempre funciona, o que torna a queima dos resíduos na vila, uma atividade freqüente. O comércio local é incipiente possuindo apenas um mini-mercado, duas mercearias, venda de utilidades nos bares de serviço de praia.

O desenvolvimento urbano mostra-se bastante acelerado principalmente até onde chega a rede de energia elétrica, a 6 Km da vila de pescadores. Ao longo da orla ocorrem fazendas de gado e muitas áreas de vegetação de restinga (APP), alvo da especulação imobiliária. Também são distribuídos ao longo da orla três grandes hotéis de luxo (*Resort*), duas pousadas, uma área de camping particular, casas de veraneio e loteamentos recentes. Talvez por falta de hospedagens com preços acessíveis, 40% dos turistas optam por passar apenas um dia nesta praia e retornar aos outros balneários mais estruturados, onde ficam hospedados. Outros 24% acabavam por acampar na beira da praia (Área de Marinha, debaixo das amendoeiras), sem quaisquer condições de higiene sanitária: não há banheiro público e utilizam água salobra proveniente de cacimba, para se banhar e para cozinhar. Apenas em Corumbau a “casa de pescador” foi declarada como um meio de hospedagem, representando 15% dos turistas entrevistados. São atrações turísticas que podem ser encontradas em Corumbau: mergulho em corais; pescaria esportiva; a praia; o Rio Corumbau; trilhas na mata; passeio a cavalos; aluguel de bicicletas; passeio de canoas e barcos; e visita a Aldeia Indígena Barra Velha. O sistema de recepção ao turista é deficiente e pontos de informações turísticas inexistentes. Foram relatados pelos turistas, como meios de informação sobre o local na mídia: revistas (8%) e Internet (8%).

O início da visitação em Corumbau, deu-se durante a primeira metade da década de 80 e evoluiu lentamente, sendo que os últimos anos (entre 2000 e 2004), concentraram-se 73% da visitação. A precocidade do turismo nesta vila é verificada quando se observa que 55% dos turistas estavam visitando o local pela primeira vez e que apenas 27% já haviam retornado por mais de 4 vezes. Os extrativistas iniciaram contato com a atividade turística na primeira metade da década de 80, sendo que 36% dos entrevistados ingressaram nesta atividade entre 1985 e 1989. Mudanças no tipo dos turistas que visitam Corumbau foram apontadas por 50% dos extrativistas, enquanto apenas 10% acham que estes turistas trazem coisas ruins à comunidade.

A população extrativista ainda faz da pesca artesanal sua principal atividade econômica (foi esta comunidade que liderou a criação da Resex). Atualmente, 55% dos entrevistados trabalham com o turismo, porém a comunidade pouco se beneficia com esta renda: apenas através da venda do peixe, do artesanato e com poucos bares de serviço de praia durante a temporada de verão, que fica limitada principalmente aos meses de janeiro e fevereiro. Enquanto 22% dos turistas possuíam renda inferior a 1 salário mínimo, na comunidade extrativista, este valor faz parte da renda de 90% dos

entrevistados. Desta forma, são identificados desigualdades sociais e conflitos, entre a população extrativista e os turistas. Tais conflitos não são apresentados diretamente com relação à figura do turista visitante, mas sim, e principalmente, com relação à intensa especulação imobiliária que tem levado muitas famílias de pescadores a venderem suas casas por quantias abaixo do valor de mercado. Esses extrativistas, muitos pertencentes às famílias de índios Pataxó, estão retornando à Aldeia Bugigão do outro lado do Rio Corumbau, local de onde foram retiradas na ocasião da criação do Parque Nacional do Monte Pascoal, em 1961.

❖ **Vila de Caraíva**

A vila de Caraíva possui cerca de 700 residentes. O acesso à vila se faz pelo município vizinho de Itabela, a partir da BR 101, que dista 45 Km (cerca de 60 minutos) em estrada de terra. Para chegar à vila, os turistas devem deixar o carro de um lado do Rio Caraíva e atravessá-lo de canoa (Figura 42). A localidade não possui pavimentação nas ruas, que são de areia fofa, uma vez que a vila está situada sobre a barra arenosa do rio. As quadras possuem formato irregular e o centro antigo da vila (atualmente área comercial), ocupa a face voltada ao rio e pousadas dominam a face voltada à praia.

A energia é proveniente de gerador a diesel e a existência de linha de telefone permitiu a instalação de serviços de Internet em bares e pousadas. A água é coletada em cacimbas (foi relatada a falta de água em alta temporada turística), que já apresentam forte odor de matéria orgânica e são associadas a doenças pelos residentes. Este fato relaciona-se ao mau dimensionamento do sistema de saneamento instalado: é recorrente o extravasamento do efluente das fossas sépticas ou comuns, nas temporadas de turismo e em períodos chuvosos, fazendo com que escoem a céu aberto e se infiltrem no solo arenoso. O sistema de coleta de lixo é custeado pelos residentes, no qual carroças percorrem a vila coletando os resíduos e em seguida, canoas os transportam para o outro lado do rio, onde são dispostos em lixões particulares e onde é efetuada a queima.

Apesar da carência em infra-estrutura urbana, a vila de Caraíva chega a receber, durante feriados nacionais de Ano Novo e Carnaval, um número de turistas que extrapola em até 10 vezes o número de residentes. É um balneário “da moda”, bastante freqüentado por jovens, que buscam além de tranquilidade e natureza, o convívio social e diversão noturna. A área comercial é caracterizada pela presença de padarias;

farmácia; mercados; lojas e ateliês de artesanato; restaurantes, bares e lanchonetes. A vila possui cerca de 60 pousadas e 3 áreas de camping. Nesta vila é encontrado um maior número de opções turísticas, são estas: mergulho em corais; pescaria esportiva; praia; Rio Caraíva; Prainha e Quebra-pote (subindo o rio); descida do rio utilizando bóias (câmaras de pneu de caminhão); passeio de canoas, barcos, escunas e lanchas rápidas; visita a Aldeia indígena; cavalos; passeio de bugues; e opções noturnas como Forró e festas eletrônicas (*Raves*). Foram apontados como meios de informação em mídia sobre o local: revistas (15%); Internet (5%); jornais (3%); e até televisão (3%).

Turistas declararam ter visitado a vila de Caraíva inicialmente, na primeira metade da década de 80. A visitação teve forte incremento na segunda metade da década de 90, sendo que 68% desta, concentrou-se entre os anos 2000 e 2004. O caráter intermediário do turismo nesta vila, é verificado pelo contraste de, ao mesmo tempo, apresentar uma grande porcentagem de turistas que visitavam este local pela primeira vez (56%), e uma significativa porcentagem de pessoas que já retornaram por mais de 4 vezes ao local (32%). Foi verificado que 33% dos turistas permaneceriam por 5 a 7 dias no local, sendo que 59% encontravam-se hospedados em pousadas.

Já os extrativistas, relataram ter iniciado o contato com a atividade turística na segunda metade da década de 70. Os anos que se passaram entre 1990 e 1994, representaram o período de maior ingresso de extrativistas na atividade turística (39%), sendo que atualmente, 85% dos extrativistas entrevistados declararam trabalhar com o turismo. Foi verificada a mudança no tipo do turista por 75% dos extrativistas entrevistados e ainda, 65% deles, declararam que o turista traz coisas ruins à Caraíva.

Esta é a comunidade extrativista que explicita o maior número de conflitos decorrentes do turismo, com perdas culturais, como as tradições festivas e as crenças populares. Ainda, a pesca deixou de ser a atividade principal e os extrativistas passaram a depender financeiramente do turismo nas épocas de temporada. A comunidade obtém renda do turismo, alugando suas casas e áreas para acampamento; oferecendo serviço em bares, restaurantes e no comércio local; e investindo em passeios de barco e canoas. No entanto, declaram que a renda principal vai para os donos das pousadas luxuosas, que conflitam com a comunidade quanto à chegada de energia elétrica no local: os empresários afirmam que a falta de energia atrai o turista, enquanto a comunidade extrativista gostaria de possuir meios para congelar o pescado capturado e reduzir os gastos com a manutenção dos geradores.

A forte especulação imobiliária tem induzido os nativos a venderem suas propriedades e a migrarem para a vila “Nova Caraíva”, que se desenvolve do outro lado do rio. Ainda, a vila de Caraíva já apresenta conflitos devido a furtos cometidos a turistas, apontado pelos residentes, como o motivo do declínio do fluxo de turistas nos últimos anos. Enquanto apenas 19% dos turistas possuem renda inferior a 1 salário mínimo, na comunidade extrativista, esta situação faz parte da renda de 45% dos entrevistados.

❖ Modelos de Evolução do Turismo nas Vilas Estudadas

- *Ciclo de Vida de Destinações Turísticas (Butler, 1980)*

A Quadro 7, apresenta a Lista de Verificação elaborada para diagnosticar os estágios de evolução das vilas estudadas de acordo com o Ciclo de Vida de Destinações Turísticas proposto por Butler (1980).

De acordo com este modelo, as três vilas estudadas já passaram pelo estágio de *Exploração* e atualmente passam pelo estágio de *Envolvimento* proposto pelo modelo de Butler (1980), uma vez que foi possível identificar: aumento e regularidade do número de visitantes; população local iniciando envolvimento em serviços e gerando expectativas em cativar os turistas; iniciam-se propagandas sobre a área; uma área de comércio específica é demarcada (exceto na vila de Corumbau); temporadas de turismo começam a emergir e ajustes são realizados nos padrões sociais existentes; agências de turismo começam a surgir, bem como, começam as primeiras pressões governamentais ou de agências públicas a subsidiar o transporte a estes locais.

Ainda, algumas características do estágio de *Desenvolvimento* já podem ser observadas nas vilas estudadas, como: envolvimento local e o controle do desenvolvimento tendendo a declinar rapidamente; mudanças físicas da área já são notadas pela população local e grande parte destas não é totalmente aprovada; o número de turistas no pico de temporada começa ser igual ou maior ao número da população residente (principalmente em Caraíva); serão requeridas mão-de-obra de outras regiões para servir na infra-estrutura turística que ali se instalou (principalmente em Cumuruxatiba e em Caraíva); e o tipo de turista é diferente dos estágios anteriores.

Nem todas as características do estágio de *Desenvolvimento* indicadas por Butler (1980) foram observadas, dessa forma conclui-se que estas vilas não completaram tal estágio. No entanto, algumas características de estágios avançados de

evolução do turismo, já podem ser observadas principalmente na vila de Caraíva, onde níveis de capacidade já foram atingidos ou excedidos para muitas variáveis, com problemas em nível social, ambiental e econômico (Fase de *Estagnação*); e a redução no número de visitantes (Fase de *Declínio*).

- Modelo de Desenvolvimento de Balneários (Smith, 1991)

A Quadro 8 apresenta a Lista de Verificação elaborada para diagnosticar os estágios de evolução das vilas estudadas de acordo com o “Modelo de Desenvolvimento de Balneários”, proposto por Smith (1991).

Neste, Corumbau se enquadrou no início da fase descrita como *Balneário Estabelecido*, na qual pode ser observada: um incremento em hotéis; intensificação do desenvolvimento urbano em faixas; a expansão residencial; residências em frente à praia sendo transformadas em pousadas; algum comércio e início da geração de empregos ligados à hotelaria. Já, Cumuruxatiba e Caraíva, enquadraram-se na categoria de *Área Comercial Estabelecida*, na qual: mais acomodações são alocadas; iniciam a aparecer tipos diferentes de turistas no local; o turismo domina como setor econômico; aumenta-se a força de trabalho para o turismo com pessoas que não são do local; é observada uma ruptura cultural; e o meio natural começa a ser deteriorado.

Entretanto, para uma melhor adequação dos resultados obtidos qualitativamente ao modelo proposto por Smith (1991), ressalta-se a importância de serem realizadas análises espaciais em conjunto com detalhamentos pontuais em campo, para a elaboração de um diagnóstico mais preciso da distribuição populacional e dos tipos de uso do solo no entorno da Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau.

A Resex necessita urgentemente de um planejamento do meio urbano que se faça adequado à capacidade de carga deste delicado segmento da zona costeira brasileira, frente a um provável crescimento do número de turistas, incremento do número de empreendimentos turísticos e de interesses imobiliários, caso as previsões de futuro apontadas pelos modelos de evolução venham realmente a ocorrer.

O fato das vilas do entorno da Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau terem se apresentado nos estágios iniciais do processo de evolução de localidades turísticas de acordo com os modelos adotados, favorece que o planejamento da atividade turística nessas vilas seja feito antes que problemas sociais e ambientais irreversíveis comecem a surgir.

Quadro 1: Lista de verificação dos estágios de evolução das destinações turísticas de acordo com o modelo de Butler (1980).

FASE DE EXPLORAÇÃO	CUMURUXATIBA	CORUMBAU	CARAIVA
<p>Pequeno número de turistas, ou exploradores fazem viagens individuais e seguem padrões irregulares de visitação. Podem ser visitantes não-locais que foram atraídos para a área devido a um atrativo único ou consideravelmente diferente devido às suas características naturais ou culturais;</p> <p>Não existem infra-estruturas específicas para os visitantes;</p> <p>A utilização de facilidades e contato com os residentes locais é alta, o que também passa a ser um atrativo aos visitantes locais;</p> <p>O meio social e o ambiente natural encontram-se inalterados pelo turismo;</p> <p>A chegada e a saída de turistas tem pouco significado para a vida econômica e social para os residentes permanentes.</p>	<p>- Turistas relataram visitar o local desde a segunda metade da década de 70.</p> <p>- Extrativistas relataram ingressar na atividade turística desde a primeira metade da década de 80.</p> <p>“Primeiro era pequeno, evoluiu muito. Hoje vem mais turista, tem pousadas, hoje tem posto de saúde, meio de transporte antigamente não tinha...”</p> <p>“Muita coisa, melhorou, transporte era mais difícil e hoje tem linha de ônibus, hoje tem médico...Turismo melhorou, pois os turistas deixam dinheiro para o pessoal. Há muitos anos atrás não tinha turista, melhorou bastante”.</p> <p>“Antes só vinha de Itamarajú e não gastava pois trazia coisas de lá...”</p>	<p>- Turistas relataram visitar o local desde a primeira metade da década de 80.</p> <p>- Extrativistas relataram ingressar na atividade turística desde a primeira metade da década de 80.</p> <p>“Antigamente quase não vinha turista, vinham uns de bagagem, mais de passagem de uns 15 a 20 anos pra traz...parava só para descansar, armava a barraca e caminhava ao outro dia...”</p> <p>“Passava aquele pessoal com aquele carcalhão nas costas, bolsonas nas costas, um peso rapaz! Chegava à tarde, dormia , no dia seguinte umas 10 horas seguia viagem para Trancoso... a uns 5 anos atrás. Agora não, só vê no início do verão, o pessoal vem de Cumuruxatiba, Trancoso, Caraíva, passa durante o dia e à tarde eles voltam mesmo... De 3 anos pra cá ...ficou mais facilitado para eles. Turista que vem só fica no Jocotoka, esses não servem para a gente aqui não... ficam por lá mesmo, come...”.</p> <p>“Mudou muita coisa. As casinhas eram de palha, o piso era de lama tapado com concha de bugigão e taioba. Não tinha estrada. Não tinha pousada, não tinha hotel. Os nativos venderam casa para o turismo. Os nativos vão passando a frente do mar para os visitantes e vão morar nos fundos”.</p>	<p>- Turistas relataram visitar o local desde a primeira metade da década de 70.</p> <p>- Extrativistas relataram ingressar na atividade turística desde a segunda metade da década de 70.</p> <p>“Há 20 anos só tinha nativo. De 20 anos pra cá entrou o turismo e começou a vir o povo de fora”.</p> <p>“Há 15 anos atrás vinham os <i>hippies</i>, cabeludos, e depois os de conhecimento. Antigamente ganhava dinheiro, tinha mais gente, menos comércio. Os primeiros eram casais, com filho e grana, agora é mais moçada”.</p> <p>“Não tinha turismo, era tranquilo, tinha muito deportado. Só morava povo daqui, só casa de palha. O turismo começou bem devagarinho... primeiro vinham uns <i>hippies</i> nojentos, foi desenvolvendo, fazendo restaurante. Há mais de 30 anos chegaram os <i>hippies</i>, de 25 anos pra cá começou a construção”.</p> <p>“Desde quando era menina, já vinha muito turista. Eram até legal com o pessoal daqui, hoje não... eles não gostam dos nativos. As pessoas que tem casa aqui, vêm no verão para ganhar dinheiro e vão embora, têm pousadas. Tem uns 10 anos que começou a aumentar o número de casas de fora”.</p>

FASE DE ENVOLVIMENTO	CUMURUXATIBA	CORUMBAU	CARAÍVA
Aumenta o número de visitantes e assume uma regularidade.	<p>- 50% dos turistas visitam o local pela primeira vez após ano 2000. - 42% já retornaram mais de 4 vezes ao local.</p> <p>“Verão e inverno, está tudo a mesma coisa... não falha mais gente agora”.</p>	<p>- 73% dos turistas visitam o local pela primeira vez após ano 2000. - 27% já retornaram mais de 4 vezes ao local.</p> <p>“Dezembro até o mês de Abril. O forte mesmo é Janeiro. Passou o Carnaval vai diminuindo”.</p>	<p>- 68% dos turistas visitam o local pela primeira vez após ano 2000. - 32% já retornaram mais de 4 vezes ao local.</p> <p>“É Reveillon, Janeiro e Carnaval. Agora, em Julho, é muito pouco”.</p>
Alguns residentes locais iniciam um <i>estágio de envolvimento</i> e iniciam um processo que gera facilidades para os eventuais visitantes.	<p>- 40% dos extrativistas entrevistados, que trabalham com turismo, ingressaram nesta atividade na primeira metade da década de 90.</p> <p>“Quando eles chegam, a gente vai pegar polvo, a lagosta e vende e já aumenta o preço. Chegam eles procuram mesmo, melhora pra gente”.</p>	<p>- 36% dos extrativistas entrevistados, que trabalham com turismo, ingressaram nesta atividade na segunda metade da década de 80.</p> <p>“São umas pessoas boas de ter no lugar, eles compram o peixe na mão da gente e os restaurantes também.O turista gasta, dá lucro”.</p>	<p>- 39% dos extrativistas entrevistados, que trabalham com turismo, ingressaram nesta atividade na primeira metade da década de 90.</p> <p>“São os melhores turistas que existem no Sul da Bahia! Humilde, amigo, tudo gente boa. O turista precisa de conforto!”</p>
Contato entre os visitantes e da população local aumenta, e de fato, inicia ainda uma expectativa maior da população local em cativar os turistas.	<p>- 45% dos extrativistas entrevistados declararam que atualmente trabalham com turismo.</p> <p>“É uma pessoa que a gente tem que tratar bem, ter respeito, porque eles trazem capital para a cidade. Com o turista os pousadeiros ganham dinheiro e traz capital para a cidade e pras pessoas que trabalham”.</p>	<p>- 55% dos extrativistas entrevistados declararam que atualmente trabalham com turismo.</p> <p>“Antes eles vinham pouco e hoje vem mais gente, já conhece a gente, faz amizade”.</p>	<p>- 85% dos extrativistas entrevistados declararam que atualmente trabalham com turismo.</p> <p>“Antigamente o turista não dava muita bola pro pescador, tinha uma cisma e hoje vai se soltando mais, chegam logo pra amizade”.</p>
Neste estágio, alguma propagando inicia também a ser realizada de forma específica a atrair os turistas.	<p>- Os meios de informação sobre o local, representaram: Revista (21%); Jornal (6%) e Internet (3%).</p>	<p>- Os meios de informação sobre o local, representaram: Revista (8%) e Internet (8%).</p>	<p>- Os meios de informação sobre o local, representaram: Revista (15%); Internet (5%); Jornal (3%) e TV (3%).</p>
Uma área de comércio específica é demarcada para atrair os turistas.	<p>“Mudou muito... botaram calçamento, não tinha supermercado, padaria, farmácia, ônibus, posto de saúde”.</p>		<p>“Mudou tudo! O número de pousadas, bares e restaurantes, aumentou residência particular de gente de fora, a condição de vida dos moradores melhorou”.</p>

Uma temporada de turismo inicia a emergir e umas séries de ajustes serão realizados nos padrões sociais existentes.	“Tem ano que vem melhor, tem ano que vem pior, ainda mais com a Baleia, já vem mais turistas”.	“Antigamente não tinha trabalho e agora, no verão, tem trabalho. No verão corre muito dinheiro aqui”.	“Na verdade em Caraíva está sendo a fonte de renda principal”.
Algum nível de organização em agencias de turismo pode ser esperada e as primeiras pressões governamentais ou de agências públicas iniciam o transporte a estes locais.	Existe 1 Agência de Turismo		“Aqueles excursões de pacote, aí vem e não gastam nada aqui, que eles vem e sujam a cidade, tem uns que ajuda a cuidar da cidade, outros não”.
FASE DE DESENVOLVIMENTO	CUMURUXATIBA	CORUMBAU	CARAÍVA
Este estágio é definido com um mercado turístico com grande envolvimento de propaganda nas áreas de geração de turismo.			
A medida que este estágio progride, o envolvimento local e o controle de desenvolvimento tendem a declinar rapidamente.	“Acho que no futuro vai ter mais gente de fora do que os próprios daqui mesmo. Os de fora vêm para comprar aqui, constrói pousada, restaurante, sobe na vida e os daqui... é difícil um filho do lugar ficar bem na vida”.	“Acho que se os nativos não tiverem consciência, daqui mais uns 2 ou 3 anos não vai ter mais nativos no Corumbau. O povo de fora vai chegando e comprando, isso não é bom, não oferece o que vale... Daí Corumbau vai virar um condomínio”.	“Acho que poucos pescadores vão estar na vila, porque gente de fora chega oferecendo um dinheiro bom e muitos se mudam para Nova Caraíva. Vai ficar um lugar de gente de fora morando”.
Algumas facilidades pré-existentes no local será substituída por facilidades mais elaboradas e modernas para suprir a demanda turística.			
Atrações naturais e culturais serão desenvolvidas como uma atração de mercado, estas atrações serão também suplementadas por facilidades trazidas de fora.			
Mudanças físicas da área serão notadas, e pode ser esperado que todas ou grande parte destas não sejam totalmente aprovadas pelas populações locais	“Outro dia veio um cara aí querendo á área na frente (da praia)... aí é a área mais reservada para o pescador, onde põe o barco, todo mundo faz a manutenção lá... chegou um cara de fora esses dias, derrubou todo o coqueiro que tinha na área e já ia fazendo um muro...”	“Antigamente não tinha muitos moradores, só os nativos e agora está chegando muitas pessoas de outros lugares, outros países, isso mudou muito a vida do nativo. Essas pessoas estão tomando o espaço dos nativos, o povo está perdendo sua liberdade, esse povo de fora está bloqueando o acesso ao mangue, ao rio, as passagens. Esse pessoal está botando na cabeça da comunidade para	“O cara fez um <i>deck</i> no rio e se essas coisas não forem resolvidas, se os poderosos tomar controle, a Resex vai perder o controle, se a comunidade não se juntar e decidir o que ela quer”.

		comprar o terreno deles, os nativos estão saindo e perdendo a cultura”.	
O número de turistas será maior no pico de temporada será igual ou maior que o número da população residente			“Antigamente vinha mais gente de família e hoje vem mais solteiro. Acha que tem muita gente que não gosta quando a cidade começa a encher... Teve ano que aqui teve uma média de 6.000 pessoas no Reveillon”.
Mão-de-obra de outras áreas será requerida para auxiliar na infraestrutura turística que ali se instalou	“Às vezes as pessoas acham que a gente não serve para trabalhar e traz mais gente de fora”.		“A falta de estudo atrapalha para tratar com o turista, ainda que vêm muitas pessoas que não são brasileiros...”
O tipo de turista também é diferente dos estágios anteriores.	“Mudou muito. Antigamente só tinha turista de Itamarajú e hoje tem desse Brasíliao todo...antigamente não tinha ninguém”. “De vez em quando muda. Às vezes vem mais, às vezes vem menos. Primeiro vinha mais pessoas de idade e hoje vem mais jovens”.	“Vai passando os anos vai aumentado mais...um vai passando pro outro. O jeito foi sempre o mesmo”. “Mudou um pouquinho. Antigamente não tinha pousada e eles ficavam embaixo do pé de amêndoa e agora eles vão direto pras pousadas”. “Depois da Pousada São Francisco, vem mais burguês”.	“Turista que vinha há 10 anos atrás era simples e sem exigência. Naquela época eram casas, não tinha pousada, e hoje, são turistas exigentes, quer água quente, vão querer ar condicionado... No dia que chegar a energia... vão exigindo mais a cada dia... tão exigindo mais e preço continua o mesmo, muito pouco pelo que exigem”.
FASE DE CONSOLIDAÇÃO	CUMURUXATIBA	CORUMBAU	CARAÍVA
Taxa de aumento de visitantes diminui ao passo de que o número total de turistas ainda será maior, e o número total de turistas excederá o número de residentes permanentes			
Propaganda será cada vez maior para atingir uma área cada vez maior, bem como a área comercial será também maior			
Privação dos moradores residentes que não estão envolvidos com o turismo em realizarem suas atividades normais devido ao aumento da infraestrutura destinada somente aos turistas			
As cidades balneários (resorts) terão			

uma área ou distrito recreacional bem definidas			
Atividades antigas poderão estar longe do desejável			
FASE DE ESTAGNAÇÃO	CUMURUXATIBA	CORUMBAU	CARAÍVA
O pico do número de visitantes chega a seu limite			
Níveis de capacidade serão atingidos para muitas variáveis ou serão mesmo excedidos, com problemas em nível social, ambiental e econômico			“Problema com lixo. Vem muita gente. Barulho, encrenca, incomoda as pousadas, zoa muito, bota som alto, festa <i>Rave</i> , as pousadas perdem hóspedes. Na temporada vira uma merda! Muita gente e faltam fossas...”
A área terá uma imagem estabelecida quanto ao turismo, mas não será mais um local “da moda”			
Haverá uma demanda maior do número de leitos e fortes propagandas serão necessárias para que haja uma manutenção do número de visitantes			
Atrações naturais ou culturais serão superadas pelas facilidades “artificiais” importadas			
A imagem geográfica do balneário estará divorciada do seu ambiente geográfico			
Novos empreendimentos serão realizados em áreas periféricas do que na área turística e as propriedades existentes terão uma freqüente mudança de proprietários			
FASE DE DECLÍNIO	CUMURUXATIBA	CORUMBAU	CARAÍVA
Diminuição no preço do imóvel devido a grande oferta			
Redução no número de visitantes			“No verão é muita zoadada de forró, de bar e de motor à diesel. No verão dá muito roubo...De 4 anos pra cá o turismo caiu muito (devido aos roubos)”.
O novo plano não surte efeito			
Investimentos em balneários periféricos			

FASE DE REJUVENESCIMENTO	CUMURUXATIBA	CORUMBAU	CARAIVA
O novo plano governamental surte efeitos, havendo uma reabilitação do ambiente natural			
Novas atrações são desenvolvidas com sucesso (Cassinos, teatros, etc.)			

Fonte: BUTLER (1980) adaptado de SOUZA & POLETTE (1998)

Quadro 2: Lista de verificação dos estágios de evolução das destinações turísticas de acordo com o modelo de Smith (1991).

1. PRÉ-TURISMO	CUMURUXATIBA	CORUMBAU	CARAIVA
Nenhum turismo; e Assentamentos em alguns locais.			
2. SEGUNDAS-RESIDÊNCIAS			
Desenvolvimento turístico inicial; Poucas ofertas de turismo; Segundas residências ao longo da praia; Ruas definidas; e Desenvolvimento em faixas.			
3. PRIMEIRO-HOTEL			
Incremento de visitantes; Abertura do primeiro hotel; Desenvolvimento “Ad Hoc”; Comércio entre os visitantes é alto; e Empregos são oferecidos em função do turismo.			
4. BALNEÁRIO ESTABELECIDO			
Mais hotéis são estabelecidos; Desenvolvimento em faixas é intensificado; Algumas residências em frente a praia são transformadas em pousadas, hotéis ou comércio; Expansão residencial; e Empregos ligados a hotelaria domina na área de estudo.		“Antigamente não tinham muitos moradores, só os nativos e agora está chegando muitas pessoas de outros lugares, outros países, isso mudou muito a vida do nativo. Essas pessoas estão tomando o espaço dos nativos, o povo está perdendo sua liberdade, esse povo de fora está bloqueando o acesso ao mangue, ao rio, as passagens. Esse pessoal está botando na cabeça da comunidade para comprar o terreno deles, os nativos estão saindo e perdendo a cultura”.	

5. ÁREA COMERCIAL TABELECIDA	CUMURUXATIBA	CORUMBAU	CARAÍVA
Mais acomodações são oferecidas; Tipos diferentes de turistas iniciam a aparecer no local; Turismo domina como setor econômico; Aumenta a força de trabalho para o turismo através de pessoas que não são do local; Ruptura cultural; Congestionamento da praia e poluição; e Ambiente é deteriorado.	“Agora tem bastante pousada, correio, cartório; Caixa Federal. Antigamente chegava pessoa de fora e não tinha nem onde se hospedar. Os pousadeiros tomaram tudo, nós queremos aquele terreno na frente da praia! O mar puxa tudo...”		“Muita coisa! Antigamente não tinha o pessoal de fora que quer tomar o espaço do nativo. Há 4 anos atrás vinha mais turista que não choravam tanto os preços como os de hoje. Os de hoje sujam muito, principalmente os turistas de julho... os garotos. Antigamente tinha as festas da cidade e por causa do turismo as festas sumiram, porque as pessoas querem ganhar mais dinheiro do que ver a cultura do lugar”.
6. HOTÉIS INTERIORES			
Hotéis encontram-se distantes da praia; Rápido crescimento residencial; Distrito comercial é consolidado; Erosão e enchentes potenciais; Cultura do turismo prevalece; Impermeabilização do solo; Padrões tradicionais são obliterados; Empreendedores dirigem o desenvolvimento; e Plano de Gestão governamental.			
7. TRANSFORMAÇÃO			
Balneário é urbanizado; Reabilitação do ambiente natural; Acomodação estrutural às mudanças; Mudam os investidores e visitantes; e Falha dos planos governamentais.			
8. CIDADE BALNEÁRIO			
Urbanização total; Alternativas de circulação; Distritos comerciais e recreacionais são distinguidos; Poluição em estágio crítico; Pressão imobiliária; e Poder político de mudanças deve estar ligado no maior grau governamental ou político.			

Fonte: SMITH (1991) modificado POLETTE (1997).



Figura 40: Imagens da Vila de Cumuruxatiba: A) Vista aérea (em cartão postal); B) Residência de veraneio com as paredes revestidas de fragmentos de corais; C) Residência de pescador na orla; D) Residência de veranista na orla; E) Loteamentos recentes; F) Turismo familiar; G) Conflito de uso entre a pesca e bares de atendimento ao turista; H) Ponte construída sobre APP; I) Condições precárias das comunidades extrativistas; J) Sistema de coleta de água por cacimbas.



Figura 41: Imagens da Vila de Corumbau: A) Vista aérea (em cartão postal); B) Turistas em contato com a natureza; C) Privatização da paisagem pela pousada construída; D) Via de acesso; E) Loteamentos recentes; F) Acampamento na área das amendoeiras; G) Turistas das cidades da região; H) Cacimba que fornece água aos campistas; I) Problemas de drenagem do solo; J) Doenças de pele (“bicho-geográfico”) ocasionadas pela contaminação da areia da praia.



Figura 42: Imagens da Vila de Caraíva: A) Vista aérea (foto de morador); B) Turistas jovens a atravessar o Rio Caraíva; C) Coleta de lixo na vila; D) Transporte do lixo até a outra margem do rio; E) Tubulação da fiação elétrica dos geradores compartilhados aflorando; F) Residências de veraneio inadequadas ao tipo de solo; G) Moradias de nativos feitas de sapê; H) Distribuição pública de água e placas solares; I) Pousadas que oferecem conforto; J) Infra-estrutura de pousada com câmara fria para conservação de pescado.

7. Potencialidades, Conflitos e Perspectivas para a Adequação do Turismo na Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau e Área de Entorno

A atividade turística na Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau gira em torno dos atrativos naturais oferecidos pela beleza da paisagem²³ desta área costeira, bem como, pela receptividade do povo, como apresentado anteriormente (Figura 12). Os turistas viajavam em busca de mudanças no estilo urbano de viver, recuperação e reencontro do homem com a vida natural. Procuram por descanso em locais tranquilos (percepção freqüentemente associada à vila rústica e à segurança dos locais), que ofereçam paz, boas praias, e clima tropical.

Para Tuan (1980), não é difícil entender a forte atração que as orlas marinhas exercem sobre os seres humanos: "...suas reentrâncias sugerem segurança enquanto o horizonte aberto para o mar sugere aventura... A praia é banhada pelo brilho direto e refletido da luz do sol, porém a areia cede à pressão, penetrando entre os dedos do pé e a água recebe e ampara o corpo".

Os interesses turísticos declarados foram, correspondentes aos pontos positivos que os turistas encontraram quando chegaram nestas vilas, aliado também, ao encontro de um relacionamento social mais autêntico. As qualidades observadas nessas vilas, são na sua essência, suas próprias potencialidades turísticas.

Os resultados da metodologia-teste das fotografias (Apêndice 2), confirmam a preferência dos turistas pelos aspectos naturais do turismo, com destaque às situações relacionadas à praia deserta, aos passeios marítimos e à contemplação da biota local. Desta forma, os turistas dão preferência às atividades que proporcionem o contato direto com a natureza, descobertas de um novo mundo e sensações de isolamento do meio urbano, ao qual estão saturados. A região do entorno da Resex do Corumbau apresenta grande potencial para uma prática sustentável de turismo, como o

²³ *Paisagem* é o complexo dos elementos que compõem e configuram um lugar determinado e que se têm estreita vinculação com a vida que nele se desenvolve. A paisagem se especifica pelo meio geográfico e pelos ecossistemas que ali se encontram, como fatores predominantes. Os efeitos da paisagem são físico-espirituais, com significações diretas para a saúde humana e para a qualidade de vida (Coimbra, 2002).

Paisagem é a estrutura territorial, vista como resultado do processo de transformação do ambiente no decorrer do tempo, compondo uma unidade passível de interpretação e representação gráfica. Pode-se dizer que, a cada momento, os atributos da paisagem assumem uma configuração diversa, já que os processos de transformação, naturais e sociais são dinâmicos (MMA/SQA & MP/SPU 2002).

“ecoturismo”, pois seus balneários se apresentam no início de um processo de evolução e o ambiente natural ainda encontra-se em bom estado de conservação, facilitando um planejamento adequado que vise à manutenção de um turismo de qualidade.

Entretanto, os turistas também perceberam como pontos negativos: a dificuldade do acesso a estes locais, carência em meio de transporte urbano, a falta de infraestrutura básica em água, esgoto, energia, transporte, saúde, educação, segurança, irregularidades no preço dos serviços, a situação econômica precária das populações locais, a falta de informação sobre opções turísticas e a falta de informação sobre a regulamentação da pesca na Resex do Corumbau.

Os extrativistas consideram a atividade turística boa para o desenvolvimento local, pois gera emprego e renda complementar, à pesca e ao trabalho das mulheres. De maneira geral, os maiores conflitos relacionados à atividade turística, foram relacionados à: impossibilidade de oferecer passeios nos barcos de pesca artesanal; baixo nível de escolaridade dos extrativistas que dificulta uma maior aproximação com os visitantes (principalmente com estrangeiros); dificuldades para conservar o estoque de alimentos e de pescado nas regiões sem rede elétrica; alto custo relacionado à manutenção do gerador de energia a óleo diesel, barulho e forte odor que este aparelho produz; redução da tranquilidade e segurança nas temporadas de turismo; e intensa especulação imobiliária que pressiona os extrativistas a venderem suas moradias, alterando a sociabilidade nas comunidades estudadas. Ainda, a comunidade extrativista, reclama da carência em infraestrutura básica em: água, saneamento e energia elétrica; da falta de educação, saúde e segurança; falta de emprego; e péssima condição das rodovias de acesso (principalmente nos dias chuvosos), impossibilitando a ida ao médico e à compra de mantimentos nos centros urbanos mais próximos.

Apesar dos conflitos relatados, a população extrativista acredita que é possível conciliar a atividade extrativista com a atividade turística (86%; 90%; e 100%; respectivamente em Cumuruxatiba, Corumbau e Caraíva) e identificam como impactos positivos oferecidos por esta integração: o incremento na renda da comunidade pelo aumento da venda do pescado, o aumento da oferta de empregos, o conhecimento e a valorização do nativo através da amizade com os turistas. Ainda, pelo lado dos turistas entrevistados, foi verificada, respectivamente em Corumbau e Caraíva, uma grande disposição em realizar passeios (79%; e 93%) e observar pescaria (62%; e 79%), nos barcos de pesca artesanal, desde que, devidamente equipados segundo as normas de segurança.

Desta forma, é observada uma grande possibilidade de inserir a atividade turística na economia destas famílias, como um equivalente moderno do *Pluralismo Econômico* proposto por Maldonado (1986), onde há a exploração simultânea de um recurso da natureza ou a prática simultânea de atividades diversas pelo mesmo grupo de pescadores artesanais, em que o exemplo mais comum é a agricultura de subsistência. O incremento da renda extrativista proveniente do turismo, pode contribuir à subsistência destas populações, porém deve ser planejado de modo que não leve à ruptura das características culturais dos extrativistas da Resex do Corumbau.

De acordo com o Plano de Gestão Participativa (IBAMA, 2003), o monitoramento econômico da RESEX apontou a pesca e o turismo como os principais vetores da economia local, com destaque para a captura de camarões e para o ecoturismo: “O ecoturismo merece atenção específica, pois representa uma atividade crescente na RESEX, com alguns conflitos para comunidades extrativistas. Algumas Áreas Marinhas Protegidas, propostas inicialmente para a realização do ecoturismo, foram rejeitadas pelas comunidades pesqueiras, que atualmente não se beneficiam desta atividade. Criar alternativas para que as comunidades pesqueiras possam explorar diretamente o turismo na RESEX é um meio de reduzir esforços de pesca e aumentar as áreas marinhas protegidas, contribuindo sobremaneira para a exploração sustentável dos recursos marinhos”.

De acordo com as próprias definições de ecoturismo apresentadas inicialmente (EMBRATUR *apud* IBAMA/CNPT & CI, 2002; e Pires, 2002), este tipo de turismo deve ir ao encontro da participação das populações locais para obtenção máxima de benefícios econômicos do turismo, utilizando os recursos naturais de maneira racional e valorizando a cultura local. Dessa forma, caso o “ecoturismo” atualmente praticado esteja gerando conflitos com a comunidade extrativista e ainda não reverta em benefícios econômicos a estas, então o verdadeiro ecoturismo ainda não está plenamente constituído como prática sustentável na região da Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau.

De acordo com Cordell (1989), projetos de desenvolvimento que introduzem alterações na atividade de pesca sem considerar o contexto local resultam, muitas vezes, em conflitos na pesca, na desestruturação das comunidades e na sobreexploração dos recursos pesqueiros. Dessa forma, as opiniões dos extrativistas que buscaram na Reserva Extrativista a categoria de Unidade de Conservação

adequada à sua realidade, devem ser respeitadas como métodos tradicionais de manejo dos recursos, para a adequação da prática turística nas áreas de pesca.

Folke *et. al.* (1998) critica o reducionismo das visões utilitaristas de manejo, propondo visões alternativas com um grande espectro de ciências envolvidas, reconhecendo o valor dos sistemas de manejo de recursos tradicionais e neotradicionais. O não reconhecimento do manejo informal por parte dos órgãos institucionais, o torna vulnerável às mudanças no mercado, tecnologia e à competição com empresários externos e com pescadores não residentes, possibilitando a perda do direito de acesso e a desorganização dos pescadores, os quais perdem sua autonomia (Cordell, 1989).

Ainda, foi constatada a carência de opções de passeios na natureza com o devido acompanhamento de atividades de educação ambiental, preconizados para a efetiva prática do ecoturismo, como meio de construir uma consciência ecológica nacional, e também, verificou-se a ausência de um sistema de informações turísticas sobre o meio ambiente e sobre a proposta da Resex para a cultura extrativista, que atenda ao público visitante. Isto é comprovado, quando se observa que os turistas declararam, respectivamente nas vilas de Cumuruxatiba, Corumbau e Caraíva, que não receberam informações ambientais (84% 88%; e 90%); não receberam informações sobre a comunidade local (81%; 73%; e 81%); e ainda, não sabiam da existência da Resex (48%; 48%; e 61%) e, dos poucos que sabiam, a maioria apresentava uma opinião superficial sobre o que a Resex do Corumbau efetivamente representava.

Finalmente, nove Zonas Marinhas Protegidas foram definidas no Plano de Manejo - Fase 1 (Anexo III), sendo que seis delas enfatizam o ecoturismo como prática autorizada e buscam a adequação de tais atividades, no que diz respeito à visitação, mergulho e pesca. No entanto, devido à elevada carência de informações aos turistas e dificuldades na ação fiscalizadora, atividades impactantes, como o pisoteamento, extração dos corais e a caça submarina ilegal, vêm sendo praticados prejudicando o restabelecimento das condições ecológicas preconizadas nos objetivos de criação da Resex e caminhando em uma direção oposta ao modelo de ecoturismo idealizado.

O planejamento das medidas de controle da atividade turística no ambiente recifal, deve ser elaborado de maneira participativa entre os interessados na Resex: “As atividades de turismo, lazer e recreação que não envolvem exploração direta dos recursos marinhos (pesca e outras formas de extrativismo), serão regidas por portaria específica, que deverá estar em consonância com as diretrizes deste Plano de Manejo”

(IBAMA/CNPT & CI, 2002). Atualmente no Brasil, já existe uma campanha apoiada pelo Ministério do Meio Ambiente, chamada “Conduta Consciente em Ambientes Recifais”, na qual são expostas dezesseis regras que orientam os turistas sobre o bom comportamento neste tipo de ecossistema (Prates, 2002). De acordo com a autora, a Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau, também foi alvo desta campanha.

Outro fator importante a ser considerado no âmbito da gestão das atividades turísticas na Reserva Extrativista, se faz sobre o manejo da pesca esportiva dentro da área. Atualmente, de acordo com as normas do Plano de Manejo – Fase 1, turistas que têm o interesse de pescar na área da Resex, podem obter autorização especial sob o título de “Demais usuários” expedida pelas associações locais de acordo com regras e normas estabelecidas pelo Conselho Deliberativo. Porém constata-se que, se este turista tornar-se um novo residente nestas vilas, ao passar de 4 anos ele poderá requerer cadastro na Resex na categoria de “Morador local e eventual pescador”; e se, um dia ele passar a utilizar a pesca como atividade econômica, ainda poderá requerer a categoria de “Pescador secundário” ou até de “Pescador principal”, caso comprove realizar a pesca como meio de subsistência. Neste sentido, a sustentabilidade pesqueira na Resex do Corumbau depende de normas adequadas para o licenciamento de usuários não-extrativistas, uma vez que, esta questão pode fugir do controle desejado e perder o foco na sustentabilidade econômica das comunidades tradicionais.

Neste sentido, deve-se alertar para o progressivo aumento no número de visitantes ao longo do tempo, observado para a Resex como um todo. Agrupando-se os dados de épocas de primeira visita declaradas pelo total dos 95 turistas entrevistados (nas três vilas), obtém-se a curva de crescimento observada na Figura 43. O ajuste de uma linha de tendência exponencial é sugestivo de que o turismo nesta região esteja em plena expansão, encontrando-se numa fase de transição entre o estágio de *Envolvimento* e o estágio de *Desenvolvimento* (Figura 44), proposto por Butler (1980).

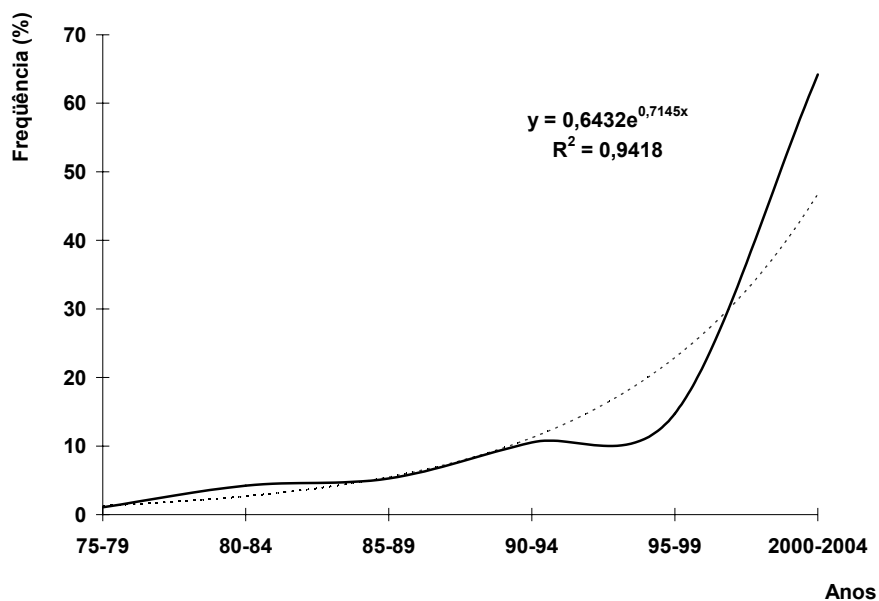


Figura 43: Curva de crescimento indicando as épocas de primeira visita dos turistas entrevistados, agrupados para as três vilas estudadas (N=95).

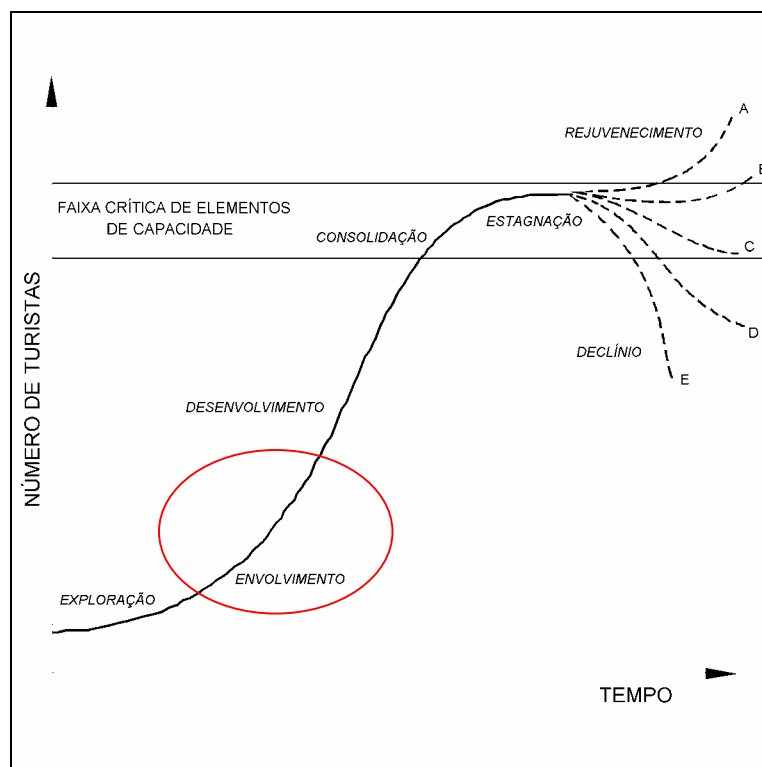


Figura 44: Ciclo de evolução de uma destinação turística, destacando-se em vermelho, a fase de transição do estágio de Envolvimento para o de Desenvolvimento. Fonte: SOUZA & POLETTE (1998) adaptado de BUTLER (1980).

Mesmo vivenciando os estágios iniciais nos modelos de desenvolvimento (Quadros 1 e 2), as vilas da Resex do Corumbau já apresentam elementos críticos à capacidade de suporte para a atividade turística, como a própria falta de infra-estrutura básica relatada pelas comunidades extrativistas, identificada também através do roteiro para observação da infra-estrutura das vilas (Apêndice 5). Ainda, a constante transformação da paisagem é observada e conflitos entre o setor turístico e a população local podem ser identificados, uma vez que os extrativistas declaram, respectivamente em Cumuruxatiba, Corumbau e Caraíva, que os turistas trazem coisas ruins (45%, 10% e 90%), tais como: alterações da paisagem com a privatização dos acessos à praia e mudanças na arquitetura local; perdas culturais, nas tradições festivas e pesqueiras; diferenças socioeconômicas encontradas entre os “pousadeiros” e a população extrativista; agressão aos costumes da população local (festas barulhentas, drogas e doenças sexualmente transmissíveis); danos à biota com o pisoteamento dos recifes e edificações sobre manguezais e restingas; monopólio dos passeios de barco aos que possuem condições financeiras de equipar barcos para passeios; poluição do lençol freático; poluição dos rios, entre outros.

Molina (2001) sugere que “...a imagem que se pretende sustentar não é inteiramente realista, mas algo contraditória, no sentido de que a qualidade da oferta de atrativos naturais, nem sempre tem relação com os benefícios que se supõe que o turista receberá. Isso se deve ao fato de que, praias, rios, lagos e lagunas sofrem um processo de constante empobrecimento de sua qualidade, que caso prossiga, acabará anulando seu uso turístico, pois este perde as peculiaridades que devem sustentá-lo: um ambiente natural saudável”.

Neste sentido, observa-se que o modelo de Butler considera que o ponto crítico do sistema é estabelecido quando se atingem os limites de capacidade de suporte relacionado a um determinado número de turistas e que medidas de rejuvenescimento devem ser estabelecidas para que o número de turistas continue, ilimitadamente, aumentando. Caso as medidas de rejuvenescimento não forem adotadas, o modelo de Butler aponta para uma conseqüente estagnação do número de turistas ou até, o declínio do número de visitantes. Entretanto, tal modelo não prevê que fases de crise possam ocorrer durante os estágios de evolução das localidades turísticas e que, mesmo nos estágios iniciais, medidas de rejuvenescimento poderiam ser implementadas como resposta às crises eminentes do sistema de uso dos recursos.

De acordo com Gunderson & Holling (2000), práticas locais de usos dos recursos devem auxiliar no manejo de ecossistemas complexos e dinâmicos, numa concepção de Manejo Adaptativo, o qual tem como premissa a existência de um ciclo adaptativo dos ecossistemas, incluindo as fases de exploração, conservação, liberação (ou destruição criativa) e reorganização (ou renovação), acompanhado de adaptações sociais nas comunidades inseridas. Neste sentido, propõe-se que ao longo da evolução de um destino turístico proposto por Butler (1980), co-exista um processo cíclico e contínuo, como proposto por Gunderson & Holling (2000), no qual a própria Resex pode ser exemplificada como uma forma de reorganização frente à crise gerada pela forte pesca industrial (destruição criativa) e atualmente o turismo seja o novo paradigma de manejo, onde medidas como, o asfaltamento e o advindo da energia a estas vilas, possam promover uma outra fase neste ciclo, e assim por diante.

Folke *et. al.* (1998), busca duas diferentes abordagens para repensar o manejo dos recursos. A primeira, como um sistema complexo, com relações não lineares, de limiares, observando a incerteza e a surpresa usando a abordagem sistemática e o manejo adaptativo. A segunda, repensa a ciência social de manejo de recursos focando instituições de direito de propriedade e em particular, sistemas de propriedade comum. A primeira propõe diversidade de práticas de manejo baseadas no conhecimento local e a segunda reconhece os mecanismos sociais por trás das práticas identificadas e organizadas, de modo que venham auxiliar na construção de resiliência e sustentabilidade nos sistemas sócio-ecológicos.

De acordo com estes autores, a adaptatividade e resiliência devem ser construídas institucionalmente para que sejam capazes de manejar e responder a processos, funções, dinâmica e mudanças do ecossistema, que ainda favoreça o bem-estar social e ecológico. Afirmam que o manejo convencional utilizado pode até piorar a situação, uma vez que, tenta bloquear os distúrbios advindos do sistema, mas que em longo termo esta forma de manejo não terá controle sobre distúrbios endógenos do processo cíclico de renovação. Dessa forma, um melhor conhecimento do sistema de manejo de recursos, permitirá que o distúrbio ocorra numa escala que não rompa com a estrutura e com a performance funcional e de serviços que o ecossistema oferece. Estes distúrbios em resposta ao manejo, chamadas surpresas, podem ter efeitos devastadores à medida que a resiliência gradualmente declina, a flexibilidade é perdida e a ligação sócio-ecológica torna-se mais vulnerável à crise. Embora essa crise possa ser necessária para prover o entendimento do ímpeto de mudança, não se deve permitir

que esta cresça a um nível que desafie a sobrevivência da comunidade, da região e da sociedade com um todo.

Neste sentido, o crescimento turístico notável ao passar de cada temporada, implica em sérios riscos sociais e ecológicos no âmbito de uma Reserva Extrativista. Uma cidade costeira portuária tem sua função no sistema humano e possui padrões de sustentabilidade diferentes que os de uma grande cidade turística, ou mesmo, que os de uma vila de pescadores no entorno de uma Área Marinha Protegida. Sugere-se que os modelos de planejamento sejam elaborados com base no manejo adaptativo e participativo, de acordo com as atividades econômicas de cada localidade costeira e com os recursos utilizados.

O modelo de turismo atualmente praticado na Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau não se mostra adequado à realidade local, principalmente por confrontar com o objetivo de garantir a perpetuidade da cultura extrativista. O turismo já está a quase três décadas instalado nestas vilas e medidas de rejuvenescimento já se fazem necessárias, como: infra-estrutura necessária à manutenção da qualidade ambiental e da vida das populações locais; implementação do sistema de saneamento; fornecimento de água de qualidade; melhorias no sistema de distribuição de energia; e manutenção das vias de acesso. Entretanto questiona-se: Como implementar tais medidas e ainda manter o controle do fluxo de turistas? O maior desafio para a gestão desta orla é prevenir que tais medidas de rejuvenescimento não ocasionem um incremento exacerbado e incontrolável do número de visitantes na área da Resex e em seu entorno, levando à extrapolação da capacidade de suporte dos sistemas marinho-costeiro e urbano. Desta forma, sugere-se que a visitação na Resex se mantenha estagnada em um certo número de visitantes de acordo com o nível de capacidade de suporte de cada local, para a adequação do modelo de desenvolvimento turístico sob contexto e objetivos desta Unidade de Conservação.

Todavia, a crescente especulação imobiliária sobre as moradias dos pescadores se mostrou o conflito mais alarmante com relação ao incremento do turismo nestas vilas, fato que pode levar a descaracterização do próprio objetivo de criação da Resex de proteger os meios de vida e a cultura das populações extrativistas. O fato dessas vilas não integrarem à Área Protegida, as faz sujeitas à interferência de agentes externos não previstos durante o processo de criação da Resex, como o turismo e o acelerado crescimento urbano. A especulação imobiliária presente na área de entorno da Resex seduz muitos nativos a venderem suas casas para dar uma “melhor condição”

de vida à suas famílias. Rumores de que esta grande área costeira se transformará em uma grande Reserva Indígena após a criação do “Museu Aberto do Descobrimento”, também auxiliam na decisão dos extrativistas em venderem o quanto antes suas casas. Ainda, muitos extrativistas já pensam em abandonar a atividade pesqueira para ingressar na atividade turística, isto porque, o extrativismo não aparenta obter benefícios econômicos e sociais como o turismo vislumbra.

Áreas de praia onde geralmente estão situadas as comunidades de pesca artesanal têm sido ocupadas por empresas imobiliárias, turísticas e hoteleiras, o que afasta o pescador do contato sistemático e freqüente com o mar, elemento imprescindível à formação individual e à reprodução do grupo (Maldonado, 1986). Ainda de acordo com a autora, esse tipo de intervenção no ambiente também, contribui grandemente para a desarticulação dos grupos e marginalização dos pescadores.

Martins (2000) também constatou que o crescimento imposto pelo processo de inserção do turismo e da especulação imobiliária, contribuiu para descaracterização da antiga paisagem natural e cultural da Praia do Francês (Maceió – Al), comprometendo também os seus ecossistemas, destruindo o antigo estilo de vida e trazendo incerteza à permanência e à sobrevivência da população original local. A ocupação não controlada e espontânea caracterizada, agrediu e afastou de suas áreas as comunidades de pescadores originais que agora são impedidas de desenvolver suas antigas atividades, devido à fortes mudanças econômicas, sociais e ambientais ocorridas.

Ainda, em um estudo no litoral norte paulista, município de São Sebastião, Calvente (1999) constatou que na maior parte dos casos a faixa de beira-mar foi vendida e cada vez mais os pescadores, morando nas encostas, têm dificuldade para passar com o equipamento de pesca, pois as residências de veraneio são construídas muradas. Portanto, esta é uma tendência que está sendo verificada em muitos balneários: a crescente privatização do acesso à paisagem e a seus usos.

Neste caso, considerando a paisagem como um recurso, ou até um produto, esta também se torna passível dos regimes de propriedade: comum, governamental ou privada. Os espaços litorâneos são considerados bens de uso comum do povo pelo Art. 20 da Constituição Federal de 1988: as praias, rios, lagoas, mar territorial e recursos da zona econômica exclusiva e da plataforma continental. De acordo com o PROJETO ORLA (MMA/SQA & MP/SPU. 2002), ainda que, terrenos de Marinha²⁴ e seus

²⁴ São terrenos de marinha: a) os terrenos em uma profundidade de trinta e três metros medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição de linha do preamar médio de 1831, situados

acrescidos sejam em princípio bens da União susceptíveis de utilização por particulares, na hipótese de se verificar que tais terrenos sejam caracterizados como áreas de praia, veda-se a sua destinação individual, pois não é admissível a utilização privativa de áreas de uso comum do povo por expressa disposição legal, devendo a sua utilização se destinar a toda coletividade.

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (Lei N° 7.661/88) afirma no Art. 10 que “As praias são bem de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica”. Desta forma, em casos de privatização de longos trechos da orla, faz-se necessário implementar políticas municipais, estaduais ou federais de desapropriação de passagens para que o acesso à praia e ao mar seja efetivado.

O primeiro relatório para a conservação da Diversidade Biológica (MMA, 1998) considera a criação de Reservas Extrativistas ao longo da costa como um dos grandes avanços na conservação da diversidade biológica, pois abrangem a parte aquática, sem exigir soluções de problemas fundiários na parte costeira. Segundo Rodrigues *et. al.* (2004), é importante retificar que as Resex não abrangem somente a parte aquática somente, mas contemplam faixas de praias, dunas, manguezal, áreas protegidas por legislação ordinária (Art. 20 da Constituição Federal), como também abrangem áreas terrestres, como forma de garantir os espaços necessários para a realização de atividades econômicas complementares e para assegurar a reprodução sociocultural das comunidades. A situação fundiária em Reservas Extrativistas deve ser identificada e acompanhada para efetivar a concessão de direito real de uso da Resex (Cessão Patrimonial), a qual é concedida pela Secretaria Geral do Patrimônio da União (SPU), ao IBAMA, que repassará e/ou outorgará o “Contrato de Concessão de Direito Real de Uso” aos extrativistas, após aprovação do Plano de Manejo de Uso Múltiplo da Resex.

Muitos autores enfatizam a importância da relação do espaço duplo – terra e mar - onde os pescadores moram e trabalham (Silva, 2000 *apud* Diegues, 2004). Ainda, de acordo com Diegues (2004), existem tendências diversas quanto à continuidade dos

no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas, até onde se faça sentir a influência das marés; b) os terrenos em uma profundidade de trinta e três metros medidos horizontalmente para a parte da terra, da posição da linha do preamar médio de 1831, que contornam as ilhas situadas nas zonas onde se faça sentir a influência das marés; Terrenos acrescidos de marinha "Os que se tiverem formado natural ou artificialmente para o lado do mar ou dos rios e lagoas em seguimento aos terrenos de marinha" (PORTOMARINST n° 318.001 / 20.10.80).

sistemas tradicionais de apropriação do ambiente marinho e seus recursos no Brasil. Este autor declara que, de um lado, alguns deles estão desaparecendo rapidamente diante das pressões da pesca industrial, da ocupação urbana e turística da faixa litorânea e da aquicultura, e de outro lado, começam as experiências para a implantação das Reservas Extrativistas que incorporam, ainda de forma incipiente o conhecimento tradicional e a apropriação social dos espaços marinhos. Tal autor afirma que o reconhecimento da importância dos saberes e sistema de gestão tradicional dos espaços e recursos costeiros passa pelo reconhecimento do direito que essas comunidades litorâneas tem a seus territórios.

De acordo com Feeny *et. alii.* (2001), pressões sobre recursos, causadas pelo crescimento populacional ou por mudanças tecnológicas e econômicas, incluindo novas oportunidades de mercado, podem contribuir para a desestruturação de mecanismos de propriedade comunal voltados à exclusão de agentes externos. Desta forma, verifica-se a importância em se adequar o turismo e o crescimento populacional na região de entorno da Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau.

Com tantos conflitos observados nesta área, é questionável se a “Reserva Extrativista” foi realmente a melhor categoria de Unidade de Conservação identificada para esta região, que já possui tantos interesses em jogo. No entanto, esta categoria de Unidade de Conservação foi escolhida por seus interessados como a mais apropriada e uma mudança de categoria neste momento, poderia causar mais descrédito aos extrativistas e distanciar ainda mais o propósito da conservação dos recursos marinhos.

Uma vez constituída, a Reserva Extrativista deve cumprir com os seus objetivos básicos de “proteger os meios de vida e a cultura das populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais”. Desta forma, para uma efetiva adequação à categoria escolhida, a área de vida das populações extrativistas considerada atualmente como entorno da Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau, deve ser incluída à Unidade sob o contexto legal que determina que os extrativistas devam possuir o seu Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, conforme disposto no Art. 23 do SNUC (Lei N°9.985/00). Ainda, de acordo com o parágrafo 1° - Art. 18 desta mesma Lei, áreas particulares incluídas nos limites das Reservas Extrativistas, devem ser desapropriadas. Tal regulamentação garante a proteção à área de vida e reprodução sociocultural das comunidades extrativistas e o seu cumprimento se faz imprescindível ao novo Plano de Manejo a ser elaborado. Ainda, o SNUC assegura a

possibilidade de ampliação dos limites de uma unidade de conservação, sem modificação dos seus limites originais (Art. 22, parágrafo 6º).

A permanência das populações tradicionais em suas áreas não se justifica somente pela proteção e reconhecimento da grande bagagem de etnoconhecimento transmitido de geração em geração a respeito das condições naturais e pela garantia do reconhecimento histórico de seu território, mas também, pela necessidade de manutenção da diversidade cultural, fonte de exemplos a serem considerados pela civilização urbano-industrial na redefinição necessária de suas relações com a natureza (Diegues, 2001). Assim, o etnoconhecimento pode, em muito, colaborar para o manejo da Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau.

Um exemplo claro pôde ser observado durante uma reunião do Conselho Gestor da Resex, em que o Laboratório de Ecologia Humana e Etnoecologia (LEHE - Ufscar) teve a oportunidade de participar. Nesta, um conselheiro extrativista declarou a desembocadura do Rio Cahy migra de direção entre o inverno e o verão, fazendo com que a Zona Marinha Protegida da Barra do Rio Cahy, demarcada com apenas um ponto de GPS²⁵ que restringe a pesca neste local, fique posicionada sobre a planície arenosa, deixando o estuário vulnerável a qualquer forma de pescaria. Deste modo, a manutenção da cultura tradicional pode, e muito, colaborar com o planejamento do turismo e das áreas de pesca a serem manejadas no contexto da Reserva Extrativista.

Ainda, Martins (2000) sugere a participação efetiva das comunidades costeiras nos planos de desenvolvimento turístico, as quais “através de seus conhecimentos tradicionais, podem fornecer os meios necessários para a manutenção dos atrativos naturais e culturais (e turísticos) locais, enquanto elementos de sustentabilidade dos projetos voltados para a área em questão, evitando-se assim os impactos negativos das atuais formas de ocupação anárquica e degradante praticadas”.

De acordo com o manual: “Roteiros Metodológicos: Plano de Manejo de Uso Múltiplo de Reservas Extrativistas Federais” (Rodrigues *et. al.*, 2004), estudos científicos mais complexos devem servir diretamente à população extrativista e refletir sobre as seguintes questões: Como valorizar o conhecimento tradicional e os recursos naturais para benefício de todos? Como integrar o uso racional dos recursos com as necessidades sociais e econômicas críticas das comunidades tradicionais?

²⁵ “Fica expressamente proibida a realização de qualquer prática extrativista usando rede de emalhar, arrasto de fundo e/ou meia água e pesca submarina na área formada por um semi-

Neste caso, o importante é buscar o equilíbrio entre os benefícios do turismo e a manutenção da integridade sócio-ecológica local, de modo a estabelecer níveis de sustentabilidade²⁶ desta atividade, em todas suas dimensões. Torna-se desejável um planejamento turístico que incorpore o sistema pesqueiro dentro do seu sistema de gestão. Deve-se portanto, aliar os mecanismos sociais da Resex ao controle do fluxo turístico e fomentar o sistema pesqueiro artesanal, para que um estágio evolutivo avançado do turismo seja prevenido. Um dos conflitos mais significativos do estágio de *Desenvolvimento* avançado proposto por Butler (1980), é o declínio do controle da atividade turística pela comunidade local e a degradação da qualidade ambiental.

Para tal, primeiramente deve-se atentar para o nível de elementos críticos de capacidade de suporte que possam afetar a paisagem local e levar ao declínio do turismo na Resex, tais como: manutenção da qualidade do lençol freático através do estabelecimento de infra-estrutura de saneamento básico e da adequada captação de água; o estabelecimento do Zoneamento Ecológico-Econômico da Resex²⁷ de modo a se permitir seus usos múltiplos, com destaque às áreas dos pescadores e ainda, assegurar a proteção costeira quanto aos processos erosivos.

Deve-se ainda, promover condições de trabalho e valorizar o produto da pesca artesanal, através de um estudo de viabilidade econômica do processo produtivo pesqueiro extrativista, o qual verifique: possíveis métodos de beneficiamento, conservação e estocagem do pescado, potenciais mercados consumidores, instalação de mecanismos limpos de geração de energia nessas vilas e, condições dos acessos viários para o escoamento do produto. Ainda, faz-se imprescindível promover melhorias no sistema educacional, de saúde e segurança nestas vilas.

Um sistema de informações turísticas de cunho comunitário e ambiental, bem como, atividades de educação ambiental destinadas aos visitantes, são imprescindíveis para que a Resex seja entendida, reconhecida e respeitada pelos turistas, como uma

círculo, com 500 metros de raio a partir da desembocadura do rio Cahy (Coordenada: 17° 00' 53,00"S; 39° 10' 19,50"W) em direção ao mar" (Plano de Manejo – Fase 1).

²⁶ Dimensões da Sustentabilidade propostas por Ignacy Sachs: social, cultural, ecológica; ambiental, territorial, econômica e política nacional e externa (*in* Vieira et al., 2003).

²⁷ O zoneamento da área da Resex deverá contemplar as seguintes zonas: (i) moradias e equipamentos sociais; (ii) ocupação extrativista e agropecuária complementar; (iii) coleta e pesca (podendo ser subdividida de acordo com as espécies capturadas e/ou categorias do manejo), incluindo os pontos de embarque e desembarque, ranchos e abrigos para apetrechos e embarcações, áreas de armadilhas perenes e/ou temporais, etc.; (iv) ocorrência de espécies da fauna endêmica e/ou ameaçada de extinção; (v) preservação total (inclusive por questões culturais); e (vi) exclusão de pesca e coleta temporal e espacial (já existentes e propostas (Rodrigues et al, 2004).

importante ferramenta para conservação dos recursos pesqueiros e para a manutenção da sociodiversidade local.

Interessante também, seria trabalhar com um Gerenciamento Costeiro Integrado nesta região, o qual agregaria: a elaboração do Plano Diretor e implementação da Agenda 21 dos Municípios de Prado e Porto Seguro; a delimitação das interfaces de Reservas Indígenas, Unidades de Conservação e áreas de entorno, neste mosaico de áreas legais; e finalmente, a constituição de um sistema de amplo monitoramento ambiental (marinho-costeiro), que englobe a unidade da Bacia Hidrográfica e Áreas de Preservação Permanente.

A conservação da qualidade ambiental da Resex do Corumbau, só poderá ser atingida se houver a o planejamento integrado da área atualmente considerada como “Entorno” por seus interessados. De acordo com Polette & Pagetti-Silva (2003), “a construção de planos a partir de problemas identificados ao longo do litoral por meio de um processo participativo é fundamental para alcançar resultados no processo de gerenciamento costeiro integrado [...] O fortalecimento dos arranjos inter e intra-institucionais por meio de mecanismos de capacitação de forma contínua, integradora e em longo prazo é o caminho mais seguro para a efetivação deste processo”.

De acordo com o Plano de Gestão Participativa (IBAMA, 2003), a representatividade da comunidade no Conselho Deliberativo deve ser objeto de preocupação permanentemente – como possível fonte de conflitos - ao longo da implementação do mesmo. De fato um maior envolvimento da comunidade extrativista deve ser prioridade no planejamento da Resex, uma vez que foi verificado que (respectivamente em Cumuruxatiba, Corumbau e Caraíva) apesar dos extrativistas receberem convites a reuniões sobre o planejamento da comunidade (59%; 80%; e 95%), se disserem participantes da Resex (45%; 90%; e 65%) e declararem ter conhecimento de seu propósito de criação (50%; 80%; e 60%), poucos conhecem as normas atualmente em vigor (14%; 20%; e 20%) e poucos declararam ter recebido instruções sobre tais normas (14%; 25%; e 45%).

De acordo com Rodrigues *et. al.* (2004), mecanismos sociais de gestão compartilhada em Reservas Extrativistas devem fomentar e facilitar a participação ativa de múltiplos atores sociais, bem como, viabilizar meios para habilitá-los e fortalecê-los na capacidade de participar ativamente do processo de tomada de decisão. É sugerido que estes mecanismos sociais, associados a práticas de manejo adaptativo baseado no conhecimento tradicional, sejam levados em consideração no sentido de promover

resiliência e sustentabilidade ao sistema sócio-ecológico (Gunderson & Holling, 2000; Folke et. al. 1998).

O manejo adaptativo do meio aquático e terrestre da Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau, deverá ser capaz de responder a mudanças eminentes e prever distúrbios em larga escala, como o turismo representa. A manutenção dos atrativos turísticos naturais e a adequação do número de visitantes ao longo do ano, mostram-se de fundamental importância, para a promoção de uma economia turística sustentável, que valorize a cultura artesanal e que seja ecologicamente adequada ao contexto da Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

- A atividade turística nas vilas estudadas mostra-se em nítida expansão. Supõe que as vilas estejam passando por uma transição, do estágio de *Envolvimento* para o estágio de *Desenvolvimento* (Butler, 1980) e que, Corumbau apresenta características de um *Balneário Estabelecido*, enquanto Cumuruxatiba e Caraíva, já apresentam características de *Área Comercial Estabelecida* (Smith, 1991).
- O turista é atraído a estas vilas, principalmente, pela tranquilidade, liberdade e naturalidade da paisagem local, bem como, pela boa receptividade da população local, elementos que devem ser considerados como primordiais à manutenção de um turismo de qualidade na região.
- A comunidade extrativista, reclama de falta de infra-estrutura básica e renda para fornecer condições dignas de moradia à suas famílias e para promover a sustentabilidade econômica da pesca extrativista, e assim, permanecer em sua área de origem, resistindo aos crescentes interesses imobiliários.
- De maneira a promover a sustentabilidade da Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau e de sua área de entorno sob a influência do turismo, deve-se em um estágio inicial: melhorar as condições de infra-estrutura básica nestas vilas, em água, saneamento, energia, saúde e educação; realizar análise de custo-benefício do processo produtivo pesqueiro extrativista de modo a encontrar soluções locais para a valorização do pescado; realizar o Zoneamento Ecológico-Econômico da Resex e sua Área de Entorno; fazer-se implementar as Agendas 21 locais e elaborar o Plano Diretor dos municípios de Prado e Porto Seguro, o qual determine áreas públicas de acesso ao mar; adequar o planejamento turístico à cultura extrativista, para que o objetivo da criação da Reserva não seja desvirtuado.
- A participação ativa da comunidade é uma ferramenta importante a fim de que a sociedade se organize em prol de políticas públicas que dêem suporte às atividades turísticas na região da Resex. A principal idéia é vincular os benefícios econômicos do turismo às tradições locais: inserir os turistas na cultura artesanal levando-os a vivenciar uma pescaria, a provar pratos típicos com frutos do mar, participar de

manifestações culturais, aprender com a natureza e ainda, deixá-los livres para receber a paz e tranquilidade que esta paisagem oferece. Para tal, o turista deve receber a devida informação, aliada propostas de educação ambiental informal, a respeito do ambiente social e natural ao qual está inserido.

- O Plano de Manejo-Fase 1 se ateve apenas à Área Marinha Protegida e a área de vida dos extrativistas, no entorno da Resex, não foi contemplada, o que demonstra a inadequação ao objetivo de “proteger o meio de vida e cultural das populações extrativistas”, conforme pressupõe a categoria Reserva Extrativista (SNUC - Lei N°9.985/00). Ao englobar a área de vida dos extrativistas, o novo Plano de Manejo estará se adequando à categoria de Unidade de Conservação escolhida. Este deve ser elaborado e administrado de maneira participativa, respeitando as especificidades locais, de modo a garantir a integridade sócio-ecológica do sistema marinho-costeiro.
- A valorização do conhecimento tradicional aliado ao manejo adaptativo dos recursos naturais, incluindo a paisagem costeira e seus usos, como o turismo, é imprescindível para o planejamento de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, como as Reservas Extrativistas.

9. RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

- Inventariar o histórico de ocupação (expansão demográfica) e do atual uso do solo da área de entorno da Resex e elaborar o Zoneamento Ecológico Econômico, bem como o Plano Diretor dos Municípios de Prado e Porto Seguro;
- Inventariar equipamentos e infra-estrutura turística presente e avaliar a capacidade de carga das vilas de acordo com a vulnerabilidade dos ecossistemas naturais e com sistemas de gestão do sistema urbano, em: monitoramento da qualidade da água (lençol freático, rios e praias); adequação da destinação do lixo (reuso, reciclagem e compostagem); e viabilidade em sistemas limpos de geração de energia (solar, eólico e sistemas híbridos);
- Formular um calendário sazonal aliado a um sistema de informações geográficas para as atividades pesqueiras e turísticas (parâmetros físicos, biológicos, pesqueiros e culturais): condições climáticas favoráveis ao acesso às vilas e ao lazer; comportamento físico oceânico em áreas recifais de interesse turístico e visibilidade para a prática de mergulho; atrativos biológicos naturais (p. ex. temporada da Baleia Jubarte); áreas de pesca e épocas dos principais recursos pesqueiros (atrativos gastronômicos) e de seus respectivos defesos; e comemorações festivas;
- Elaboração de métodos mais criteriosos em avaliação sócio-econômica e ecológica de áreas favoráveis à criação de Unidades de Conservação, para que a categoria da futura Unidade seja mais adequada com as atividades econômicas atuantes;
- Coordenar esforços na elaboração integrada entre Políticas de Turismo, Pesca, Unidades de Conservação e Gerenciamento Costeiro, dentro das esferas federal Estadual e Municipal.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL, Lei N° 4.771 de 15 de setembro de 1965. *Institui o Código Florestal Brasileiro e dá outras providências*. Brasília, DF, 1965.
- BRASIL, Lei N° 6.513 de 20 de dezembro de 1977. *Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico e dá outras providências*. Brasília, DF, 1977.
- BRASIL, Decreto N° 86.176 de julho de 1981. *Regulamenta a Lei N° 6.513/77, que dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico e dá outras providências*. Brasília, DF, 1981.
- BRASIL, Lei N° 6.938 de 31 de agosto de 1981 *Institui a Política Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências*. Brasília, DF, 1981.
- BRASIL, Lei N° 7.661 de 16 de maio de 1988. *Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências*. Brasília, DF, 1988.
- BRASIL, Lei 9.433 de 8 de janeiro de 1997 *Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e dá outras providências*. Brasília, DF, 1997.
- BRASIL, Lei N° 9.985 de 18 de julho de 2000. *Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências*. Brasília, DF, 2000.
- BRASIL, Lei 10.257 de 10 de julho de 2001. *Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências*. Brasília, DF, 2001.
- BRASIL, 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*.
- BUTLER, R. W. 1980. *The Concept a Tourist Area Cycle of Evolution: Implications for Management of Resources*. University of Western Ontario, Canadian Geographer, XXIV, 1, Ontario: pp.05-12
- CALVENTE, M. del C.M.H. 1999. *O impacto do turismo sobre comunidades de Ilhabela (SP)*. In: Turismo: Impactos Socioambientais. Org: LEMOS, A. I.G. São Paulo: Editora Hucitec, 2ª. ed, p. 85-92.
- CLARK, J. R. 1996 *Coastal Zone Management Handbook*. CRC Press, 649 P.
- CNIO (Comissão Nacional Independente sobre os Oceanos). 1998. *O Brasil e o Mar no Século XXI: Relatório aos tomadores de Decisão do País*. Rio de Janeiro. 408 p.
- COIMBRA, J.A.A. 2002. *O outro lado do Meio Ambiente; uma incursão humanista na questão ambiental*. Campinas: Millennium, 560p.

- COMITÊ ECONÔMICO E SOCIAL – COMUNIDADES EUROPÉIAS. 1990. *Turismo e desenvolvimento regional: Parecer de iniciativa e relatório do Comitê Econômico e Social – Comunidades Européias*, Bruxelas, 68p.
- CONSERVATION INTERNATIONAL BRASIL; INSTITUTO BALEIA JUBARTE; NEMA; BIRDLIFE BRASIL; SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS DE RECIFES DE CORAL – CORALLUS; FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; 2003. *Apresentação da Proposta de Exclusão de Blocos de Exploração e Produção de Petróleo e Gás no Banco dos Abrolhos e Adjacências*.
- CORDELL, J.C. 1989. *Social Marginality and Sea Tenure in Bahia*. A Sea of small Boats.
- DIEGUES, A.C. 2004. *Conhecimento Tradicional e Apropriação Social do Ambiente Marinho*. In: Roteiros Metodológicos: Plano de Manejo de Uso Múltiplo das Reservas Extrativistas Federais. Org: RODRIGUES, E; Paula, A.C. & ARAUJO, C.M. Brasília: IBAMA. p. 125 - 157.
- DIEGUES, A.C.S. *As Áreas Naturais Protegidas, o Turismo e as Populações Tradicionais*. 2001. In: Viagens à Natureza: Turismo, cultura e ambiente. Org: SERRANO, C.M.T. & BRUHNS, H.T. Campinas: Papyrus, 1997, 5ª. ed. p. 85-102.
- EMBRATUR, 2005 Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/ac_infr09.htm> Acessado em maio 2005.
- FEENY, D.; BERKES, F.; Mc CAY, B.J. & ACHERSON, J.M., 2001. *A Tragédia dos Comuns: Vinte e dois anos depois*. In: Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum. Org: DIEGUES, A.C. & MOREIRA, A.C.C. São Paulo: NUPAUB-USP. p.17-42.
- FIGUEIRA, L. D. 2002. Reserva Extrativista Marinha do Corumbau: Monitoramento social. Conservation International Brasil.
- FOLKE, C.; BERKES, F.; COLDING, J. 1998. *Ecological Practices and Social Mechanisms for Building Resilience and Sustainability*. In: Linking Social and Ecological Systems: Management Practices and Social Mechanisms for Building Resilience. Org: Fikret Berkes & Carl Folke, Cambridge University Press. p 414.
- FRANCINI-FILHO, R.B.; MOURA, R.L. 2004. *Dynamics of Reef Fish Assemblages on Coral Reefs Subjected to Different Management Approaches in the Abrolhos Bank, Brazil*. In: Proceedings of 10th International Coral Reef Symposium.
- GLÓRIA, M. 2005. *Mata Atlântica agoniza na Bahia*. JB Online. Disponível em: <www.ambientebrasil.com.br> Acessado em abril de 2005.

- GUNDERSON, L.H. & HOLLING, C.S. 2000. *Panarchy: Understanding Transformations in Human and Natural Systems*. Washington: Island Press.
- IBAMA, 2002. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/>> Acessado em novembro de 2002.
- IBAMA. 2003. *Plano de Gestão Participativa da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau*.
- IBAMA, 2004. Disponível em: <<http://www2.ibama.gov.br/resex/novas.htm>> Acessado em fevereiro de 2004.
- IBAMA/CNPT & CONSERVATION INTERNATIONAL BRASIL. 2002. *Reserva Extrativista Marinha do Corumbau: Plano de Manejo - Fase I*.
- IBGE, 2005. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acessado em maio de 2005.
- Jornal da Mídia, de 23/07/2004 Disponível em: <<http://www.piatafm.com.br/piatanoticias212.html>> Acessado em maio de 2005.
- KRIPPENDORF, J. 1989. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- MALDONADO, S. 1986. *Pescadores do Mar*. São Paulo: Editora Ática. 77 p.
- MARTINS, E.C. 2000. Turismo e Impactos Socioambientais na Praia do Francês – Al. Dissertação apresentada como requisito à obtenção do título de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade federal de Alagoas. Maceió – Al: 195p.
- Ministério das Cidades, 2005. SNIU: Sistema Nacional de Indicadores Urbanos. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/>> Acessado em maio de 2005.
- MMA, 1998 *Avaliação das normas legais aplicáveis ao gerenciamento costeiro – aspectos ambientais: subsídios à tomada de decisões*. Brasília: MMA/GERCO.
- MMA, 2005. *Áreas Protegidas no Brasil*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/index.cfm>> Acessado em janeiro de 2005.
- MMA/SBF. 2003. *Atlas dos recifes de coral nas unidades de conservação brasileiras*. Org: Ana Paula leite Prates. Brasília. 180 p.
- MMA/SIP/DEMAI/ Coordenação Geral da Zona Costeira. 1998. Plano de Ação Federal para a Zona Costeira do Brasil. Brasil.
- MMA/SIP/DEMAI/ Coordenação Geral da Zona Costeira. 1998. Plano de Ação Federal para a Zona Costeira do Brasil. Brasil.
- MMA/SQA & MP/SPU. 2002. *PROJETO ORLA: fundamentos para a gestão integrada*. Brasília. 78p.

- MOLINA E., S. 2001. *Turismo e Ecologia*. Tradução de Josely Vianna Baptista. Bauru: EDUSC. 222p.
- OMT (Organização Mundial de Turismo), 2005. Código Mundial de Ética do Turismo. Disponível em: www.world-tourism.org/code_ethics/eng.html Acessado em março de 2005.
- PIRES, P. S. 2002. *Dimensões do Ecoturismo*. São Paulo : Editora SENAC São Paulo.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento), 2005. Disponível em: <http://www.undp.org.br/default1.asp?par=1> Acessado em maio de 2005.
- POLETTE, M. 1997. *Gerenciamento Costeiro Integrado: Proposta Metodológica para a paisagem da microbacia de Mariscal (Município de Bombinhas – SC)*. Tese de Doutorado. UFSCar. 497 p.
- POLETTE, M. e SILVA, L. P. 2003. *GESAMP, ICAM e PNGC - Análise comparativa entre as metodologias de gerenciamento costeiro integrado*. Cienc. Cult. [online]. Oct./Dec. 2003, vol.55, no.4 [cited 23 February 2005], p.27-31. Available from World Wide Web: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252003000400017&lng=en&nrm=iso. ISSN 0009-6725.
- PRATES, A.P.L; PEREIRA, P.M.; HAZIN, M.C.; REINHARDT, M.H.; FERREIRA, B.P.; MAGALHÃES, A.E. 2002. *Campanha de Conduta Consciente em Ambientes Recifais – Coral Reefs Responsible Conduct Campaign*. Anais: III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Fortaleza: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação: Fundação o Boticário de Proteção à Natureza: Associação Caatinga. Rede de Gestão Compartilhada para o Desenvolvimento do Arranjo Produtivo do Turismo na Costa do Descobrimento. 2004. *Termo de Referência*.
- REIMÃO-SILVA, I.; BITTENCOURT A.C.S.P.; DOMINGUEZ, J.M.L. & MARTIN, L. 2001. *Utilização do Sistema de Informações Geográficas na Caracterização Ambiental das Praias da Costa do Descobrimento – Sul do Estado da Bahia: resultados preliminares*. Anais X SBSR. Foz do Iguaçu 21 a 26 de abril de 2001. INPE p. 983-985.
- RODRIGUES, E; PAULA, A.C. & ARAUJO, C.M., (org.) 2004. *Roteiros Metodológicos: Plano de Manejo de Uso Múltiplo das Reservas Extrativistas Federais*. Brasília: Ibama. 157p.
- ROMERO, T. 2005. *População indígena em expansão*. Boletim da Agencia Fapesp (Agência de Notícias da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). Disponível em <http://www.agencia.fapesp.br> Acessado em fevereiro de 2005.

- RUSCHMANN, D. van de MEENE. 2000. *Turismo e Planejamento Sustentável: A proteção do meio ambiente*. Campinas: Papirus, 6ª.ed, 199 p.
- SACHS, I. 2003. *Development Thinking in the Age of Environment: Wise Use of Nature for the Good Society*. In: Conservação da Diversidade Biológica e Cultural em Zonas Costeiras: enfoques e experiências na América Latina e no Caribe. Org: VIEIRA, P.F. Florianópolis: APED, p. 38-46.
- SAMPAIO, J. A. L. 2000. *Pataxó: Retomadas na Rota do Quinto Centenário*. In: Povos Indígenas no Brasil, 1996-2000. Carlos Alberto Ricardo (editor). São Paulo: Instituto Socioambiental.
- SCHIAVETTI, A. 2002. *Aspectos da Estrutura, Funcionamento e Manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural "Ecoparque do Una": Região Cacaueira do Sul da Bahia, Brasil*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ecologia e Recursos Naturais - UFSCAR. São Carlos, SP.
- SESPA (Secretaria Exclusiva de Saúde Pública – Governo do Estado do Pará), 2005. Disponível em: <http://www.sespa.pa.gov.br/Informa%C3%A7%C3%A3o/IDH/idh_oquee.htm> Acessado em maio de 2005.
- SMITH, R. A. 1991. *Beach Resorts: A Model of Development Evolution*, Elsevier Science Publishers B. V., Amsterdam, Landscape and Urban Planning, (21): p. 189-210
- SOUZA, S. de JR.; POLETTE, M. 1998 *Aplicação dos Modelos de Desenvolvimento de Balneários no Município de Balneário Camboriú- SC*. CTTMar. 1998.
- TUAN, Y. 1980. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL. 288 p.
- UNESCO, 1997. CSI info. UNESCO on Coastal Regions and Small Islands: Titles for management, research and capacity-building (1980-1995).
- UNESCO, 2000. *Wise Coastal Practices: Towards Sustainable Small-Island Living*. Results of a workshop on 'Wise coastal practices for sustainable human development in small island developing states'. Apia, Samoa, 3-8 December 2000.
- VIERTLER, R.V. 2002. *Métodos antropológicos como ferramenta para estudos em Etnobiologia e Etnoecologia*. In: Métodos de Coleta e Análise de Dados em Etnobiologia, Etnoecologia e Disciplinas Correlatas: Anais do Seminário de Etnobiologia e Etnoecologia do Sudeste. Org: AMOROZO, M.C.M.; MING, L.C. & SILVA, S.P. Rio Claro: UNESP/CNPq. 204 p.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Caracterização demográfica da Área de Estudo:

Tabela 1: Características dos Municípios de Porto Seguro e Prado e Existência de Unidades de Conservação Ambiental no ano de 1999.

Município	Porto Seguro	Prado
Área da unidade territorial (km ²)	2.409	1.665
Ano de instalação do município	1.534	1.755
Unidades de Conservação Federais (Totalmente no Município)	2	1
Unidades de Conservação Estaduais (Totalmente no Município)	1	0
Unidades de Conservação Estaduais (Parcialmente no Município)	1	0
Unidades de Conservação Municipais	2	0
Terras Indígenas (Totalmente no Município)	7	0
Terras Indígenas (Parcialmente no Município)	1	1

Fonte: Ministério das Cidades, 2005

Tabela 2: População residente total e por situação do domicílio, para os Municípios de Porto Seguro e Prado e indicadores econômicos.

Municípios	População	Anos					TAXA ^{###}	
		1970*	1980*	1991*	2000*	2002**	2004 [#]	2000/2004
PORTO SEGURO	Total	33.108	46.300	34.661	95.721	113.241	127.048	7,496
	Urbana	3.588	5.725	23.315	79.619			
	Rural	29.520	40.575	11.346	16.102			
	Taxa de urbanização ⁺	10,84	12,40	67,27	83,18			
	Densidade demográfica (hab./km ²)				39,6			
	IDH-M	0,294 ⁺	0,542 ⁺	0,59 ⁺⁺	0,699 ⁺⁺			
	PRADO	Total	31.210	26.433	22.632	26.498	27.607	28.481
Urbana		5.145	6.898	9.655	14.169			
Rural		26.065	19.535	12.977	12.329			
Taxa de urbanização ⁺		16,49	26,14	42,66	53,47			
Densidade demográfica (hab./km ²)					15,8			
IDH-M		0,257 ⁺	0,407 ⁺	0,512 ⁺⁺	0,665 ⁺⁺			

(Fonte: *Censo Demográfico do IBGE para os anos de 1970, 1980, 1991 e 2000: IBGE, 2005; **Produto Interno Bruto dos Municípios 1999-2002: IBGE, 2005; #Estimativa da população 2004: IBGE, 2005; ###Taxas Médias Geométricas Anuais De Crescimento: IBGE, 2005; +SNIU: Ministério das Cidades, 2005; ++Atlas do Desenvolvimento Humano: PNUD, 2005).

Tabela 3: População residente por sexo, população residente de 10 anos ou mais de idade, total, alfabetizada e taxa de alfabetização, para o Estado da Bahia e para os Municípios de Porto Seguro e Prado (Censo demográfico do ano 2000).

Municípios	População residente, sexo e situação do domicílio			População residente de 10 anos ou mais de idade		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Alfabetizada	Taxa de Alfabetização (%)
Bahia	13.070.250	6.462.033	6.608.217	10.385.720	8.138.193	78.4
Porto Seguro	95.721	48.704	47.017	72.294	59.699	82.6
Prado	26.498	13.588	12.910	19.918	14.781	74.2

Fonte: IBGE, 2005

Tabela 4: Domicílios atendidos e saneamento de acordo com a Pesquisa Nacional de Saneamento, 2000.

	Porto Seguro	Prado
Total de domicílios	23.905	6.122
Esgoto - Domicílios particulares permanentes com banheiro ligado à rede geral	5.687	182
Água - Domicílios particulares permanentes com abastecimento ligado à rede geral	12.752	3.384
Lixo - Domicílios particulares permanentes com lixo coletado	19.066	3.387

Fonte: IBGE, 2005

Tabela 5: Produto Interno Bruto dos Municípios de Porto Seguro e Prado, para o ano de 2002 .

	Porto Seguro	Prado
Valor adicionado da agropecuária	44.611 Mil Reais	115.097 Mil Reais
Valor adicionado da indústria	53.825 Mil Reais	8.628 Mil Reais
Valor adicionado dos serviços	181.826 Mil Reais	44.051 Mil Reais
PIB per capita (para população residente em 2002)	2.489 Reais	6.109 Reais

Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios 1999-2002

APÊNDICE 2: Resultado da Análise Comparativa da Percepção Ambiental entre Turistas e Comunidades

Pôde-se identificar uma grande afinidade na preferência dos turistas das vilas estudadas (Tabela 6). Até a quinta colocação, as fotografias classificadas pelos turistas de Cumuruxatiba e de Caraíva seguiram a mesma ordem (L, I, B, A, E). Em Corumbau, observou-se preferência pelas mesmas situações, porém com modificações na ordem de classificação destas (B, L, E, I, A). A partir da sexta colocação, começam a haver divergências quanto à preferência das fotografias. Talvez, estas diferenças na ordem de preferência dos turistas de cada vila, possam ser explicadas pelas diferenças no perfil sócio-econômico dos turistas abordados pela pesquisa.

Foi constatado que nas vilas de Corumbau e Caraíva, a percepção dos extrativistas coincidiram com as dos turistas em três oportunidades. No entanto, para a maioria das imagens as opiniões divergiram bastante. Em Cumuruxatiba não se obteve nenhuma concordância entre a percepção de nativos e turistas.

Tabela 6: Classificação das fotografias preferenciais entre turistas e nativos, para cada vila estudada.

POSIÇÃO	Cumuruxatiba		Corumbau		Caraíva	
	Turistas	Nativos	Turistas	Nativos	Turistas	Nativos
1°	L	B	B	B	L	L
2°	I	L	L	L	I	B
3°	B	E	E	G	B	H
4°	A	I	I	F	A	E
5°	E	G	A	K	E	F
6°	F	D	G	A	M	M
7°	G	A	F	H	C	A
8°	M	C	H	C	F	G
9°	K	H	M	E	G	K
10°	H	F	D	I	K	C
11°	C	J	K	M	J	I
12°	J	K	J	J	H	J
13°	D	M	C	D	D	D

A seguir, segue a exposição das fotografias em ordem geral de preferência dos turistas, comparada à ordem apresentada pelas comunidades extrativistas:



Fotografia L: Praia e Barcos

Fotografia gentilmente cedida por Maria Angélica B. Beccato

uma bela paisagem, o gosto pela praia, o contato com a natureza e ainda, o relaxamento oferecido pela calma da água do mar. Um representante da comunidade de Corumbau declara a respeito do gosto dos turistas: "Que chega e vê uma água dessa aí, eles ficam louquinhos... aí dá vontade de mergulhar, de ver os peixinhos".



Fotografia B: Observação de Baleias

Foto: Marco Terranova
(Fonte: Ab'Saber, 2001)

Em Corumbau, a fotografia B – Avistamento de Baleias - ficou na primeira colocação entre os turistas e novamente houve afinidade com classificação dos nativos. Na opinião dos turistas de Cumuruxatiba e Caraíva, a fotografia B apresentou-se na terceira colocação, sendo que a comunidade extrativista, promove esta imagem à primeira (Cumuruxatiba) e segunda (Caraíva) colocações. Talvez, a supervalorização desta imagem pela comunidade se dê pela inovação com que o turismo de baleias esta sendo visto no local. Os turistas relatam que esta fotografia atrai pela curiosidade de ver de perto uma baleia, beleza da natureza nunca antes vista, pela sensação de descobrimento e pela aventura de um passeio de barco no mar.

A fotografia L – Praia e Barcos – retratando a Ponta do Corumbau, foi a melhor posicionada nesta análise na opinião dos turistas estudados. Verificou-se que houve afinidade na classificação desta fotografia, entre nativos e turistas, de Caraíva e Corumbau. Turistas declaram a preferência por esta situação pois lhes traz a sensação de tranquilidade, descanso, de poder desfrutar de

Em Corumbau, a fotografia B – Avistamento de Baleias - ficou na primeira colocação entre os turistas e novamente houve afinidade com classificação dos nativos. Na opinião dos turistas de Cumuruxatiba e Caraíva, a fotografia B apresentou-se na terceira colocação, sendo que a comunidade extrativista, promove esta imagem à primeira (Cumuruxatiba) e segunda (Caraíva) colocações. Talvez, a supervalorização desta



Fotografia I: Caminhada na Praia
Fotografia gentilmente cedida por Maria Angélica B. Beccato

uma forte diferença na percepção dos nativos com relação à preferência dos turistas que ali frequentam. Turistas declararam o gosto de caminhar na praia e que esta situação lhes representa a liberdade, paz, o paraíso, relaxamento, descanso, harmonia com a natureza, com os pássaros, uma opção natural de lazer.

A fotografia I – Caminhada na Praia – também retratada na Ponta do Corumbau, se posicionou entre uma das melhores situações a serem vivenciadas pelos turistas, apresentando-se na segunda colocação em Cumuruxatiba e Caraíva e na quarta colocação em Corumbau. De maneira geral, os nativos a classificaram em posições inferiores: quarta (Cumuruxatiba), décima (Corumbau) e décima primeira (Caraíva), colocações. Isto evidencia



Fotografia E: Mergulho nos Recifes
Fotografia gentilmente cedida por Ângela Zaccaron.

declaram a curiosidade por vivenciar esta situação, pela aventura de mergulhar entre os peixes, pela beleza da preservação marinha, o gosto pelo mergulho e pesca submarina.

A fotografia E – Mergulho no Recife - foi a terceira colocada na opinião dos turistas em Corumbau, e apenas a nona, segundo a classificação desta comunidade. Já, conforme a percepção dos turistas de Cumuruxatiba e de Caraíva, ela foi posicionada em quinto lugar, enquanto, na opinião dos nativos, ela mereceu melhor classificação, ficando nas terceira e quarta posições, respectivamente. Turistas



Fotografia A: Trilha na Mata

Fotografia gentilmente cedida por Maria Angélica B. Beccato

trilha para em mata preservada, relacionando-a a aventura e descobrimento, a beleza e tranquilidade fornecida pelo passeio.

A situação representada pela fotografia A – Trilha na Mata - aparece tanto em Cumuruxatiba, quanto em Caraíva, na quarta colocação. Em Corumbau os turistas a classificaram em quinto lugar. Os nativos a posicionaram em colocações inferiores, sexta em Corumbau e sétima em Cumuruxatiba e Caraíva. Turistas declaram gosto por esta situação por ser uma opção natural de lazer,



Fotografia F: Crianças Indígenas

Foto: Fernanda Terra Stori

traje típico da tribo Pataxó e cobram dinheiro (*caibabá*) em troca da imagem.

A fotografia F - Crianças Indígenas - foi posicionada na sexta, sétima e oitava colocações na opinião dos turistas de Cumuruxatiba, Corumbau e Caraíva, respectivamente. Na vila de Cumuruxatiba, os nativos classificaram esta imagem na décima colocação, enquanto em Corumbau e Caraíva, ocorreu um melhor posicionamento da imagem em relação à opinião dos turistas, quarto e quinto lugares, respectivamente. A situação representada nesta imagem é muito freqüente, na qual crianças indígenas se vestem com o



Fotografia G: Vendedora de Artesanato
 Fonte: (IBAMA, 2003)

Em situação bastante similar, está a fotografia G – Vendedora de Artesanato – que também foi posicionada na sexta (Corumbau), sétima (Cumuruxatiba) e nona (Caraíva) posições na percepção dos turistas. Nas três vilas ocorreu uma valorização desta imagem, na percepção dos nativos, posicionando-a em terceiro lugar em Corumbau, quinto em Cumuruxatiba e oitavo em Caraíva. Os turistas declaram que as situações representadas pelas fotografias F e G, sugerem o conhecimento e preservação da cultura local, demonstrando

interesse no contato com a cultura indígena. Por outro lado, alguns reconhecem a exploração dos indivíduos, os quais encontram-se na miséria. Outros sugerem que deveriam ter locais adequados para a venda de artesanatos apreciados pelos turistas, para que as crianças não se sujeitem ao trabalho infantil.



Fotografia M: Vila Tradicional
 Fotografia gentilmente cedida por Maria Angélica B. Beccato

A fotografia M – Vila Tradicional - se posicionou na sexta colocação em Caraíva, na oitava em Cumuruxatiba e em nona posição em Corumbau. Apenas em Caraíva, vila retratada na fotografia, houve afinidade do posicionamento dos nativos com a colocação obtida dos turistas. Nas demais localidades, a situação representada pela fotografia M foi desvalorizada, passando para a décima

terceira colocação em Cumuruxatiba e décima primeira em Corumbau. Os turistas declararam seu interesse pela situação devido à história do lugar e em conhecer o modo de vida de uma comunidade que não descaracterizou suas origens. Um lugar rústico, que oferece paz, tranquilidade, onde não circulam carros e não há violência: “Mostra que para as pessoas serem felizes, não precisa ter uma casa muito boa...”



Fotografia C: Barraca de Praia

Fotografia gentilmente cedida por Maria Angélica B. Beccato

A situação representada pela fotografia C – Barraca de Praia - obteve a sétima colocação na opinião dos turistas de Caraíva, entretanto, posicionou-se em nível bastante inferior na vila de Cumuruxatiba (décima primeira) enquanto que ela figurou na última colocação em Corumbau. Esta é uma outra evidência de que os turistas de Caraíva diferenciam-se dos demais, pois também

procuram festa e confraternização em suas viagens. Entre os nativos a referida imagem foi classificada em oitavo lugar (Cumuruxatiba e Corumbau) e na décima posição, em Caraíva. Esta fotografia representa aos turistas a diversão da viagem, a alegria de estar com a família, de conhecer pessoas, fazer amizades e desfrutar da boa comida típica. Aqueles que declararam não possuir afinidade com esta situação, é por não consumirem bebidas alcoólicas, e pelo estabelecimento muito freqüentado, estar associado à características urbanas e à queda da qualidade ambiental do local.



Fotografia H: Feira de Artesanato

Fotografia gentilmente cedida por Maria Angélica B. Beccato

A fotografia H – Feira de Artesanato – retratada na Aldeia Pataxó Barra Velha, obteve a oitava colocação segundo os turistas de Corumbau, décima, segundo os turistas de Cumuruxatiba e décima segunda, conforme os turistas de Caraíva. Nas três comunidades houve uma valorização desta fotografia pelos nativos frente às opiniões dos turistas, recebendo a nona posição em Cumuruxatiba,

sétima em Corumbau e terceira em Caraíva. Os turistas favoráveis a esta situação declaram o gosto pelo consumo de artesanato local e declaram que este é o meio de sobrevivência da comunidade. Turistas desfavoráveis a esta situação alegam que este já é um comércio profissionalizado e que utiliza madeira ilegal dos Parques Nacionais do entorno. Um entrevistado extrativista da comunidade indígena, declara ser contra este tipo de situação: “Não aprovo porque é de madeira ilegal. Todos os dias derrubam duas arvores na Boca da Mata para fazer artesanato. Tem que botar roça... os que estão no Parque Nacional querem plantar”.



Fotografia K: Pescador e Pescado
 Fonte: IBAMA, 2003

A situação K – Pescador e Pescado – foi apresentada na nona colocação pelos turistas na vila de Cumuruxatiba, décima em Caraíva e décima primeira em Corumbau. Esta figura foi menos valorizada pelos nativos de Cumuruxatiba que a colocaram na décima segunda posição. Já em Caraíva e em Corumbau, a imagem do pescador é valorizada em relação à opinião dos turistas, situando-se na nona e quinta colocações, respectivamente.

Os turistas declaram que apreciam comer peixe fresco e que esta fotografia representa o contato com a vida dos pescadores, com uma sociedade que tem na pesca a sua maneira de sobreviver. Outros consideram que o pescador deve pescar para o seu próprio sustento, mas não para comercializar o pescado.



Fotografia J: Acampamento
 Fotografia gentilmente cedida por Maria Angélica B. Beccato

A situação representada pela fotografia J – Acampamento – foi posicionada na décima primeira colocação pelos turistas de Caraíva e na décima segunda colocação, pelos de Cumuruxatiba e de Corumbau. Entre os nativos, a imagem foi classificada na décima primeira colocação em Cumuruxatiba, e na décima segunda em Caraíva e Corumbau. Nesta última, houve afinidade com a percepção obtida dos turistas. Turistas favoráveis a esta situação

declararam que é uma atividade divertida, de caráter social (companheirismo e amizade). Os que declararam que não gostam de acampar, preferem se hospedar com conforto em pousadas e alguns, relacionam a prática do campismo à violência.



Fotografia D: Piscina Frente ao Mar

Fonte:

A fotografia D - Piscina Frente ao Mar - foi posicionada na última colocação na preferência dos turistas, tanto em Cumuruxatiba, quanto em Caraíva. Na vila de Corumbau, ocorreu uma diferenciação na preferência dos turistas, que posicionaram esta imagem na décima colocação. Apenas a comunidade extrativista de Caraíva teve afinidade com o posicionamento realizado pelos

turistas. Enquanto em Cumuruxatiba ocorreu uma valorização desta imagem em sete pontos, posicionando-a na sexta colocação, em Corumbau houve uma desvalorização da imagem à décima terceira posição. Os turistas declararam que não há necessidade de um conforto como este na viagem, uma vez que buscam por atrativos naturais, sendo que, a piscina é uma característica do meio urbano e que podem usufruir em seus locais origens. Outros declaram gostar de se hospedar numa boa pousada, pois representa um ponto de apoio, de descanso, com conforto, limpeza e ainda, possibilita atrair mais turistas e gerar emprego. De acordo com um nativo de Caraíva: "Se o turista pergunta se tem água quente, TV... é porque gosta dessa D".

Desta forma, pode-se concluir que houve pouca afinidade de percepção entre os grupos sociais estudados, turistas e nativos. De acordo com Tuan (1980), o visitante e o nativo focalizam aspectos bem diferentes do meio ambiente. Este autor sugere que somente o visitante (especialmente o turista) tem um ponto de vista, pois sua percepção freqüentemente se reduz a compor quadros isolados: o ponto de vista do visitante, por ser simples, pode ser facilmente enunciado e a confrontação com novidades, também pode levá-lo a manifestar-se. Ao contrário, o nativo tem uma atitude complexa derivada da sua imersão na totalidade de seu meio ambiente, a qual somente pode ser expressa com dificuldade e indiretamente, através do comportamento, da tradição local, conhecimento e mito.

Estas diferenças de pontos-de-vista, propostas por Tuan (*op.cit.*), podem ajudar explicar a preferência dos turistas por fotografias que retratassem uma beleza contemplativa e inovadora da paisagem natural (L, B, I, E e A) e à comunidade, valorizar situações que retratassem elementos sócio-econômicos que coexistem no sistema turístico local (F, G, H, K e M).

APÊDICE 3: Profissão dos turistas entrevistados

	CUMURUXATIBA	CORUMBAU	CARAÍVA
1	Instrutor de mergulho	Estudante	Pedagogo
2	bióloga técnica em turismo	Motorista	Engenheiro
3	administração/empresária(pousada/restaurante)/ongDeficientes	Gerente de marketing	Estudante e autônomo técnico de informática
4	multinacional do cacau	Matemático	Marketing
5	dona de restaurante	Bancária	Médica
6	restaurante e comércio	Estudante	Publicitário
7	estudante - eng civil	Mecânico	Servidor público
8	estudante - hotelaria (está estagiando no hotel)	Engenheira civil	Estudante/ estagiário de jornalismo
9	restaurante	Administrador de redes	Estudante
10	D. de casa	auxiliar de escritório	Professora (Educação física)
11	Professora	Comerciante	Médica
12	Físico	Empresário	Estudante / Ambientalista (ONG Jogue Limpo)
13	Arquiteta; música; empresária; dona do atelier de moda	auxiliar de escritório	Empresário
14	Veterinário	Professora	Publicitário
15	garçonete do Hotel	Comerciante	Publicitária
16	estudante de hotelaria - estagiária do Hotel	Professor de Academia de Ginástica	Contador
17	Técnico Agrícola e Segurança particular da Polícia Federal	Farmacêutica	Estudante de turismo/ Dona de agência de viagens
18	Atriz	Veterinária	Professor (Matemática e Física)
19	Computação	Empresária	Estudante / Administrador
20	Estudante de pós em administração	Magistério Professora	Médico
21	Advogado	Motoboy	Administrador de empresa
22	Comerciante	Professora Universitária/ pesquisadora	Estudante
23	Vendedora	Professora	Dentista
24	Analista de sistemas	Estudante	Comerciante
25	Estudante de 3a. Série fundamental	Comerciante	Jornalista
26	Médica	Estudante	<i>Bartender</i>
27	Aposentada; assistente social	Balconista	Pedagoga Empresarial
28	Auxiliar de informática	Comerciante	Funcionário público
29	Comissária de bordo	Corretor de seguros	Estudante
30	Engenheiro e empresário	Fazendeira	Estudante
31	Jornalista	Arquiteto	Engenheiro
32		Advogada	
33		Pedagoga	

APÊNDICE 4: Profissão dos residentes entrevistados

	CUMURUXATIBA	CORUMBAU	CARAÍVA
1	Pescador	Dona de casa	Pescador e caseiro
2	Dona de casa e doméstica	Dona de casa	Dona de casa, toma conta de uma casa de um pessoal de SP.
3	Pescador	Pescador	Dona de casa
4	Dona de casa e trabalho na roça p/ consumo próprio	Pescador	Pescador
5	Pescador	Servente da escola e Dona de casa	Doméstica
6	Dona de casa e cozinheira de restaurante	Eventual servente de pedreiro e Pescador	Pedreiro e pescador
7	Pescador	Dona de casa e no verão é ajudante de cozinha.	Dona de pousada
8	Dona de casa	Pescador	Secretária da administração
9	Pescador aposentado	Dona de casa e Pescadora	Pescador
10	Pescador	Pescador	Dona de casa
11	Servente da escola e Marisqueira	Dona de casa e sabe da roça	Dona de casa
12	Dona de casa	Pescador	Dona de casa e aposentada
13	Pescador	Dona de casa e Pescadora	Pescador e Pedreiro
14	Dona de casa	Pescador e trabalha no verão com escuna	Pescador e Pedreiro
15	Dona de casa e marisqueira	Dona de casa; Artesanato (crochê, vagonite, bordado, tricô) e tem barraca junto com o marido.	Pescador (pesca pra comer)
16	Vendedora de doces caseiros (doceira)	Pescador e dono de barraca	Pescador
17	Mecânico e manutenção. Pescador	Dona de casa, trata peixe, limpa camarão	Dona de casa, cozinheira da escola, Vende e limpa peixe
18	Dona de casa e cozinheira de restaurante	Pescador profissional	Pescador
19	Pescador, carpir, cerca, pedreiro	Comerciante, já foi pescador há mais de 30 anos.	Comerciante
20	Pescador e vigia da escola	Empresária e Dona de casa	Pescador, Pedreiro, Passeio de barco
21	Dona de casa		
22	Pescador e dono de peixaria		

APÊNDICE 5 - Roteiro para observação da infra-estrutura local

	CUMURUXATIBA 13/02/2004	CORUMBAU 20/02/2004	CARAÍVA 29/02/2004
1. População Residente	Cerca de 4000	Cerca de 500 (70 casas)	Cerca de 700
2. Saneamento	Fossa simples e sépticas (infiltração na areia; a maré cheia: cobre a boca das fossas)	Fossas simples e sépticas Esgoto "in natura" correndo abertamente – cai no corpo d'água	Fossas simples e sépticas (extravasamento na temporada)
3. Distribuição de Água	Cisterna Poço simples com bomba Poço artesiano Olhos d'água (no topo das falésias)	Cisterna Poço artesiano (Água encanada da Fazenda Carola mas não há pressão para subir para caixa d'água). Mulheres passam a maior parte do tempo coletando água	Cisterna Poço simples com bomba Poço artesiano Eventualmente há falta d'água.
4. Coleta de Lixo	Diária (regular) Encaminhado à um lixão (1 km da cidade)	Diária (ruim) O lixo vai para o Lixão, distante 12 km.	Alta temporada (3X / semana) Baixa temporada (1X /semana) O lixo é recolhido com carroça, atravessado no canal de canoa e levada para um sítio particular (a 12 km), onde ocorre a queima.
5. Forma de Energia Utilizada	Sistema de rede elétrica	Gerador a óleo diesel Fonte solar (poucas)	Gerador a óleo diesel Fonte solar (regular)
6. Área Comercial	Padaria Farmácia Mini mercado Materiais de construção Lojas e Ateliês de artesanato Loja de artesanato indígena Artesanato indígena (ambulantes) Feirinha <i>hippie</i> Mini <i>Shopping</i> Correios Acesso à Internet	Mini mercado Artesanato indígena (ambulantes) Mercearias (2) Vendas de utilidades nos Quiosques	Padaria Farmácia Mini mercado Lojas e Ateliês de artesanato Feirinha <i>hippie</i> Artesanato indígena (ambulantes) Acesso à Internet
7. Alimentação	Restaurantes diversos (típicos e culinária internacional) Quiosques na beira da praia ou "Barracas" (9)	Quiosques de Pescadores (4)	Restaurantes Bares Lanchonetes
8. Hospedagem	Hotel (1) Pousada (cerca de 65) Casas de pescador Casas de aluguel Camping (1)	Resorts (3) Pousada (2) Casas de pescador Camping (1) Área de acampamento livre (1)	Pousadas (cerca de 60) Casas de aluguel Casas de pescador Camping (3)
9. Opções Turísticas	Mergulho em corais Pescaria esportiva Praia Rios (do Peixe e Cahy) Trilhas Cavalos Bicicletas Barcos Escunas para passeios Avistamento de baleias Aldeia indígena Forró	Mergulho em corais Pescaria esportiva Praia Rio Corumbau Trilhas Cavalos Bicicletas Canoas Barcos Aldeia indígena	Mergulho em corais Pescaria esportiva Praia Rio Caraíva Prainha e Quebra-pote (subindo o rio) Canoas Barcos Aldeia indígena Forró
10. Planejamento Urbano	Não há. Muitas residências de veraneio e bares em frente à orla (APP). Há loteamentos. Ruas não asfaltadas, apenas a central é pavimentada. A estrada paralela à orla passa sobre pontes em diversas desembocaduras de águas claras.	Não há. Vila de pescadores com padrão de desenvolvimento irregular e sem barreiras físicas, como muros e cercas. Muitas áreas verdes naturais. Loteamentos e desenvolvimento acelerado na área em que chega energia elétrica.	Não há. Ruas de areia com quadras irregulares. Pousadas dominam a face voltada à praia. Centro antigo e área comercial domina a face voltada ao rio.

ANEXOS

ANEXO – I

SNUC - SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000.

Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

[. . .]

XI - uso sustentável: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável;

XII - extrativismo: sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis;

XVI - zoneamento: definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz;

XVII - plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade;

XVIII - zona de amortecimento: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade;

*OBS: Nota-se que o conceito de **População Tradicional** foi vetado.*

[. . .]

Art. 18. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

§ 1º A Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2o A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

§ 3o A visitação pública é permitida, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área.

§ 4o A pesquisa científica é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamento.

§ 5o O Plano de Manejo da unidade será aprovado pelo seu Conselho Deliberativo.

§ 6o São proibidas a exploração de recursos minerais e a caça amadorística ou profissional.

§ 7o A exploração comercial de recursos madeireiros só será admitida em bases sustentáveis e em situações especiais e complementares às demais atividades desenvolvidas na Reserva Extrativista, conforme o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade.

[. . .]

Art. 22. As unidades de conservação são criadas por ato do Poder Público.

§ 1o (VETADO)

§ 2o A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento.

§ 3o No processo de consulta de que trata o § 2o, o Poder Público é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas.

§ 4o Na criação de Estação Ecológica ou Reserva Biológica não é obrigatória a consulta de que trata o § 2o deste artigo.

§ 5o As unidades de conservação do grupo de Uso Sustentável podem ser transformadas total ou parcialmente em unidades do grupo de Proteção Integral, por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que obedecidos os procedimentos de consulta estabelecidos no § 2o deste artigo.

§ 6o A ampliação dos limites de uma unidade de conservação, sem modificação dos seus limites originais, exceto pelo acréscimo proposto, pode ser feita por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade, desde que obedecidos os procedimentos de consulta estabelecidos no § 2o deste artigo.

§ 7o A desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica.

Art. 23. A posse e o uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais nas Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável serão regulados por contrato, conforme se dispuser no regulamento desta Lei.

§ 1o As populações de que trata este artigo obrigam-se a participar da preservação, recuperação, defesa e manutenção da unidade de conservação.

§ 2o O uso dos recursos naturais pelas populações de que trata este artigo obedecerá às seguintes normas:

I - proibição do uso de espécies localmente ameaçadas de extinção ou de práticas que danifiquem os seus habitats;

II - proibição de práticas ou atividades que impeçam a regeneração natural dos ecossistemas;

III - demais normas estabelecidas na legislação, no Plano de Manejo da unidade de conservação e no contrato de concessão de direito real de uso.

Art. 24. O subsolo e o espaço aéreo, sempre que influírem na estabilidade do ecossistema, integram os limites das unidades de conservação.

Art. 25. As unidades de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, devem possuir uma zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos.

§ 1o O órgão responsável pela administração da unidade estabelecerá normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos de uma unidade de conservação.

§ 2o Os limites da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos e as respectivas normas de que trata o § 1o poderão ser definidas no ato de criação da unidade ou posteriormente.

Art. 26. Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional.

Parágrafo único. O regulamento desta Lei disporá sobre a forma de gestão integrada do conjunto das unidades.

Art. 27. As unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo.

§ 1o O Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

§ 2o Na elaboração, atualização e implementação do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas, das Reservas de Desenvolvimento Sustentável, das Áreas de Proteção Ambiental e, quando couber, das Florestas Nacionais e das Áreas de Relevante Interesse Ecológico, será assegurada a ampla participação da população residente.

§ 3o O Plano de Manejo de uma unidade de conservação deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação.

Art. 28. São proibidas, nas unidades de conservação, quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com os seus objetivos, o seu Plano de Manejo e seus regulamentos.

[. . .]

Art. 33. A exploração comercial de produtos, subprodutos ou serviços obtidos ou desenvolvidos a partir dos recursos naturais, biológicos, cênicos ou culturais ou da exploração da imagem de unidade de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, dependerá de prévia autorização e sujeitará o explorador a pagamento, conforme disposto em regulamento.

[. . .]

Art. 40. Acrescente-se à Lei no 9.605, de 1998, o seguinte art. 40-A:

"Art. 40-A. (VETADO)

"§ 1o Entende-se por Unidades de Conservação de Uso Sustentável as Áreas de Proteção Ambiental, as Áreas de Relevante Interesse Ecológico, as Florestas Nacionais, as Reservas Extrativistas, as Reservas de Fauna, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural." (AC)

"§ 2o A ocorrência de dano afetando espécies ameaçadas de extinção no interior das Unidades de Conservação de Uso Sustentável será considerada circunstância agravante para a fixação da pena." (AC)

"§ 3o Se o crime for culposo, a pena será reduzida à metade." (AC)

[. . .]

Art. 46. A instalação de redes de abastecimento de água, esgoto, energia e infra-estrutura urbana em geral, em unidades de conservação onde estes equipamentos são admitidos depende de prévia aprovação do órgão responsável por sua administração, sem prejuízo da necessidade de elaboração de estudos de impacto ambiental e outras exigências legais.

[. . .]

Brasília, 18 de julho de 2000; 179o da Independência e 112o da República.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA MACIEL

José Sarney Filho

Publicado no D.O. de 19.7.2000

ANEXO – II

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO 1

21 DE SETEMBRO DE 2000

DECRETO DE 21 DE SETEMBRO DE 2000

Cria a Reserva Extrativista Marinha do Corumbau, nos Municípios de Porto Seguro e Prado, Estado da Bahia e dá outras providências

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, e art. 225, inciso III, da Constituição e tendo em vista o disposto na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Reserva Extrativista Marinha do Corumbau, localizada nos Municípios de Porto Seguro e Prado, Estado da Bahia, compreendendo o cinturão pesqueiro entre a Ponta do Espelho, Praia de Coruípe e a Barra do Rio das Ostras, Praia de Cumuruxatiba, incluindo a faixa marinha de oito milhas náuticas paralela à Costa do Descobrimento, com uma área aproximada de 895 km² (oitocentos e noventa e cinco quilômetros quadrados) de águas territoriais brasileiras, tendo por base as cartas topográficas planimétricas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Folhas MI-2316 e MI-2356, 1978, com o seguinte memorial descritivo: partindo do Ponto 1, de coordenadas geográficas aproximadas 16° 43' 20,41" S e 39° 07' 11,95" Wgr., localizado sobre a Linha do Preamar Médio (LPM), na Ponta do Espelho, Praia de Coruípe, Município de Porto Seguro, daí segue por uma reta, de azimute de 90° 00' 00" e uma distância aproximada de 14.816,00 metros, até o Ponto 2, de coordenadas geográficas aproximadas 16° 43' 20,53" S e 38° 58' 51,60" Wgr., localizado no Oceano Atlântico em águas territoriais brasileiras, daí, segue por uma distância aproximada de 59.515,89 metros, em direção ao sul, por uma linha eqüidistante 8Mn (oito milhas náuticas) da linha da costa, até o Ponto 3, de coordenadas geográficas aproximadas 17° 13' 28,96" S e 39° 04' 28,58" Wgr., localizado no Oceano Atlântico, em águas territoriais brasileiras, daí, segue por uma reta, de azimute de 270° 00' 00" e uma distância aproximada de 14.856,53 metros, até o Ponto 4, de coordenadas aproximadas 17° 13' 29,00" S e 39° 12' 51,63" Wgr., localizado na desembocadura do Rio das Ostras, em sua margem direita, sobre a Linha do Preamar Médio (LPM), daí, segue acompanhando a Linha do Preamar Médio (LPM), em direção ao norte, por uma distância aproximada de 65.434,90 metros, até o Ponto 1, inicial desta descritiva.

Art. 2º A Reserva Extrativista Marinha do Corumbau tem por objetivo garantir a exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista da área.

Art. 3º A área da Reserva Extrativista, ora criada, fica declarada de interesse ecológico e social, conforme preconiza o art. 2º do Decreto nº 98.987, de 30 de janeiro de 1990.

Art. 4º Caberá ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA supervisionar a área de que trata este Decreto, promover as medidas necessárias à formalização do contrato de concessão real de uso gratuito com a população tradicional extrativista, para efeito de sua celebração pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos termos do Decreto nº 3.125, de 29 de junho de 1999, e acompanhar o cumprimento das condições nele estipuladas.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de setembro de 2000; 179º da Independência e 112º da República

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
José Sarney Filho

ANEXO – III:**RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO CORUMBAU - BA.****PLANO DE MANEJO - Fase I****21 de Setembro de 2002****INTRODUÇÃO**

A Reserva Extrativista (RESEX) Marinha do Corumbau, criada por decreto presidencial publicado no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2000, tem como objetivo garantir a exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista da área.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação, instituído pela Lei n.º 9.985, define em seu artigo 18º, as Reservas Extrativistas como *“áreas utilizadas por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade”*. Para alcançar estes objetivos torna-se necessário o desenvolvimento de um Plano de Manejo como instrumento norteador e normatizador das atividades dos extrativistas.

A elaboração deste Plano foi viabilizada pelo Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o IBAMA/CNPT e a Conservation International (CI) Brasil/Projeto Abrolhos.

O presente Plano de Manejo tem como base de elaboração os Laudos Sócio-econômico e Biológico apresentados para a criação da RESEX, a bibliografia mundial sobre manejo em áreas marinhas de recifes de corais, a experiência dos profissionais que participaram das discussões de preparação e, principalmente, a participação da população extrativista em todas as fases de discussão e de tomadas de decisão.

A participação da comunidade extrativista deu-se em conversas informais, contatos com as lideranças locais e reuniões de discussão. No total, foram realizadas 38 reuniões para discussão do Plano de Manejo. As decisões aqui contidas sempre foram referendadas em reuniões nas comunidades que se utilizam dos recursos da RESEX e, excetuando-se as raras necessidades de votação, foram tomadas por consenso.

Dessa maneira, o presente Plano de Manejo descreve e normatiza as atividades extrativistas originalmente praticadas, estabelecendo alguns limites; a exclusão de atividades exploratórias consideradas “predatórias” e o estabelecimento de áreas marinhas protegidas. Este conjunto de ações se constituem em ferramentas eficazes para a conservação de ecossistemas marinhos, conforme demonstrado em outras partes do Brasil e do mundo.

Por tratar-se de uma unidade de conservação em ambiente de recifes de corais pouco conhecidos, o presente Plano deverá, necessariamente, receber a inclusão de um detalhamento em algumas atividades ora pouco desenvolvidas. Concomitantemente à implementação da RESEX, um intenso programa de monitoramento ambiental e sócio-econômico deve ser realizado, norteador ajustes no Plano de Manejo, conforme a resposta dos ecossistemas e as percepções das populações extrativistas.

Este Plano foi elaborado para um período de 3 (três) anos. Ao final deste período uma revisão deverá ser realizada para adequar o manejo ao objetivo de criação da RESEX. Considerou-se este o período mínimo para que os resultados do manejo aqui estabelecido sejam conhecidos e assimilados pelas comunidades.

O Plano expressa o manejo possível no atual estágio de maturidade sócio-ambiental da RESEX. Acreditamos que ele estabelecerá as bases mínimas para a melhoria da qualidade de vida da população extrativista e da conservação do ecossistema como um todo, principalmente pela forma integrada e participativa com que foi construído.

SUMÁRIO DA RESEX MARINHA DO CORUMBAU

LOCALIZAÇÃO: conforme artigo 1º do decreto de criação da RESEX de 21 de setembro de 2000: Litoral sul do município de Porto Seguro e norte do município de Prado, estado da Bahia. Compreendendo as águas territoriais brasileiras entre os pontos de coordenadas geográficas: 16° 43' 20,41"S e 39° 07' 11,95"W (Ponta do Jacumã); 16° 43' 20,53"S e 38° 58' 51,60"W (no oceano Atlântico); 17° 13' 28,96"S e 39° 04' 28,5"W (no oceano Atlântico); 17° 13' 29,00"S e 39° 12' 51,63"W (na desembocadura do Rio das Ostras), baseado nas cartas topográficas planimétricas do IBGE folhas MI 2316 e MI 2356 de 1978.

ACESSO: Através dos acessos existentes na BA 459, no município de Prado, para Cumuruxatiba e Corumbau e na BR 101, no município de Itabela, para Caraíva e Curuípe, ou pelo mar.

POPULAÇÃO: Cerca de 420 extrativistas foram cadastradas. Estes vivem nas comunidades de Cumuruxatiba, Imbassuaba e Barra do Cahy, Veleiro e Corumbau - município de Prado e nas comunidades de Aldeia da Barra Velha, Caraíva e Curuípe. - município de Porto Seguro.

RECURSOS ATUALMENTE EXPLORADOS: peixes e crustáceos marinhos com ênfase no camarão sete barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*) e peixes da família Lutjanidae na atividade de pesca; e os recifes de corais e as praias na atividade de turismo.

DECRETO DE CRIAÇÃO: de 21 de setembro de 2000 (Diário Oficial da União; Seção 1; Página 21)

GRAU DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA: a população extrativista está distribuída ao longo da costa com concentrações nas localidades de Cumuruxatiba, Corumbau e Caraíva. Ainda há pequenas concentrações em Japara, Imbassuaba, Barra do Cahy, Veleiro, Aldeia da Barra Velha e Curuípe. Grande parte dos extrativistas estão reunidos em três associações: Associação da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau - AREMACO, com sede na Ponta do Corumbau; Associação dos Pescadores de Cumuruxatiba, com sede em Cumuruxatiba e Associação dos Pescadores Artesanais e Amigos da Costa do Descobrimento, com sede em Imbassuaba.

GESTÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA

1. OBJETIVOS DO PLANO DE MANEJO

1.1 - Assegurar o uso racional dos Recursos Naturais da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau mediante a regulamentação de sua utilização e dos comportamentos a serem seguidos pela população extrativista no que diz respeito às condições técnicas e legais para a exploração racional da fauna marinha. Está aqui contida a relação das condutas não predatórias incorporadas à cultura dos extrativistas, bem como as demais condutas que devem ser seguidas para cumprir as legislações ambientais.

1.2 - Manifestar ao IBAMA o compromisso dos extrativistas de respeitar a Legislação Ambiental e este Plano de Manejo.

1.3 - Servir de guia para que os extrativistas realizem suas atividades dentro de critérios de sustentabilidade ecológica, econômica e social. O conceito de "sustentabilidade" é definido aqui como a implantação e a consolidação de atividades exploratórias e produtivas que permitam: a manutenção biológica dos ecossistemas da área da RESEX; a reprodução permanente das espécies aquáticas animais ou vegetais que tenham no mar seu normal ou mais freqüente meio de vida, bem como sua regeneração completa; e que possibilitem à população local viver em condições de crescente qualidade e dignidade.

1.4 – Este Plano de Utilização deverá ser revisto três anos após sua publicação, incorporando os conhecimentos decorrentes da observação de seu funcionamento pela comunidade e das informações geradas pelo Programa de Monitoramento da Reserva.

2. METAS A SEREM ALCANÇADAS

2.1 - Fundamentar a sobrevivência dos extrativistas pertencentes à Reserva Extrativista Marinha do Corumbau em fontes produtivas que não destruam o equilíbrio ambiental, permitindo sua preservação para as presentes e futuras gerações. Entre as distintas atividades produtivas dos extrativistas, encontram-se: o aproveitamento dos recursos pesqueiros nas modalidades de pesca artesanal; pesca subaquática amadora, pesca esportiva; o ecoturismo; a aquicultura; o beneficiamento do pescado e sua comercialização.

3. RESPONSABILIDADES NA GESTÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA

3.1- A Gestão da Reserva Extrativista será de atribuição do Conselho Deliberativo conforme legislação pertinente em vigor.

4. RESPONSABILIDADES NA EXECUÇÃO DO PLANO

4.1 - Todos os extrativistas, na qualidade de co-autores e co-gestores na Administração da Reserva, de forma coletiva ou individual, são responsáveis pela execução do presente Plano de Manejo.

4.2 - A responsabilidade de resolver os problemas decorrentes da execução deste Plano será do IBAMA e do Conselho Deliberativo da RESEX.

4.3 - Compete ao Conselho Deliberativo, ao IBAMA, à AREMACO, à Associação dos Pescadores de Cumuruxatiba, a Associação dos Pescadores Artesanais e Amigos da Costa do Descobrimento e a todos os extrativistas, coletiva ou individualmente, nos termos das normas ambientais e de pesca, eleger o maior interesse social no uso sustentado dos recursos naturais e como critério para diminuir conflitos, a bem de sua conservação.

5. MACROZONEAMENTO DA RESERVA

5.1 - Devido à extensão e às diferenças entre as comunidades, apresentadas no Diagnóstico Sócio-econômico, a Reserva Extrativista Marinha do Corumbau foi dividida em dois setores: Setor Norte e Setor Sul. A latitude escolhida pelas comunidades extrativistas para esta divisão corresponde à Pedra do Tauá (16° 59' 25,40"S). Os limites e as comunidades que exploram cada setor são:

5.1.1 - Setor Norte: porção da RESEX localizada entre a Pedra do Tauá (latitude 16° 59' 25,40"S) e a Ponta do Jacumã (latitude 16° 43' 20,41"S); explorada pelas comunidades do Veleiro, Corumbau, Aldeia da Barra Velha, Caraíva e Curuípe.

5.1.2 - Setor Sul: porção da RESEX localizada entre a Pedra do Tauá (latitude 16° 59' 25,40"S) e a Barra do Rio das Ostras (latitude 17° 13' 29,00"S). É explorada pelas comunidades de Japara, Cumuruxatiba, Imbassuaba e Barra do Cahy.

5.2 - O Conselho Deliberativo da RESEX do Corumbau deverá, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da publicação deste Plano de Manejo, definir a Zona de Amortecimento da RESEX, bem como seu respectivo zoneamento, por meio de resolução específica.

6. ZONAS MARINHAS PROTEGIDAS E ZONAS DE USO RESTRITO

6.1 - Zona Marinha Protegida dos Recifes Itacolomis.

6.1.1 - Fica expressamente proibida a realização de qualquer prática extrativista ou de turismo no polígono, com área aproximada de 1.829,10 hectares, formado pelas coordenadas:

- a) 16° 55' 56,72"S; 38° 58' 44,10"W;
- b) 16° 55' 09,44"S; 39° 04' 03,05"W;
- c) 16° 54' 08,14"S; 39° 03' 53,83"W;
- d) 16° 54' 55,82"S; 38° 58' 31,28"W;

6.1.2 - Esta área é destinada exclusivamente à reprodução das espécies recifais para o repovoamento das áreas de entorno, e à realização de pesquisas científicas devidamente autorizadas pelo CNPT/IBAMA e Conselho Deliberativo.

6.2 - Zona Marinha Protegida Barra do Rio Caraíva

6.2.1 - Fica expressamente proibida a realização de qualquer prática extrativista usando rede de emalhar, arrasto de fundo e/ou meia água e pesca submarina no polígono formado pelas coordenadas:

- a) 16° 48' 28,24"S; 39° 08' 27,01"W;
- b) 16° 48' 28,24"S; 39° 08' 39,83"W;
- c) 16° 47' 46,44"S; 39° 08' 37,27"W;
- d) 16° 47' 46,44"S; 39° 08' 15,47"W.

6.2.2 - Esta área é destinada ao ecoturismo, à passagem e reprodução das espécies marinhas, e à realização de pesquisas científicas, devidamente autorizadas pelo CNPT/IBAMA e Conselho Deliberativo.

6.3 - Zona Marinha Protegida da Barra do Rio Corumbau

6.3.1 - Fica expressamente proibida a realização de qualquer prática extrativista usando rede de emalhar, arrasto de fundo e/ou meia água e pesca submarina na área formada por um semi-círculo, com 500m de raio a partir da desembocadura do rio Corumbau (Coordenada aproximada: 16° 53' 26,00"S; 39° 07' 03,50"W) em direção ao mar.

6.3.2 - Esta área é destinada ao ecoturismo, à passagem e reprodução das espécies marinhas, e à realização de pesquisas científicas, devidamente autorizadas pelo CNPT/IBAMA e Conselho Deliberativo.

6.4 - Zona Marinha Protegida do Recife Tauá

6.4.1 - Fica expressamente proibida a realização de qualquer prática extrativista no polígono, formado pelas coordenadas:

- a) 16° 59' 17,1"S; 39° 07' 15,5"W;
- b) 16° 59' 13,2"S; 39° 07' 31,3"W;
- c) 16° 59' 37,5"S; 39° 07' 38,0"W;
- d) 16° 59' 41,1"S; 39° 07' 22,5"W.

6.4.2 - Esta área é destinada exclusivamente ao ecoturismo, à preservação das espécies recifais e à realização de pesquisas científicas, devidamente autorizadas pelo CNPT/IBAMA e Conselho Deliberativo.

6.5 - Zona Marinha Protegida da Barra do Rio Cahy

6.5.1 - Fica expressamente proibida a realização de qualquer prática extrativista usando rede de emalhar, arrasto de fundo e/ou meia água e pesca submarina na área formada por um semi-círculo, com 500 metros de raio a partir da desembocadura do rio Cahy (Coordenada: 17° 00' 53,00"S; 39° 10' 19,50"W) em direção ao mar.

6.5.2 - Esta área é resguardada ao ecoturismo, à passagem e reprodução das espécies marinhas e à realização de pesquisas científicas, devidamente autorizadas pelo CNPT/IBAMA.

6.6 - Zona de Uso Restrito da Barra do Rio Imbassuaba

6.6.1 - Fica expressamente proibida a realização de qualquer prática extrativista usando arrasto de fundo e/ou meia água e pesca submarina na área formada por um semicírculo, com 500m de raio a partir da desembocadura do rio Imbassuaba (Coordenada: 17° 03' 08,34"S; 39° 10' 24,72"W) em direção ao mar.

6.6.2 - Esta área é resguardada à pesca tradicional não motorizada, ao ecoturismo, à passagem e reprodução das espécies marinhas e à realização de pesquisas científicas, devidamente autorizadas pelo CNPT/IBAMA.

6.7 - Zona de Uso Restrito da Bacia do Japara

6.7.1 - Fica expressamente proibida a realização de qualquer prática extrativista usando arrasto de fundo e/ou meia água e pesca submarina no polígono formado pelas coordenadas:

- a) 17° 09' 56,0" S; 39° 12' 45,9" W;
- b) 17° 10' 04,4" S; 39° 12' 47,2" W;
- c) 17° 10' 04,4" S; 39° 12' 35,8" W;
- d) 17° 09' 55,9" S; 39° 12' 42,1" W.

6.7.2 - Esta área é resguardada à pesca tradicional e de subsistência com o uso de rede de emalhar e linha de mão e à realização de pesquisas científicas, devidamente autorizadas pelo CNPT/IBAMA.

6.8 - Zona de Uso Restrito Recife Tatuacú.

6.8.1 - Fica expressamente proibida a realização de qualquer prática extrativista, exceto pesca de polvo com bicheiro e pesca de lagosta com facho luminoso à combustão, no polígono, com área aproximada de 124,15 hectares, formado pelas coordenadas:

- a) 16° 47' 04,90"S; 39° 06' 57,51";
- b) 16° 47' 05,67"S; 39° 07' 15,21";
- c) 16° 46' 46,18"S; 39° 07' 42,13";
- d) 16° 46' 29,77"S; 39° 07' 43,67";

e) 16° 46' 29,51"S; 39° 06' 56,74"

6.8.2 - Esta área é destinada exclusivamente ao ecoturismo, à preservação das espécies recifais, à pesca tradicional de polvo e lagosta e à realização de pesquisas científicas, devidamente autorizadas pelo CNPT/IBAMA.

6.9 - Zona de Uso Restrito da Aldeia Barra Velha

6.9.1 - Fica expressamente proibida a realização de qualquer prática extrativista usando barco a motor, durante o período noturno, a uma distância de até 2 km (dois quilômetros) da costa, entre as latitudes:

a) 16° 52' 40,87"S

b) 16° 49' 35,23"S

6.9.2 - Esta área é prioritariamente destinada à pesca com redes de emalhar, realizada pela comunidade indígena de Barra Velha. Estas redes não podem ser observadas pelos pescadores de embarcações a motor durante a noite, motivo pelo qual esta norma foi estabelecida.

7. ATIVIDADES PERMITIDAS NA RESEX MARINHA DO CORUMBAU

7.1 - É permitida a pesca artesanal, profissional e esportiva para os extrativistas ou usuários cadastrados na RESEX, respeitando as normas e limitações aplicáveis à sua categoria.

7.2 - As seguintes artes de pesca, respeitando as respectivas normas e limitações, ficam permitidas na RESEX:

7.2.1 - "Pesca de Linha e Anzol", que inclui a "pesca de linha de mão", pesca de corrico, pesca com molinete e qualquer outro petrecho que inclua linha de nylon e um ou poucos anzóis.

7.2.2 - "Pesca de Espinhel", com no máximo 200 (duzentos) anzóis por embarcação.

7.2.3 - "Pesca de Rede de Emalhar" com o máximo de 20 (vinte) panos de rede, de 100 (cem) metros cada um, por embarcação. O tamanho mínimo de malha, inicialmente será o da legislação em vigor, podendo-se aumentar o tamanho mínimo desde que acordado e decidido em assembléia.

7.2.4 - "Arrasto de Portas Simples de Fundo", respeitando o limite de:

- a) uma rede operando por embarcação;
- b) máximo de 15 (quinze) metros de tralha superior;
- c) captura de pescado por embarcação não excedendo a 300 (trezentos) quilos por dia ou 1500 (um mil e quinhentos) quilos por mês.

7.2.5 - "Tarrafa", respeitando:

- a) local de utilização: somente nas praias ou rios;
- b) tamanho mínimo da malha conforme legislação em vigor.

7.2.6 - “Pesca de Polvo” com o uso de bicheiro, ficando proibido o uso de alavancas ou quaisquer instrumentos que possam danificar as tocas ou recifes, e respeitando o peso mínimo por indivíduo de 300 (trezentas) gramas.

7.2.7 - “Pesca de Lagosta” com o uso de facho luminoso, rede de espera e covão, respeitando os tamanhos mínimos e período de defeso publicados em portaria pelo IBAMA.

7.2.8 - “Arrasto de Praia ou Arrastão”, utilizando canoas e redes com extensão máxima de 200 (duzentos) metros.

7.2.9 - “Pesca de Caranguejo”, considerando que são proibidos o uso da “redinha”, carbureto ou gás para a captura, e que o tamanho mínimo para captura é 0,5 (meio) centímetro maior que o definido em portaria federal pelo IBAMA.

7.2.10 - “Extração de Ostras” (*Crassostrea rhizophorae*) no manguezal, considerando que é proibida a extração de ostras juntamente com raízes cortadas do mangue.

7.2.11 - “Pesca de Mergulho Livre”, com armas de pressão ou elástico, considerando que:

- a) somente pescadores cadastrados como “principal” ou “secundário” poderão praticar a pesca de mergulho livre;
- b) os pescadores devem possuir credenciamento específico para esta atividade;
- c) o limite máximo diário de captura é de 50 (cinquenta) quilos e uma peça no mar. No rio Caraíva a pesca de mergulho é permitida somente para peixes maiores do que 5 (cinco) quilos, entre a boca da Barra e 100 (cem) metros para o interior do rio;
- d) é proibida a pesca de mergulho no Alto e Altinho da Barra Velha, Pedra da Pescada da Aldeia e nas Zonas Marinhas Protegidas e Zonas de Uso Restrito, definidas no artigo 5º.

7.2.12 - “Coleta de Moluscos Bivalves e Ouriços” somente para consumo próprio dos extrativistas.

7.3 - É permitida a realização de pesquisas científicas na área da RESEX, desde que os pesquisadores ou grupos de pesquisa submetam seus projetos e sejam devidamente autorizados pelo CNPT/IBAMA e pelo Conselho Deliberativo.

7.4 - É permitida a realização de atividades de ecoturismo na RESEX, desde que estas atividades sejam realizadas em consonância com a conservação dos recursos ambientais e não comprometam a qualidade de vida, as tradições ou as atividades das comunidades extrativistas.

Parágrafo primeiro: As atividades de turismo, lazer e recreação que não envolvem exploração direta dos recursos marinhos (pesca e outras formas de extrativismo), serão regidas por portaria específica, que deverá estar em consonância com as diretrizes deste Plano de Manejo.

Parágrafo segundo: No presente plano adota-se o conceito de ecoturismo definido pela EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo) como o “turismo desenvolvido em localidades de potencial ecológico, de forma conservacionista, procurando conciliar a exploração turística com o meio ambiente, harmonizando as ações com a natureza e oferecendo aos turistas um contato íntimo com os recursos naturais e culturais da região, buscando uma consciência ecológica nacional”.

8. ATIVIDADES PROIBIDAS NA RESEX MARINHA DO CORUMBAU

8.1 - É proibida a exploração de quaisquer recursos marinhos da RESEX por pessoas não cadastradas nesta Reserva.

8.2 - É proibida a sobreposição no uso do espaço marinho, para as atividades pesqueiras, entre as comunidades do Setor Norte e do Setor Sul.

8.3 - É proibida a pesca, ou qualquer tipo de exploração, das espécies consideradas “Protegidas” na RESEX do Corumbau.

Parágrafo único: O Conselho Deliberativo da RESEX deverá, por meio de resolução, definir uma lista das espécies consideradas “Protegidas”, com base em pareceres técnicos solicitados ao grupo de apoio técnico científico e nas listas oficiais de espécies ameaçadas de extinção.

8.4 - Ficam proibidas quaisquer práticas para a captura de espécimes marinhos que não estejam previstas neste Plano de Utilização, especialmente:

8.4.1 - Coleta de peixes, corais, invertebrados, algas ou qualquer outro organismo marinho para aquários ou fins ornamentais;

8.4.2 - Pesca de Parelha ou qualquer modalidade praticada em conjunto por mais de uma embarcação a motor;

8.4.3 - Pesca com mais de um arrasto de portas por embarcação;

8.4.4 - Pesca com Rede Tresmalho ou Feiticeira;

8.4.5 - Pesca de rede com malha inferior a 70 (setenta) milímetros, entre nós, nos rios e estuários;

8.4.6 - Pesca com operação de “cerco” nos recifes;

8.4.7 - Pesca de mergulho com compressor;

8.4.8 - Pesca de mergulho livre para pessoas sem credenciamento específico para este fim na RESEX.

Parágrafo único - A introdução de uma nova arte ou tecnologia pesqueira na RESEX deve ser submetida e aprovada pelo Conselho Deliberativo e pelo CNPT/IBAMA.

9. CATEGORIAS DE EXTRATIVISTAS E USUÁRIOS CADASTRADOS NA RESEX

9.1 - Para fins deste plano, todos os extrativistas e demais usuários cadastrados deverão ser enquadrados na categoria em que preencha os pré-requisitos, conforme definido abaixo:

9.1.1 - Pescador Principal:

a) Residir na área da RESEX a, pelo menos, 4 (quatro) anos;

b) Praticar a pesca como atividade indispensável à sua sobrevivência a, pelo menos, 4 (quatro) anos na área da RESEX.

9.1.2 - Pescador Secundário:

a) Residir na área da RESEX a, pelo menos, 4 (quatro) anos;

b) Praticar a pesca como atividade econômica a, pelo menos, 4 (quatro) anos, na área da RESEX.

9.1.3 - Morador Local e Eventual Pescador:

- a) Residir na área da RESEX a, pelo menos, 4 (quatro) anos;

9.1.4 - Demais usuários:

- a) Possuir autorização especial expedida pelas associações locais de acordo com regras e normas estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, atendendo à legislação específica. Essas regras e normas deverão estar em conformidade com critérios estabelecidos em assembleia.

Parágrafo único: Os jovens, com até 18 anos de idade, que residam nas comunidades da RESEX a pelo menos 4 anos, terão o direito de se cadastrar como Pescadores Principais, desde que aprovados pela comissão definida no item 9.2 deste Plano.

9.2 - Uma comissão, eleita em assembleia, certificará a veracidade das informações prestadas por cada extrativista/usuário, anteriormente ao seu credenciamento, e será responsável pelo enquadramento em cada categoria, observando e respeitando os critérios definidos acima. O resultado final será apresentado em assembleia para aprovação pela comunidade. A lista de pescadores e usuários cadastrados na RESEX Marinha do Corumbau em suas respectivas categorias será submetida ao CNPT/IBAMA para publicação e/ou outra forma oficial de divulgação.

10. DIREITOS E LIMITAÇÕES DOS EXTRATIVISTAS E USUÁRIOS CADASTRADOS

10.1 - Pescadores Principais:

- a) praticar todas as modalidades de pesca permitidas neste Plano de Manejo;
- b) votar nas assembleias da RESEX.

10.2 - Pescadores Secundários:

- a) praticar as modalidades de pesca permitidas neste Plano de Manejo, com exceção da pesca com arrasto de porta simples de fundo (conhecida localmente com balão). Se a modalidade de pesca usada for a “pesca de rede de espera”, o número de máximo de panos utilizados na pescaria ou presentes na embarcação, não poderá ultrapassar 5 (cinco), com até 100 (cem) metros cada um.

10.3 - Moradores Locais e Eventuais Pescadores:

- a) praticar apenas a “pesca de linha e anzol” ou “pesca de polvo” com uso do bicheiro, sendo proibido comercializar;

10.4 - Demais usuários:

- a) possuir autorização conforme item 9.1.4;
- b) praticar apenas a “pesca com linha e anzol”, sendo proibido comercializar;
- c) capturar até 20 (vinte) quilos de peixe e uma peça por dia, por autorização;

Parágrafo único: As associações de cada localidade poderão estabelecer taxas pela concessão de autorizações de captura a esses usuários, desde que obtenham anuência prévia do Conselho Deliberativo.

11. CREDENCIAMENTO DE EMBARCAÇÕES

11.1 - Embarcações Pesqueiras:

11.1.1 - Todas as embarcações a motor que praticam a pesca na RESEX devem se enquadrar aos critérios abaixo:

- a) estar regularizada como embarcação pesqueira na Marinha do Brasil;
- b) possuir motor com potência máxima de 33 (trinta e três) HP ou 4 (quatro) cilindros;
- c) ser operada por pescadores credenciados na RESEX.

11.1.2 - Todas as canoas que praticam a pesca na RESEX devem pertencer e ser operadas por pescadores credenciados na RESEX.

11.1.3 - Para o credenciamento de novas embarcações, deve-se considerar que:

- a) apenas pescadores credenciados poderão adquirir novas embarcações para operar na RESEX;
- b) alcançando-se o limite de vagas, estipulado no item 10.1.4, caso um pescador credenciado que não tenha embarcação a motor e venha a adquirir uma, deverá ser cedida uma vaga pertencente à embarcação de um empresário ou de um pescador que possua mais de uma embarcação, conforme critério estabelecido em assembléia.

11.1.4 - O limite máximo de embarcações pesqueiras a motor na RESEX é de 100 (cem) embarcações, sendo 50 (cinquenta) no Setor Norte e 50 (cinquenta) no Setor Sul.

11.1.5 - O número máximo de embarcações pertencentes a um mesmo proprietário fica limitado a 4 (quatro).

11.2 - Embarcações de Turismo e Particulares:

11.2.1 - Todas as embarcações que utilizam a área da RESEX para o desenvolvimento de atividades de turismo, lazer ou recreação devem estar cadastradas.

Parágrafo único - As regras para o cadastramento das embarcações de turismo, lazer e recreio que operem na área da RESEX serão definidas em portaria específica, que deverá estar em consonância com as diretrizes deste Plano de Manejo.

11.3 - O credenciamento de cada embarcação é de responsabilidade do CNPT/IBAMA e terá validade de um ano, quando deverá ser renovado.

12. POTENCIALIDADES DE EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS

Parágrafo primeiro: Visando a melhoria da qualidade de vida, através da geração de emprego e renda, considera-se que os recursos da RESEX devam sofrer incrementos e/ou restrições de uso e captura, conforme estudos específicos. Os objetivos da RESEX e a forma de exploração sustentável dos seus recursos, por si só, podem conferir, ao produto explorado, um diferencial mercadológico. Este potencial associado a ações que promovam a melhoria e diferenciação dos produtos da RESEX trarão conseqüente agregação de valor econômico e ambiental ao produto.

Parágrafo segundo: Os estudos acima mencionados serão objeto de projetos específicos, deverão contemplar aspectos sócio-econômicos e ambientais e serem compatíveis com os objetivos de manejo da Reserva.

13. NECESSIDADES DE MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA

Parágrafo único: Tendo em vista a precariedade das condições de ensino e saúde pública das comunidades tradicionais, indica-se a necessidade de ações específicas, por parte do poder público e instituições da sociedade civil, capazes de solucionar estes problemas em cada uma das comunidades. Prioriza-se o saneamento básico como a ação mais urgente na área de saúde pública.

14 - SOBRE O NÃO CUMPRIMENTO DESTE PLANO DE MANEJO

14.1 - Os extrativistas cadastrados que infringirem as normas contidas neste Plano de Manejo serão passíveis das seguintes punições, além do enquadramento em outra legislação aplicável:

- a) na primeira infração o extrativista receberá uma advertência, por escrito, das autoridades legalmente constituídas para a finalidade de fiscalização da RESEX;
- b) na segunda infração o extrativista perderá o cadastro por 15 dias, ficando proibido o exercício de qualquer atividade extrativista;
- c) na terceira infração o extrativista perderá o cadastro por 90 dias, ficando proibido o exercício de qualquer atividade extrativista;
- d) na quarta infração o extrativista estará sujeito até a perda definitiva do cadastro, a punição neste caso será definida e homologada em reunião da assembléia da RESEX.

Parágrafo único: além das punições previstas acima o extrativista que infringir a qualquer das normas contidas neste plano e trazer prejuízos a outro extrativista, será responsável pelo ressarcimento dos prejuízos do mesmo.

ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO

Este plano é resultado de dois anos de discussão com a população extrativista da RESEX Marinha do Corumbau, sendo todas as normas aqui apresentadas resultantes de acordos ou do interesse expressado pela maioria dos extrativistas nas reuniões.

Equipe Técnica:

Coord.: Guilherme Fraga Dutra - Biólogo, MSC Ecologia - Projeto Abrolhos, CI Brasil
Alexandre Zanarini Cordeiro - Eng. Agrônomo - CNPT / IBAMA
Renato V. Carvalho - Oceanógrafo - consultor CI Brasil
Suely Ortega - Comunicadora Social - Projeto Abrolhos - CI Brasil

Colaboradores:

Anita Akella - Economista
Bárbara Segal Ramos - Bióloga
Benevaldo Guilherme Nunes - Agrônomo
Bruno Pastrelli Kamada - Biólogo
Clóvis Barreira e Castro - Biólogo
Gabriel Botelho Marchioro - Oceanógrafo
Gumercindo Martins de Sá Filho - Agrônomo
Emiliano Caldeiron - Biólogo
Enrico Marone - Oceanógrafo
Heloisa Oliveira - Bióloga
Henrique Horn Ilha - Oceanógrafo
Luciara Duarte Figueira - Socióloga
Maria Isabel Gil de Paiva - Bióloga
Milene Maia - gerente do PARNA do Monte Pascoal

Myriam Gomes - Economista
Neiva Pinheiro - Bióloga
Rodrigo Leão de Moura – Biólogo
Rodrigo de Oliveira Campos - Oceanógrafo
Ronaldo Bastos Francini-Filho - Biólogo
Sérgio Fantini de Oliveira - Oceanógrafo

Instituições Envolvidas:

Associação Pradense de Proteção Ambiental - APPA
Associação da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau - AREMACO
Associação dos Pescadores de Cumuruxatiba
Associação dos Pescadores Tradicionais e Amigos da Costa do Descobrimento
Conservation International Brasil - CI Brasil
Instituto Baleia Jubarte
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Museu Nacional do Rio de Janeiro
Parque Nacional do Descobrimento - IBAMA
Parque Nacional Marinho dos Abrolhos - IBAMA
Parque Nacional do Monte Pascoal - IBAMA
Universidade de São Paulo - USP

Agradecimentos:

A toda a comunidade pesqueira da RESEX Marinha do Corumbau.

Aos Srs.

Albino Santana Neves - Presidente da Associação dos Pescadores Tradicionais e Amigos da Costa do Descobrimento

João Francisco Neto - Presidente da Associação de Pescadores de Cumuruxatba

Milton Deocleciano do Carmo - Presidente da AREMACO

Júlio Brandão - Juiz de Direito da Comarca de Itamaraju

ANEXO – IV: Composição do Conselho Deliberativo da Resex do Corumbau

SEGMENTO	Nº CONS.	Representação / Suplência
IBAMA – RESEX Corumbau ParNa Monte Pascoal / Descobrimento	02	Ronaldo Freitas Oliveira / Luiz Fernando Guimarães Brutto Milene Maia Rodrigues / Alessandro Marcuzzi
PREF. MUNIC. PORTO SEGURO	01	Cláudia Maria Sales Gomes / Mauro De Aguiar Souza
PREF. MUNIC. DE PRADO	01	Haroldo / Damásio
CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO	01	Roberto Oliveira Dias / Robério dos Santos Barros
CÂM. MUNIC. DE PORTO SEGURO	01	/
PODER JUDICIÁRIO	01	Zenaide Maria Pacheco Ribeiro / Kátia Maria Bomfim Rocha
ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS AMBIENTALISTAS	05	Associação Pradense de Proteção Ambiental Maria de Fátima Glória Ramalho / Almiro Prado Neto Instituto Conservation International do Brasil Guilherme Fraga Dutra / Rodrigo Leão de Moura Instituto Baleia Jubarte Carlos Aguiar Hortêncio / Lucian Interaminense Associação Comunitária Beneficente de Nova Caraíva Isidoro Gonçalves dos Santos / Francisco Carvalho Pereira Associação Flora Brasil Jean François Timmers / Milton Deocleciano do Carmo
ASSOCIAÇÕES DE EMPREENDEDORES TURÍSTICOS	01	Associação Comercial de Turismo de Cumuruxatiba - Cumurutur Washington Jaude / Alberto Gusmão
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO ENTORNO, NÃO FEDERAIS ou RPPN's	01	RPPN Carroula Renata Bueno Melão / Vicente Nero Junior
EXTRATIVISTAS DO SETOR NORTE	07	Corumbau Geraldo dos Santos Cunha / Cesário Filho de Jesus Neves Maria da Ajuda Brito Bonfim / Edmilson Conceição do Carmo Manoel Conceição Deocleciano do Carmo/Elisângela Jesus Santana Barravelha Everaldo Braz dos Santos / Fernandes Braz Ferreira Caraíva José Benedito Soares Canuto / Alexandre Sudá de Andrade Vilton José Braz Queiroz / Valdemir Cruz Silva Veleiro Adonis Santos Pereira / João Conceição de Jesus
EXTRATIVISTAS DO SETOR SUL	07	Cumuruxatiba Ademir Januário de Azevedo / Thaiz Hokoç Moura de Melo Emerson Nascimento de Matos Neves / Valreis Sabino Rodrigues Benedito Chaves Nobre / Aldo Mário Cochrane de Azevedo Edilson Fernandes da Fonseca / Elenilto Souza Santana Imbassuaba Albino Santana Neves / Claudionor Dantas de Oliva Oswaldo Guedes Nunes / João da Conceição Santos Gileno Soares de Jesus / Cloves da Conceição Rodrigues

ANEXO – V: QUESTIONÁRIO PARA TURISTAS

<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS Departamento de Hidrobiologia - Laboratório de Ecologia Humana e Etnoecologia Rod. Washington Luiz, Km 235 - São Carlos - SP - CEP: 13565-905 - Tel: (16) 260-8451</p> <hr/> <p>Esta pesquisa faz parte da Dissertação de Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais – UFSCAR, realizada pela oceanógrafa Fernanda Terra Stori, como subsídio à elaboração de um Plano de Turismo Sustentável para a RESEX Marinha do Corumbau – BA., 2004.</p>

Local: _____ **DATA:** ___ / ___ / ___ **Nº** _____

1) Procedência (UF) e Distância percorrida: _____

2) Gênero: Masculino Feminino

3) Idade: até 15 16-25 26-35 36-45 46-55 56-65
 + de 65

4) Escolaridade: não-alfabetizado alfabetizado fundamental médio superior incompleto superior completo pós-grad. incompleta pós-graduado

5) Profissão: _____

6) Característica da viagem: Independente
 Agenciada por: _____

7) Meio de locomoção para a viagem: Carro Ônibus Avião Barco Outro:-

8) Quantos viajam com você? Excursão Sozinho Dupla Casal 3-6
 7-10 +de 10

Obs: _____

9) Nº dias pretende ficar? 1dia 2-4 5-7 8-14 15-21 21-30 +31
 Outro _____

10) Que equipamentos carrega consigo? Algo especial?
 Máquina fotográfica Máquina fotográfica Digital Câmera de vídeo
 Binóculos Bússola Equipamentos de mergulho Equipamentos de pesca
 Outros _____

11) Hospedagem: Camping Casa pescador Pousada Hotel Resort
 Outros: _____

12) Qual motivo da viagem? Carnaval Lazer Negócios Família
 Outros: _____

13) O que busca? Natureza Conhecimento Paz Aventura Descanso
 Festas/bares Praia Esportes náuticos Mergulho Pesca
 Trilhas e caminhadas Esportes em geral Jogos
 Outros _____

ANEXO – VI: QUESTIONÁRIO PARA COMUNIDADE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Departamento de Hidrobiologia - Laboratório de Ecologia Humana e Etnoecologia

Rod. Washington Luiz, Km 235 - São Carlos - SP - CEP: 13565-905 - Tel: (16) 260-8451

Esta pesquisa faz parte da Dissertação de Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais – UFSCAR, de Fernanda Terra Stori, como subsídio à elaboração de um Plano de Turismo Sustentável para a RESEX Marinha do Corumbau – BA, 2004.

DATA: ____ / ____ / ____

Nº _____

- 1) Nome: _____
- 2) Sexo: Masculino Feminino
- 3) Idade: até 15 16-25 26-35 36-45 46-55 56-65 + de 65 _____
- 4) Escolaridade: não-alfabetizado alfabetizado fundamental médio nível técnico
 sup incompleto sup completo outro _____
- 5) Profissão: _____
- 6) Renda (SM) até 1 2-4 5-7 8-10 11-15 16-20 21-30 31-40 + de 40
- 7) Estado civil: casado solteiro separado/divorciado outro _____
- 8) Meio de locomoção mais utilizado: Outros: _____
 A pé Carona Cavalo /Jegue Carroça Caminhão Moto própria Carro próprio
 Bicicleta Ônibus de linha perto Ônibus de linha longe Ônibus prefeitura Ônibus escola
- 9) a) Como é seu relacionamento com os vizinhos?R: _____
b) Os encontros são: Diários Visita finais de semana Bailes Festas regionais Bar
 Festas na cidade No trabalho Missa Casamento/Aniversário/Funerais Outro _____
- 10) O que tem de bom aqui?
- 11) O que tem de ruim aqui?
- 12) O que falta na sua localidade?
- 13) Cite o quê mais mudou em sua localidade ao longo dos anos?
- 14) Você é convidado para reuniões sobre o planejamento da comunidade? Sim Não
- 15) Você participa da RESEX? a) Sim Não
b) De que maneira? _____
c) Se NÃO, porque? _____
- 16) Sabe por qual motivo foi criada a Reserva Extrativista Marinha do Corumbau? a) Sim Não
b) Motivo: _____
- 17) O que a RESEX representa para você?
- 18) Você conhece as normas da RESEX? Sim Não Mais ou menos
- 19) Você já recebeu instrução sobre as normas da RESEX (Plano de Manejo)? a) Sim Não
b) De que maneira? _____
- 20) Acha que dá para conciliar / juntar Turismo com Atividade Extrativista/ Tradicional? Sim Não
- 21) Como que você acha que a comunidade poderia participar do Turismo dentro da RESEX?
- 22) Você trabalha com Turismo? Sim, diretamente Sim, indiretamente Não

ANEXO – VII: REPORTAGENS SOBRE A ÁREA DE ESTUDO

“As 10 melhores praias do Brasil” – por Ian Arthur de Sulocki- Revista Pesca Esportiva – Edição n 91 – páginas 36 e 37 - Fevereiro de 2005.



Corumbau e Caraiva (BA): caminhada e peixes enormes



Urussuquara (ES): uma praia mais virgem do Brasil

de **3 Corumbau-Caraivas, BA**

Ocupa uma longa faixa contínua e deserta entre as praias de Caraivas, no sul da Bahia e Ponta do Corumbau, ainda mais ao sul. Passa por uma reserva indígena e tem muitas pedras em seu litoral - sinal de que há muita comida para peixe por aqui.

CARACTERÍSTICAS - Haja preparo físico. O ideal é ficar dois ou três dias em Caraivas e pescar diariamente. A caminhada é penosa mas a recompensa de grandes peixes vale o sacrifício. Algumas linhas arrebitadas já deram o que falar nesta praia nada explorada pelos pescadores de praia. As marés têm amplitude de até 2 m, portanto ande apenas nas marés baixas.

COMO CHEGAR - Da cidade de Trancoso, pegue um trecho de terra para Caraivas (cerca de 40 km). Chegando lá, o pescador é obrigado a deixar o veículo e atravessar o rio Caraivas - bom para a pesca de robalos - de barco e de lá caminhar até a praia principal. O ideal é seguir em direção à Corumbau por cerca de 7 km, atingindo o trecho com pedras da praia.

PEIXES - Grandes arraias, sargos, paratis barbudos, galhudos em profundo, riscadinhos, pampos, xaréus, carapebas etc.

4 Urussuquara, ES

Um dos redutos ainda pouco explorados no estado do Espírito Santo, no limite dos municípios de Linhares e São Mateus, numa área singular na foz do rio Ipiranga, a qual corre paralelo entre o oceano e praias praticamente virgens.

CARACTERÍSTICAS - De areia grossa, talvez seja uma das praias mais virgens de nosso litoral. Praticamente não há estradas entre a foz do rio Doce e a longa praia de Urussuquara. Por ainda ser um ambiente muito selvagem, não acampe sem companhia. Leve de tudo e engrosse as linhas de pesca. Converse com o pessoal de Barra Nova antes de se aventurar.

COMO CHEGAR - Deve-se ir até São Mateus, descer para Guriri e Barra Nova, e só então pegar estrada de chão ao início da praia. O ideal é ir acompanhado de algum pescador local.

PEIXES - Paratis-barbudos, pampos, cações, xaréus, arraias, carapebas e até tarpons podem ser capturados com alguma sorte.

5 Comboios, ES

Uma parte desta praia fica dentro da Reserva Biológica de Comboios, que tem a principal base do Projeto Tamar no Espírito

"Pescadores protegem o seu peixe e sua cultura" – por Herton Escobar – O Estado de São Paulo – Geral: Ambiente – página A9 - 10 de setembro de 2001.

O ESTADO DE SÃO PAULO

GERAL

AMBIENTE

Pescadores protegem seu peixe e sua cultura

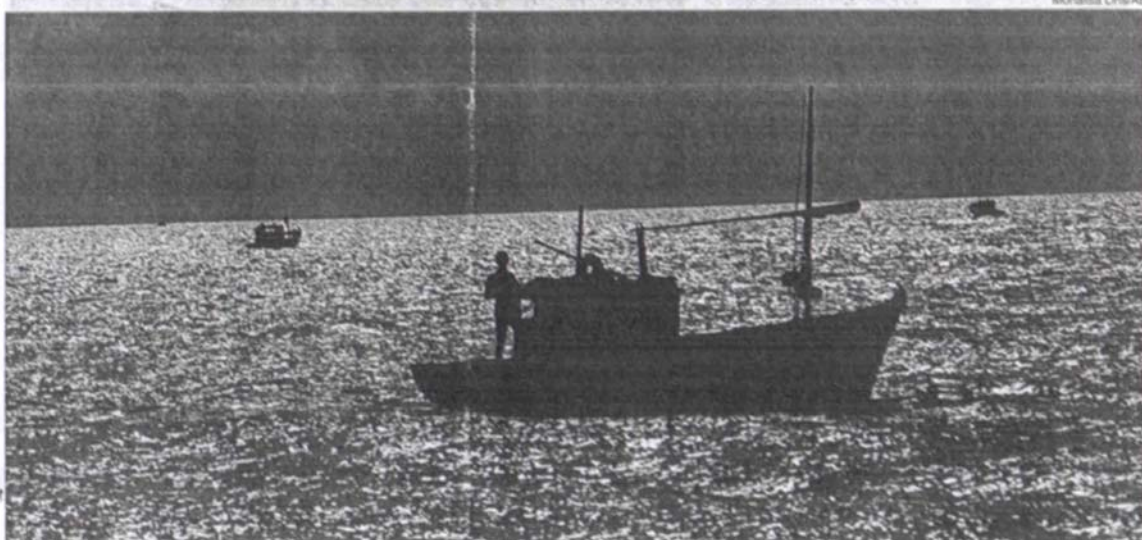
Reserva criada há um ano recupera a paz de comunidade no sul da Bahia

HERTON ESCOBAR
Enviado especial

CORUMBAU – Seu Milton, um velho pescador de pele cor de cobre, queimada por mais de 50 anos de trabalho ao sol, viveu praticamente toda a sua vida num paraíso, sem grandes preocupações. Ainda jovem chegou a Corumbau, uma pequena vila de pescadores artesanais no sul da Bahia, rodeada por manguezais e recifes de coral limeros em águas quase transparentes. Até que a fartura do mar começou a atrair visitantes indesejados, que abalaram a tranquilidade da comunidade e puseram em risco seu ganha-pão.

Há cerca de cinco anos, barcos de outras comunidades começaram a pescar regularmente nas águas da ponta do Corumbau, atraídos pela abundância dos camarões-rosa e sete-barbas. O que antes era pesca artesanal ganhou proporções comerciais. "Um dia cheguei a contar 180 barcos", conta Milton do Carmo. "Os barcos de fora exploravam tudo e não deixavam nada para o povo daqui. Eles acabaram com o camarão na área deles e depois vieram acabar com o nosso. Além disso, chegavam à comunidade falando palavrão, bebendo e arrumando briga."

Sentindo-se encurralados, os pescadores procuraram a ajuda do Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT), órgão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A ideia era criar uma reserva extrativista (Re-



Dentro da reserva de Corumbau – que abrange 90 mil hectares de mar – os pescadores mantêm uma área de 4.500 metros quadrados protegida como berçário de peixes

com 25 embarcações cada. Apenas eles podem pescar na reserva. Até o fim do ano, cada comunidade terá um plano de uso específico determinando onde, quando e como cada pescador pode trabalhar sem prejudicar o ambiente ou comprometer os recursos naturais.

O modelo é bom para os pescadores, que não precisam competir com outras embarcações, e para os conservacionistas, que passam a ter a comunidade como aliada nos esforços de preservação. Mesmo dentro da Resex, os pescadores mantêm uma área de 4.500 metros quadrados protegida como berçário de peixes. "O mar vai retribuir esse nosso cuidado", diz Milton, confiante. Biólogos da

de camarão. O tamanho do crustáceo também aumentou, garante o pescador pataxó Manoel Pereira de Souza, de 50 anos. "Antes estava muito pequeno, só servia para usar de isca." Das 150 famílias do Corumbau, a maioria é de origem pataxó.

Pescaria – Enquanto o barco de Manoel está no conserto, ele pesca com o amigo Cesário Neves de Jesus, de 37 anos, um homem brincalhão. Ele toca o barco Edivânia, batizado em homenagem à filha, com tranquilidade, guiando o leme com o pé. A dupla fica surpresa ao saber que o mesmo camarão que vende para os "atravessadores" – aqueles que compram e revendem o produto para o mercado – por R\$ 0,90 o quilo chega a custar R\$



Manoel Pereira de Souza: satisfeito com os resultados da pesca

Reservas extrativistas estão em expansão

Já foram criadas 19 Resex em áreas de mar

chefe do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado

"Querer preservar uma área privando as comunidades que

REDES
VOLTAM

uma reserva extrativista (Resex), onde apenas os pescadores tradicionais da comunidade poderiam pescar. O Ibama bancou o projeto e a Resex Marinha do Corumbau foi fundada em setembro de 2000. A reserva abrange 90 mil hectares de oceano, margeando os distritos litorâneos de Corumbau, Cumuruxatiba e Caraiá.

Aliados - "A notícia caiu como uma bomba na região", conta o biólogo Guilherme Dutra, da organização Conservation International (CI), que trabalha com os pescadores no gerenciamento da reserva. Em parceria com o Ibama, a CI cadastrou 150 pescadores tradicionais de Corumbau e 150 de Cumuruxatiba, mais ao sul,

VOLTAM MAIS CHEIAS DO MAR

confiante.

Biólogos da CI devem concluir nos próximos meses um levantamento completo da biodiversidade ma-

rinha da reserva. A vedete são os recifes dos Itacolomis, bem em frente da Ponta do Corumbau. Com até 7 quilômetros de diâmetro, os recifes abrigam uma grande diversidade de espécies de coral, onde vivem centenas de espécies de peixes, moluscos e crustáceos. "Esperamos encontrar muitas espécies novas", prevê Dutra.

Os resultados já são visíveis nas redes dos pescadores, que chegam cada vez mais carregadas. "A produção está melhorando e a tranquilidade do povo está ótima", observa Milton. Num dia bom, cada pescador chega a pegar 150 quilos

de camarão e o mesmo produto para o mercado - por R\$ 0,90 o quilo chega a custar R\$ 5 sobre um bolinho de arroz nos restaurantes japoneses de São Paulo. "O atravessador paga a gente mal e depois explora o consumidor", comenta Cesário.

A esperança do pescador é que a Resex traga, além de mais peixe e camarão, energia elétrica, asfalto e desenvolvimento. O único acesso à vila é por 56 quilômetros de estrada de terra escorregadia e cheia de buracos, o que isola a comunidade e deixa os pescadores à mercê dos atravessadores. Eles são os únicos que possuem freezers na vila, mantidos por geradores a óleo. "Com energia elétrica, poderíamos armazenar e vender nossa produção. Daria para pescar menos e ainda assim ganhar mais dinheiro", afirma Cesário.

Já foram criadas 19 Resex em áreas de mar e floresta; outras 20 estão sendo avaliadas

Explorar o ambiente como forma de preservação é um modelo de conservação cada vez menos polêmico e cada vez mais copiado no Brasil. A idéia que está dando certo no meio dos pescadores do Corumbau nasceu entre os seringueiros da Amazônia, nos anos 80, foi defendida por Chico Mendes e hoje é a base de 19 reservas extrativistas (Resex) em áreas marinhas e de floresta. Quatro foram criadas só no mês passado, em Rondônia e no Amazonas, e até o fim de outubro devem estar concluídos estudos para a formação de outras 20.

"Não estamos conseguindo atender à demanda", conta o

chefe do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), Atanagildo de Deus Matos. O CNPT é o órgão do Ibama responsável pelos levantamentos socioeconômicos e ambientais usados no processo de criação e gerenciamento das Resex. Matos, que é ex-diretor do Conselho Nacional dos Seringueiros, diz que as reservas extrativistas são iniciativas das comunidades. "O CNPT só entra no processo com um abaixo-assinado da população."

Em vez de fechar completamente uma área, o modelo de reserva extrativista busca tornar a conservação ambiental uma atividade lucrativa para as comunidades tradicionais que vivem no local. O CNPT e os ambientalistas entram com o conhecimento técnico, enquanto a população fornece mão-de-obra e vigilância constante.

"Querer preservar uma área privando as comunidades que precisam desses recursos para sobreviver é insustentável", afirma o biólogo Guilherme Dutra, da organização Conservation International.

Nas 16 Resex da Amazônia, além de borracha, há exploração de pescado, cipó, castanha e açaí e outros frutos típicos da região. Atividades madeireiras não são permitidas. Sempre que possível os produtos são manufaturados na própria comunidade para adquirir maior valor agregado. "O elemento principal de uma Resex é a melhoria de vida e renda das famílias que preservam o ambiente", afirma Guercino Martins de Sá Filho, assessor do CNPT na área de organização comunitária. "Uma coisa fica garantida logo de cara, que é o direito do trabalhador à terra", completa Matos. (H.E.)

Invasores ainda preocupam comunidade

CORUMBAU - Poucos barcos de fora ainda invadem as águas da Ponta do Corumbau para pescar, desde que a reserva foi decretada, há um ano. Mas o problema não está totalmente afastado. A demora do Ibama em designar um gerente para a área preocupa os pescadores, que não têm poder de polícia para barrar os invasores. Eles apenas anotam o nome dos barcos e encaminham denúncia para o CNPT.

"Quando o decreto saiu todo mundo parou de pescar", conta Guilherme Dutra, da CI. "Agora, sabem que não há fiscalização e podem vir pescar aqui porque não acontece nada." Durante a visita do Estado, os pescadores aproveitaram a presença do fiscal do Ibama Gabriel Marchioro, gerente do Parque Nacional Descoberto, vizinho da reserva, para abordar quem pescava ilegalmente na reserva. A embarcação e o equipamento foram apreendidos, além de 48 quilos de camarão e 17 quilos de peixe. O dono do barco pode receber multa de até R\$ 5 mil. (H.E.)